

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

TIAGO CAMARINHA LOPES

**A LEI DO VALOR E O
PLANEJAMENTO ECONÔMICO
DE NATUREZA CAPITALISTA**

UBERLÂNDIA

2015

TIAGO CAMARINHA LOPES

**A LEI DO VALOR E O
PLANEJAMENTO ECONÔMICO
DE NATUREZA CAPITALISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em
Economia

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (orientador)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Profa. Dra. Soraia Aparecida Cardozo
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Rubens Rogério Sawaya
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Uberlândia, 17 de dezembro de 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L864L Lopes, Tiago Camarinha, 1983-
2015 A lei do valor e o planejamento econômico de natureza capitalista /
Tiago Camarinha Lopes. - 2015.
288 f.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Valor (Economia) - Teses. 3. Planejamento
econômico - Teses. 4. Keynes, John Maynard, 1883-1946. – Teses. 5.
Marx, Karl, 1818-1883. - Teses. I. Almeida Filho, Niemeyer. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Economia. III. Título.

CDU: 330

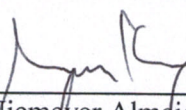
TIAGO CAMARINHA LOPES

**A LEI DO VALOR E O
PLANEJAMENTO ECONÔMICO
DE NATUREZA CAPITALISTA**

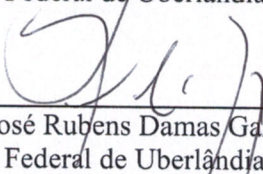
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em
Economia

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

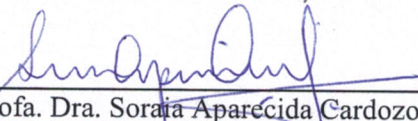
BANCA EXAMINADORA



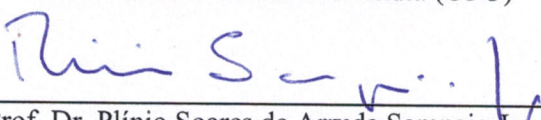
Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (orientador)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)



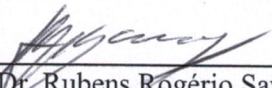
Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)



Profa. Dra. Soraja Aparecida Cardozo
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)



Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Prof. Dr. Rubens Rogério Sawaya
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Uberlândia, 17 de dezembro de 2015

Vermelha água

Cheia de vida

Corre na terra

Não é ferida

Símbolo de garra

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai Carlos, artista, poeta e engenheiro autor dos versos acima, e à minha mãe Teresa pela educação libertadora. Sigo seus passos na docência e no diálogo com os alunos sobre “Que mundo (cuca) queremos”. Agradeço especialmente ao meu irmão Marcus pelo incentivo inicial em embrenhar-se pelo mundo da pesquisa no campo das ciências sociais, essas “coisas de Marx”. A Jaqueline acompanhou a execução deste projeto e me ensinou que, ao perseguirmos as soluções para as tarefas que a humanidade se impõe, resolvemos também nossos próprios dilemas humanos particulares. Aprendi com ela que a sensibilidade e o amor fazem essa mediação dando sentido pleno à vida e que, no meu caso, há que “enternurar-se” sem perder a dureza jamais.

Contei com o apoio e influência de muitas pessoas ao longo de todo o percurso que resultou neste trabalho de doutorado. O apoio e incentivo dos professores Bertram Schefold e Michael Heinrich, assim como de todos os meus colegas e amigos que me acolheram no movimento estudantil alemão da segunda metade dos anos 2000, foram fundamentais para que eu levasse adiante minha curiosidade pela Economia Política para os estudos de pós-graduação. Agradeço calorosamente aos professores Antonio César Ortega, Marisa Botelho, Fábio Terra, aos colegas Henrique e André e à saudosa Vaine pela acolhida no Instituto de Economia da UFU em minha primeira vinda a Uberlândia. Deixo uma saudação aos professores Aderbal, Ana Paula, Clésio, Filipe Mendonça, Guilherme Jonas, Henrique Neder, Humberto, José Rubens, Pedro Henrique Cícero, Soraia, Vanessa Val, Vanessa Petrelli, Wolfgang e a todos os demais mestres, colegas, alunos e amigos que fiz no IEUFU durante minha estadia lá enquanto pós-graduando e professor temporário. Quero registrar que o Instituto de Economia da UFU é um local precioso para a reflexão crítica e livre no campo das ciências econômicas, o que certamente contribuiu para as eventuais qualidades deste trabalho.

Agradeço em especial ao professor Paulo Gomes pela orientação de nossos estudos e reflexões no grupo Rosa Vermelha Núcleo Uberlândia, originado como reação ao pontapé inicial dado por Plínio de Arruda Sampaio Jr., Mathias Luce e Carlos Nascimento no evento “O tempo não para: o socialismo na ação e no pensamento” em setembro de 2011. Como não havia espaço no auditório devido ao enorme interesse pelo tema, aguardei na sala ao lado pelo fim da palestra lembrando os versos de Cazuza, só para estabelecer novos laços de companheirismo e luta. Valeu

a pena. Saúdo carinhosamente também meus amigos Mário Jr., Stênio, Fernando, Ricardo e todos e todas companheir@s que, envolvidos de alguma forma nesse coletivo, também me apontaram para a indissociável relação entre amizade e socialismo.

A orientação que recebi e recebo do professor Niemeyer vai muito além da mera condução formal da pesquisa dirigida que a universidade regulamenta. Descobri com ele que aquela parte de nosso trabalho computada na máquina da academia capitalista não é nada em comparação com as nossas atividades que realmente fazem a diferença. O estabelecimento e cultivo de relações interpessoais, a conexão entre estudiosos por meio da promoção dos encontros e a abertura sincera ao diálogo com o pensamento diferente são invisíveis para o sistema oficial que promove a competição individualista produtivista. E, contraditoriamente, são justamente essas ações que dão sentido a nossa atuação profissional. Minha participação na SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política) me mostrou na prática essa lição e sou profundamente grato ao professor Niemeyer pela oportunidade de envolver-me e de encontrar ali também colegas e amigos.

Registro o apoio da Universidade Federal de Goiás para que a tese pudesse ser concluída dentro do cronograma original. Todos os meus colegas e alunos na UFG em Goiânia me incentivaram na etapa final e espero que essa tese possa de alguma maneira contribuir também para a construção do pluralismo tão necessário nestes tempos de confusão e divergência.

Resumo

O conceito de lei do valor e o planejamento econômico próprio da dinâmica de valorização do valor são analisados a partir do entrelaçamento entre a Economia Política de Marx e a ciência econômica em geral. O trabalho é dividido em duas partes. A primeira parte conecta o conceito de lei do valor da Economia Política Clássica com as discussões sobre planejamento que antecederam a Primeira Guerra Mundial para explicitar como o ideal da mão invisível se chocou com a realidade da ascensão do controle social da reprodução econômica. A segunda parte desenvolve a relação entre Estado e capital para apontar que o controle sobre a lei do valor não implica no fim do modo de produção capitalista. Assim, a reprodução ampliada infinita do valor deve ser admitida como possibilidade formal e a saída projetada por Keynes deve ser reconhecida como uma reação anticomunista altamente capaz que impele uma revisão da ruptura abrupta entre o socialismo científico (marxista) e o socialismo utópico. Os dois principais resultados da investigação são que: (i) em confluência com as conclusões finais de Celso Furtado em Economia Política, a conquista política da técnica de planejamento econômico é a única maneira de escapar da alienação contida no planejamento econômico de natureza capitalista e de evitar o caminho desenvolvimentista/reformista que afasta o radicalismo de Keynes em relação ao fluxo progressivo dos socialistas utópicos e (ii) a corrente keynesiana-estruturalista (em todas as suas variações e espectros políticos) que hegemonizou a formação do economista brasileiro desde meados do século 20 não se beneficiará das consequências da crise de 2008 e tende a ser substituída por uma polarização cada vez mais nítida que deve elevar a presença das Escolas Marxista e Austríaca no percurso de educação do cientista econômico no país.

Palavras-chave: teoria do valor, lei do valor, Economia Política, história do pensamento Econômico, planejamento econômico, Marx, Keynes

Abstract

The concept of law of value and the economic planning adequate for the dynamics of value expansion are analyzed on the basis of the links between Marx's Political Economy and economic science in general. The thesis is divided into two parts. The first part connects the concept of law of value of the Classical Political Economy with the debates about planning before World War One in order to show how the ideal of invisible hand contradicted the ascension of social control of the economic reproduction. The second part develops the relationship between capital and state to indicate that the control over the law of value does not imply the end of the capitalist mode of production. Thus, the infinite amplified reproduction of capital must be admitted as a formal possibility and the solution sketched by Keynes must be recognized as a highly capable anti-communist reaction which leads to a revision of the abrupt rupture between scientific (Marxist) socialism and utopian socialism. The two main results of the research are: (i) in convergence with Celso Furtado's final conclusions on Political Economy, the political conquer of the technique of planning is the only way to escape from the alienation inside the economic planning of capitalist nature and to avoid the reformist/developmentalist way which detaches Keynes radicalism from the progressive flow of the utopian socialists, and (ii) the Keynesian-structuralist approach (in all its variations and political perspectives) which dominated the education of the Brazilian economist since the first half of the 20th century will not benefit from the crisis of 2008 and tends to be replaced by a growing polarization which will increase the presence of the Marxist and Austrian Schools along the formation of the economic scientist in Brazil.

Key-words: value theory, law of value, Political Economy, history of economic thought, economic planning, Marx, Keynes

Sumário

Introdução	12
Parte 1: Da lei do valor ao planejamento da economia.....	23
Capítulo 1: A naturalização da relação social mercadoria	24
1.1 A lei do valor na economia política clássica	25
1.2 A naturalização da teoria do valor trabalho no socialismo utópico.....	60
1.3 A naturalização da mercadoria na Revolução Marginalista	77
Capítulo 2: A Crítica da Economia Política de Marx.....	103
2.1 A trajetória de Marx até a ciência econômica	104
2.2 A lei do valor em Marx.....	117
Capítulo 3: O cálculo econômico socialista	137
Parte 2: Padrão de reprodução e Estado sob o capital	156
Capítulo 4: Liberalismo e Imperialismo.....	157
4.1 Estado e mercado na teoria e na prática	158
4.2 Pelo fim absoluto do mito do capitalismo liberal concorrencial	176
4.3 Engels e Marx sobre a guerra interliberal.....	189
Capítulo 5: Luta de classes e planejamento econômico	200
5.1 Keynes e o fim da Escola Inglesa Liberal	201
5.2 O planejamento econômico de natureza capitalista.....	214
5.3 A luta de classes em torno do controle de reprodução econômica	225
Capítulo 6: A América Latina entre o planejamento capitalista e o planejamento socialista .	237
Notas finais	264
Referências.....	269
Documentos	288

Sumário estendido

Introdução	12
Parte 1: Da lei do valor ao planejamento da economia.....	23
Capítulo 1: A naturalização da relação social mercadoria	24
1.1 A lei do valor na economia política clássica	25
A independência da ciência do valor	26
A lei do valor como mão invisível.....	33
A lei do valor como troca de equivalentes.....	45
A lei do valor como contradição entre valor e preço	52
O fim da Escola Clássica numa bifurcação: valor ou preço?.....	58
1.2 A naturalização da teoria do valor trabalho no socialismo utópico.....	60
Apropriação da ciência econômica pelo movimento socialista: valor.....	60
A teoria do valor dos trabalhadores	61
O direito a todo o produto do trabalho.....	66
A naturalização da teoria do valor trabalho	68
O desiderato do socialismo utópico: a sociedade mercantil simples	71
1.3 A naturalização da mercadoria na Revolução Marginalista	77
Apropriação da ciência econômica pela reação: preço	77
A teoria do valor utilidade	79
O produto como relação exclusiva ser humano-coisa.....	89
A naturalização da mercadoria.....	94
O desiderato da Revolução Marginalista: a sociedade mercantil simples	97
Capítulo 2: A Crítica da Economia Política de Marx.....	103
2.1 A trajetória de Marx até a ciência econômica	104
2.2 A lei do valor em Marx.....	117

A lei do valor como unidade de valor e preço	117
A lei do valor como descontrolado do processo econômico.....	121
Lei do valor e teoria do valor	129
Capítulo 3: O cálculo econômico socialista	137
A emergência histórica do cálculo econômico socialista	138
O desafio de Mises	140
A orientação de Oskar Lange.....	142
A permanência de Hayek	149
O Debate do Cálculo Econômico na história da ciência econômica	151
Parte 2: Padrão de reprodução e Estado sob o capital	156
Capítulo 4: Liberalismo e Imperialismo.....	157
4.1 Estado e mercado na teoria e na prática	158
A eliminação da Política em Economia	158
Separação entre Estado e Mercado	161
Por que o Estado “some” na abstração descritiva da lei do valor?	165
Estado: situação atual da luta de classes	168
4.2 Pelo fim absoluto do mito do capitalismo liberal concorrencial	176
Do mito da liberdade ao imperialismo.....	176
Friedrich List contra o liberalismo inglês	181
Liberalismo versus intervencionismo: dilema impróprio	185
4.3 Engels e Marx sobre a guerra interliberal.....	189
Capítulo 5: Luta de classes e planejamento econômico	200
5.1 Keynes e o fim da Escola Inglesa Liberal	201
5.2 O planejamento econômico de natureza capitalista.....	214
O conceito de Padrão de Reprodução	214

A função objetivo do capital	224
5.3 A luta de classes em torno do controle de reprodução econômica	225
O problema econômico e a alienação	226
A influência de Keynes sobre a economia do desenvolvimento.....	228
Marx e Keynes: retorno ao socialismo utópico de Celso Furtado	231
Capítulo 6: A América Latina entre o planejamento capitalista e o planejamento socialista .	237
Emergência histórica do planejamento e a Primeira Guerra Mundial	238
Os três sistemas de planejamento do século 20 e a Segunda Guerra Mundial	243
A criação da CEPAL no contexto da Guerra Fria.....	248
A América Latina em busca do desenvolvimento: capitalismo ou socialismo?	253
A Aliança para o Progresso alinha a CEPAL contra a Revolução Cubana	259
Notas finais	264
Referências.....	269
Documentos	288

Introdução

Há um século a sociedade, já mundial, entrava numa fase vertiginosa de transformações e de vértices contraditórios nos âmbitos político, cultural, econômico e social. Comparado com o período de existência da espécie humana na Terra tal intervalo é notadamente curto. No entanto, em relação à história do modo de produção capitalista, a era que se abriu com a Primeira Guerra Mundial em 1914 é inesperadamente longa para o que se via enquanto o ápice e o desastre do sistema econômico fundado na relação social mercadoria. O capitalismo é relutante em deixar a cena por mais graves e violentas que sejam suas crises.

O fenômeno histórico e social da guerra, certamente, não é uma exclusividade do modo de produção do capital, sendo presente em todo o percurso de formação deste sistema econômico e também nas diversas formações socioeconômicas não centradas na força de trabalho assalariada. O que distingue a Primeira Guerra Mundial em relação a todos os demais conflitos da história é que ela coloca os esforços de conquista em ação ininterrupta e inaugura assim a “era da guerra total”. A partir daí o confronto envolve, de uma forma ou de outra a todo instante, todas as nações ou sociedades humanas que estão, agora, completamente interligadas pelo globo (Hobsbawm (1994), p. 31). Neste sentido e na sequência, a globalidade da Segunda Guerra é patente, indicando que o mundo saído do período entre 1914 e 1945 é essencialmente outro em relação àquele do século 19, principalmente pelos novos meios de regulação social (Judt (2005)). O retorno da ideia de barbárie dentro do próprio seio da civilização capitalista explicita, também, que no decorrer desse processo de integração mundial, todos os esforços dos seres humanos foram somados, organizados e direcionados para a destruição. O sonho da união da humanidade em um ambiente de paz e prosperidade material e espiritual parece ter definitivamente evaporado com a carnificina recíproca entre os trabalhadores de todos os países.

Esta constatação deve ser avaliada com objetividade, caso se pretenda juntar as informações necessárias que subsidiam as decisões políticas que convertem a vontade e os interesses dos trabalhadores em realidade. O conflito mundial que encerra a corrida imperialista, gestada entre 1789 e 1875 ao longo do processo revolucionário burguês que ergue o capital como modo de produção (Hobsbawm ([1977] 2014) e Hobsbawm ([1977] 2014a)) e ocorrida entre 1875-1914 na chamada era dos impérios (Hobsbawm) ([1988] 2014), simboliza uma contradição síntese do desenvolvimento capitalista que pode ser percebida pela mudança da base ideológica da

Economia Política Clássica: a filosofia liberal se funde com ações políticas sistemáticas sobre o mecanismo livre de preços para que o modo de produção capitalista continue funcionando. Isto, mesmo à custa de barbaridades como as perseguições, as guerras, as segregações e várias outras atrocidades que se chocam frontalmente com todo avanço ligado ao iluminismo humanista. A relação social do capital enquanto momento revolucionário por trás deste traço progressivo cai, portanto, em uma crítica ampla.

O fundamento original da ciência econômica, ou seja, a filosofia liberal e a recomendação política simbolizada no ideal do “deixar acontecer” (*laissez-faire, laissez-passer*) passam por uma reformulação constante e nítida depois do desenlace de divisão territorial entre os Estados nacionais líderes com a conclusão da Primeira Guerra Mundial. A ideia de plano inunda o pensamento econômico e modifica o eixo de construção crítica em economia. Aspecto evidente disso é o fato de que a noção de superação da anarquia da produção mercantil e capitalista deixou de ser uma exclusividade da Economia Política Marxista principalmente com a Revolução Keynesiana e toda construção heterodoxa que busca uma alternativa útil aos modelos aderentes à Lei de Say ou de “equilíbrio harmonioso automático” do mercado. Com isso, a despeito da conclusão tirada por Karl Marx de que os problemas econômicos e sociais em observação só seriam solucionados com a superação do modo de produção do capital, a ciência econômica achou um caminho de continuação crítica fora do âmbito da Crítica da Economia Política.¹ Por conta disso, os economistas com pretensão de contribuir com a construção da ciência econômica e da própria economia em consonância com os interesses da classe trabalhadora precisam estar cientes de que o comando sobre o sistema capitalista não significa imediatamente a solução para os problemas oriundos do domínio do capital sobre o trabalho.

A formação de um ramo de pensamento econômico opositor ao sistema Smith-Ricardo mas também hostil à perspectiva do socialismo Marxista mudou o foco de crítica do sistema capitalista em geral para um arranjo específico deste sistema, qual seja, o sistema capitalista *liberal*. A linha de raciocínio aqui empreendida busca manter o diálogo entre estes dois eixos críticos com a ressalva de que o combate restrito a um tipo determinado de capitalismo não aproveita toda a

¹ Existe uma grande quantidade de autores no bojo da Revolução Keynesiana que se interessam por uma variedade extensa de temas, mais ou menos relacionados com o planejamento econômico. O recorte a que se remete é aquele entre economistas críticos do sistema clássico-liberal (Keynes, John Kenneth Galbraith, Gunnar Myrdal, Nicholas Kaldor, Franco Modigliani entre outros) e economistas Marxistas (Lenin, Rosa Luxemburgo, Paul Mattick, Paul Baran, Paul Sweezy, entre outros), mas lembrando de que existem intersecções de comunicação entre os dois grupos (Michal Kalecki, Oskar Lange, Joan Robinson, Piero Sraffa, Celso Furtado entre outros).

contribuição científica ao campo da economia realizado até o final do século 19. A mensagem, portanto, de que a regulamentação do sistema econômico do capital engendra contradições pontiagudas é permanente neste trabalho.

Nesse sentido, sugere-se que a perspectiva de reforma social abrigada no pensamento de Keynes precisa se abrir mais para a visão revolucionária oriunda de Marx. Este argumento implica em uma estratégia específica de ação no embate entre Escolas de Pensamento Econômico. Mesmo que o liberalismo, em todas as suas capas ideológicas (neoliberalismo, livre-mercado, defesa da concorrência, etc.) permaneça, a maneira de criticar e comandar o que se entende por *mainstream* em economia (e a economia não-marxista em geral) não pode se basear na oposição ao liberalismo pura e simplesmente, pois os métodos e parâmetros de planificação começaram há muito tempo a ser incorporados pelos próprios elementos pensantes sob proteção do sistema social capitalista. As personificações do capital utilizam os instrumentos de planejamento da produção e da distribuição para assegurar sua reprodução, e, portanto, a valorização do valor e a exploração da força de trabalho assalariada. O planejamento, considerado uma vez o desiderato da economia socialista, foi plenamente absorvido pelo capitalismo ao longo do século 20. Por este motivo, muito longe de ser um consenso, o debate sobre planejamento econômico abriga correntes políticas muito diferentes, mas que possuem um elemento em comum: todas elas reconhecem que o padrão de estudo e investigação da Economia Política Clássica, fundado nos pilares da doutrina liberal chegou ao fim.

De forma muito resumida, argumento que as transformações mundiais expressas na eclosão da Primeira Guerra Mundial e nos rearranjos subsequentes indicam que existe uma proliferação de fenômenos paralelos ligados a um mesmo e único episódio na história. Este episódio é o fim do desconhecimento sobre a lei do valor, fato que se expressa na fundação da Economia Política como ciência autônoma em meados do século 18 e nas tentativas iniciais de superar o padrão de organização da produção e distribuição ditada pelo mecanismo de mercado. O desfecho deste acontecimento é a apropriação da Economia Política pelos trabalhadores assalariados europeus e a subsequente formação do socialismo científico no século 19. No século 20, as contradições do capital buscam então ser remediadas por toda uma série de ações políticas que explicitam a emergência do controle sobre o processo de reprodução econômica fundamentado no mercado. É neste sentido que Furtado anota, para o contexto das economias primário-exportadoras, que as “modificações estruturais passam a depender essencialmente da atuação dos poderes públicos, ou

seja, da substituição das regras do *laissez-faire* por um projeto social conscientemente estabelecido” (Furtado ([1967] 1986), p. 211).

O processo de descoberta sobre o que é e como funciona a lei do valor equivale à sistemática observação sobre como os antigos arranjos sociais de produção e distribuição são crescentemente substituídos pelos laços pessoais mediados exclusivamente pela mercadoria. O mercado, que antes existia apenas como ente mais ou menos periférico dos variados sistemas econômicos pré-capitalistas, assume uma centralidade que altera profundamente a maneira como determinado agrupamento humano conduz sua reprodução material. Para desenhar a lógica que subjaz a esse novo sistema social, os filósofos forjaram a ideia de um mecanismo invisível que leva cada indivíduo à execução das atividades demandadas pelo conjunto desta nova sociedade. Este mecanismo, cuja ilustração mais sintética será o conceito de mão invisível, é o que chamamos aqui de lei do valor. Sua existência objetiva é consensual ao longo de todo o processo de formação da Economia Política enquanto ramo proveniente da Filosofia Política, sendo que as divergências começam assim que projetos de ação sobre esse mecanismo são colocados em pauta. Esse duplo movimento (o de afirmação da lei do valor livre e o de ação deliberada sobre ela) é o que gera a constante tensão entre a Economia e a Política que levará a ciência econômica a se separar da ciência política. E é essa separação que evoca também a falsa dicotomia entre o liberalismo do estilo deixar-acontecer e todas as atividades políticas que direcionam a ação organizada do Estado.

Esta falsa dicotomia cria a ilusão de que a luta gira em torno entre os favoráveis à ação política e os contrários, quando, na verdade, toda a batalha está centrada na posição política das propostas de ação política, que são indissociáveis de qualquer debate sobre o econômico. Em nível teórico, como se apresenta esta falsa dicotomia? De um lado, os defensores do mecanismo invisível expõem toda consideração de atividade social fora do programa mercantil. De outro, os opositores da mão invisível rejeitam qualquer existência objetiva do fenômeno descentralizado que concilia o coletivo com o indivíduo. Nesse sentido, a lei do valor, como fenômeno social real, não pode ser completamente teorizada (e consequentemente manipulada) nem dentro dos limites da Economia Política Clássica liberal, nem por aqueles que buscam sua negação direta (sejam eles integrantes do socialismo utópico ou das diversas vertentes que buscam a reforma do capitalismo), tendo que ser necessariamente desenvolvida a partir da Crítica da Economia Política elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels. Isso, no entanto, não implica em cortar nenhuma ponte de diálogo entre todos os grupos que se reportam de um jeito ou de outro a Adam Smith. A manutenção desta

comunicação é importante porque o socialismo científico hoje tem uma inserção distinta no campo das ciências sociais e no campo das ciências econômicas em comparação ao período que foi de 1917 a 1989.

Ao longo desse período, o socialismo e o capitalismo “reais” funcionavam como conjuntos excludentes que delimitavam os espaços de desenvolvimento das respectivas teorias econômicas. A economia Marxista e o próprio Marxismo ficavam, assim, condicionados à interpretação oficial dos regimes socialistas, da mesma maneira que as contribuições de economistas no Ocidente estavam atreladas à ordem política do capital. Apesar de terem existido algumas tentativas de uma leitura transversal ao longo de todo o século, parece que o processo de costura entre todas as descobertas sobre o processo de organização econômica posta em prática desde a Primeira Guerra Mundial ainda deve ser feita. Por exemplo, em 1958 realizou-se na Turquia um encontro entre economistas do Leste e Oeste sob encomenda da UNESCO para debater os fatores determinantes da atividade em sistemas econômicos distintos. No entanto, a troca de experiências parece ter sido limitada devido tanto à falta da presença de grandes economistas do hemisfério socialista, como Oskar Lange e Michal Kalecki (Furtado (1985), p. 194), quanto ao baixo conhecimento do sistema oposto em geral. Neste sentido, passados mais de meio século, pode-se supor que não existe mais uma delimitação oficial que atrapalha a cooperação entre economistas de distintas realidades locais e ideológicas, mas que se encontram, na prática, do mesmo lado na luta de classes mundial.

Esta observação sobre a comunicação entre vertentes teóricas diferentes vale uma advertência em relação à metodologia adotada na forma de apresentação deste estudo. Devido ao fato das ciências econômicas serem fortemente segregadas em escolas do pensamento distintas e em disputa é relevante destacar que este argumento a ser defendido se alinha à crescente demanda pelo aumento de pluralidade no pensamento econômico. A construção de pontes de conversa entre todos esses conjuntos por vezes díspares parece ser uma necessidade evidente para a construção do pluralismo. De fato, esse procedimento não é novidade e já foi iniciado pela maior referência do pensamento econômico do Brasil. Na interpretação aqui defendida, Celso Furtado foi quem mais se atentou para o problema desta intercomunicação, tendo atuado ativamente na aproximação entre economistas humanistas e intelectuais Marxistas na América Latina. As promessas e os limites desta notável realização são indicados ao longo do texto e também na conclusão.

O efeito didático deste esforço de conciliação empreendido por Celso Furtado no campo das ciências econômicas é altamente salutar ao considerarmos a importância da educação

promotora do pensamento autônomo. Com efeito, um dos critérios pouco desenvolvidos na formação do cientista econômico é a capacidade de ele superar as barreiras limítrofes da escola de pensamento à qual aderiu em certo momento de sua trajetória intelectual. O presente trabalho se esforça em transgredir estas linhas de tal modo que a fidelidade de filiação ocorre pelo método filosófico e não por reprodução de ideias ou elementos soltos, o que configuraria uma estratégia dogmática de mistura eclética entre escolas diferentes.

Dessa maneira, o trabalho reforça o desafio do programa de pesquisa de conexão entre Marx e Keynes com uma particularidade: os dois autores devem ser postos em relação às Escolas Neoclássica e Austríaca, que expandem seus domínios nos currículos de ensino de Economia desde o início do neoliberalismo. A visualização nítida desses quatro grupos (Escolas Marxista, Keynesiana, Neoclássica e Austríaca) é importante porque, considerando o estado atual do pensamento econômico no Brasil após a crise de 2008, existem evidências de que o predomínio da vertente keynesiana-estruturalista (em todas as suas variações e espectros políticos) que dominou a formação do economista brasileiro desde meados do século 20 poderá ser substituído por uma polarização cada vez mais nítida que elevará a presença das Escolas Marxista e Austríaca no percurso de educação do cientista econômico no país.

Toda a reflexão desenvolvida neste trabalho culmina, portanto, na seguinte tese. A crise mundial iniciada em 2008 resgatou imediatamente o nome de Keynes, porém, o retorno do sistema do autor da *Teoria Geral* não foi duradouro. Como a proposta de planejamento de Keynes é muito flexível e se adequava primordialmente para um determinado contexto histórico, a recuperação de suas diretrizes de organização da economia nacional e internacional após as reformas do neoliberalismo entre os anos 1970 e os anos 2000 não possuem mais o viés transformador-progressista que os novos tempos demandam. A simbiose entre Estado capitalista e capitalismo financeiro está consolidada e as ideias gerais de Keynes estariam, assim, definitivamente domesticadas após um longo processo intelectual de esvaziamento de sua perspectiva filosófica e social. Sendo o pensamento econômico crítico Latino Americano e brasileiro forjado na tradição do estruturalismo Keynesiano-cepalino no contexto do fim do Antigo Sistema Colonial, a simples retomada desta perspectiva (que é o que sustenta toda a empreitada de construção da Nação capitalista periférica) será insuficiente para fazer frente ao avanço da filosofia liberal expressa na ascensão da Escola Austríaca de economia. Isso porque o impasse final do planejamento é de fato uma questão profunda que evoca a mudança de modo de produção, e não uma mera opção por vias

distintas de desenvolvimento. Assim como o Keynes da Era de Ouro não voltará no âmbito internacional, o Celso Furtado do Plano de Metas e das reformas de base também não voltará na esfera regional, *a não ser que os conectemos com os elos à esquerda que levam às discussões sobre a transição para o socialismo*. A proposta neste trabalho para contribuir com essa conexão é resgatar a categoria de lei do valor e desenvolver o conceito de planejamento econômico de natureza capitalista.

A implicação direta para a conjuntura nacional atual é a seguinte. A polarização política em curso dá indícios de que a formação do cientista econômico no Brasil sofrerá uma distensão entre posições mais extremadas. De um lado estará a Escola Austríaca de economia, amparada pela ascensão frenética da filosofia liberal antissocialista de Frédéric Bastiat (1801-1850) em pleno século 21. De outro lado estará a Escola Marxista de economia, sendo parte dos experimentos concretos de transição para o socialismo e, portanto, cheia de suas contradições e limitações acumuladas ao longo do século 20. No meio, a Escola Keynesiana, com todas as suas derivações à esquerda e à direita, incluindo aí sua síntese com a Escola Neoclássica, será esvaziada ou terá seus elementos arrancados e apropriados pelos respectivos grupos opostos.

O esforço de conciliação levado adiante por Celso Furtado, onde originalmente a noção de “desenvolvimento” substituía “o caminho para o socialismo”, só poderá ser feito diante da clareza do processo de acirramento da luta de classes ao fim de mais um ciclo desenvolvimentista. À medida que o grupo do meio começar a perder força política, será necessário resgatar e popularizar o debate sobre a transição como forma de reavivar o socialismo utópico no próprio Keynes. Nos limites do campo econômico, isso promoverá, futuramente, a continuidade necessária de cooperação entre a esquerda não-marxista e marxista, o que indica que a revisão da ruptura abrupta entre o socialismo utópico e o socialismo científico é uma tarefa urgente para um futuro próximo. Por outro lado, a reação anticomunista desenhada também por Keynes emerge como um novo desafio que não deve atrapalhar a aliança estratégica de expansão do debate sobre a transição para o socialismo, propósito último de todo instrumental de reforma que funciona como meio para atingir este fim.

São duas as principais hipóteses deste trabalho para subsidiar este argumento.

Primeiro, se, conforme Celso Furtado apontou em suas análises sobre economia e política (Furtado ([1987] 2013)), o único modo de superar os problemas derivados da organização econômica mantenedora do capitalismo for conquistar politicamente a técnica do planejamento

econômico, então defender o planejamento sem definir politicamente a que classe esse planejamento serve não promoverá a ascensão dos trabalhadores aos níveis de decisão política-econômica. Isso porque somente a educação massiva sobre a técnica do planejamento pode resolver o problema da tecnocracia alheia e inimiga dos trabalhadores. Estando o controle do planejar nas mãos dos trabalhadores, a estratégia de reforma e de desenvolvimento em abstrato pode então ser direcionada para um determinado desfecho, o que evoca a radicalidade de Keynes e o aproxima da corrente dos socialistas utópicos.

Segundo, lanço a hipótese da possibilidade de o estruturalismo Latinoamericano nascido no bojo da Revolução Keynesiana e posto em movimento concreto nos anos gloriosos da CEPAL até a década de 1960 não ser beneficiado com a crise de 2008. Devido ao acirramento das tensões com o fim do ciclo de expansão capitalista brasileiro dos anos 2000, o pensamento econômico brasileiro tende a virar um palco de polarização cada vez mais nítida que obrigará as novas gerações de economistas a terem uma amplitude maior de formação. Devido ao fato da questão sobre o planejamento econômico tratar efetivamente da transição do capitalismo para o socialismo/comunismo, há indícios de que a ascensão nítida da Escola Austríaca acompanhará também uma elevação da presença da Escola Marxista na trajetória de educação do cientista econômico no Brasil. Caso existam indícios desse cenário, a reconfiguração do projeto de diálogo Marx-Keynes como defendido aqui se justifica.

Para balizar o debate em torno dessa posição, o texto é dividido em duas partes e em uma síntese nas notas finais.

A parte 1 desenvolve a estrutura teórica do presente trabalho, apresentando o conceito de lei do valor que foi abandonado com a dissolução da Economia Política Clássica. Tomar a lei do valor como objeto de análise no começo do século 21 parece ser anacrônico, visto que os grandes temas de desenvolvimento econômico se apoiam numa base muito ampla de sistemas teóricos. No entanto, o fato do termo se escassear nos escritos da tradição da economia política ao longo do século 20 não significa que o fenômeno real de trocas de objetos úteis com propósito de expansão do valor tenha deixado de existir. É justamente nesta direção que vai o ensaio de Antônio de Paula (1984) sobre a atualidade da lei do valor e é sobre esta constatação que se ergue nossa defesa da centralidade da Economia Política para a ciência econômica atual.²

² Atualmente, a investigação acerca da lei do valor no Brasil vem sendo feita por diferentes pesquisadores com distintos propósitos. Borges Neto (2004) esmiúça a lei em suas dimensões relativas ao fluxo quantitativo de uso do

A importância de se recuperar a lei do valor como categoria teórica válida e útil para estudar o planejamento econômico decorre da possibilidade de estreitar as relações entre debates consolidados (o problema da transformação dos valores em preços de produção, o cálculo econômico socialista e a transição do capitalismo para outra forma de organização da economia) que tocaram de uma forma ou de outra os principais autores da economia política do século 20. Apesar do avanço histórico do planejamento econômico, o resgate incessante da ideologia do liberalismo e do mercado como ente final de solução do problema econômico indica que o fenômeno social da mercadoria permanece como desafio ao projeto comunista embrenhado no subconsciente de bilhões de trabalhadores. Estudar o caminho do conceito de lei do valor até a ascensão do planejamento no pensamento econômico parece ser uma forma segura de formar a base teórica que permite esmiuçar os conflitos políticos, econômicos e ideológicos que giram em torno da economia pós-*laissez-faire*.

A função desta primeira parte é fazer este percurso, ligando o conceito clássico de lei do valor com a questão do planejamento. Para atingir este objetivo, argumento que, (i) primeiro, na época clássica, a lei é apresentada em sua tríplice forma (como mão invisível, como troca de equivalentes ou teoria do valor trabalho e como contradição entre preço e valor). (ii) Segundo, na vertente do socialismo utópico, a lei é apresentada como “remuneração justa ao trabalho” (ênfase na produção, essência, apego inconsequente à teoria do valor trabalho pré-Marx ou defesa irrestrita da teoria do valor trabalho sem vínculo com o componente subjetivo de determinação do valor/preço). E (iii) terceiro, na vertente marginalista, a lei é apresentada como “encaixe de utilidade e interesse” (ênfase na circulação via mercado, aparência ou superfície, defesa irrestrita da teoria do valor utilidade sem vínculo com o componente objetivo de determinação do valor/preço).

trabalho da sociedade, partindo das determinações mais simples para as mais complexas. Rodrigues Andrade (2007) apresenta a tradição do debate em torno da lei do valor a partir do paradigma da planificação para o socialismo. Gontijo (2009), por sua vez, desenvolve a lei do valor em relação, principalmente, com o problema da transformação dos valores em preços de produção. Já Hanke e Winck (2010) elucidam com precisão que a lei do valor não pode ser entendida como Lei Universal de organização de todos os modos de produção e que sua superação é análoga à construção da Economia Solidária. Em consonância com essa perspectiva antilinearista da concepção materialista da história, Prado (2013) argumenta que a validade da dinâmica do valor estudada em Marx se refere exclusivamente ao modo de produção capitalista e que, metodologicamente, a saída da Economia Política Clássica projetada por Marx é superior em relação à saída formadora do individualismo metodológico (Prado (2013a)). Por fim, Seabra e Gimenez (2015) levam a lei do valor para o plano da economia internacional para explicar como a transferência de valor se opera entre as diferentes nações e como o processo concreto de transferência está arquivado teoricamente no exercício de transformação dos valores em preços de produção.

Superando em síntese superior os caminhos (ii) e (iii), em Marx a lei é apresentada como unidade entre aparência, assimilada como a liberdade burguesa, e essência, sinônimo das necessidades de produção e alteração da natureza pelo trabalho humano. Com base nesta solução encaminhada por Marx para teorizar a lei do valor e descrever a conexão entre os sistemas de valor e preço, o debate sobre o cálculo econômico socialista é apresentado como um dos corolários necessários da conclusão da Economia Política Clássica.

A parte 2 desenvolve o conceito de planejamento econômico de natureza capitalista dentro da discussão sobre o padrão de reprodução enfatizado por Osorio (2012) e Souza (2013) inspirados por Ruy Mauro Marini. Esta conexão parte do desenvolvido por Araujo (2013) para contribuir com a ampliação do conceito de padrão de reprodução e para mostrar como este conceito pode ser integrado à discussão sobre a natureza de classe do planejamento econômico.

Conectar o debate sobre as possibilidades de controle sobre a lei do valor com a discussão sobre o padrão de reprodução demanda diferenciar os tipos de planejamento que decorrem das diferentes metas socialmente estabelecidas. De uma forma ou de outra, grande parte das economias nacionais desde o conflito mundial de 1914 realizaram o encadeamento de suas matrizes de insumo-produto com objetivos nacionais pré-estabelecidos. A coexistência do mercado e do plano precisa encontrar respaldo teórico. Neste sentido, a lei do valor enquanto objeto que sofre ações políticas deve descrever o fenômeno social de relação entre os objetos úteis em dois sentidos: aquele em que a lógica do capital domina integralmente as funções objetivos de todos os membros da sociedade e aquele em que indica como a apropriação política da função objetivo por estes membros isoladamente ou em classe é uma expressão da atuação sobre a lei do valor e, ao mesmo tempo, a superação do paradigma filosófico liberal em que a ciência econômica nasce.

Para concretizar este raciocínio o conceito de planejamento econômico de natureza capitalista é desenvolvido como a simbiose existente entre Estado e capital constatado na história da formação concreta do capitalismo. O padrão de reprodução do capital será usado como forma de ilustrar de que modo a ação deste Estado capitalista rege os capitais em concorrência para que o sistema como um todo possa continuar se reproduzindo sem interrupção. De forma resumida, a tarefa do Estado em questão consiste em direcionar os fluxos de capital na reestruturação dos valores de uso nas matrizes de insumo-produto seguindo o desiderato de expansão do valor para que se evitem as crises contidas na separação entre valor de uso e valor. O padrão de reprodução é, assim, constantemente moldado pelo Estado, evitando sua interrupção.

As notas finais relembram, com base nos acúmulos teóricos e históricos aqui listados, que a reprodução infinita do capital deve ser admitida como possibilidade formal. O planejamento econômico de natureza capitalista se configura dessa maneira como um plano para diversos padrões de reprodução possíveis que mantêm “artificialmente” a relação social mercadoria viva, como se depreende dos diversos modelos de crescimento dinâmico em seus variados graus de desagregação e detalhamento. O planejamento econômico de natureza capitalista possibilita, assim, que a lei do valor continue seu movimento de autoalienação infinita, libertando indefinidamente a autoexpansão do capital. É neste sentido que o planejamento econômico de natureza capitalista se torna objeto de ataque do projeto de superação do modo de produção do capital de acordo com o sistema de Marx, gerando o impasse na conexão Marx-Keynes que remete à revisão da relação entre o socialismo utópico e científico.

Parte 1: Da lei do valor ao planejamento da economia

Capítulo 1: A naturalização da relação social mercadoria

“Em uma tribo de caçadores ou pastores, por exemplo, uma determinada pessoa faz arco e flechas com mais habilidade e rapidez do que qualquer outra. Muitas vezes trocá-los-á com seus companheiros, por gado ou por carne de caça; considera que, dessa forma, pode conseguir mais gado e mais carne de caça do que conseguiria se ele mesmo fosse à procura deles no campo.”

Adam Smith ([1776] 1996). *A Riqueza das Nações*.

A naturalização da relação social mercadoria é o erro comum a todas as Escolas de Pensamento Econômico alheias à principal contribuição de Marx para a ciência econômica. Este primeiro capítulo apresenta como a formação da Economia Política concebe a mercadoria como algo natural e eterno, levando-a negar a ação consciente e coletiva sobre o mecanismo espontâneo de mercado. Sua involução em negação à ascensão do planejamento ilustra que seu sistema teórico lastreado no liberalismo burguês é incompatível com o sistema econômico real a partir de meados do século 19. Assim, a grande realização da Economia Política Clássica foi ter descrito, e apenas descrito, o funcionamento da lei do valor.

1.1 A lei do valor na economia política clássica

A lei do valor aparece na Economia Política Clássica em três formatos: como a mão invisível, como troca de equivalentes ou teoria do valor trabalho e como contradição entre esta teoria e os preços empíricos efetivamente realizados no mercado. Ao mesmo tempo em que a elaboração da lei equivale a uma sistematização dos elementos fundamentais do liberalismo, ela invoca, devido à inevitabilidade dialética, a representação do seu contrário: o plano. A continuação unilateral da Economia Política Clássica limitada ao liberalismo se agarra apenas àquela sistematização, abandonando os aspectos da política de ação consciente, do Estado e, em última instância, do próprio conflito. Pelo fato de não prosseguir adiante com o tratamento dialético do valor, não se pode dizer que esta continuação, qual seja, a formação do padrão da ciência econômica como *economics*, represente o desdobramento científico completo da época clássica.³

³ Ao longo do processo de apropriação da Economia Política pelo movimento socialista (e consequente uso para apologia do mundo socialista) houve uma reação política que passou a usar toda a investigação séria sobre a produção e distribuição capitalista apenas para defender ideologicamente o mundo burguês. Desde que a ciência econômica hoje (*economics*) expulse ou aja de forma opressora sobre qualquer componente de qualquer grupo de economistas que se identifica com uma escola de pensamento econômico, ela está infectada pela apologia, seja de um lado (capitalismo) ou do outro (socialismo). Para minimizar os riscos de mal entendidos em relação à nomenclatura da batalha entre escolas de pensamento econômico explico que por *mainstream* entendo o conjunto de elementos e economistas que dominam o ensino da ciência em determinada época. A Economia Política de tradição filosófica e qualitativa era o *mainstream* até a Revolução Marginalista, que, ao longo do período entre 1870 (com a publicação de Jevons ([1871] 1983), Menger ([1871] 1983) e Walras ([1874] 1988)) e 1890 (com a publicação do *Principles of Economics* de Alfred Marshall ([1890] 1985)), alterou as características determinantes do conjunto a ser identificado como *mainstream*. A transmutação da Escola Clássica para a Escola Neoclássica, ou seja, da mudança de perfil do *mainstream*, não é um processo abrupto e nem pode ser minuciosamente descrito pela simples constatação de mudanças nos eixos fundamentais de análise, como a crescente matematização e a adoção do individualismo metodológico. Ela também não pode ser completamente descrita apenas pela aparente mudança de perfil político, como se os clássicos fossem todos progressistas, humanistas, críticos do *status quo* e os neoclássicos reacionários, liberais, defensores do sistema desigual de mercado. Por heterodoxia entendo o conjunto de elementos e economistas em torno do *mainstream* que buscam chamar atenção para elementos desprezados. O pluralismo como meio de fazer as escolas se chocarem abertamente é a maneira mais segura de mostrar os interesses por trás de cada uma delas, e é por isso que defendo essa

A independência da ciência do valor

A ciência econômica, de forma similar às outras ciências que estudam as relações sociais, está em um processo de organização desde o momento em que se tornou um campo do conhecimento independente. É consenso entre os historiadores do pensamento econômico que o marco desta independência é a publicação do livro *A Riqueza das Nações* de Adam Smith em 1776. Considerando o caminho longo de formação da Economia Política, parece ser seguro dizer que ele é apenas um ponto num processo temporal de construção do que se pode chamar de ciência do valor, termo cunhado por Michael Heinrich ([1990] 2014). A escolha desta data simbólica para o nascimento da economia como ramo de estudos independente da filosofia, da política ou da ética se deve ao fato de que até então todo raciocínio para explicar as relações sociais que cumprem a produção e a distribuição estava lastreado em julgamentos morais sobre o que seria a sociedade ideal.

Antes dos primeiros pensadores da sociedade da mercadoria se debruçarem sobre o valor como fenômeno relacionado com a troca, sua atenção era voltada primordialmente aos aspectos qualitativos das relações entre os membros desta sociedade, assim como às normas de conduta que eram julgadas de acordo com parâmetros muito claros sobre o que se considerava certo e errado. A transição deste viés moral no tratamento do valor para um estudo imparcial do mesmo exemplifica toda uma série de avanços na observação das relações de troca expressas no preço, e ela pode ser visualizada com maior minúcia na recuperação da linha que gera tanto o pensamento de Adam Smith quanto o conceito de “mão invisível”.

A história da fundação da ciência econômica, por mais estranho que pareça às vistas do que se entende como a disciplina de economia hoje em dia, está estreitamente relacionada com o trajeto de construção da teoria do Estado. A lista de contribuições aqui é extensa, sendo que no Ocidente a linha remonta à obra *A República* de Platão, e no Oriente, ao pensador chinês Confúcio, cujo tratamento de diversos temas, incluindo o poder, ficou registrado nos *Analectos*. A ciência política

estratégia de avanço para as ciências econômicas. Sobre o estilo didático empregado aqui ver Marx ([1845] 1978), Engels ([1886] 1975) e Freire ([1968] 2015). Sobre o sistema de Economia Política ao qual me subordino nesta data ver Lange (1935) e Lange ([1959] 1963). Sobre o pluralismo nas ciências econômicas ver Fernandez (2011), que trata da metodologia diante do pano de fundo específico do Brasil e da América Latina. Para uma visão internacional do debate sobre pluralismo e educação em economia ver Jo e Todorova (2016) e o periódico científico *International Journal of Pluralism and Economics Education* (<http://www.inderscience.com/jhome.php?jcode=ijpee#issue>). Neste trabalho as datas das referências em colchete (parêntese reto) indicam a data original de publicação da obra (ou o período em que o manuscrito foi redigido pelo autor, nos casos em que a discrepância entre a primeira publicação e a elaboração do manuscrito é grande). A data seguinte informa o ano da edição consultada.

encontra em *O Príncipe*, escrito de 1513, de Maquiavel um marco similar ao que *A Riqueza das Nações* representa para as ciências econômicas. A política estudada desde então passa a abordar sobriamente os objetivos das pessoas e dos meios que elas utilizam para atingirem esses fins. A análise do Estado e do poder, de forma mais geral, sofre uma transmutação significativa, pois agora as relações de domínio não são mais avaliadas com base na ética e na moral, mas sim na constatação seca sobre os vínculos entre os objetivos dos agentes e os mecanismos para a conquista destes objetivos. É com base nesse novo modo de “fazer política” que as instruções de Maquiavel ([1513] 2015) serão de grande valia para vencer os desafios da república da Antiga Grécia que voltaram para ficar com o Renascimento.

A teoria do Estado prossegue até se mesclar com o nascimento da Economia Política, num movimento que vai cada vez mais direcionar os pensadores a ter como objeto de estudo apenas o indivíduo e não mais o organismo ou o conjunto de pessoas que formam a sociedade.

É conveniente lembrar que este desenvolvimento procede numa duplicidade dialética, que contém progressos e retrocessos. O abandono gradual, mas nítido, da visão global do corpo social é positivo à medida que se poderá perceber que os vínculos sociais não podem ser construídos simplesmente com base nos desejos das pessoas, mas que são condicionados pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, a perda desta perspectiva geral e o zoom excessivo sobre o indivíduo desgarrado de seu meio social contém os perigos das tentativas de se estudar a sociedade a partir de uma natureza humana abstraída de suas condições sociais e temporais. Por esta razão, é necessário quebrar os limites do pensamento e das teorias de uma época transportando seus avanços genuínos ao estado presente dos debates. No caso, a observação da sociedade como um todo, e não como a simples soma de unidades livres, deve ser mantida com os ajustes cabíveis visto que se poderá agora conceituar o indivíduo, uma categoria inexistente antes da consolidação da sociedade burguesa.

O processo de dissolução da comunidade, em suas diversas formas⁴, foi observado com atenção. Neste contexto, os pensadores queriam responder a seguinte questão: como explicar o sistema dessa nova organização social, em que as pessoas se relacionam crescentemente por meio das trocas no mercado, sem invocar os desejos divinos ou proposições éticas estabelecidas por quem quer que seja? De certa forma, esta é a pergunta em torno da qual gira toda a filosofia política

⁴ Seja a unidade econômica camponesa, seja a sociedade feudal como um todo, assim como as antigas civilizações em diversos pontos do globo que não giraram mais em torno do redemoinho da mercadoria por circunstâncias próprias.

moral inglesa, de onde Adam Smith, professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow nos anos 1750, parte dos relativamente seguros campo da lógica e da ética para redigir *A Riqueza das Nações*, entregando-se ao labirinto do valor.

Só que ali Adam Smith não inicia algo do zero. Afinal, como Marx indica no prefácio da primeira edição do *Capital* em 1867, o espírito humano tem procurado fundamentar a forma do valor “há mais de 2000 anos” (Marx ([1867] 1985), p. 11). O estudo e observação sistemática documentada do fenômeno de igualação quantitativa entre objetos diferentes datam, no caso do Ocidente, ao filósofo Aristóteles (Bell (1967), Feijó (2007) e Marx ([1867] 1985)). É uma questão permanente, mas silenciosa ao longo de toda história intelectual que antecede a Economia Política.

Qual é a diferença entre o patamar do problema do valor na antiguidade e agora, na sociedade de Adam Smith? Uma extremamente significativa: até que a lógica capitalista não estivesse estabelecida enquanto núcleo determinante de reprodução da vida material, não existiam as condições objetivas para que a ciência do valor pudesse se estabelecer como disciplina própria. E, por isso, também não havia como a humanidade avançar na busca pela compreensão tanto das leis da natureza quanto dos padrões de organização social que se inserem nestas leis. Ou, de modo mais evidente, não havia como entender o capitalismo como mais um modo de produção entre diversos ao longo da história da civilização. Marx atenta para tal fato ao lembrar o leitor que este desvendar requeria certo de grau de desenvolvimento da relação social mercantil. Que grau de desenvolvimento? Aquele que permitisse o desabrochar da ideia de igualdade jurídica entre todos os seres humanos.⁵

A obra de Adam Smith e a fundação da Economia Política Clássica são marcos desse instante. Elas fazem parte desta trajetória longa de estruturação de um sistema teórico que descreve o fenômeno das trocas e de seu substrato, o valor. Neste processo, são criadas categorias da Economia Política teórica que precisam ser organizadas em um conjunto coerente, caso se pretenda avançar na consolidação da economia enquanto ciência. As categorias basilares que se condensam no pensamento de Adam Smith transitam dos aspectos éticos e filosóficos ao campo mais concreto das transformações geradas pela formação da indústria capitalista, como nação, trabalho, produtividade, riqueza e dos elementos mais abstratos ligados à relação social da mercadoria, como valor de troca, valor de uso e capital.

⁵ O termo usual “homem” referente ao indivíduo da espécie nos escritos sobre a civilização humana será substituído por “ser humano” sempre que isso não prejudicar a contextualização desses escritos.

A lei do valor é uma destas categorias que, embora não apareça explicitamente a todo instante, está submersa ao longo de todo o discurso sobre a operação daquele mecanismo social que harmoniza espontaneamente os interesses individuais com os interesses coletivos. A solução de Adam Smith para este problema, qual seja, o de vincular a atuação do indivíduo com o corpo social que, eticamente, deveria compor uma unidade estável, simboliza o primeiro passo para a descrição completa do fenômeno real que nos referimos como lei do valor. Por esta razão o estudo da categoria lei do valor e sua integração com a análise histórica do planejamento econômico posterior devem necessariamente partir de sua recuperação na Economia Política Clássica.

Um dos resultados gerais a que se chegou com a formação da ciência econômica é a de que a economia é a unidade de duas partes, a produção e a distribuição de objetos úteis que são necessários tanto para a reprodução material dos indivíduos da sociedade quanto das relações que eles mantêm entre si. Após uma longa trajetória de estudos que buscava dar racionalidade ao movimento político emergente dos trabalhadores na Europa, a principal contribuição de Marx a esta área do conhecimento foi a de que a forma pela qual a produção e a distribuição são levadas a cabo é condicionada por fatores históricos ligados ao domínio que a sociedade tem sobre a transformação da natureza.

Antes da ascensão do modo de produção capitalista as ações tomadas pelos membros da sociedade para resolver o problema econômico, ou seja, para usarem os recursos encontrados na natureza para sua reprodução material, eram balizadas pela própria política, ou melhor, pela tradição e pelos costumes herdados do passado. A organização econômica da sociedade não possuía nenhuma diretriz lógica para conduzir a produção e a distribuição no sentido de uso consciente da ciência na alteração da natureza. O incremento da produtividade ocorria avulsamente. Deste modo, as técnicas de transformação da natureza e o modo como o produto era posto à disposição de cada membro da sociedade seguiam padrões éticos e morais cuja explicação só podia ser de ordem divina. No caso das trocas de valores de uso que ocorriam em extensões variadas (assim como eram variadas as intensidades de uso da mercadoria dinheiro nas sociedades não-capitalistas), existia uma fixação ou delimitação do sistema de preços que inibia a vigência livre da lei do valor.

É nesse ponto que Isaak Rubin ([1928] 2014) recorta a mudança em torno da discussão sobre o preço para demarcar a origem da ciência do valor. Ao longo do declínio do feudalismo, a lei do valor se transforma em um objeto de investigação sem que aja qualquer posição normativa sobre

qual deveria ser a relação quantitativa de igualdade entre os objetos transacionados. Até a ascensão da sociedade capitalista o preço das coisas era seguido pela discussão normativa onde a relação quantitativa de troca deveria ser aquela do “preço justo”, que era politicamente determinado pelas corporações de ofício, em um processo que bloqueava o desenvolvimento da concorrência (Rubin ([1928] 2014), pp. 95).

Apesar de o mercado existir há muito tempo antes da formação do modo de produção capitalista, foi somente com a crescente centralidade da relação social mercantil que se pôde perceber que o modo de organização econômica não precisava seguir estruturas tradicionais por repetição. No entanto, mesmo sendo objetivamente possível descobrir que esta organização pode ser feita conscientemente pelos seres humanos, não foi de imediato que se anunciou esta alternativa. A solução da contradição indivíduo-coletivo ainda não podia virar realidade nas etapas imaturas do capitalismo. Existem obstáculos objetivos que impõem limites à ação impulsionada pela subjetividade individual.

Ao colocar à prova seu método de estudo do desenvolvimento histórico para analisar como o processo Revolucionário é bloqueado pela burguesia na França, Marx anotou que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade (...)” (Marx ([1852] 2011, p. 25)), pois cada geração está condicionada a agir dentro de limites concretos que impedem a imediata execução dos ideais do movimento comunista, entendido como uma força histórica milenar de aprendizado, transformação e avanço dos trabalhadores rumo a uma sociedade sem classes. Faz-se necessário agarrar-se às ideias caducas pelo simples temor do novo revolucionário. No caso, os economistas clássicos⁶ se refugiavam nas ilusões deslumbrantes dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, não conseguindo enxergar o que vinha depois do apogeu da sociedade burguesa. Este é o mesmo problema em que se encontram os economistas do presente que se prendem ao mundo do liberalismo de *laissez-faire* e abstraem de todas as transformações concretas explicitadas com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Este estreito horizonte busca, portanto, substituir a lógica regente da organização social, trocando os princípios éticos, morais e extra-mundanos por um novo sistema autossuficiente que

⁶ Para Marx, os clássicos que compõem a Economia Política Clássica abrangem todos os autores desde William Petty que investigam “o nexa interno das condições de produção burguesas como antítese da economia vulgar, que apenas se move dentro do nexa aparente (...)” (Marx ([1867] 1983), p. 76 [O Capital]). Os “últimos” economistas clássicos para Marx são Ricardo (na Inglaterra) e Sismondi (na França) (Marx, K. ([1859] 1971a) [Para a Crítica da Economia Política]), mas não é nítido quem seria o “primeiro” economista vulgar. Talvez John Stuart Mill seja um nome adequado para assumir esse posto.

deveria dar conta de explicar inteiramente o mundo novo saído da decadência do feudalismo. Considerando as transformações superestruturais graças ao Iluminismo deve-se reconhecer o progressivo nesta mudança. Por outro lado não se pode esquecer que a aparência neutra da nova ciência será apenas uma capa sobre as posições políticas dos autores que estão necessariamente inseridos na luta de classes.

A despeito da autoridade com que os historiadores do pensamento econômico afirmam que a independência da ciência dos economistas tenha ocorrido no século 18, é adequado admitir que o pensamento econômico anterior à formação do capitalismo não era apenas existente, como continha diversos elementos desenvolvidos que tratavam das questões da produção, da distribuição e do próprio valor. Afinal, não é pelo fato de não existir ciência econômica que não havia economia e até mesmo troca de mercadorias (ainda que apenas perifericamente). Enquanto padrão de organização social interagindo com o meio ambiente para sua reprodução, a economia existe desde os primórdios da civilização, ou desde a era em que o *homo sapiens* começou a se diferenciar dos demais animais (Engels ([1876] 2004)).

A principal diferença em termos de organização econômica é que antes o mundo econômico não possuía uma racionalidade própria, ou seja, não continha um núcleo gerador de seu próprio movimento, com o que os pensadores, na hora de avaliar a economia de sua época, recorriam à filosofia e suas derivações como a política, a ética e a moral. Disso se depreende que os interesses econômicos não formavam o primeiro determinante da ação humana que resulta na ordem social. Dos pensadores da Grécia antiga e do Oriente até o mercantilismo e os fisiocratas, o que interessava era a descrição do complexo geral da sociedade sem que se estabelecesse um padrão único de comportamento para todos os membros da sociedade. Cada grupo ou indivíduo possuía assim sua função no corpo social de acordo com as tradições e com os desígnios do sagrado, que ditavam as linhas a serem seguidas pela organização da produção e da distribuição dos objetos úteis.

Afinal, por que, exatamente, não se considera o pensamento econômico anterior a Adam Smith como ciência econômica? Levando em consideração as diretrizes de descoberta e estudo do Iluminismo, os fenômenos observados ao longo da experiência de vida pelos seres humanos não podiam mais ser explicados exogenamente, ou seja, pela opinião do observador, pelos padrões morais socialmente aceitos ou, em última instância, pela vontade de Deus. *A Riqueza das Nações* de 1776 é escolhida para ser o marco temporal de independência da ciência econômica porque,

além de aglutinar coerentemente diversos pensamentos soltos da época em torno das mesmas questões, ela fecha todo raciocínio de explicação das relações sociais de produção e distribuição não mais lastreadas em julgamentos morais sobre o que deveria ser a sociedade ideal. Até então os pensadores sempre consideravam certo comportamento “justo” como a base correta para construção de uma sociedade “boa”. De acordo com a tradição iluminista de ciência, este tipo de análise não é considerado científico, e por isso, tudo que antecede *A Riqueza das Nações* é visto no máximo como pensamento econômico, mas não como ciência econômica propriamente dita.

Neste sentido, a ciência do valor só pôde se desenvolver plenamente quando a conduta-padrão dos membros da sociedade era aquela que remonta à abstração do *homo economicus*: sem coerção direta, apenas pelo uso dos acordos em mercado para transação de propriedade privada, as pessoas perseguem seus objetivos e interesses, determinados unicamente pela sua posição subjetiva num quadro previamente existente (cuja origem é naturalizada) em que as pessoas só se relacionam socialmente por meio da mercadoria.

É importante perceber que o sistema mercantil, longe de ser exclusivamente um ente maligno contrário ao progresso, abre as bases para a associação de homens livres, em comparação com os laços arcaicos que prendiam a pessoa ao grupo social: os objetivos individuais podem ser escolhidos por cada um, iniciando assim a desconstrução do domínio religioso sobre os economicamente dominados. Certamente, esta libertação é apenas iniciada, com o que se passa para formas cada vez mais claras (e ao mesmo tempo mais encobertas pelo fetichismo da mercadoria) de dominação, até que se possa descobrir o fundamento final de exploração do ser humano pelo ser humano imbricado no núcleo duro da Economia Política: a relação social da mercadoria, cuja expressão histórica evidente é o mercado ou a vigência plena da lei do valor, um mecanismo descentralizado que orchestra os indivíduos sem que estes se deem conta de que a propriedade privada e a lógica do valor substituem suas metas individuais pelo desiderato da formação e reprodução infinita do capital.

As consequências negativas da socialização exclusiva (ou predominante) pela mercadoria só se tornarão cada vez mais evidentes conforme as crises sociais forem sendo assimiladas empírica e teoricamente pelos que trabalham: primeiro nas condições de vida estraçalhadas pela separação violenta entre eles e seus meios de produção, segundo, pela crescente miséria urbana e campestre (em todos os sentidos, não só em termos de escassez material-renda) com os avanços não planejados da industrialização e, terceiro, pela contradição entre o sistema social do capital e o

sistema biológico em que a humanidade se insere no planeta, cuja expressão é a poluição e a questão ambiental do final do século 20 e início do século 21.

O problema, neste estágio, é que a lógica do capital consolida e dissemina uma função objetivo específica para todos os agentes da nova sociedade: a valorização do valor. Depois que as classes sociais forem apagadas da Economia Política e esta se torne enfim, a teoria econômica aceita socialmente, o *homo economicus* surgirá como a unidade teórica que simboliza a personificação econômica do capital. O que facilita a emergência da ciência econômica é que, a partir da generalização da relação social mercantil, a conduta dos membros da sociedade se alinha com a lógica de valorização. Enquanto indivíduos livres no mercado, todos se comportam do mesmo modo, o que permite eliminar os argumentos normativos para explicar o funcionamento da economia. A economia enquanto ciência começa realmente com Adam Smith, mas este primeiro alicerce de construção só é concluído com a Crítica da Economia Política, que leva os economistas para a concepção materialista da história (*materialistische Geschichtsauffassung*)⁷ e os prepara para extrair todo o progresso subsequente que será gerado na *continuação do estudo quantitativo do valor na economia vulgar, ou seja, na economia não-marxista*. Sem este lembrete, dificilmente será possível continuar desenvolvendo dialeticamente a ciência do valor e absorvendo as criações variadas das distintas escolas de pensamento econômico contemporâneas para usá-las de acordo com os objetivos da classe trabalhadora.

Entretanto, mesmo que a categoria valor ressurja neste ambiente propício para sua efetiva descoberta e descrição, a *Riqueza das Nações*, assim como toda a amplitude dos economistas clássicos em torno deste marco, contém vícios característicos do passado que bloqueiam a análise do fenômeno de trocas emoldurado no espaço chamado mercado. A independência da ciência do valor, ou em outras palavras, a fundação da Economia Política com Adam Smith, foi, portanto, apenas mais um passo na jornada milenar de compreensão da lei do valor. O passo seguinte demandava superar estes vícios, principalmente aquele que empurrava as determinações de fenômenos sociais históricos específicos para uma “ordem natural” universal.

A lei do valor como mão invisível

⁷ O termo popular “materialismo histórico” será substituído por “concepção materialista da história”, expressão mais próxima ao termo original usado por Marx (*materialistische Geschichtsauffassung*) e menos distorcida pela interpretação mecanicista que diminuiu a importância do elemento subjetivo no marxismo.

O desafio intelectual precedente à Economia Política era explicar de que modo a sociedade moderna, composta agora de diversos membros com livre arbítrio e juridicamente iguais, podia se manter como corpo coerente e harmonioso sem que houvesse coerção externa moral, ética ou religiosa para a reprodução metabólica. Ou seja: como fundamentar as regras de convivência social que mescle a política com o mercado? Imediatamente antes de Adam Smith, a controvérsia central em torno da teoria do Estado era simbolizada na contraposição de duas visões distintas sobre a relação das pessoas entre si e da relação delas com a autoridade legal.

Thomas Hobbes (1588 – 1679), por um lado, lembrava a frase do poeta romano Titus Maccius Plautus, “homo homini lupus”, na dedicação de sua obra, *De Cive* (Do cidadão), de 1646 para argumentar que, se por um lado “o homem é um Deus para o homem”, também é verdade que “o homem é um lobo para o homem” (Hobbes ([1646] 1918), p. 63). Assim sendo, no “estado de natureza” haveria “uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens” (Hobbes ([1651] 2003), p. 98).⁸ Segundo ele, a única maneira de contornar esta situação de barbárie seria por meio da institucionalização de uma força reconhecida por todos, que forma então o Estado, em latim, *civitas*, ou a “multidão assim unida numa só pessoa” (Hobbes ([1951] 2003), p. 130-131). Isto ocorre quando os homens, realizando um pacto entre si, transferem todo o direito de exercer violência a uma terceira entidade, responsável por submeter todos às mesmas regras. O Estado absorve então a função de, entre outras coisas, garantir aos membros da comunidade “(...) uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio trabalho e graças aos frutos da terra, [eles] possam alimentar-se e viver satisfeitos (...)” (Hobbes ([1951] 2003), p. 130), o que equivale a defender ativamente a propriedade privada enquanto necessidade objetiva para a humanidade de sair do mundo primitivo.

Apesar da ideia de propriedade privada já ter aqui um abrigo relativamente seguro, sua inserção no sistema filosófico de explicação da sociedade moderna ainda ocorre através de um mito, ou seja, de forma artificial e exógena. A teoria do Estado de Hobbes se encaixa nas correntes teóricas de contrato social para fundamentar a ordem política observada, que, se por um lado rompem com o vínculo soberano-Deus, continuam se apoiando em um elemento ideal para dar origem a tal ordem, no caso, o reconhecimento racional dos homens de sua própria “natureza

⁸ O “estado de natureza” é uma abstração da sociedade primitiva, não civilizada, ou seja, uma sociedade sem lei. Ela é utilizada pelos pensadores a partir do século 17 para contrapor a civilização/sociedade presente aos grupos primitivos que não haviam entrado na trajetória civilizatória.

egoísta”. Por isso, na concepção de Hobbes, a economia permanece subordinada à política, de tal forma que este tipo de Estado ainda não está perfeitamente alinhado com a ideologia de ordem natural do mercado e da propriedade privada, condizente com os interesses da nova classe dominante.

John Locke (1632 – 1704), por outro lado, apresenta uma explicação alternativa para o vínculo entre indivíduo e sociedade do novo mundo. Para ele, o estado natural contempla a existência da propriedade privada, com o que não existe a necessidade de ela ser criada a partir do contrato social que forma o Estado. O pacto neste caso é de consentimento, ou seja, os homens firmam um acordo diretamente entre si de forma livre. Seria a partir desta relação recíproca de reconhecimento em relação à propriedade individual que emerge o corpo social moderno. No pensamento de Locke, a naturalidade da propriedade privada é tão firme que será um componente importante no processo de naturalização da sociedade burguesa, e, portanto, da sociedade produtora de mercadoria e capital. É curioso notar que a via pela qual a propriedade individual e o liberalismo se desenrolam na teoria política de Locke é o argumento de que os homens tem o direito natural ao que é resultado de seu trabalho, no sentido mais amplo de simples modificação e apropriação da natureza, como os frutos, os animais, a terra, etc. Assim, se alguém atua sobre objetos da comunidade, transformando-os, os produtos daí resultantes são de propriedade de quem os trabalhou (Locke ([1690] 1999)). Isto dá uma pequena pista sobre como a teoria do valor trabalho vai emergindo gradualmente com a ascensão da sociedade burguesa, em paralelo com as discussões mais abstratas de determinação da grandeza do valor, que ainda não excluem o fator de utilidade.

Existe, portanto, uma diferença sutil entre Hobbes e Locke em relação ao conceito de Estado condizente com uma ciência que pretenda se dedicar exclusivamente ao econômico. Enquanto em Hobbes o Estado tem um papel ativo de institucionalização da propriedade privada, em Locke, esta instituição precede a formação da sociedade civil, sendo, portanto, já presente no estado de natureza. Além disso, como o Estado em Locke decorre do consentimento generalizado entre os homens, o sustento final da instância política é o próprio indivíduo e não algo que surge “por cima”. Esta idealização está de acordo com as relações sociais de produção de mercadorias. Neste sistema, as pessoas interagem totalmente através dos vínculos econômicos compreendidos como relações entre proprietários privados, e não se faz mais necessário uma base política, ética ou religiosa prévia para se justificar o sistema social em observação. Ainda outra forma de averiguar o avanço de Locke em relação a Hobbes e todos os outros pensadores da política é lembrar que,

no modelo de pensamento burguês liberal, existe espaço para a intransigência política, ou seja, para a revolução social e levante contra o governo. Isto ocorre quando o Estado não atende os parâmetros de anseios dos indivíduos, que possuem com exclusividade o elemento ativo no processo de configuração da sociedade. Aqui se tem outra pista de uma corrente que brotará do liberalismo e se rebelará abertamente contra o Estado: o anarquismo.

Adam Smith, assimilando estes desenvolvimentos da filosofia política moral em combinação com a economia dos franceses, seguirá a linha de ordem natural como eixo central de explicação do nexo entre indivíduo e sociedade. A síntese das ciências naturais com o conceito de indivíduo livre e de sociedade de Locke será uma das principais formas de explicitar o papel de Adam Smith na fundação da Economia Política segundo Mazzucchelli (2002).

Para o público dos economistas distantes da ciência política e das bases filosóficas que geraram a ciência econômica contemporânea, Adam Smith tem sido apresentado como um baluarte do liberalismo, sem que se aprofunde sobre a própria ideologia liberal em toda sua envergadura ou sobre a sua trajetória intelectual particular. Nesta apresentação popularizadora, a mão invisível de Adam Smith se tornou excessivamente próxima da sátira de Bernard Mandeville (1670 – 1733) em seu conto das abelhas publicado em 1714. A leitura superficial de Adam Smith não se atenta para a importância e permanência da obra *A Teoria dos Sentimentos Morais*, publicada por Adam Smith em 1759, ou seja, 17 anos antes de *A Riqueza das Nações*.⁹

O mais importante a se ter em mente é que, ao contrário do que se pensava, a diferença entre as duas principais obras de Adam Smith, *A Riqueza das Nações* e *Teoria dos Sentimentos Morais*, não refletem absolutamente dois sistemas filosóficos opostos. O chamado “problema de Adam Smith” é apontado na história do pensamento econômico como a impossibilidade de conciliar estes dois livros. Isto porque, em um, Adam Smith trata dos problemas tradicionais da filosofia moral inglesa, tentando erigir um sistema ético em que o indivíduo da nova sociedade entrasse em harmonia com o conjunto em que está inserido, e no outro, ele aborda os problemas mais concretos relacionados com a riqueza de uma nação e suas ligações com a divisão do trabalho, o comércio e o dinheiro.

⁹ Os esforços para reconsiderar o pensamento de Adam Smith em toda sua plenitude como forma de retomar a filosofia e a ética na ciência econômica foram iniciados principalmente por Amartya Sen. Bertram Schefold, na Alemanha e Ana Maria Bianchi no Brasil também se somam a estes esforços.

O fato é que as duas obras evidenciam momentos distintos no percurso de Adam Smith de uma área relativamente desenvolvida, a filosofia moral e política, para um campo novo, que será o canteiro do prédio da economia política. Nesta transição, ao que parece, o sistema filosófico consolidado por Adam Smith durante suas aulas de filosofia moral em Glasgow ao longo da década de 1750 parece ter sido integrado às observações do mundo concreto realizadas em sua viagem ao continente europeu, em que conheceu os economistas franceses Turgot (1727 – 1781), François Quesnay (1694 – 1774) entre outros intelectuais (Stewart ([1811] 2002)).

Assim, para apreender a lei do valor como ela aparece em Adam Smith, é preciso conectar a *Teoria dos Sentimentos Morais*, que documenta o sistema de filosofia moral de Adam Smith desenvolvido ao longo de suas aulas, com *A Riqueza das Nações* por meio de uma continuação das investigações que Adam Smith aprofunda a partir de seus contatos com os fisiocratas.

A principal categoria do sistema moral apresentado na *Teoria dos Sentimentos Morais* é a de “simpatia”. Dentro da estrutura do curso de filosofia moral ministrado por Adam Smith, como relata Stewart ([1811] 2002), esta categoria vinha na segunda parte, onde o assunto era a ética. O formato do curso remete à própria trajetória histórica em miniatura da nascente Economia Política. A primeira parte versava sobre Teologia Natural, onde Adam Smith discutia as provas da existência e dos atributos de Deus, de onde se depreende como a lógica era usada em questões de religião. A terceira parte tratava da moral e da justiça, ou seja, das regras e condutas sociais tidas como justas. A quarta e última parte falava de justiça e utilidade no sentido de riqueza e perseguição de riqueza, algo que já se aproxima dos assuntos abordados na obra “econômica” de 1776 do escocês eminente.

Qual é, resumidamente, a principal ideia de Adam Smith apresentada em *Teoria dos Sentimentos Morais*? Com o apoio de Stewart ([1811] 2002) podemos dizer que dois aspectos são investigados, que, embora se aproximem, podem ser claramente diferenciados: primeiro Adam Smith busca explicar como aprendemos a julgar a conduta de nosso próximo, segundo, ele tenta mostrar que, quando usamos este mesmo padrão para julgar nós mesmos, adquirimos um senso de dever.

E quais são os critérios deste padrão de julgamento? Antes de tudo, uma percepção da diferença entre a conduta certa e a conduta errada. Depois, uma percepção do mérito ou demérito do agente (ou seja, em que grau o agente é responsável pela conduta certa ou errada). Adam Smith constrói então exemplos da capacidade humana de “se colocar no lugar do outro”, para se

aproximar de experiências alheias. O grau máximo desta habilidade seria quando a pessoa experimenta as emoções de outrem com a mesma intensidade como se ela fosse a pessoa diretamente afetada pelo fenômeno.

No capítulo 1 de *Teoria dos Sentimentos Morais*, Adam Smith imagina a situação hipotética em que observamos uma pessoa prestes a receber um golpe sobre sua perna ou o braço, e que, “(...) naturalmente encolhemos e retiramos nossa própria perna ou braço (...)” (Smith ([1759] 2002), p. 6). De forma similar, quando o público admira um bailarino na corda bamba, ele se sente e se contorce como se estivesse na mesma situação do equilibrista. Inúmeras situações podem ser imaginadas para servir ao propósito de Adam Smith de mostrar que todos possuem, como princípio natural, a capacidade de se pôr no lugar do outro e, portanto, de julgar a si mesmo como julgamos nossos semelhantes.

Certamente, Adam Smith sabe que as situações variam e nem sempre há convergência de sentimentos, surgindo o que ele chama de inconveniência. Por exemplo, um ser humano furioso que insulta, causa constrangimento, ou qualquer outro sentimento negativo, não provocará simpatia nos afetados ao seu redor. Isto porque não se conhece a causa de sua fúria. O argumento central de Adam Smith é o de que, sendo possível remontar o histórico gerador dos sentimentos de alguém, todos nós temos plenas condições de se colocar no lugar deste alguém e de julgá-lo como julgamos a nós mesmos. Por esta razão, Adam Smith, contrapondo frontalmente a visão comum de que ele enxerga o indivíduo autointeressado nos moldes de Mandeville, abre o texto de *Teoria dos Sentimentos Morais* afirmando que:

“Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela.” Smith ([1759] 2002), p. 5)

Estes princípios em sua natureza são aqueles que criam a capacidade de nos colocar no lugar do outro, ou seja, de se espelhar no outro. É isso que Adam Smith chama de simpatia. Esta

categoria é a primeira elaborada no livro e por isso recebe destaque, inclusive porque, provavelmente, é um sentimento que se opõe ao egoísmo, sentimento também existente.¹⁰

A admissão de “simpatia” na visão de organização social que Adam Smith quer explicar obriga relativizar a tradicional acepção de que, para ele, os indivíduos seguem estritamente seus próprios interesses, sem se importar com a situação alheia.

Certamente, diversas passagens de *A Riqueza das Nações*, como a famosa sentença repetida à exaustão sobre a aparente redundância da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro para a obtenção de nosso jantar, contribuíram para extirpar os elementos da *Teoria dos Sentimentos Morais* de seu sistema de 1776. Isso teria ajudado a popularizar um Adam Smith “sem ética”, o que com certeza é inaceitável visto que ele nunca abandonou completamente o campo da filosofia moral, tendo apenas invadido com o outro pé o campo novo e adjacente da Economia Política. Não se tem conhecimento sobre o próprio Adam Smith negando seu escrito anterior, com o que somos impelidos a concordar com Amartya Sen (1999) e Bianchi (1988) na hora de pensar o sistema smithiano como uma continuidade em construção, ou seja, como uma adição dos temas econômicos aos assuntos tradicionais da filosofia política.

Neste ponto, os adeptos da leitura linear de progressão científica podem com justeza fazer uma ressalva. Se a permanência da filosofia da ética no esquema de Adam Smith é verdade, então o sistema filosófico de Bernard Mandeville é superior, visto que ali todo resquício moral é extirpado.

A resposta a isso nos lembra do método científico de uso progressivo das descobertas do passado. Mandeville é e não é superior a Adam Smith no que tange o padrão comportamental dos

¹⁰ Após a apresentação de “simpatia”, os dois capítulos seguintes da *Teoria dos Sentimentos Morais* descrevem como a simpatia mútua causa prazer para ambas as partes e de que forma se estabelece um censo de conveniência. Assim, a simpatia não origina necessariamente uma situação conveniente, porque as causas produtoras de sentimentos podem variar de pessoa para pessoa, de acordo com padrões de formação tratados pelos estudiosos do comportamento e da psique humana. Este é um ponto de contato entre Adam Smith e a formação da psicologia que pode ser explorado pelos investigadores deste campo do conhecimento nascido no século 20. A diferença entre simpatia e conveniência pode ser resumida assim: a situação inicial é aquela em que não temos o histórico das emoções do outro ou, por qualquer motivo, julgamos o outro com outro critério em relação aos critérios que julgamos nós mesmos. Esta não é a situação de simpatia. Adam Smith argumenta, no entanto, que todas as pessoas têm uma capacidade natural de se aproximar da simpatia, “sintonizando” a forma como julgamos os outros e nós mesmos. Quando este critério de julgamento é atingido, há simpatia. Então, duas situações são possíveis: conveniência ou inconveniência. Segundo minha interpretação, é possível se colocar no outro (simpatia) e não vivenciar as mesmas emoções. É uma situação inconveniente. Conforme estudos iniciais da psicologia, isto parece decorrer das diferenças de psique entre as pessoas, que têm vários fatores determinantes (social, biológico, histórico, etc.). A simpatia não é uma garantia da conveniência, mas sem simpatia não há conveniência.

indivíduos na sociedade moderna. Ele é superior à medida que, de fato, desdenha a força da moral e do “politicamente correto” para explicar a coesão da nova sociedade. Mas é inferior por apresentar, ele mesmo, uma lição de moral na forma de uma anedota sem relacionar com propriedade este novo sistema exclusivamente egoísta ao campo da economia. A continuação do pensamento de Adam Smith realizada pelos economistas que seguirão dentro da tradição liberal irá mesclar a visão econômica de Smith com a filosofia de Bernard Mandeville e com toda tradição do liberalismo individualista, o que, de certa forma, é correto e progressivo¹¹. Porém neste ponto já existem muitas apropriações, inspiradas por posições políticas muito diferentes que ilustram a polarização na sociedade burguesa. O importante a destacar aqui é que, enquanto esquema abstrato de fundamentação teórica do funcionamento da sociedade, tanto Adam Smith quanto Mandeville criam um sistema autoperpétuo, que não exige nenhum fator exógeno para funcionar. Os indivíduos perseguem seus objetivos e geram resultados sociais positivos, embora algumas diferenças existam entre as explicações destes dois pensadores sobre a forma exata sobre como isto ocorre e sobre o papel do Estado e da Política na garantia desse resultado.

De fato, uma das viradas mais significativas na busca por uma teoria nova que retirasse todo fator exógeno moral como determinante das relações sociais observadas na ascensão do capitalismo foi a repercussão estrondosa do poema *A Fábula das Abelhas ou: Como os Honestos se tornaram Velhacos ou Vícios Privados, Benefícios Públicos* (Mandeville ([1705] 1988)).

De forma bastante resumida, o poema conta uma história de uma colmeia que sofre uma transformação. A comunidade de abelhas funciona em analogia com a sociedade humana, onde cada membro tem sua função. Existe assim uma divisão do trabalho social, e cada um cumpre suas tarefas, não porque pensa no coletivo, mas porque percebe que suas ações dizem respeito à busca dos seus objetivos individuais. Esta busca particular remete a diversas formas de expressar os motivos que cada um tem para avançar socialmente, para obter mais reconhecimento, riqueza, felicidade, honra, etc. O termo “ambição” captura este fenômeno e é usado no conto para se formular o raciocínio mais sintético sobre o que seria, afinal, a mão invisível: cada membro da sociedade, ao perseguir sua própria felicidade (seja qual for o seu formato, como maior riqueza material, maior reconhecimento público, maior sabedoria, etc.) acaba participando de um processo

¹¹ Esta será a leitura, por exemplo, de Hayek. Para uma apresentação crítica paralela de Adam Smith e Hayek ver Ganem (2012).

coletivo que produz um resultado positivo para toda a comunidade, e não somente para os indivíduos que se entregam cegamente à busca de suas paixões particulares.

A trajetória de construção do raciocínio por Bernard Mandeville é notável esteticamente. A contradição contida na grande questão da Filosofia Moral moderna pulsa na sequência dos versos numa transição evidente entre os dois extremos da unidade dialética indivíduo-sociedade. Em paralelo com o individualismo nítido da colmeia, há um progressivo evidente do coletivo. No entanto, a certa altura, as abelhas se sentem insatisfeitas com o fato de cada uma delas só cuidar de sua própria sorte. A reclamação de que todos são egoístas torna-se generalizada. Então, o Deus Júpiter, querendo dar uma lição às abelhas, atira um raio sobre a colmeia que age com um efeito mágico curioso: todos os indivíduos passam a ser absolutamente honestos.

Mandeville descreve primeiro os resultados positivos deste fenômeno, postergando a distopia para o desfecho do conto. As abelhas comemoram a nova situação todas juntas, em uma catarse coletiva semelhante às festas de grande conquista histórica pela massa. Diversos problemas desaparecem imediatamente como consequência do sumiço da trapaça, da vingança, do egoísmo, ou seja, do comportamento exclusivamente auto-interessado: toda estrutura e dispêndio necessários para fazer valer a lei, os contratos e acordos somem diante dessa coletivização ética.

Todavia, em uma virada inesperada, outros problemas aparecem: a ausência do auto-interesse provoca a generalização do comportamento *free-rider*, quer dizer, da ação de deixar para o próximo a responsabilidade de arcar com as tarefas necessárias para a condução do processo de reprodução econômica da colmeia. Disso resulta um decréscimo dos esforços construtivos e a sociedade das abelhas entra em decadência, com muitas abelhas fugindo da colmeia enfraquecida para buscar a sorte em outro local. A moral da estória contada por Mandeville é a de que as abelhas não devem reclamar do fato de que cada uma delas só pensar em si mesma e buscar, individualmente, fama e fortuna. Pois seria esse comportamento auto-interessado que cria o coletivo forte do qual todos se beneficiam. Portanto, vícios privados gerariam benefícios públicos e o padrão comportamental individual condizente com as novas relações sociais ganha uma defesa fora do campo da moral e da ética que influencia toda a discussão da Filosofia Moral da época.

A lógica do sistema social esboçada aqui certamente não está entrelaçada com as questões mais concretas da nascente Economia Política, como riqueza e dinheiro ou Estado e mercado, pois a abordagem na fábula é muito abstrata. Mas é possível imputar suas categorias gerais de organização espontânea e natural ao cerne teórico a que nos referimos como lei do valor. O padrão

impensado de coordenação do indivíduo com seu corpo social, tal como o que se vê em uma sociedade produtora de mercadorias, decorre exclusivamente de um único fator explicativo internalizado aos indivíduos desta sociedade: o esforço de cumprimento de sua função objetivo (meta) dadas as circunstâncias objetivas que limitam a ação individual. Neste sentido é que se pode pensar na lei do valor como um mecanismo natural, acima dos homens, que está tão conectado à própria natureza humana tornando possível pensar uma sociedade de indivíduos livres de qualquer ética, moral ou religião.

Torna-se socialmente aceito defender uma sociedade em que cada um se importa apenas com sua sorte e nada mais. Também fica definitivamente selado o elo entre a filosofia utilitarista e os assuntos de ordem mundana da “administração da casa” (na linguagem aristotélica referente ao econômico). O utilitarismo se encaixa com perfeição na descrição de um indivíduo genérico livre que tem uma função objetivo inteiramente subjetiva, ou seja, determinada por ele próprio. Esta é base mais firme para toda construção subsequente da Economia Política que seguirá o caminho a partir do ápice a que se chega o pensamento burguês: a liberdade irrestrita do indivíduo balizada apenas pela sua própria consciência de participar de um grupo social em que todos os outros possuem os mesmos direitos individuais que ele. Os próximos passos lógicos levarão o raciocínio para o socialismo burguês em diversas variantes, cuja fronteira com o marxismo deve ainda ser investigada.

Qual é a resposta de Adam Smith à descrição da lei do valor em Bernard Mandeville? Encontramos seu posicionamento conectando dois pontos tratados no livro *Teoria dos Sentimentos Morais*: primeiro, a origem da ambição (no capítulo 2 da seção III da primeira parte) e, segundo, os outros sistemas de filosofia moral sobre os quais Adam Smith faz comentários (em especial no capítulo 4 da seção II da sétima parte).

No capítulo sobre a origem da ambição, Smith ([1759] 2002, pp. 59-72) retoma uma questão pertinente que aparecia sistematicamente nos discursos dos escolásticos sob a forma de busca da luxúria e dos prazeres. Por que os homens correm atrás de posses, poder ou dinheiro que vão além daquilo necessário para suprir as necessidades da natureza, como “comida e roupa, o conforto de uma casa e de uma família” (Smith ([1759] 2002, p. 59))? Qual é a motivação desta busca que aparece como um comportamento cobiçoso de busca pela riqueza ou pela satisfação de um interesse próprio qualquer?

Designada como ambição, em sentido negativo advindo dos costumes da Idade Média, este sentimento de querer “crescer na vida” ou de “melhorar de condição” não está, no pensamento de Adam Smith, diretamente relacionado com a conquista de riqueza material ou poder. Para ele, na verdade, o aumento da riqueza se relaciona indiretamente com o verdadeiro motivo do impulso humano por querer “mais”. O que impele as pessoas a conquistarem coisas seria sua necessidade de reconhecimento pela sociedade. É neste sentido que se entende que “ser notado, servido, tratado com simpatia, complacência e aprovação, são todos os benefícios a que podemos aspirar. É a vaidade, não o bem-estar ou prazer que nos interessa.” (Smith ([1759] 2002), p. 60).

Por isso, para Adam Smith, a origem da ambição está na própria vaidade do ser humano. Desta forma, aquelas pessoas em atividades de lucro, não estariam querendo dinheiro para satisfazer suas necessidades básicas, nem mesmo para ter conforto e luxo, mas sim para ter a admiração de todos os membros da sociedade. A riqueza e poder são apenas algumas formas específicas de conquistar este patamar de elevado reconhecimento social. Por isso existe uma relação muito próxima entre o “sentimento natural” de vaidade e o comportamento do novo personagem que personifica a lógica mercantil e capitalista: o comerciante ou burguês que inicia a acumulação capitalista, e vai além da acumulação de tesouros que entravavam o processo de formação sistemática e contínua de capital.

O mais importante a destacar aqui é que quando Adam Smith for escrever *A Riqueza das Nações* para lidar com a mesma questão da ambição, agora mais concreta na forma de busca pela riqueza nacional, ele se manterá fiel ao fundamento apresentado na *Teoria dos Sentimentos Morais*: a relação dos outros para com si se mantém como elemento ético e moral. A conquista da simpatia e admiração dos outros decorre agora, com clareza, de atividades cada vez mais relacionadas com a inserção nos mercados ou na produção de mercadorias para venda no mundo inteiro.

Assim, deve-se lembrar constantemente de que, na visão de Adam Smith, um sujeito muito rico mas não admirado está em posição inferior àquele que tem vários seguidores ou que tem uma posição mais elevada na hierarquia, mesmo que possuir menor riqueza no sentido cada vez mais estreito que o termo assume, ou seja, de riqueza econômica, sobretudo ligada ao processo de produção de mercadorias e capital. Na acepção mais ampla de Adam Smith, o que conta é o status, não o dinheiro, apesar de o dinheiro ser cada vez mais um importante passaporte de subida de

status em sua sociedade. A busca não é pelo auto-interesse pura e simplesmente, mas pelo reconhecimento.

Quantas pessoas fazem coisas só para aparecer e serem famosas? Esta seria uma questão interessante para dialogar com o Smith de *Teoria dos Sentimentos Morais* procurando a origem da ambição e de colocá-lo em dia a partir de tópicos do presente de interesse dos jovens como os meios de comunicação em rede que exploram com astúcia a demanda dos cidadãos na sociedade de mercadorias por serem “alguém na vida”.

Já na parte em que Adam Smith fala sobre os demais sistemas morais da época, ele aborda o sistema de Mandeville de forma direta em um capítulo chamado “Dos sistemas licenciosos” (Smith ([1759] 2002, pp. 380-390)). Aqui, ele tece uma crítica cuidadosa, porém determinada, à lição que deveria ser tirada da fábula das abelhas. Resumidamente, para Smith, o sistema de Mandeville se diferencia de todos os outros por uma peculiaridade. De modo geral, todos os filósofos morais até então faziam uma separação entre vícios (atitudes ou ações negativas) e virtudes (atitudes ou ações positivas). Mas o sistema de Mandeville removeria esta diferença. Deste modo, Adam Smith critica inicialmente o sistema, dizendo que ele é pernicioso por não separar vício de virtude. Esta falta de separação (admite Adam Smith), no entanto, esconde uma parcela de verdade que pode, na aparência, enganar os pouco versados. Este é o perigo do sistema de Mandeville, segundo Adam Smith. Como isso ocorre?

No sistema de Mandeville há a busca por reconhecimento, assim como no de Adam Smith. Ou seja, é possível inserir o argumento de que a ambição humana emerge da vaidade no sistema mandevilliano. Isto seria uma afinidade entre os dois autores que, inclusive, pode funcionar como uma das bases para a sua aproximação conforme realmente ocorreu no desenvolvimento do ensino do pensamento econômico.

Contudo aqui vem a diferença extremamente significativa: no conto das abelhas, o reconhecimento é buscado a qualquer preço, ou seja, com trapaça, engano e fraude, enquanto o reconhecimento em Adam Smith decorre exclusivamente do reconhecimento por merecimento. O sujeito que conquista reconhecimento com base no sistema de Mandeville, ou seja, pensando apenas no auto-interesse, desenvolve por fim, na visão de Adam Smith, um sentimento de culpa. Isto porque ele “nunca se satisfaz, está cheio de ciúmes e suspeita que não o estimamos tanto quanto deseja, porque tem alguma secreta consciência de que deseja mais do que merece” (Smith ([1759] 2002, p. 384)). A situação deste sujeito é instável, pois o reconhecimento obtido não se

assenta em bases sólidas. Este reconhecimento pode desmoronar a qualquer instante. Quando descobrem que o sujeito rico, famoso ou com status chegou lá por meio da fraude, da trapaça ou outros meios desprezados pela sociedade, sua posição pode cair.

Adam Smith aprofunda esta questão exemplificando que, se o sujeito buscando o reconhecimento por meios socialmente aceitos ainda não atingiu o ápice, sua consciência é leve. Por outro lado, aquele que já atingiu uma posição admirada por todos, mas por meios socialmente deploráveis, está com a consciência pesada. É possível que a sociedade não saiba que este segundo sujeito fez suas conquistas por meios tidos como desonestos, mas nada impede que um dia ela descubra os verdadeiros alicerces do falastrão ávido por ser reconhecido a qualquer custo.

A relação entre Adam Smith e Bernard Mandeville é lembrada aqui para que suas diferenças, tão esquecidas entre os economistas e do público em geral hoje, sejam retomadas como forma de sustentar a apresentação da lei do valor como um sistema “natural” e harmonioso. Apesar destas diferenças, a mão invisível descrita com maiores detalhes em *A Riqueza das Nações* simboliza nos dois autores um padrão de organização da sociedade que recai sobre todos os indivíduos de modo igual e sem que nenhum deles tenha pensado sobre este padrão de antemão.

Mais importante: este padrão é gerado internamente pela conduta e avaliação da conduta pelos próprios indivíduos da sociedade. Não existe ninguém por cima. Não há um juiz geral ou um ente superior aguardando os indivíduos para um julgamento após suas vidas. Todo o processo de avaliação das relações sociais ocorre dentro do próprio sistema. Neste sentido, a lei do valor na Economia Política, no que tange a descrição mais genérica do nexos indivíduo-coletivo que remonta às questões da filosofia política e moral, pode ser pensada como a própria mão invisível orquestrando as unidades econômicas soltas que atuam livremente de acordo com suas metas.

A lei do valor como troca de equivalentes

A segunda forma de aparição da lei do valor na Economia Política Clássica é a mais popularizada. Trata-se da lei no formato de troca de equivalentes ou de teoria do valor trabalho. Durante o desenvolvimento das questões ligadas ao valor que forçou os pensadores a recuperarem um problema já constatado por Aristóteles, o processo de produção e o trabalho se tornaram os elementos mais importantes. Eles teriam a propriedade de criar valor. Desta forma, os economistas começaram a pensar as trocas sendo regidas pelas quantidades de trabalho necessárias para a produção dos bens transacionados. A igualdade entre dois produtos passava a significar assim que ambos continham o mesmo tempo de trabalho para sua produção, ou seja, continham a mesma

quantidade de valor. A justiça desta relação era amplamente aceita e a teoria do valor trabalho não teve dificuldade de se consolidar como o padrão de teoria do valor nos escritos de Adam Smith ([1776] 1996) e David Ricardo ([1817] 1985).

É extremamente difícil determinar temporalmente o instante em que a teoria do valor se agarra com veemência ao elemento trabalho, cuja determinação categórica é também muito difusa em todos os escritos que antecedem ao de Adam Smith. A presença do trabalho enquanto momento relevante na geração do valor pode ser percebida em todos os autores que ressaltam a importância do lado dos custos de produção (ou da oferta, em oposição à demanda na acepção mais rudimentar de economia enquanto unidade de oferta e demanda). É curioso perceber que é possível refazer boa parte da discussão sobre o elemento criador de valor a partir da controvérsia entre estes dois lados: a produção e o consumo (ou circulação, distribuição).

A controvérsia contemporânea em teoria do valor que abrange todas as escolas do pensamento é a que contrapõe a teoria do valor objetiva com a teoria do valor subjetiva. Esta dicotomia pode ser entendida retroativamente até muito antes da publicação de *A Riqueza das Nações*, visto que os enfoques na esfera da produção e dos custos podem ser vistos como próximos à teoria do valor objetivo e os enfoques na esfera do consumo ou circulação como próximos à teoria do valor subjetivo.

A teoria do valor trabalho é uma variante das teorias do valor objetivo que encontrou na tríade Smith-Ricardo-Marx sua ascensão, apogeu e subsequente queda após a rejeição do socialismo pelos economistas “oficiais”. Resumidamente, o elemento criador de valor variou conforme as condições econômicas da época e as estruturas de classe que cabiam nestas condições. Desta forma, até os mercantilistas, a origem da riqueza ou do valor (distinção ainda não desenvolvida) ocorria no processo de compra e venda no mercado, ou seja, na esfera da circulação. Os fisiocratas, com seu sistema econômico arquitetado dentro de um quadro de ordem natural, conforme os mais avançados conhecimentos da física, química e biologia de então, arrastaram as atenções para o processo de produção. No entanto, conforme o modo de produção capitalista se desenvolvia e aprofundava sua centralidade na vida social da Europa Ocidental, o espaço urbano produzido pela Revolução Industrial acaba atraindo os olhos das próximas gerações de autores. A separação latente entre campo e cidade confere a possibilidade de mudança na teoria econômica, e, com o crescente grau de divisão social das funções exercidas pelos membros, agora cada vez mais produtores de mercadorias, o trabalho humano substitui definitivamente o elemento terra.

Na introdução em que apresenta o plano da obra, Smith ([1776] 1996, p. 59-61) segue os desenvolvimentos realizados pelos economistas franceses sobre a produção e distribuição da riqueza entre as classes que compõe a nação e indica os objetivos de cada livro que formam *A Riqueza das Nações*. Em seu conjunto, percebe-se que, por buscar analisar os processos que explicam a força econômica de um país, seria muito adequado designar a obra como um livro sobre os Princípios de Economia Política, termo já existente, porém ainda incomum na época. A teoria do valor de Adam Smith aparece de maneira sistematizada no Primeiro Livro, onde a relação entre a força produtiva do trabalho e a riqueza é estudada em conjunto com o processo de divisão do trabalho.

Smith procede sequencialmente a partir do conceito de divisão do trabalho, principal fenômeno que resultou no aprimoramento das forças produtivas e, conseqüentemente no aumento da riqueza nacional. A divisão do trabalho por sua vez encontra sua origem em um elemento notoriamente naturalizado, a propensão que os seres humanos teriam em trocar coisas uns com os outros. Smith bate rapidamente nos limites de sua época ao ligar a propensão a intercambiar com a habilidade do raciocínio e da fala que os seres humanos possuem. Para ele, este seria o componente que diferencia os seres humanos de outros animais (Smith ([1776] 1996), p. 74).

Aqui emerge toda a visão não questionadora do fenômeno social da propriedade privada e da relação mercadoria que recria para trás na história o mesmo padrão de organização econômica do capitalismo consolidado. Toda a história do homo sapiens se reduz à história do ser humano burguês ou da pessoa que se relaciona com os outros membros de seu grupo social exclusivamente por meio da mercadoria. O mercado e seus condicionantes aparecem como forma normal da solução do problema econômico, onde cada membro do coletivo age de acordo com sua consciência individual de que todos fazem parte de uma rede de tarefas e que o princípio da troca de equivalentes regula os atos descoordenados em busca da concretização dos objetivos particulares. A ausência dos desajustes entre o nexos indivíduo e coletivo é o que permite a criação abstrata do mundo utópico da liberdade individual absoluta e o que incita o pleito por uma sociedade ancorada puramente no mercado.

Smith percebe que a solução teórica para o problema básico da Filosofia Moral não corresponde aos desafios da realidade que cada nação enfrenta em sua jornada para conquistar a glória civilizatória prometida pela burguesia, qual seja, riqueza material em conjunto com uma vida digna a todos os membros dessa nação do topo à base da hierarquia social. Por essa razão,

Smith não seguirá o desdobramento radical da filosofia liberal que rejeita a existência do Estado, instância que pode agir sobre o mecanismo livre do mercado e dar um sentido ao desenvolvimento de acordo com os anseios políticos e morais da época.

É importante anotar que o liberalismo forma sua base filosófica geral e não um quadro raso de desejos por um Estado mínimo. Em relação aos ganhos de produtividade advindos com a divisão do trabalho, Smith indica explicitamente que a ação política correta, ou seja, que a ação extra-mercado construída por fora do resultado direto da ação livre dos preços pode direcionar a economia para o rumo deliberadamente escolhido pelos sujeitos dessa ação. A riqueza social impulsionada pela crescente divisão do trabalho pode abarcar todos os membros da sociedade, desde que exista um direcionamento sobre o processo de mercado: “É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, *em uma sociedade bem dirigida*, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo.” (Smith ([1776] 1996), p. 70, *itálicos* – T.C.L.). Esse lembrete é relevante para destacar como a base ideológica da Economia Política Clássica, o liberalismo, está em constante contradição com toda e qualquer tentativa de manter os pés na realidade da unidade entre economia e política. O desprendimento da economia em relação à política irá se completar com a crescente defesa do mercado contra o Estado, o que expressa o radicalismo utópico e limite final a que chegarão os pensadores da sociedade burguesa.

Depois de desenvolver a lógica da divisão do trabalho e seu nexos com a produtividade e riqueza, Smith apresenta o processo histórico que deu origem ao dinheiro a partir do desenvolvimento da troca para tocar no âmago da teoria que explica a relação social fundada no intercâmbio de produtos que se tornam propriedade privada e, portanto, mercadorias. Trata-se da norma que as pessoas seguem para permutar as coisas de acordo com um padrão único que comporta toda a lógica por trás do uso do dinheiro. São essas regras que determinam a relação quantitativa na qual os objetos entram em equivalência. Em outras palavras, são elas que definem a quantidade de valor de cada bem que permite colocá-lo em comparação correta com os demais objetos no mercado.

Como ressaltado, o problema da determinação objetiva e subjetiva da quantidade de valor existia desde os primeiros pensamentos em torno do fenômeno regular das trocas.¹² A

¹² Sobre isso, ver Feijó (2007), que observa o embate entre as duas perspectivas desde os primórdios do pensamento econômico na Antiguidade Ocidental e na China.

particularidade do *Riqueza das Nações* neste ponto é que a posição de Adam Smith nesta controvérsia irá ter grande aceitação, levando a uma certa homogeneidade em torno da teoria do valor. É como se Smith conseguisse formar uma corrente teórica forte que escolhe um lado como base segura para se pensar a determinação da quantidade de valor.

Smith anota que a palavra valor deve sempre ser observada como tendo dois significados. O primeiro se refere à utilidade do objeto em questão, e o segundo diz respeito ao poder de compra que o objeto possui, ou seja, sua capacidade de ser trocado por outros objetos. As categorias valor de uso e valor de troca se popularizam como entes auxiliares no desenvolvimento da teoria do valor que, ainda aqui, como em todo o espaço externo à Crítica da Economia Política de Marx, se preocupa exclusivamente com o problema quantitativo.

A contradição é assimilada por Smith com a oposição entre a água e o diamante, exemplo representante do que frequentemente ocorre segundo ele: objetos com utilidade evidente para a reprodução econômica têm baixo valor de troca e coisas com alto valor de troca (expresso em sua valoração em dinheiro no mercado) são praticamente inúteis para a reprodução econômica dos seres humanos. A partir disso Smith inicia a investigação desse tópico reconhecidamente “obscuro” e “abstrato”, tentando expor de modo claro que a diferença entre o preço real ou natural e o preço concreto de contrato decorre de uma variação, de um ajuste, e que a criação do valor deve ser remontada ao âmbito objetivo do processo de produção.

Mas de todos os elementos do processo de produção, qual elemento deve ser destacado? A análise de Smith coloca o ser humano como sujeito que comanda o processo de interação com a natureza e, por isso, o trabalho se torna “a medida real do valor de troca de todas as mercadorias” (Smith ([1776] 1996), p. 87). Por onde quer que se olhe, a ação humana está na origem da atividade de metabolismo com a natureza, com o que Smith justifica sua posição no dilema entre a teoria do valor subjetiva e objetiva: todos os objetos que formam a riqueza social são resultado do esforço humano de modificação da natureza e a posse desses objetos confere poder de compra ou, em outras palavras, o poder de direcionar os esforços das pessoas em modificar a natureza. A propriedade sobre a riqueza dá também, além do poder de usufruto direto da coisa enquanto valor de uso que serve de alguma maneira para a satisfação de necessidades ligadas ao ciclo de reprodução material da vida, o poder de comandar o trabalho alheio via troca.

A relação entre todos os membros da sociedade é reduzida assim ao ato de intercâmbio de objetos que são reconhecidos e respeitados reciprocamente como propriedade privada. A regra que

igualar quantitativamente estes objetos emerge como o elemento que confere justiça a esse contrato: os objetos são trocados uns com os outros de acordo com a quantidade de trabalho necessária para sua produção. Todo ato de troca é, portanto, um ato de substituição de equivalentes. A duplicidade do valor em utilidade e trabalho é apenas enfatizada em Smith, sem que uma solução final de seu nexo dialético na categoria mercadoria seja revelada. A discrepância quantitativa entre o valor em tempo de trabalho e o valor efetivamente realizado no ato de troca ocupará daqui em diante toda a atenção de Smith referente ao desenvolvimento de sua teoria do valor.

Em sua terminologia, os sistemas de valor e de preço aparecem em categorias distintas de preço: preço real (preço em trabalho) e preço nominal (preço em dinheiro), o que indica sua percepção correta de que o ajuste direto entre os dois sistemas não é permanente, mas que também o atrapalha na consolidação definitiva de uma teoria do valor que encaminhe a ciência econômica numa certa direção política. Obviamente não se pode cobrar de Smith a solução que pertence a Marx, mas parece seguro afirmar que esta base insegura para a teoria do valor trabalho ou para a lei do valor com base no elemento trabalho é um dos fatores que aproxima Smith dos socialistas e o afasta dos adeptos do subjetivismo em teoria do valor.

David Ricardo inicia sua obra *Princípios de Economia Política* justamente neste ponto, levando a teoria do valor aceita na época até suas contradições mais latentes. Todo o problema é que a descrição do processo de mercado não se encaixa com perfeição no sistema de expansão quantitativa de valor, observado concretamente na ampliação da riqueza material da nação. O vínculo entre produção e apropriação do produto dentro de normas sociais específicas não é objeto de estudo dos economistas pré-Marx, pois todos concebem as regras sociais da troca de equivalentes como eternas ou naturais. Em especial, há uma grande dificuldade em se explicar a origem da mais-valia, ou seja, do excedente em termos de valor com base no princípio do intercâmbio de valores iguais. A igualdade jurídica entre comprador e vendedor dificulta perceber que há uma relação de compra e venda específica que é responsável pela ampliação do valor total existente na economia. Porém outro ponto que também impede que a definitiva fundamentação da lei do valor sobre o elemento trabalho ocorra é a contínua ambiguidade entre o âmbito da utilidade e da quantidade de trabalho na determinação do quantitativo do valor.

Ainda que a utilidade não seja a medida dessa quantidade, como David Ricardo recorda a partir de Smith, ela é “absolutamente essencial” para a medida do valor de troca (Ricardo ([1817] 1985), p. 43). Em David Ricardo a discrepância quantitativa entre valor e preço está

constantemente em cena. O trabalho necessário para a produção confere valor ao produto, mas não de modo absoluto, pois um produto que não atenda alguma necessidade não será valorado no mercado de acordo com essa quantidade de esforço despendida na produção. David Ricardo busca fundamentar de modo mais preciso o aspecto quantitativo da teoria do valor defendida por Smith, e levanta, com isso, vários pontos problemáticos que revelam a contradição da teoria do valor clássica. É notório que, frente às dificuldades de vínculo quantitativo do preço empírico com o gasto de trabalho entendido como dispêndio de energia humana na modificação do mundo exterior, David Ricardo insere uma série de fatores paralelos que afetam a determinação quantitativa original do valor. Apesar disso, ele mantém a base smithiana de que todo produto é resultado de um processo de alteração da natureza pelo ser humano e que, portanto, o fator mais fundamental para a determinação da quantidade de valor deve vir dessa atividade, que recebe o nome de trabalho. Neste patamar do desenvolvimento da ciência do valor, trata-se da teoria do valor trabalho em sentido fisiológico, e, portanto, de uma teoria passível de naturalização. Será esse o caminho seguido pelos socialistas não-marxistas que se apropriarão da Economia Política.

A lei do valor aparece em Ricardo já com diversas interrogações referentes à determinação quantitativa dos preços finais pela quantidade de trabalho usada em cada uma das mercadorias. Ainda assim, a base legal de igualdade força Ricardo a prender sua atenção no processo de ajuste do valor criado no processo de mercado, ou seja, de circulação. Isso impede que ele enuncie de forma explícita que há um momento específico na cadeia de compra e venda onde o valor total é expandido por meio da criação de novo valor. Essa tarefa ficará com os primeiros autores que converterão a ciência do valor em um campo do conhecimento instrumental para a luta dos trabalhadores assalariados que iniciam sua jornada rumo à conquista do controle de reprodução econômica por meio da luta contra o capital.

O declínio da Economia Política Clássica está intimamente ligado à constatação das contradições dentro do que eles chamam de lei do valor. Os sistemas do valor (produção) e preço (distribuição) possuem um nexos intrincado que parece refutar a ideia de que o valor é criado pelo trabalho humano. A fundamentação da teoria do valor trabalho precisa, assim, resolver esse problema, caso se queira amparar o movimento político que se arma com a teoria econômica para brigar por seus interesses econômicos. O problema quantitativo do valor precisa ser solucionado ainda como modo de tornar inviolável a ideia de que o valor e o produto vêm apenas da contribuição dos trabalhadores, dos agentes que colocam o processo de produção em movimento

e, portanto, do processo de modificação da natureza. Trata-se de um problema ainda fora da contribuição inédita de Marx à teoria do valor. Por isso, sua solução ainda não desnaturaliza imediatamente a teoria do valor trabalho, sendo apenas uma das ramificações progressivas da Economia Política que formará a teoria do valor trabalho incorporado como alicerce teórico dos socialistas pré-Marx. Por outro lado, ela serve politicamente como corrente que contrapõe a retomada da perspectiva subjetivista que intenta enterrar e esquecer a teoria do valor dos trabalhadores cuja origem está em Smith e Ricardo. Esse é o sentido progressista da contribuição de Piero Sraffa (1960).

A centralidade da troca de equivalentes esvaece. A aparência de igualdade entre todos os membros da sociedade capitalista começa a ser investigada com espírito crítico a partir dos anos 1820, quando os efeitos sociais da industrialização sob o capital explicitam as contradições da organização econômica conduzida pela lógica de valorização. Com isso, a lei do valor, que até então era concebida como entidade natural que conduz à harmonia social plena via acordo livre entre indivíduo e indivíduo, ganha outro contorno. Ela agora incorporará todos os atritos referentes à realidade não equilibrada entre as duas esferas da economia: aqueles encontrados na esfera da distribuição referentes aos desajustes quantitativos entre valor e preço e, mais importante, aqueles referentes à constatação da troca singular que explica a origem do valor e da exploração no modo de produção do capital.

A lei do valor como contradição entre valor e preço

A terceira forma que a lei do valor assume na Economia Política Clássica é, portanto, uma que explicita as dificuldades internas da teoria do valor trabalho. O problema era evidente no próprio Adam Smith, mas ele se desenvolve com mais propriedade em Ricardo e apenas em sua forma definitiva em Karl Marx. Que problema é esse?

A essa altura, a teoria do valor no pensamento econômico já adquiriu uma forma relativamente estável com a consolidação do sistema clássico. Desde William Petty o trabalho foi o elemento que crescentemente se apresentava como o decisivo na explicação sobre a geração de valor e riqueza, aqui ainda misturados. Dessa forma, a descrição do processo global de produção e distribuição argumentava que o preço efetivado na transação entre comprador e vendedor se referia à quantidade de trabalho necessária para a produção do item negociado. Nos exercícios robinsonianos esta ideia parecia funcionar bem ao colocar em patamar de igualdade o caçador e o pescador que entram em uma relação social com base na troca dos produtos de seus trabalhos.

Deixemos de lado por um momento a crítica qualitativa desse exercício contaminado pelo fetichismo da mercadoria para que possamos nos concentrar no aspecto puramente quantitativo do valor.

As manobras de robinsonadas não podem resolver de modo adequado o problema quantitativo do capital, a não ser que se conceba capital como relação entre ser humano e natureza. Os economistas clássicos têm ciência de que precisam dar conta não só de uma sociedade mercantil simples, mas de uma economia capitalista, e aqui começa sua dificuldade com a teoria do valor trabalho que se fundamenta na lei do valor enquanto mão invisível e de troca de equivalentes. No sistema observado, existem unidades produtivas que operam com forças produtivas bastante diferentes. No caso de unidades competindo diretamente, elas produzem um determinado valor de uso. As unidades que empregam as técnicas mais avançadas produzem o valor de uso mais facilmente, ou seja, utilizam menos trabalho humano em seu processo de produção do que unidades atrasadas do ponto de vista das forças produtivas. No entanto, no mercado, os valores de uso resultantes de ambos os processos se confrontam como mercadorias no processo de concorrência. No âmbito superficial, o consumidor não quer saber qual dos produtos concorrentes teve mais dificuldade de ser fabricado. Se ambos os produtos têm as mesmas propriedades em termos de qualidade (são valores de uso equivalentes para a satisfação de uma necessidade qualquer), eles terão o mesmo preço. Neste caso, apesar de um dos ramos ter empregado mais trabalho, o preço final do bem em questão não corresponde diretamente ao tempo de trabalho concretamente gasto para sua confecção.

Essa seria uma maneira bastante resumida de indicar o problema enfrentado na época em que a teoria do valor trabalho era de fato o *mainstream* em ciência econômica. Décadas mais tarde, a partir de sistematizações e formalizações matemáticas dos modelos da Economia Política Clássica, o problema passou a ser conhecido como o “problema da transformação dos valores em preços de produção”. Equivalente a este problema, em sua fase inicial, era o desafio explicitado por Friedrich Engels ([1885] 1985) no prefácio do livro II do *Capital* de que, para dar prosseguimento científico ao atingido pelos economistas não-vulgares, era necessário elucidar o nexos entre a lei do valor e formação de uma taxa igual de lucro para todos os capitais, independente de sua composição orgânica. O desafio de Engels representa o cume contraditório da teoria do valor pré-Marx e ele emerge depois de um longo processo de estudo crítico de praticamente todos os autores que buscaram explicar a origem da mais-valia. Essa trajetória ficou bem arquivada,

portanto, no manuscrito *Teorias da Mais-Valia* de Marx, onde ele reconta os zigue-zagues da descoberta do fenômeno valor e (da mais-valia) enquanto um fenômeno social.

O *Teorias da Mais-Valia* faz parte do material preparatório para o *Capital* e foi redigido entre 1862 e 1863 (Marx ([1862-1863] 1968)). Ele é parte do material bruto de apropriação da economia burguesa (tanto reacionária quanto progressiva em sua vertente socialista utópica) e começa com uma observação geral que subjaz todo o raciocínio crítico de Marx em relação ao conjunto do que forma o então campo de investigação sobre a economia. Qual é essa observação? É a de que os economistas compartilham o erro de não examinar a mais-valia enquanto tal, ou seja, na sua forma pura, mas na forma específica que ela assume depois de passar pelo processo de distribuição ditado pelo mercado. São as formas renda que possuem diferentes nomes conforme suas distinções entre os agentes que não compõem a classe dos que vivem exclusivamente do trabalho, ou seja, lucros, juros, aluguel, etc. Em todo o manuscrito Marx busca desmontar a visão naturalista dessas formas para mostrar que é somente um determinado padrão de organização social que gera este tipo de distribuição do produto. Isso abre o caminho para Marx poder explicar, mais tarde, o processo específico de extração do excedente no modo de produção do capital, ou seja, a maneira própria pela qual a classe trabalhadora é explorada no capitalismo.

Em paralelo a isso, o problema quantitativo do valor também é investigado num processo que deixa nítido o desfecho final de criação da categoria “força de trabalho” mercantilizada como superação da categoria “trabalho” enquanto base geradora de valor. Aqui é possível acompanhar como a discrepância entre valor e preço desvia a atenção dos teóricos do ponto decisivo onde há a produção de valor novo e como ela começa a gerar a controvérsia que se transformará no problema da transformação dos valores em preços. Estes dois aspectos resumem toda a dificuldade interna da teoria do valor trabalho incorporado ou fisiológico. Trata-se do âmbito quantitativo da teoria do valor que deve estar alinhada com o que se chama lei do valor. Marx pretende resolver esta dificuldade interna ao mesmo tempo em que quer desmistificar a teoria do valor trabalho enquanto algo natural.

A diferença quantitativa entre valor e preço já aparece de modo muito nítido em James Steuart e ela nos ajuda a visualizar o desafio aceito por Marx. De acordo com as anotações do capítulo 1 do *Teorias da Mais-Valia*, para James Steuart existem duas coisas muito distintas quanto ao aumento quantitativo de valor: uma delas é o que se chama “lucro sobre a alienação” (“profit upon alienation”) e a outra é a que se pode denominar “incremento positivo de riqueza”. Enquanto

a primeira se refere ao aumento de valor sob propriedade privada devido ao preço ser maior que o valor real, a segunda se enquadra numa situação em que há uma criação de mais valor. Dito de outra maneira, enquanto a primeira se reduz a uma redistribuição da quantidade total de valor existente e se restringe ao lucro comercial, a segunda se refere à criação de quantidade nova de valor e ao excedente que emana diretamente da produção. James Steuart conclui daí que se todas as mercadorias fossem vendidas por seu valor real, não existiria lucro e com isso reduz todo tipo de lucro ao lucro individual proveniente da apropriação de valor existente na esfera da circulação, ou seja, à operação de compra e venda de mercadorias sem passar pelo processo de produção. Este era o patamar de explicação da origem da mais-valia na época mercantilista. Marx avisa que pretende mostrar que, mesmo quando valor e preço coincidem, ou seja, quando não há transferência alguma de valor entre unidades econômicas distintas na esfera da circulação, o lucro e a exploração existem. Com isso, ele passa da limitada visão de origem de valor novo dos mercantilistas à etapa seguinte da história da teoria do valor, para os fisiocratas.

A fisiocracia se desenvolve em paralelo com a Escola Mercantilista e possui um raio de influência político-econômico muito menor, devido às bases contraditórias de interesses econômicos que sustentam a corrente defensora do *laissez-faire*. Segundo Rubin ([1928] 2014), o contexto social da França no período explica as particularidades da fisiocracia que, em termos de progresso da ciência econômica, legou um aspecto muito importante que será integrado ao corpo da Escola Clássica com Smith. Trata-se da alocação da origem do valor definitivamente para a esfera da produção. Essa passagem inicia o rompimento com a ilusão da circulação, mas a fisiocracia possui diversos limites que não completam a explicação da origem de valor. Para os economistas franceses, a produção geradora de valor se restringe às atividades diretas na terra. Assim, o setor da agricultura assume uma centralidade assimétrica, visto que a indústria (manufatura) é excluída do processo de modificação da natureza e do privilégio de ser criadora de valor. Marx anota no *Teorias da Mais-Valia* as principais confusões da fisiocracia, que não distingue a análise social da análise de balanço material no estudo da reprodução econômica. A conexão entre valor de troca e quantidade de valor de uso é tão estreita que riqueza se mistura com valor. Riqueza abstrata se confunde com riqueza concreta, valor se confunde com valor de uso.

Em relação à contradição valor e preço, a fisiocracia foi importante para fixar nos esquemas de reprodução o conceito de preços naturais. O conjunto de equivalência na troca que confere o equilíbrio de reprodução material forma uma base muito sólida junto aos condicionantes técnicos

da produção. Com isso, os fisiocratas deslocam a atenção dos preços empíricos observados no mercado para aqueles valores “ideais” que garantem a reprodução material equilibrada do sistema econômico em expansão. Adam Smith, superando tanto a fisiocracia francesa quanto a doutrina mercantilista, começa a investigar a relação entre os dois conjuntos que formam o sistema de valores e o sistema de preços a partir da ideia de oscilação dos preços de mercado em torno de um nível de preços correspondente ao equilíbrio material que está contido na base da produção.

A constatação da contradição entre a lei geral que explica o nível natural dos preços e os preços empíricos efetivamente realizados é uma das grandes conquistas de Smith segundo Marx (Teorias da Mais-Valia, capítulo III). O mérito de Smith é justamente o de se esforçar para conectar a análise superficial de trocas à esfera da produção. Aqui, Smith se vê impelido a passar da circulação simples de mercadorias para a troca entre capital e trabalho assalariado, o que o faz notar que há algo errado com a lei do valor, entendida nas duas acepções anteriores. Como indicado, a lei do valor se firmou em uma dupla definição: ela é uma força invisível que emerge do nexos social da individualidade burguesa e ela segue a troca de equivalentes. Todo o problema é que neste nível de apreensão da lei do valor, a quantidade total de valor existente na economia está fixada. De onde veio esta quantidade de valor pré-existente? E se a quantidade total de valor na economia aumenta, como isso ocorre?

O mundo de Smith já delineia a penetração do capital no processo produtivo, as oficinas e manufaturas marcam o desfecho da época em que era possível adquirir valor com relativa facilidade com o mero transporte de mercadorias ao redor do globo. É necessário explicar de onde se origina o valor que é apenas distribuído na circulação. E o aumento contínuo do capital produtivo em relação ao capital mercantil vai facilitar essa explicação. A lei do valor enquanto categoria teórica, além desta dupla definição que se restringe à distribuição de algo que já existe, precisa incorporar mais um pilar que mostre de onde vem o valor que simplesmente muda de mãos na esfera da circulação.

Nessa questão, Marx é categórico em afirmar que a força de Smith reside na identificação dessa contradição e que sua fraqueza está no abalo de sua confiança em relação à lei do valor. A dificuldade de Smith com os conceitos de trabalho incorporado e trabalho comandado pode ser vista como um dos efeitos da falta de solução para a contradição diante da qual Marx anunciará no capítulo 4 do *Capital: Hic Hodus, Hic Salta!* (Marx ([1867] 1985), p. 138). Quer dizer, é aqui que se deve apresentar uma solução consistente para o desafio da teoria do valor em voga. Trata-se de

explicar a origem do valor com base na unidade entre as esferas da produção e da distribuição não só de mercadorias, mas de mercadorias que são capitais e que, portanto, reclamam um aumento de seu valor conforme a taxa de remuneração concorrencial que se forma no mercado de dinheiro.

Em todo estudo sobre o aspecto quantitativo do valor, Marx tem clareza de que a lei do valor não pode ser abandonada devido às dificuldades analíticas de ligar os preços empíricos com a base técnica que condiciona a produção. É absolutamente necessário fundamentar os preços empíricos, acordados entre comprador e vendedor no mercado, na esfera da produção, onde há a transformação físico-química dos objetos que são transacionados por meio do dinheiro. Por que Marx insiste na fundamentação do sistema capitalista sobre a lei do valor?

A lei do valor não deve ser entendida apenas como o mecanismo automático do mercado ou a regra de permuta de objetos de igual quantidade de valor. Além destes dois tipos de compreensão, a lei do valor deve ser assimilada como a instância que imputa aos indivíduos o comportamento praxeológico de busca pela maximização de riqueza abstrata sob propriedade privada. Este terceiro pilar ajuda a visualizar a lei do valor como a contradição entre valor e preço, porque todos os agentes no mercado agem da mesma forma: buscam, na esfera da circulação, se apropriar ao máximo de tudo o que foi produzido e se esquivam ao máximo dos esforços de produção. A Revolução Industrial e as ações políticas que forçam o capital assumir a forma de capital produtivo são de fato circunstâncias extraordinárias da lógica normal de valorização. O ímpeto irracional do ponto de vista coletivo e racional do ponto de vista individual se expressam no capital portador de juros que foge alucinadamente dos percalços da produção.

No fim das contas, o que ocorre é que o maximizador de utilidade é apenas um ente abstrato que simboliza a personificação da lógica de valorização de valor nos sujeitos que compõem a sociedade de mercadorias (e capital). O capital comercial e a doutrina de comprar barato e vender caro não é de modo algum uma violação da lei do valor. É apenas o comportamento racional individualista de buscar o máximo de apropriação de riqueza abstrata dentro das normas sociais que destroem os laços de servidão. Por isso, esse tipo de acusação poderia ser bem feita pelos pensadores econômicos da Idade Média à luz de Thomas de Aquino e do “preço justo”. No entanto, o fim da definição normativa da quantidade de valor que confere justiça ao intercâmbio de objetos que são propriedade privada das duas partes no contrato burguês é um dos singulares avanços científicos da Economia Política sobre o passado pré-capitalista. A lei do valor não é uma norma ética que define o preço final de transação de propriedade, mas o fundamento impessoal que baliza

os limites deste preço que será efetivamente realizado na esfera da circulação.

Marx fica bastante aflito com o fato de Smith e Ricardo titubearem diante das dificuldades da relação quantitativa entre valor e preço, ou seja, entre os zigue-zagues de valoração da esfera de produção até a efetiva transformação da mercadoria de volta em dinheiro no processo de circulação. A renúncia à lei do valor abre espaço para os estudos da superfície da economia capitalista, ou seja, para os estudos que observam apenas as relações diretas entre comprador e vendedor na esfera da circulação.

Daqui seguirá a vertente da economia vulgar, cujo expoente na época será Jean Baptiste Say. Ou, sendo menos agressivo, daqui se ampliarão os estudos que separam analítica e definitivamente as duas esferas que formam a unidade econômica. Produção e distribuição aparecem assim como instâncias sem nenhuma conexão, o que possibilita a conclusão de que a primeira se resolve dentro das leis naturais (visto que é o processo de ação humana sobre a natureza) enquanto o segundo abarca as leis sociais (visto que é o processo de alocação do resultado dessa ação entre os membros da sociedade). Este é o caminho tomado por John Stuart Mill, o último suspiro antes do definitivo sumiço da Escola Clássica. Daqui em diante é a contribuição de Marx que seguirá com a missão de explicar as leis fundamentais do modo de produção capitalista, algo estritamente necessário para que se possam descobrir as possibilidades de seu domínio, de sua regulação ou de sua abolição.

A lei do valor, portanto, deve também ser considerada como o ímpeto próprio do capital de buscar a via mais fácil de autovalorização. Deve também ser contemplada como a discrepância quantitativa entre valor e preço que reflete a falta de coordenação geral entre produção e distribuição, ou entre oferta e demanda. Ao desmanchar constantemente todos os esforços de planificação, o capital gera novas possibilidades de captura do que é produzido por unidades alheias, em um processo frenético de luta competitiva que põe, recorrentemente, capitalistas e financistas contra agentes que promovem o fortalecimento do capital produtivo em relação às outras formas de capital.

O fim da Escola Clássica numa bifurcação: valor ou preço?

A lei do valor parecia contradizer os preços que os dados empíricos informavam aos teóricos, com o que ela (apressadamente igualada com teoria do valor trabalho) precisava de maiores desenvolvimentos. O essencial, como Marx (nas *Teorias da Mais Valia*) e Engels (no prefácio do livro II (Engels ([1885a] 1985) e no posfácio do livro III do *Capital* (Engels ([1895-

1896] 1985))) argumentam, é que não se deve abandonar a noção de lei do valor apenas porque existe uma dificuldade em relacionar o sistema de valores ao sistema de preços. Este é o mesmo raciocínio de Rubin (1979) ao analisar a desintegração da Escola Clássica. As duas partes, a produção e a distribuição dos objetos no mercado, representados abstratamente nestes dois sistemas, precisam ser conectados tanto teoricamente quanto praticamente, para que a anarquia da produção mercantil possa ser suplantada pela planificação econômica. A lei do valor existe no ajuste constante dos erros incessantes da produção de mercadoria e capital para se encaixar nas exigências de distribuição condizentes com a busca incessante por apropriação privada de riqueza abstrata. A diferença entre os índices de coeficientes de produção e preços empíricos deve ser explicada e aniquilada pela condução consciente do processo de reprodução econômica. Quando isto for realizado, os produtores trabalharão de acordo com as diretrizes previamente estabelecidas pela política. Isso, por sua vez, não implica ainda na eliminação da produção da mercadoria, do trabalho alienado e de todos os seus derivados (Estado, propriedade privada, classes), como se verá.

O fim da Economia Política Clássica se expressa em grande medida porque os autores na virada do século 18 para o século 19 optaram por uma das duas vias: ou se dedicavam a partir daí aos fenômenos da superfície, ou seja, aos preços, ou aos elementos da essência do sistema no processo de produção, ou seja, aos valores.

A primeira levava para a formação da Revolução Marginalista, que resgatava o princípio de utilidade marginal (que era marginalizado naquela época do pensamento econômico) como fundamento das relações de troca e criava o quartel general intelectual da liberdade burguesa na continuação da teoria econômica. Todo enfoque é no momento da distribuição. A segunda levava para a apropriação da Economia Política pela classe trabalhadora, que usava a teoria do valor trabalho para amparar suas demandas políticas, como a remuneração por toda a jornada de trabalho. Todo o enfoque é no momento da produção. Tanto uma quanto a outra estão fadadas a um beco sem saída na condução da ciência do valor adiante. Por quê? A lei do valor entendida como o regimento impensado que ajusta a produção ao consumo de valores de uso que são também mercadorias (e capital) desaparece quando se observa apenas um dos momentos do organismo econômico.

A retomada da lei do valor precisa, portanto verificar como a ciência econômica foi afetada por toda a envergadura do pensamento de Karl Marx para que seja possível pensar o planejamento

econômico desde 1914 em bases teóricas sólidas. A sugestão metodológica aqui é a de que estas duas vias fechadas, a vertente socialista utópica em economia e o desenvolvimento reacionário da Economia Política Clássica, podem formar uma síntese em um patamar mais elevado de contradição. Para ilustrar que essa superação triangular começa com a Economia Política de Marx é preciso apresentar, portanto, a ciência econômica do socialismo utópico e da economia vulgar.

1.2 A naturalização da teoria do valor trabalho no socialismo utópico

A partir dos anos 1820 a ciência econômica começou a ser apropriada pelo movimento socialista. A diferença entre a economia socialista e a economia de Marx é de suma importância para as ciências sociais em geral e particularmente relevante para as ciências econômicas. A vertente socialista de economia não-marxista acabará naturalizando a teoria do valor trabalho, obrigando Marx, assim, a explicitar porque esta teoria emerge e se consolida justamente ao longo dos séculos 18 e 19. Considerando a bifurcação no fim da Economia Clássica, portanto, o socialismo utópico opta pelo caminho do valor, dos custos de produção, do processo de trabalho. Porém, devido à naturalização que faz do nexos quantitativo de igualdade entre valores de uso com o tempo de trabalho, esta corrente acabará, ironicamente, do mesmo modo que a corrente oriunda da Revolução Marginalista e, portanto, ainda dentro dos limites do horizonte dos economistas Clássicos de naturalização do capitalismo, elaborando como ideal último o desiderato final de igualdade burguesa: a sociedade mercantil simples.

Apropriação da ciência econômica pelo movimento socialista: valor

Assim que os tópicos sobre riqueza, produção, distribuição e dinheiro se popularizam com o avanço das relações capitalistas de produção na Europa Ocidental, a Economia Política deixa de ser um campo restrito a poucos pensadores isolados da multidão. O novo mundo do mercado envolve crescentemente mais e mais pessoas nos processos de sociabilidade via dinheiro. A conclusão da separação do trabalhador de seus meios de produção gera a classe trabalhadora assalariada. A contrapartida na teoria econômica deste movimento real foi a apropriação da ciência econômica pelo movimento socialista, ou seja, a assimilação dos conhecimentos apresentados desde Adam Smith para que fossem utilizados de acordo com os interesses políticos do novo sujeito que começa a se movimentar como classe nas primeiras organizações de trabalhadores assalariados.

Um dos principais aspectos se refere ao avanço e reafirmação cada vez mais intensa e

radical de que a teoria do valor só pode ser construída com base na produção e, de modo mais específico, no processo de trabalho. O socialismo utópico continua aprofundando a associação entre o valor, evidenciado em toda relação de troca, ou de compra e venda no mercado, com o trabalho e todos os economistas dessa corrente contribuíram, à sua maneira, para tornar a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo uma das principais bandeiras da economia socialista. Considerando a dicotomia valor e preço enquanto instâncias que captam a essência e a aparência (ou a esfera da produção e a esfera da circulação no mercado), esta corrente volta sua atenção para o valor, ou seja, para o processo de criação de valor na produção. Todo o esforço aqui será o de ressaltar e fortalecer o conceito de lei do valor enquanto um núcleo duro de determinação das relações de troca que devem seguir o dispêndio de trabalho na produção dos itens intercambiados.

Novos economistas, que se situam como um elo de conexão entre os Clássicos e Karl Marx, dão voz às primeiras tentativas dos trabalhadores de expressarem seus pontos de vista em relação a todos os meandros da economia e da política. Um dos grandes defeitos da formação do economista crítico é a falta de formação teórica acerca do socialismo científico. A vantagem de dedicar atenção a esse elo é a de evitar o pulo apressado que geralmente se dá na passagem de Smith e Ricardo para Marx e que cria as duas interpretações errôneas sobre a Economia Política de Marx em relação aos clássicos: a *continuista* (que entende ser o *Capital* uma mera continuação de Smith e Ricardo) e a *rupturista* (que entende não existir nenhuma linha de continuidade entre a Economia Política Burguesa e sua Crítica marxista). Por esse motivo é crucial que se recupere alguns nomes como modo de mostrar que a defesa da teoria do valor trabalho desqualificada pode gerar muitas dificuldades para a orientação científica do movimento comunista.

Diante da contradição entre valor e preço, o mérito dessa corrente é o de ter se agarrado ao caro conceito de lei do valor. Por outro lado, sua fraqueza foi o fato de que isso implicava em um menosprezo sistemático da análise da formação dos preços empíricos que destoavam dos valores devido às oscilações entre o produzido e as condições diversas de realização do valor das mercadorias na hora de sua conversão em dinheiro.

A teoria do valor dos trabalhadores

A principal característica dos economistas socialistas pré-Marx foi sua ênfase na necessidade de que as trocas deveriam ser justas de acordo com a teoria do valor trabalho. O conceito de lei do valor, aqui, se restringe à noção de troca de equivalentes, pois todo o esforço gira em torno de tentar assegurar que a quantidade de valor das mercadorias se refira ao tempo de

trabalho efetivamente realizado na produção. A explicação para a produção da mais-valia (e do próprio valor, por pressuposição lógica necessária) se dá aqui com base em uma incorporação normativa, o que é um retrocesso científico na tradição positiva do iluminismo (da qual Marx partilha criticamente): o trabalhador oferece uma quantia determinada de trabalho, mas recebe em troca apenas parte desta quantia. A diferença fica com o capitalista. Esta relação de troca está fora da normalidade. Poderia até ser dito que ela “viola a lei do valor”, na acepção de igualdade burguesa da lei, visto que se trata de uma troca desigual. Para os autores que se aprofundarão nos estudos econômicos de Marx, a escola ricardiana socialista ao se apegar à teoria do valor trabalho nos limites do padrão de igualdade condizente com a sociedade burguesa, não irá fazer a distinção entre trabalho e força de trabalho. Isto é um erro teórico significativo. Contudo, o esforço de Marx em demonstrar esse erro não pode ser convertido em um ataque político a esses autores, pois são eles que portam as ideias novas que revelam os limites do desenvolvimento das forças produtivas sob o capital.

Os economistas que permanecem fiéis à defesa ideológica do sistema de remuneração capitalista veem-se criticados por aqueles pensadores que incorporam toda a construção da Economia Política Clássica. Numa sequência temporal é possível listar alguns nomes dos primeiros defensores da teoria do valor trabalho que passa a ser rejeitada e evitada pelos “economistas”, termo usado por Proudhon ([1846] 2007) para se referir aos cientistas oficiais da Economia Política que caíram na contradição entre o raciocínio do valor como contrapartida do trabalho e a existência de renda sem vínculo com a contribuição na forma de labor (juros, aluguel e outras formas de arrendamento).

Um dos pioneiros na elaboração da ideia de que a riqueza e, conseqüentemente, o valor, se originam do trabalho foi o filósofo inglês John Locke (1632-1704). Em sua pesquisa histórica sobre a teoria da exploração, Eugen von Böhm-Bawerk ([1921] 2010) em *A teoria da exploração do comunismo-socialismo* cita Locke como um dos precursores dessa teoria, pois ele argumenta em diversas passagens com muita ênfase que todos os bens são resultado do trabalho. A partir da historiografia de Ronald Meek ([1956] 1973) sobre a origem da Teoria do valor trabalho é possível compreender de que modo o elemento trabalho progressivamente vai ocupando uma posição central na conceituação teórica do processo de produção, empurrando a noção naturalista da fisiocracia de que os bens são frutos da terra para o lado. Além de ser um dos principais autores que atacaram o problema fundamental da Filosofia Moral inglesa que deveria elaborar o princípio

do liberalismo como norma do indivíduo socializado via mercado, Locke representa um dos elos entre o pensamento econômico fisiocrata e a Economia Política.

Na sequência, vem o já apresentado Adam Smith (1723-1790). Depois de dissertar com sucesso sobre a teoria dos Sentimentos Morais no campo da Filosofia Moral, Adam Smith, a partir de viagem ao continente Europeu absorve as ideias sobre riqueza, produção e distribuição que preocupam principalmente os franceses. Em *A Riqueza das Nações*, a teoria do valor trabalho recebe uma defesa decidida com base na observação de Smith sobre a relação entre divisão do trabalho e produtividade. O vínculo surge de modo tão claro da observação do desenvolvimento da manufatura que o paradoxo da água e do diamante recebe uma proposta de solução razoavelmente sólida.

David Ricardo (1772-1823), com seu *Princípios de Economia Política*, reafirma a ideia de que a existência de dois tipos de valor (valor de uso e valor de troca) ajuda a perceber que o tempo de trabalho é o componente mais importante na determinação da grandeza do valor, ainda que ele problematize aspectos específicos da teoria e nunca consiga, à sua maneira, resolver a discrepância quantitativa entre valor e preço, evidenciando assim uma das fragilidades da teoria. O mais importante ao lembrar Smith e Ricardo como precursores da teoria do valor trabalho (ou da teoria da exploração, na acepção de Böhm-Bawerk) é que eles podem ser tidos como fontes ambíguas. A conclusão de que somente os trabalhadores teriam direito de se apropriar do que foi produzido decorre dessa teoria, mas esses dois autores não chegam a elaborar esse raciocínio. Defendem a teoria do valor trabalho, mas não a teoria da exploração. É a partir daqui que começa a apropriação da teoria por parte dos autores vinculados ao movimento social que porta o interesse dos trabalhadores.

O cume pontiagudo a que chega a teoria econômica da classe capitalista torna-se cada vez mais nítido. John Stuart Mill (1806-1873), popularizador do sistema de Ricardo, simboliza o limite final da Economia Política Clássica, pois aglutina todas as contradições do pensamento burguês que evoca a igualdade em um sistema de relação desigual evidenciada nos polos capital e trabalho. Segundo Oskar Lange ([1959] 1967), John Stuart Mill representa um primeiro compromisso eclético entre o pensamento econômico socialista e burguês. Esta corrente de combinação entre a

nascente economia socialista e a economia burguesa havia de fato começado com Jean Charles Léonard de Sismondi (1773-1842).¹³

Nesse processo, junto com os pensadores mais próximos das questões econômicas estão outros personagens que incluem temas políticos, filosóficos e sociais nesse processo de formação do pensamento socialista. François Noël Babeuf (Gracchus Babeuf) (1760-1797), por exemplo, explicitou a necessidade de continuação do processo revolucionário na França para se chegar ao patamar de igualdade almejado por seus cidadãos no panfleto *Manifesto dos Iguais* de 1796. Babeuf ([1796] 2006) defende o bem comum ou a comunidade de bens numa clara demarcação de contraste com a noção da propriedade privada. A República dos Iguais aparece como uma sociedade diferente, onde a grande massa encontra a felicidade com base nos princípios da igualdade que Babeuf defende. Neste manifesto é explicitamente enunciado que os princípios da igualdade formal (da revolução Francesa) não coincidem com a igualdade real, indicando que a Revolução Francesa não se completou conforme seus próprios ideais.

Claude-Henri de Rouvroy ou Conde de Saint-Simon (1760-1825) é outro nome marcante da elaboração do socialismo como o mundo perfeito. Em dois textos curtos da virada do século 18 para o século 19 Saint-Simon elabora sua visão da sociedade. Em *Um sonho* de 1803 ele relata que concebeu um projeto, na forma de um sonho, onde uma organização social gira em torno de Conselhos compostos por pessoas conhecedoras das ciências. Saint-Simon considera Newton uma referência para os humanos se organizarem em uma nova religião e sociedade que promova o progresso do espírito humano. O sonho é curioso, indicando como o conhecimento científico se associa à religião para dar diretrizes de uma sociedade nova. É interessante apontar que Saint-Simon enfatiza que, nesta sociedade, todos os seres humanos trabalharão (Saint-Simon ([1803] 1980), p. 33).

Já no texto *Parábola de Saint-Simon* de 1819 Saint-Simon imagina duas situações hipotéticas: uma em que todos os sábios, artistas e artesãos da França tivessem morrido e uma em que 10 mil proprietários, nobres, membros conselheiros do Estado teriam perdido a vida e, portanto, teriam deixado esse mundo. Para ele, a primeira situação seria um problema sério, enquanto a segunda seria um problema meramente sentimental, pois a substituição de homens no segundo caso é muito fácil. Saint-Simon contrapõe com força os membros úteis aos inúteis na

¹³ Ver Lange ([1959] 1967), pg. 274, nota 323. Lange indica consultar o texto *A Characterization of Economic Romanticism* de Lenin, onde o lugar de Sismondi na história da Economia Política é analisado.

sociedade, e busca uma explicação: a “organização social está muito longe de ser perfeita” (Saint-Simon ([1819] 1980), p. 37), pois os homens se deixam dominar pela violência e astúcia. Ocorrendo isto, os homens incapazes ficam com a missão de dirigir as pessoas capazes, e há toda uma inversão de moralidade (os imorais educam, os injustos são os juízes, etc.). Aqui é nítido como o domínio da ciência avança para se tornar um novo parâmetro social de alocação na estrutura hierárquica do poder.¹⁴

Os socialistas do pré-marxismo que, por sua vez, dedicaram maior atenção ao problema do valor advindo da Economia Política, foram sistematicamente estudados por um dos principais bloqueadores da entrada de Marx no campo da economia oficial: Eugen von Böhm-Bawerk.

Um dos primeiros livros de defesa sistemática da teoria do valor trabalho condizente com a nova fase da luta de classes é *A defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital* de Thomas Hodgskin (1787-1869). O debate entre Ricardo e Malthus era o reflexo da luta entre a antiga classe proprietária de terra e a nova classe capitalista na dianteira da Revolução Industrial. Em termos de teoria do valor, os componentes envolvidos do processo de produção que brigavam para ser o protagonista da geração de valor eram o capital e a terra. Mas agora, com a terra definitivamente incorporada como elemento do capital, sobrou apenas o trabalho como parte antagônica na unidade da produção capitalista. A luta agora é entre capital e trabalho. O autor avisa que suas pesquisas estão no contexto das alegadas necessidades de defesa do capital diante da crescente associação dos trabalhadores e que chegou ao resultado de que todas as vantagens atribuídas ao capital surgem na verdade do trabalho coexistente e qualificado (Hodgskin ([1825] 1986), p. 309).

Decidido a teorizar ao lado dos trabalhadores, Hodgskin justifica porque seria necessário defender a teoria do valor trabalho: o argumento de que o capital contribui para a produção cria um espaço de reivindicação do produto a ser distribuído para esse fator de produção. Contudo se tudo é criado de fato pelo trabalho, como se depreende dos últimos desenvolvimentos da Economia Política, então é necessário extirpar todo argumento teórico de que o capital tem direito a remuneração. A existência de juros não condiz com a teoria do valor trabalho. O texto de Hodgskin tem o mérito de ser muito nítido neste ponto, não permitindo margem a ambiguidades em relação à contradição entre a lei do valor fundada no trabalho e a estrutura de renda dos juros, alugues e

¹⁴ Outras figuras neste contexto são o conspirador Blanqui (1805-1881) e Charles Fourier (1772-1832) que apesar de não se ver como pertencente aos socialistas elaborava preceitos de uma sociedade baseada no prazer da associação coletiva.

lucro. Ele critica e polemiza com outros autores pós-Ricardo como John Stuart Mill ([1825] 1986), pois a tentativa de conciliação da contradição é gritante, abrindo o caminho para o argumento de que o capital trabalha, por exemplo. Hodgskin, com lógica rígida deduz que se o valor está tão intimamente associado ao trabalho, então só uma conclusão é possível: a justiça (conexa com os ideais da igualdade propagados na criação desta nova sociedade que derrubou o mundo feudal) só será atingida quando o trabalho puder desfrutar de seu produto integralmente.

Outro autor defensor da teoria do valor trabalho foi Johann Karl Rodbertus (1805-1875). De acordo com a exposição de Böhm-Bawerk ([1921] 2010) sobre as teorias de exploração do comunismo-socialismo que refutam os juros e defendem o trabalho, Rodbertus, ao lado de Marx, possui a melhor e mais desenvolvida teoria do valor trabalho. No entanto, ele tem uma particularidade que o afasta dos socialistas que lutam ao lado dos trabalhadores: Rodbertus não conclui que o ganho imerecido (termo normativo para os juros e demais rendas cuja contrapartida não é o trabalho) ou que a propriedade privada devam ser abolidos. Propõe, ao invés disso, que os proprietários sejam integrados como participantes do processo de produção, cumprindo funções necessárias de acordo com as demandas do sistema econômico nacional como um todo.

O avanço de Rodbertus em relação aos autores anteriores é que a questão dos juros é tratada sistematicamente em associação com a teoria de Smith e Ricardo, além de tornar claro que sem uma designação produtiva para os proprietários, eles não terão espaço no novo sistema. Bawerk anota neste ponto (Böhm-Bawerk ([1921] 2010), p. 56) que Smith e Ricardo se firmaram na História do Pensamento Econômico como autoridades incontestáveis de construção da teoria do valor trabalho. Estrategicamente de seu ponto de vista, é necessário, portanto, evidenciar as ambiguidades em relação à ideia de que o valor é exclusivamente resultado do trabalho. Bawerk percebeu que a única maneira de se contrapor à teoria do valor trabalho era se agarrar ao problema da incongruência quantitativa entre valor e preço. É por esse caminho que ele pretendeu fechar o sistema de Marx no começo do século 20, com base na falta de solução para o problema da transformação dos valores em preços de produção (Böhm-Bawerk ([1896] 2007)).

O direito a todo o produto do trabalho

A formação de uma corrente de opositores aos “economistas” evidencia a polarização que emerge a partir da conclusão lógica de que todo o excedente é resultado do esforço dos trabalhadores, e que, segundo a regra mercantil de produção e distribuição, deveria ser revertida completamente ao conjunto daqueles que de fato contribuíram com sua criação.

Aqui é interessante anotar que, por enquanto, ao estudar a teoria do valor e sua forma de classe definida nos restringimos ao âmbito de quantidade de valor. Quero ressaltar que dentro da economia pré-Marx, o contraponto a Bawerk e demais oponentes da teoria do valor trabalho com base no fundamento qualitativo do valor (trabalho abstrato) é totalmente inócuo. Em outras palavras: a fuga para o conceito de trabalho abstrato não é capaz de resolver as questões quantitativas que envolvem a produção e a distribuição em qualquer modo de produção. Mesmo em relação aos socialistas, o avanço necessário para o qual chamamos atenção não pode se refugiar na contribuição decisiva de Marx com a demonstração do trabalho como elemento social que assume formas específicas de acordo com a organização econômica.

O problema quantitativo do valor deve ser estudado desde a formação do socialismo utópico, passando por Marx até chegar ao problema da planificação e superação definitiva do mercado e da forma mercadoria. Bawerk está particularmente preocupado com a questão da exploração, pois na época o grande rebuliço era em torno da constatação intelectual da realidade exploratória do capitalismo, que se dava de um modo distinto da do feudalismo ou da organização econômica com base no trabalho escravo. Ao longo do século 20, os seguidores de Bawerk voltam sua atenção para outros aspectos condizentes com a agitação da época. A questão girará em torno da possibilidade de planificação econômica, o que formará o Debate sobre o Cálculo Econômico Socialista. A concentração do esforço no aspecto quantitativo do valor permitirá encaixar todo o pensamento de Marx na linha histórica contínua de conquista sobre a lei do valor que começa com os sonhos utópicos de abolição do dinheiro, atravessam a formação do socialismo científico e batem nos problemas concretos de planificação que emperram o avanço da construção da economia comunista não-primitiva. As dificuldades contornadas com a NEP (Nova Política Econômica) ou o debate em Cuba nos anos 1960 e o planejamento Chinês adaptado às transformações dos anos 1970 são casos concretos que demandam o conhecimento seco da problemática do cálculo econômico para que seja possível propor soluções positivas condizentes com o atual estágio das forças produtivas.

A questão quantitativa aparecia primeiro na forma de remuneração adequada ao trabalho executado. O socialismo utópico nunca se rebelará contra o sistema de assalariamento, mas isso não significa que não contenha avanços progressivos na construção do próprio socialismo científico. O problema do cálculo não desaparece no comunismo e isso torna obrigatória a recuperação do aspecto quantitativo do valor, algo que é intensamente estudado no socialismo não-

marxista. É esse o pano de fundo que nos incita a reavaliar a relação entre o socialismo científico e o utópico no que tange à teoria do valor.

No sistema pré-Marx, a lei do valor, totalmente confundida com a teoria do valor trabalho, ficará sendo o guia para um sistema de economia política que atenda ao grito pela remuneração justa ao trabalho. No entanto o mais grave é que, por se assentar na ideologia de igualdade que emerge do mundo das mercadorias, todo autor desta tradição nunca conseguirá romper com o pensamento burguês para a organização da produção e da distribuição. O desiderato socialista desta tradição será a harmoniosa e ilusória sociedade mercantil simples, onde todos são iguais e dispõem livremente dos frutos de seu próprio esforço. Dentro deste sistema, que não soluciona a contradição entre valor de uso e valor por não quebrar com o fetiche do produto enquanto mercadoria, o regimento da economia deve seguir uma determinação externa, que se autonomizou na teoria do valor trabalho, e assim, todo usufruto do produto tem que ter uma conexão com o esforço despendido para criá-lo. A separação entre renda e produto permanece. E, portanto, o direito de uso do produto está atrelado à contribuição individual do membro da sociedade para o bem comum. Sobre essa base, não é de se surpreender que a Economia Política não consiga enunciar o emergente padrão de organização da produção e da distribuição, onde cada um dedica sua força individual disponível à riqueza social e retira do fundo coletivo aquilo de que necessita para se reproduzir economicamente.

A naturalização da teoria do valor trabalho

Apesar da postura política avançada, em consonância com as novas ideias que emergem conforme os trabalhadores assalariados se organizam no século 19, há no sistema pré-Marx um grave erro teórico que atrapalha a completa compreensão do capitalismo enquanto um modo de produção historicamente determinado. Esse erro confunde o movimento porque permanece aqui a identidade entre produto e mercadoria, o que inviabiliza uma melhor sistematização dos condicionantes que dão existência ao mercado, ao dinheiro e ao capital. Que erro é esse? Trata-se da equivocada visão de que o trabalho em geral tem capacidade de criar valor. Esse raciocínio culmina na naturalização de um fenômeno que é essencialmente social e faz os socialistas revolucionários convergirem com os reformadores burgueses na hora de definir a meta da transformação da sociedade.

Para indicar como a teoria do valor trabalho é naturalizada pelos socialistas pré-Marx, é útil seguir a trajetória dupla de ruptura e continuidade na passagem da Economia Política Clássica

para o sistema de Marx.¹⁵

O processo de produção é o conjunto de elementos que descrevem a atuação do ser humano sobre a natureza para que ele se reproduza materialmente. Este processo em sua forma pura, ou seja, abstraído das relações sociais que conferem especificidade histórica nas relações entre as pessoas, pode ser visto como a interação de três elementos que Marx denomina elementos simples do processo de produção. São os seguintes itens: a atividade orientada a um fim (ou seja, a ação humana, ou o trabalho mesmo), os meios empregados e o objeto que recebe a ação. A combinação destes três componentes resulta no conceito fundamental da teoria econômica: o produto. O produto é o resultado do processo de produção e ele pode, nesse nível de análise, ser considerado como uma categoria geral da ciência econômica: todo modo de produção passa por esse processo puramente físico-químico de modificação da natureza pela atuação do ser humano, seja isolado, como no caso de Robinson Crusoe, seja como membro de uma família camponesa, como era frequente no pré-capitalismo europeu, seja como parte do corpo social que interage apenas pelo mercado.

Ao analisar no capítulo V do Livro I do *Capital* este processo de produção abstraído de sua forma social, Marx enuncia que os meios empregados e o objeto compõem os meios de produção, isolando o terceiro elemento, o trabalho. Em sua perspectiva, compartilhada aqui com todos os economistas até então (inclusive com os antissocialistas como Bawerk ([1889] 1985), pp. 123-145), o trabalho é o único elemento do processo que tem o poder ativo de iniciar o encadeamento das transformações da natureza para gerar os itens úteis à reprodução econômica. Caso a atividade humana não esteja presente, os demais elementos permanecem na natureza pura, ou seja, sob ação exclusiva de forças que não advém dos humanos. Os demais seres vivos se reproduzem em sua interação com o ambiente, mas não se chama aqui o resultado dessa interação de produto (Engels ([1876] 2004)). O trabalho, portanto, assume uma posição central que é reconhecida até pelos desdobramentos dentro da economia vulgar e apologética do capitalismo. A diferença entre as duas correntes opostas é que, enquanto nos socialistas pré-Marx o conceito trabalho é usado como força política de reivindicação por melhores condições para os trabalhadores, nos economistas da superfície o trabalho é reconhecido meramente como força mecânica executada por seres humanos em seu processo de modificação do objeto de trabalho, desde seu estágio original (matéria prima bruta intocada), passando por diversas etapas intermediárias onde o insumo adquire formas cada

¹⁵ O raciocínio aqui apresentado se baseia no exposto em Camarinha Lopes (2014), com alguns incrementos.

vez mais elaboradas, até chegar ao produto final. Os trabalhadores são igualados a animais de carga.

Smith havia fundido todos os sistemas de incremento de riqueza da economia nacional do mercantilismo com os avanços da Fisiocracia no que tange à reprodução material do organismo social. Com isso, fundamentou a centralidade absoluta do trabalho como elemento ativo que utiliza os demais elementos, ou seja, os meios de produção, para que o produto seja obtido. Seguindo a trajetória continuada por Ricardo, os socialistas pré-Marx se baseiam nesse raciocínio para argumentar que a origem de todo o produto, e, portanto, de toda a riqueza da sociedade vem do trabalho.

Essa base natural não pode, no entanto, liquidar o dilema da teoria do valor trabalho dos clássicos, porque neste nível de análise a teoria se encaixa em qualquer modo de produção. Neste nível de análise não se pode descobrir que o capitalismo é apenas um tipo de arranjo social para a reprodução econômica, porque em qualquer sociedade o trabalho enquanto dispêndio de energia muscular e mental é a única maneira dos seres humanos atuarem sobre o mundo exterior.

A teoria do valor trabalho em sentido fisiológico (e o próprio Marx em diversas passagens contempla a teoria neste sentido, ou seja, admite a possibilidade de se construir a teoria do valor trabalho no sentido clássico, desde que limitada ao aspecto quantitativo) adquire uma aceitação quase que tautológica por todos os economistas. Mas aqui começa o problema reconhecido apenas por Marx: como explicar fenômenos sociais como o dinheiro, a renda em suas variadas formas e os contratos de troca que se operam na circulação que indicam que o valor recebido por cada membro do coletivo não corresponde ao seu esforço fisiológico concreto de formação do produto social? A teoria do valor trabalho no sistema clássico incorre no erro de naturalizar o valor, como se este fosse uma entidade que brota da interação ser humano-natureza. Toda a dificuldade reside no fato de que o fetichismo da mercadoria permite criar esse raciocínio e eternizar a relação social mercadoria.

Em sentido natural, a teoria do valor trabalho ilustra que os itens mais difíceis de serem obtidos, ou seja, aqueles produtos mais complexos ou mais refinados, demandam uma maior quantidade de trabalho para sua criação. A interação entre os objetos trocados no mercado reflete, de modo isolado, o grau de dificuldade de produção deles e é isso que permite o exercício dos Robinsons individuais que permutam seus produtos em um ambiente onde nem existe o dinheiro. O verdadeiro avanço dos socialistas pré-Marx foi simplesmente fazer um uso político desse

raciocínio para demandar a completa remuneração do “fator trabalho”, ou seja, a integral apropriação do produto social. O resultado do processo de produção é um enorme amontoado de produtos que assumem uma forma abstrata em dinheiro, que é, então, distribuído em formas diferentes de renda. O que impede os trabalhadores de usufruírem de todo esse montante que forma a renda nacional? Aqui o econômico enfrenta o político e a disputa em torno do excedente ilustra como a repartição do produto não cabe nas elucubrações teóricas abstratas seguidoras da lógica individualista “cada um recebe de acordo com o que contribuiu”. O mundo de mercado não é uma mera soma de indivíduos livres, mas um sistema onde esses indivíduos se aglutinam em subconjuntos que chamamos de classes. Essa conclusão, que marca o fim do sistema harmonioso de Smith, decorre do desenvolvimento estritamente lógico da regra social de reprodução econômica da sociedade de mercado: de cada um de acordo com suas capacidades, para cada um de acordo com sua contribuição.

O desiderato do socialismo utópico: a sociedade mercantil simples

O princípio igual salário para trabalhos iguais será, portanto, defendido com veemência pelos autores socialistas, assim como o fim de todos os privilégios. Não era exatamente isto que se encontrava nas bases ideológicas do mundo burguês? Para quem acredita que a Revolução Francesa não cumpriu seus objetivos, esta é certamente uma trincheira de batalha. Para quem avalia, por outro lado, que a Revolução, após ter se apoiado na classe trabalhadora para vencer os antigos dominadores e efetivar a jurisdição burguesa em sua plenitude, se tornou, conforme a dialética da História, uma Reação, este campo não tem condições de avançar no desenvolvimento da ciência econômica.¹⁶ Para estes últimos, apenas o socialismo esboçado em linhas gerais por Marx na *Crítica ao Programa de Gotha* teria as condições de superar os limites das contradições da desigualdade real contida na igualdade formal do sistema capitalista.

Para entender como o sistema econômico dos socialistas pré-Marx desemboca na sociedade mercantil simples é pertinente analisar como a teoria do valor trabalho atinge o seu cume final em Proudhon e como Marx se esforça em orientar o movimento indicando as contradições absolutas do socialismo fundado na relação social mercadoria.

¹⁶ Sobre o movimento histórico que transforma a burguesia de classe revolucionária em conservadora e, depois, em reacionária conforme o processo de transformação econômica avança, ver Hobsbawm ([1977] 2014), p. 111.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) percebeu bem as polaridades em questão e reconheceu que os “economistas” cumpriam o papel de frear o avanço dos socialistas. Ele observou que tal procedimento escancarava todas as contradições a que se chegavam com o desdobramento lógico da Economia Política Clássica em relação aos interesses de classe que a sustentavam no começo. Em sua obra, *Filosofia da Miséria* (cujo título é Sistema de Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria) publicada em 1846, Proudhon desenvolve o argumento de que o sistema econômico opera em contradições muito latentes que evidenciam a irracionalidade da organização econômica prevalecente, tendo em vista as potencialidades técnicas para a solução do problema econômico na escala da humanidade (Proudhon ([1846] 2007)).

O texto de Proudhon é entremeado de questões filosóficas profundas que ilustram como o autor passa de temas concretos (como os temas econômicos de fome, produção, consumo) para temas abstratos (como a existência de Deus, as formas do pensamento e sistemas lógicos de apreensão da verdade) passando pelos meandros sociais do dinheiro, do valor e das relações entre os seres humanos. Para quem acompanhou Marx e rompeu com toda a tradição clássica da filosofia, é bastante difícil seguir Proudhon em seu sistema de contradições econômicas. Ele está numa dimensão filosófica para a qual Marx já encontrou uma solução própria.

As incompatibilidades entre elementos antagônicos ou os processos conflituosos entre partes opostas são uma constante em Proudhon ([1846] 2007). Em relação à ciência econômica e ao valor, é nítido como ele descreve corretamente que a ideia socialista entra em contradição com muitos enunciados da Economia Política, principalmente em relação à explicação das rendas cuja contrapartida não é trabalho realizado. Ao recuperar a história sobre as origens da lógica do dinheiro emprestado (usura), fica como dado que o fenômeno “do aluguel”, ou seja, do empréstimo, dos juros, é um acontecimento espontâneo, normal. Para Proudhon, este fenômeno se aproxima de um fato natural, visto que ele “tem sua fonte no mais profundo de nossa natureza” e que se torna um propulsor poderoso da organização econômica. Apesar da aparente naturalidade na explicação dos juros, o embate não escapa da observação do autor.

A bifurcação da Economia Política é então claramente capturada por Proudhon quando ele indica que o conceito de produtividade do capital está em conflito direto com a noção teórica de que todo o valor é gerado pelo trabalho. Só que a constatação correta da luta não é suficiente para guiar o movimento comunista. É curioso observar que, ao invés de concluir que tal contradição expressa os interesses antagônicos irreconciliáveis de duas classes sociais, Proudhon se esforça em

achar uma saída “mediadora” para esta luta, perguntando sobre “como conciliar, pois, a teoria do arrendamento ou da produtividade do capital, teoria confirmada pela prática universal, (...) com esta outra teoria que nos mostra o valor como composto normalmente dos salários (...)?” (Proudhon [1846] 2007), p. 59). Proudhon compreende que os socialistas tem uma posição de apropriar-se da Economia Política para fazer valer sua demanda por toda a renda para o trabalho. Mas ainda assim, imagina que esta justificativa teórica é frágil, visto que o fenômeno da renda proveniente do não-trabalho deve entrar de alguma maneira no sistema teórico da economia. É o limite final, não só da teoria do valor trabalho pré-Marx, mas de todo o socialismo sustentado apenas na política socialista francesa e na Economia Política Inglesa. Proudhon carece do terceiro pilar, a filosofia alemã de Hegel embalada na oposição direta de Feuerbach e na subsequente interpretação de Marx.

A saída conciliatória, a essa altura, culmina em um estouro. Para Proudhon, entre os extremos da ficção do capital (os juros, etc.) e da visão do trabalho, deve haver um terceiro princípio que concilie estas duas posições num avanço teórico genuíno que nem os socialistas nem os economistas conseguem produzir. Proudhon critica os socialistas porque eles abandonam o princípio de indenização (que podemos dizer ser a troca de equivalentes) e vão para a expropriação universal, ou seja, para a produção e o consumo em comum. Isto deve ser problematizado segundo Proudhon, pois assim, “o socialismo recai da crítica na utopia e sua impotência explode de novo em contradições” (Proudhon ([1846] 2007), p. 61).

De acordo com a leitura aqui empreendida o que ele quer dizer é que sem esclarecer o modo de funcionamento desta produção e consumo em comum, ou seja, sem estabelecer as regras sociais de organização da economia, o socialismo irá continuar sendo um movimento utópico que não conseguirá construir seu mundo na realidade. É evidente que se trata da constatação de que o princípio da troca de equivalentes não se encaixa direito no sistema econômico comunitário. Proudhon deriva logicamente a pergunta correta: dadas as contradições entre o que é e o que está vindo a ser, como deveria ser o novo sistema social? Para ele, consistente dentro da dimensão filosófica em que opera, antes de proceder com a expropriação de acordo com o interesse público, ou seja, antes de “pôr mãos à obra” na construção de uma “reorganização completa da sociedade” (Proudhon ([1846] 2007), p. 61) é preciso determinar, descrever os princípios desta nova organização.

Similar a Marx, Proudhon está buscando na Economia Política os elementos dos novos tempos e ideias, como o socialismo. Ele descreve com precisão as contradições e incita à busca

por um princípio mais geral que concilie as teorias contraditórias entre capital e trabalho. Sem esse princípio, Proudhon pensa que o socialismo “parte para o quebra-tudo” e se mantém utópico. É curioso notar como ele se preocupa em escapar do utopismo, ainda que esteja dentro do idealismo. A solução econômica viria da teoria de acordo com ele, e não do movimento prático real que soluciona constantemente os problemas que vão aparecendo. Isso explica em grande parte o lugar de Proudhon na história, chegando a se tornar uma espécie de sábio incompreendido ainda em vida.

O pensamento da economia burguesa e o radicalismo da igualdade do movimento socialista voam para o alto sob a pena de Proudhon, algo que ele mesmo reconhece. A conciliação da teoria do valor trabalho com a estrutura de remuneração observada (juros, aluguel, etc.) é inviável. De qualquer forma, a essa altura, a opção pela teoria do valor trabalho já é uma questão de decisão política na luta e não mais de especulação abstrata sobre a origem do valor.

É bastante difundida a noção de que Marx rejeitou Proudhon com seu texto *A Miséria da Filosofia* (Marx ([1847] 1946)). Esse distanciamento apressado pode ter contribuído para aquela ruptura abrupta entre o socialismo utópico e científico que precisaria ser revista. Existem, de fato, muitos aspectos de similaridade entre os autores que podem ser destacados como maneira de chamar a atenção para o problema do cálculo econômico. A relação de Marx com os socialistas utópicos não pode ser vista apenas como uma relação de quebra, de crítica ou de rompimento. Em todos os âmbitos da construção de sua obra, Marx continuou com os “elementos verdadeiros” contidos nos diversos campos do conhecimento que se encontravam emperrados devido à ausência do mais alto patamar que a filosofia havia atingido até então.

Em relação à teoria do valor trabalho, é notório como Proudhon conseguiu chegar muito próximo das grandes questões por trás da alienação fundante da relação mercadoria que sustenta todo o processo de criação e manutenção do modo de produção capitalista (Proudhon ([1846] 2007), capítulo II - Do Valor). Assim, ele vai ao âmago do problema ao verificar corretamente que a duplicidade valor de uso e valor, percebida pelos economistas, possui na verdade uma característica extremamente contraditória que esconde o fato de que o indivíduo do sistema de mercado está preso ao coletivo e que, assim, a produção e apropriação individual está condicionada à produção e apropriação social. Percebendo que o sistema social observado só opera dentro da relação de troca e que a troca pressupõe a propriedade, Proudhon, corajosamente, indaga no capítulo XI sobre a origem dessa norma social relativa ao direito sobre o produto. Trata-se do

“problema da propriedade” (Proudhon ([1846] 2007), tomo II, p. 169). E aqui ele se encontra diante de um precipício filosófico.

Com base em sua própria interpretação da história da filosofia, Proudhon busca explicar a propriedade com “o acordo entre a razão e a experiência” (Proudhon ([1846] 2007), tomo II, p. 170). Assimilando de modo adequado que o “senso comum” se condensa na construção do instrumento filosófico, Proudhon refaz o caminho de trinta séculos do pensamento na história da humanidade de Platão a Hegel (Proudhon ([1846] 2007), tomo II, p. 172-183) para explicitar o último debate entre os intelectuais: a origem de tudo é de ordem espiritual/ideal ou material? Onde está a verdade? No espírito ou na matéria? “(...) (A) controvérsia era essa” (Proudhon ([1846] 2007), p. 178).

Acreditando que a filosofia chegava ao fim, sobrava apenas a metalinguagem, ou seja, que a filosofia estudasse a si própria. Isso geraria, segundo Proudhon, uma determinada organização do senso comum (ou do conhecimento) numa série, em um padrão, em uma classificação. Essa organização seria o procedimento correto para se estudar qualquer assunto. É assim que Proudhon se propõe a estudar a propriedade dentro desse esquema e conclui que “a propriedade é ininteligível fora da série econômica” (Proudhon ([1846] 2007), tomo II, p. 190). A propriedade aparece como eterna. Mas o movimento real pede a abolição da propriedade. Como a economia pode continuar fora da série econômica? Terminou a Economia Política enquanto ciência presa no modo de produção capitalista, enquanto naturalizadora das relações sociais fundadas na mercadoria.

Nessa época, ainda, o comunismo aparece para todos os socialistas pré-Marx como a generalização do direito à propriedade com base na igualdade de todos os membros da sociedade. É o desiderato da sociedade mercantil simples com igualdade global.¹⁷ E Proudhon percebeu a contradição envolvida na generalização da propriedade, pois nesse caso, quem seria excluído da apropriação para poder existir apropriação privada? (Proudhon ([1846] 2007), p. 235).

Ele destaca que quanto mais a propriedade entra em declínio, mais longe o comunismo fica, pois tem em mente o socialismo pequeno-burguês, o fulcro da sociedade mercantil simples como base plena da igualdade lastreada na troca de equivalentes. Compreende corretamente esse

¹⁷ O conceito de sociedade mercantil simples usado aqui é para enfatizar a ideia de igualdade. Este conceito inclui a expansão ampliada equilibrada, ou seja, a expansão da quantidade total de valor desde que tal processo de crescimento não acarrete em mudanças na estrutura de distribuição dos meios de produção que passariam então a funcionar como capital ($D - M - D'$) e não apenas como mercadoria ($M - D - M$). Nesta situação abstrata, todos os membros estão em um mesmo nível de poder econômico, sendo proprietários de seus meios de produção. A exploração contida na alienação mercantil não se assenta numa relação entre dois agentes diferentes, mas sobre um único.

absurdo ao escrever que “a propriedade terminará pela transformação de seu princípio, não por uma coparticipação indefinida” (Proudhon ([1846] 2007), p. 235) e, num gesto extremamente coerente com seu sistema de pensamento, se retira do movimento socialista enquanto corrente construtora devido à impossibilidade desse movimento sair da utopia ao anotar: “Se hoje me acho o menos avançado dos socialistas, é porque saio da utopia, enquanto eles nela ficam” (Proudhon ([1846] 2007), p. 271). É a resignação e a admissão de que o socialismo é uma utopia e sua declaração de desistência prática de lutar pelo comunismo. Significa constatar que as pessoas não sabem como construir o socialismo e que, por isso, faz-se logicamente necessário desistir de participar dessa construção. É a constatação do estado limite do movimento socialista, que finda numa interpretação do movimento que não direciona para nenhuma ação transformadora.

O desfecho de Proudhon tem um efeito muito forte para o movimento comunista que perdura até nossos dias devido ao fato de o movimento hoje não ser mais hegemonizado pelo Marxismo. Sua força de persuasão negativa se dissolve no anarquismo e dificulta a união massiva necessária para a superação da ordem do capital. A dicotomia entre desejo e impossibilidade se reproduz desde então nos círculos minúsculos burgueses e do alto-proletariado (que podem compor uma parte relativamente grande da população nas economias capitalistas), prendendo assim o socialismo no cofre da utopia. Esse é um dos motivos pelos quais Marx se dedicou tanto a combater Proudhon.

No âmbito teórico, chega o momento em que a teoria do valor trabalho, depois de ter dominado o que poderia ser chamado então de *mainstream* em economia, começa a ser excluída do pensamento oficial. O raciocínio de que somente o trabalho contribui para a criação do valor tinha que ser combatido. De modo mais profundo ainda, era preciso defender teoricamente a propriedade privada com todos os artifícios que a ciência econômica pudesse oferecer. A perspectiva subjetivista será assim desconectada dos elementos revolucionários da Economia Política Clássica para ser costurada junto daqueles outros elementos que justificam a existência dos juros e, em última instância, do capital. A Revolução Marginalista desencadeada com Menger, Jevons e Walras, que fornecem um núcleo progressivo extremamente importante para relacionar valor e preço empírico, será lapidada por autores e forças contrárias à Teoria do Valor dos trabalhadores por motivos estritamente políticos. É nesse sentido que o subjetivismo em teoria do valor contém um núcleo verdadeiro que não pode ser descartado apressadamente devido à apropriação política da Revolução Marginalista pelo movimento anticomunista. A conquista deste

núcleo verdadeiro é fundamental para que as leituras *rupturista* e *continuísta* entre os Clássicos e Marx não continuem a se repelir reciprocamente e para que o qualitativo e o quantitativo do valor possam ser abordados concomitantemente.

1.3 A naturalização da mercadoria na Revolução Marginalista

A continuação da Economia Política Clássica com base na teoria do valor utilidade é a via oposta à apropriação da ciência econômica pela classe trabalhadora. Apesar de conter erros graves de naturalização do capitalismo, esta vertente oposta ao socialismo continuou sistematizando o fenômeno de precificação dos objetos trocados no mercado, oferecendo assim instrumental útil para conceituar a lei do valor. Esta contribuição, que é um processo inconsciente e que deve ser cautelosamente extraído do emaranhado ideológico de defesa do sistema capitalista, se tornou mais nítida com a formação da Escola Austríaca de economia a partir de sua oposição aberta a todos os autores socialistas no debate sobre o cálculo econômico em um sistema sem propriedade privada.¹⁸

Apropriação da ciência econômica pela reação: preço

Os socialistas direcionaram o sistema de Smith para a essência, ou seja, para o valor. Do lado politicamente oposto, os economistas oficiais se afastaram sistematicamente da esfera da produção, redirecionando toda sua atenção para os fenômenos da superfície. A apropriação da teoria dos economistas clássicos pelo nascente movimento socialista revelou que a Economia Política entrou numa nova fase de luta de classes, onde os trabalhadores aparecem como contraposição a todas as formas de renda de não-trabalho. A procura por sistemas econômicos que evitavam a conclusão de que o valor era criado apenas pelo trabalho foi imediata. E sem demora a tríade Menger ([1871] 1950), Jevons ([1871] 11970) e Walras ([1874] 1954) foi localizada para isolar a ciência do valor das forças progressivas que emergem com o início da decadência do

¹⁸ O procedimento de extração do que há de genuinamente positivo na corrente marginalista foi implicitamente indicado por Oskar Lange como maneira dos economistas adeptos do socialismo científico lidarem com o novo *mainstream* em economia após a época clássica, tratando-se, assim de uma linha específica de combate teórico que se diferencia das mais variadas vertentes heterodoxas que vislumbram desde uma completa reforma do sistema, como no arcabouço keynesiano e neoricardiano, até a efetiva ruptura e transição para outro modo de produção, como nos sistemas anarquistas e Marxistas. Indicar que a Revolução Marginalista efetua o mesmo erro analítico que o socialismo utópico permite mostrar que a bifurcação que destruiu a Escola Clássica é um processo político. Dessa maneira, as limitações dos dois caminhos no desenvolvimento da teoria do valor indicam que a proposta de Oskar Lange no tratamento do marginalismo pode ser superior tanto ao projeto de Sraffa quanto aos diversos matizes qualitativos que se afastam da neoclássica devido ao seu nítido controle político e ideológico contra a classe trabalhadora. Sobre isso, ver ainda a sessão “A orientação de Oskar Lange” no capítulo 3.

capitalismo.

A interpretação de que a Revolução Marginalista é essencialmente um movimento de defesa ideológica da organização econômica do capital é bastante difundida entre os historiadores do pensamento econômico de esquerda. É comum ouvir que o surgimento dos socialistas ricardianos deve ter causado pânico entre diversos intelectuais com conhecimento profundo sobre a relação entre a teoria social em geral e a dinâmica da luta de classes, e que eles teriam agido propositalmente para substituir a teoria do valor trabalho pela teoria do valor utilidade.

Uma linha interpretativa nessa direção sobre a Revolução Marginalista é a de Piero Sraffa. Depois de ter estudado as profundezas da teoria do valor na Economia Política Clássica, desde sua base fisiocrata até seu desfecho no declínio da escola de Ricardo, Sraffa concluiu que o abandono da perspectiva do excedente, que permitia visualizar nitidamente o conflito de apropriação do produto social total foi decisivo para que a perspectiva marginalista se alastrasse no ensino de economia. Só que para entender o marginalismo como a metade politicamente oposta ao socialismo utópico, não é estritamente necessário definir o propósito político do abandono do sistema clássico em favor de um novo sistema, cuja base será o individualismo metodológico e a teoria do valor utilidade. O importante aqui é reconhecer que este (des)caminho focaliza o momento final da realização mercantil, ou seja, o preço empírico praticado no mercado. Dessa maneira, ao invés de buscar conectar valor com preço, os autores do marginalismo buscarão sistematizar o preço empírico de modo direto com a satisfação que o indivíduo envolvido obtém com a mercadoria em negociação.

Os economistas desta linha recuperam os fundamentos filosóficos do utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832) para explicar que a formação dos preços empíricos corresponde às forças de oferta e demanda que equilibram a relação entre esforço (dor) e recompensa (prazer) dos indivíduos. Neste sentido, eles observam a superfície e não se preocupam em conectá-la com a essência, com o processo de produção. Toda a atenção é dirigida ao preço e assim a análise cai na esfera naturalista da economia onde se estuda a relação direta entre ser humano e objeto útil.

Diante da contradição entre valor e preço, a grande falha dessa corrente é ter abandonado o caro conceito de lei do valor dos clássicos. Por outro lado, não se pode esquecer que a Revolução Marginalista não pode brotar do vazio: a Economia Política de Smith permanece como sua inspiradora, embora pelo lado político reacionário de evitar todo enfoque em classes e conflitos sociais que se tornaram a regra no capitalismo desenvolvido de Ricardo. Sua força, portanto, se

encontra no instrumental analítico que descreve a formação empírica de preços a partir da perspectiva de mercado, ou seja, a partir da interação direta entre comprador e vendedor que acertam um preço de acordo. A formação dos preços empíricos irá ganhar uma base ferramental bastante útil que pode ser usada no desafio da planificação, como exemplificado em Horvat (1970).

Aqui emerge uma constatação grave. O reconhecimento desse componente de força no instrumental marginalista implica em uma revisão drástica sobre a postura dos economistas heterodoxos em relação a todo arcabouço neoclássico. O enfrentamento direto da heterodoxia contra o *mainstream* contemporâneo em ciência econômica não tem conseguido alterar as linhas gerais de ensino porque não se compreende o jogo político que se opera por trás de cada escola de pensamento econômico. A conquista do instrumental neoclássico pelos economistas dedicados a realizar a substituição do mercado pelo plano é indispensável para o sucesso desta substituição, pois este instrumental se refere exclusivamente à formação quantitativa das relações de troca em seu grau mais concreto. Por essa razão, no que tange à teoria do valor, dominar a escola neoclássica, como implicitamente indicado por Oskar Lange, pode se revelar uma estratégia mais robusta do que a tentativa de destruí-la, como foi o objetivo do projeto teórico de Piero Sraffa e, em certa medida, de Keynes¹⁹.

A teoria do valor utilidade

Com o desmoronamento da escola clássica a teoria do valor passa por muitas transformações. A Revolução Marginalista causou uma ruptura importante na história do pensamento econômico e marca a passagem de um antigo *mainstream*, dominado pelas análises qualitativas, descritiva e histórica de Smith e Ricardo para um novo corpo teórico de aceitação geral. A partir dali a Escola Clássica deu espaço para uma estrutura muito mais formal, que tratava os temas de modo supostamente imparcial, de acordo com toda uma metodologia própria. O sistema aqui partia do indivíduo e da “leitura” de suas decisões conforme suas escolhas reveladas pelas transações efetivadas no mercado. Desta forma, o valor passou a ser explicado preponderantemente com base nas avaliações subjetivas sobre quão profundamente as

¹⁹ O ataque de Keynes ao arcabouço geral de Marshall e da Escola Clássica (em sua acepção, todos que internalizam a Lei de Say) foi um processo de construção teórica em Cambridge, na Inglaterra, que contou com a participação de Piero Sraffa, Joan Robinson, Richard Kahn, Nicholas Kaldor e Richard Goodwin. Assim, o projeto de Sraffa pode ser entendido como uma das variantes do trabalho mais amplo de contestação da Escola Neoclássica sob a liderança de Keynes, ainda que existam diferenças fundamentais entre todos os “Keynesianos de Cambridge”. Sobre isso, ver Pasinetti (2009).

mercadorias, enquanto objetos úteis, podiam satisfazer as necessidades particulares. Ou seja, o fundamento do valor passou a ser o valor de uso e o vínculo do valor com o trabalho foi extirpado definitivamente por uma série de aperfeiçoamentos que distanciaram totalmente a Economia Política oficial dos movimentos da base social.

Os três principais nomes da virada marginalista ajudam a ilustrar a situação da ciência econômica no último quarto do século 19. Não existe um posicionamento consensual em torno deste episódio na História do Pensamento Econômico, a não ser que ele marca entre 1871 e 1874 o começo de uma nova era. Jevons, Menger e Walras, apesar de serem unificados num único pacote que veio a se transformar no padrão de treinamentos dos economistas até a Revolução Keynesiana, possuem algumas especificidades na construção da teoria do valor utilidade, entidade que expulsará a teoria do valor trabalho do circuito acadêmico relegando-a, na expressão de Keynes, aos “subterrâneos do mundo” (Keynes ([1936] 1992), p. 43).

No prefácio da primeira edição de *A Teoria da Economia Política* de 1871, William Stanley Jevons (1835-1882) contextualiza sua obra no cenário da Economia Política teórica de então. Em sua visão, havia um sentimento de conclusão do desenvolvimento que partira de Adam Smith. Não existiria nada que pudesse ser acrescentado ao sistema que, após refinar-se sob a pena de Malthus, Senior e Ricardo, atingira seu ápice com o acerto de detalhes por John Stuart Mill. No entanto, Jevons indica explicitamente no prefácio da primeira edição de sua obra que pretende desafiar este raciocínio ao apresentar uma reformulação da teoria do valor dos clássicos ao “tratar a Economia como um cálculo do prazer e do sofrimento” (Jevons ([1871] 1983), p. 3-4). Neste sentido, trata-se de uma abordagem distinta do *mainstream* da época, pois busca analisar os fenômenos concretos do mercado partindo de um ponto diferente: ao invés de seguir o caminho de Adam Smith no paradoxo da água e do diamante, Jevons pretende fundamentar o valor na utilidade dos bens e não no trabalho requerido para sua obtenção. Em paralelo a isso, Jevons, sob influência dos avanços das ciências naturais, em especial da física mecânica, defende que é necessário acrescentar à tradição dos autores do passado as técnicas matemáticas. Isso porque os conceitos quantitativos envoltos nas categorias utilidade, trabalho, capital e, especialmente, valor, precisam, em sua opinião, atingir um grau de precisão que só é possível obter com a incorporação dessas técnicas.

É interessante observar que à época a economia era um ramo do conhecimento relativamente distante da física, cuja proeminência passa a influenciar todas as outras esferas da ciência. A matemática era praticamente ausente das elaborações teóricas no campo da economia.

Nos séculos 17 e 18, William Petty ([1690] 1996) e Quesnay ([1758] 1996) já haviam de fato começado a elaborar os fundamentos para o pensamento econômico receber o tratamento quantitativo sistemático das grandes questões. Só que até meados do século 19, a Economia Política se contentava em usar os procedimentos mais simples da contabilidade amparados nas quatro operações básicas para dar conta de toda questão que envolvesse elementos quantitativos. No máximo utilizavam-se os conceitos de taxa de crescimento quando a observação de variáveis ao longo do tempo permitia observar um padrão, como o crescimento do produto social, o incremento da produtividade e o declínio das taxas de retorno conforme o setor recebia novos capitais, por exemplo. A dinâmica das taxas ocupou o centro das atenções nas discussões em torno de Malthus devido à necessidade de relacionar o tamanho da população, o tamanho dos recursos e do produto, assim como a interação das taxas de ganho no campo e na fábrica. Porém, o enfoque matemático só penetra com decisiva força no âmago da ciência econômica, ou seja, na teoria do valor, com a repercussão da tríade marginalista.

O prefácio de Jevons à primeira edição de sua principal obra explicita que, apesar de já existir há algum tempo, o enfoque matemático-abstrato para lidar com a formação das relações de troca sempre fora “excluído” das análises oficiais que seguiam o estilo de Adam Smith. Neste sentido, estava fora do *mainstream*, rondava a ciência econômica à margem das grandes discussões. É possível assim pensar em Jevons como um autor que resgata diversos escritos que já buscam aplicar a linguagem matemática à Economia Política no intento de incrementar, aperfeiçoar e, inclusive, corrigir a teoria do valor tradicional. A obra de Jevons contém um apêndice onde há uma lista bastante detalhada com os livros, ensaios e demais obras publicadas até então que podem ser considerados trabalhos de enfoque matemático. Essa lista, que abrange um período que vai do começo do século 18 até o final do século 19, continuou a ser expandida pela família de Jevons após a sua morte nas edições seguintes do *Teoria da Economia Política*, passando a ser uma verdadeira coletânea histórica da origem da abordagem marginalista. Ela traça todo um desenvolvimento paralelo à tradição Smith, Ricardo, Malthus e John Stuart Mill, cuja riqueza, na opinião de Jevons não podia ser desconsiderada.

Aqui se percebe outra constatação grave no contexto do ensino crítico em ciência econômica. Uma das grandes falhas da tradição heterodoxa, e com maior peso da escola de economia marxista ocidental, foi ter se afastado sistematicamente dos métodos quantitativos aplicados à Economia Política. Isso permitiu um completo domínio da técnica matemática por

economistas com posição política defensora da organização econômica sob o capital. Os problemas com a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo, como apontado, são reais e Jevons está preocupado em encontrar uma saída. Infelizmente, devido à manobra política de apologética operada pelos autores vulgares, a corrente longínqua do marginalismo parece ser inteiramente capturada pela contrarrevolução: todo o esforço é dirigido para eliminar os estudos da essência da produção de valor com base no processo de produção, como ele insiste em existir em Ricardo e, de forma totalmente contraditória, em John Stuart Mill. Por isso, ainda que, à primeira vista, Jevons pareça estar seguindo os apologéticos e reacionários Malthus e Senior, é necessário lembrar que a trajetória da teoria do valor utilidade não nasce com a Revolução Marginalista que elimina politicamente a tradição clássica. É neste sentido que se deve recuperar criticamente o descaminho marginalista da mesma maneira que se deve fazer com a economia socialista pré-Marx.

Certamente a passagem da era clássica para a neoclássica é atribulada e cheia de mudanças significativas. Um exemplo de mudança negativa que destaca isso é a proposta de Jevons no prefácio da segunda edição (Jevons ([1871] 1985), p. 6) para a “substituição do nome Economia Política pelo termo simples e conveniente de *Economia*”. Essa mudança de nomenclatura, que se consolida com a massiva aderência ao livro-texto de Alfred Marshall, captura bem o sentido de transformação do campo de atuação dos economistas: ao invés de se dedicar ao amplo cenário que abrangia a filosofia, a história, a ética e a política o economista se tornará crescentemente um especialista na arte abstrata de descrever os fenômenos de contrato de troca burguesa sem que se perceba a especificidade histórica em que esses fenômenos ocorrem. Jevons defende a redução da amplitude da ciência econômica como meio de solucionar o estado caótico e confuso da Economia Política, ao argumentar que “a subdivisão é o remédio” (Jevons ([1871] 1985), p. 7).

As escolas que retomam as problemáticas daquele cenário amplo da época clássica parecem ser geralmente dominadas pela noção de que a economia neoclássica não contém nenhum átomo de serventia teórica ou prática. Em contraposição a essa visão estabelecida, o argumento aqui em desenvolvimento sugere que, analogamente ao tratamento dado por Marx aos clássicos, é possível extrair dos escritos do *mainstream* determinadas ferramentas úteis ao propósito político de superação (ou reforma) do capitalismo. Por isso, uma separação abrupta entre *mainstream* e heterodoxia não pode ser a base de análise da história do pensamento econômico no século 20, visto que ela não replica as posições de classe em combate ao longo desse período. Isso é notório quando se reconhece que são dois fenômenos que se somaram no curso do desenvolvimento da

teoria econômica, refletindo a dialética Revolução e Reforma: primeiro, a vertente Marxista oficial rompeu qualquer linha de diálogo com a oficialidade em economia no final do século 19 e, segundo, a Revolução Keynesiana nos anos 1930 desafiou seriamente o padrão de ensino de economia no Ocidente até os anos 1970.²⁰

O importante a observar com base no prefácio de Jevons à segunda edição de seu livro é que a tradição de economistas matemáticos antecede a virada brusca dos anos 1870. Ou seja, muitos autores já trabalhavam na formalização matemática do valor, de tal forma que Jevons pode ser reconhecido como um popularizador desta vertente ao mesmo tempo em que a relaciona com o sistema *mainstream* da época, quer dizer, com o sistema de Smith e Ricardo. Contudo, ao invés de buscar uma síntese entre o padrão qualitativo (que domina as discussões nos cem anos que delimitam a década 1770 e a de 1870) e o discurso abstrato-matemático (que corre e cresce como campo heterodoxo de então), Jevons imagina que apenas este segundo estava na trilha correta. Neste sentido, ao invés de fechar a unidade qualidade e quantidade na ciência econômica, ele contribuiu apenas para inverter a relação de dominação de uma esfera sobre a outra. Comete o erro inverso dos autores que se restringem ao âmbito qualitativo, como os escritores da Escola Histórica Alemã que enfrentarão o marginalismo na Batalha dos Métodos.²¹

O esforço é, portanto, de superação do viés qualitativista do sistema clássico. Porém, ao enfatizar e divulgar os exercícios de cálculo marginal aplicados aos problemas básicos observados na economia dos clássicos, Jevons pretende se livrar das “suposições confusas e absurdas da Escola ricardiana” (Jevons ([1871] 1985), p. 18), assim como da ligação firme existente entre trabalho e valor ao anotar que “não há tal coisa como custo absoluto do trabalho; é tudo uma questão relativa” (Jevons ([1871] 1985), p. 21).

Com isso, e este é o lado fraco de toda virada marginalista, joga fora justamente o que o sistema ricardiano tinha de melhor em sua continuação de Adam Smith: o vínculo de todas as trocas da superfície com uma lógica geral que não se baseia em nenhum lastro normativo individual ou coletivo, ou seja, em uma lei “quase natural” que está no cerne determinante das

²⁰ Existem enormes diferenças na modalidade de crítica à Escola Clássica entre Marx e Keynes. A principal é que, enquanto Marx constrói sua crítica com base na noção de naturalização do modo de produção capitalista, Keynes ergue sua posição contra os clássicos com base na noção do equilíbrio automático embutido na Lei de Say.

²¹ A Batalha dos Métodos ou *Methodenstreit* foi o debate ocorrido na Alemanha e na Áustria onde os autores se dividiram entre aqueles que defendiam a análise histórica e aqueles que defendiam a análise lógica. Essas duas correntes formaram a Escola Histórica Alemã (Gustav von Schmoller, Werner Sombart e Friedrich List, entre outros) e a Escola Austríaca.

relações quantitativas nas quais os diversos valores de uso entram em equivalência. Essa lógica designada lei do valor no sistema clássico é simplesmente descartada ou, de modo mais inclusivo, inteiramente resignificada como o princípio da valoração subjetiva individual em relação à mercadoria enquanto valor de uso que satisfaz necessidades humanas. É a mudança da base materialista que fundamenta a teoria do valor objetiva para o lastro psíquico que ampara a teoria do valor subjetiva. Tanto Isaak Rubin quanto Oskar Lange rejeitam tal procedimento devido ao fato do determinante objetivo que conecta os proprietários de mercadoria simplesmente desaparecer nesta mudança. A rejeição, portanto, não se fundamenta em um eventual erro analítico interno da abordagem marginalista, mas no fato de que a substituição do objetivismo pelo subjetivismo é a mera troca de um lado da unidade pelo outro.

A particularidade de Jevons enquanto membro da tríade neoclássica revolucionária é o de integrar a linguagem matemática ao corpo reconhecidamente desenvolvido da Economia Política até John Stuart Mill, mas sempre com a preocupação de manter o texto acessível aos leitores não matemáticos. Os princípios gerais da utilidade marginal como fundamento do valor são assim desenvolvidos com base na lógica do cálculo utilitarista de prazer e dor de Bentham de modo bastante didático, contribuindo para converter a economia numa ciência do comportamento geral do ser humano em sua luta de sobrevivência na natureza. Esse erro (o de considerar que, durante toda a história da humanidade, os indivíduos se comportam como o Robinson Crusoe racional que age economicamente para expandir o conjunto de riqueza concreta indefinidamente), aliás, que estava contido na Economia Política Clássica, é assim ressaltado e louvado como a grande realização do sistema de Smith, abrindo ainda mais a distância entre a corrente neoclássica e o encaminhamento dado por Marx em sua Crítica da Economia Política.

O segundo autor do tripé que sustenta a Revolução Marginalista é Carl Menger (1840-1921). Sua obra, *Princípios de Economia Política*, foi publicada em língua alemã em 1871 em Viena, na Áustria. Se o ponto de partida de Jevons é o tratamento da Economia como um cálculo do prazer e do sofrimento, onde a matemática se integra à análise qualitativa do fenômeno de maximização do primeiro e minimização do segundo, em Menger o quadro é ligeiramente distinto, embora as conclusões gerais sejam muito parecidas. A base sobre a qual Menger parte para montar seu sistema de Economia Política é a relação entre as ciências naturais e as ciências onde a Economia se insere.

Em sua visão, o campo de Adam Smith teria ainda à época, necessidade de um

embasamento científico que permitisse avançar sobre pontos inexplorados, especialmente aqueles referentes à conexão entre a teoria abstrata e a observação empírica. Para Menger, as ciências tradicionais, como a química, devem inspirar metodologicamente os estudos sobre o fenômeno econômico. Devido à distância excessiva entre estas áreas do conhecimento, é necessário descobrir os elos que ligam a empiria às generalizações no sistema da Economia Política. Menger se encontra dentro da tradição iluminista de exacerbar a objetividade dos fenômenos naturais antes de se elaborar uma teoria que descreva as leis da Natureza e pretende transferir esse procedimento investigativo para a Economia. Nesse sentido, anuncia que sua obra, conduzida pelo “método empírico” típico das ciências naturais terá êxito se “mostrar que os fenômenos da vida econômica se regem estritamente por leis iguais às leis da Natureza” (Menger ([1871] 1985), p. 240).

Para Menger o importante é identificar a regularidade dos fenômenos político-econômicos sobre os quais é possível inferir os princípios do agir econômico. Isso permite, em sua visão, escapar do viés normativo que domina a Economia até então. Enquanto a Política está imbricada na Economia, todos os autores se sentem à vontade para propor e escrever, em nome próprio, de um grupo ou até de uma causa, o que *deve* ser feito em termos de ação econômica. A base filosófica do liberalismo em Menger é bastante sólida e, compreensivelmente, ele entende que os indivíduos da sociedade que observa são formalmente livres em relação às opções de atividade econômica. Assim, o economista, em sua visão, deve se limitar a observar as escolhas dos indivíduos para que possa descobrir os princípios fundamentais da ciência econômica, ou seja, os alicerces que explicam porque as pessoas em observação agem assim e não de outro modo. Para ele, a Economia não tem a função de propor o que *deve ser*, mas limita-se a descrever o que *é*.

Aqui é possível identificar com nitidez uma separação exaltada pelos adeptos do neoclassicismo: o afastamento das diretrizes éticas ou normativas sobre a condução de política econômica em nível domiciliar (micro) ou nacional (macro) em relação ao quadro descritivo que apenas acumula material empírico para posterior análise. Da mesma forma que Jevons propôs a mudança de nome de “Economia Política” para simplesmente “Economia”, Menger defende a exclusão do Político na observação da atividade econômica que se repete diante de nossos olhos.

Em relação à teoria do valor utilidade, Menger está bastante próximo de Jevons, embora atinja a mesma conclusão de que o valor é determinado pelo valor de uso por outra via. Enquanto em Jevons o cálculo quantitativo que relacionava prazer e dor funcionava como uma balança de alta precisão, conferindo ao indivíduo a cada instante uma quantia específica de utilidade

condizente com sua situação concreta (representada posteriormente nos manuais por uma cesta de consumo ou pela linha de cestas distintas que fornecem essa mesma quantidade na curva de indiferença), em Menger não se encontra o advento das técnicas do cálculo diferencial para resolver o problema da programação com função de objetivo maximização da utilidade. Uma das principais particularidades de Menger em relação aos outros dois expoentes da Revolução Marginalista é a ausência do ferramental quantitativo em seu *Princípios de Economia Política*.

A matemática, em sua forma concreta de cálculo com quantidades definidas e determinadas, não encontra espaço no sistema de Menger. Aqui, todo raciocínio de descrição da formação do valor ou dos preços (a essa altura a diferença entre os dois sistemas praticamente desapareceu) segue um desenvolvimento qualitativo lógico que explicita a valoração dos bens, ou seja, dos valores de uso, a partir de como este bem satisfaz a necessidade humana em questão. Em todo o livro de Menger não encontramos um único exercício matemático de comparação que expressa a grandeza entre dois estoques distintos de utilidade. Isso ocorre porque aqui só é possível classificar uma ordem de preferências sem que se identifique a distância entre cada um dos pontos de referência. Além disso, a classificação é um processo estritamente individual que impede a generalização do cálculo como apresentado por Jevons. Em Jevons, os cálculos de bem estar individual pode ser agregados para formar um cálculo de bem estar social e esse procedimento será amplamente usado no debate sobre o cálculo econômico socialista para ilustrar a possibilidade da contabilidade utilitária da coletividade. Em Menger esta possibilidade encontra um empecilho muito grande, visto que não é possível transportar para o coletivo o balanço entre sofrimento e prazer causados pelo consumo dos diversos valores de uso. Este desalinhamento entre os dois autores em questão remete à controvérsia entre os conceitos de utilidade ordinal e cardinal.²²

Desse modo, a teoria do valor utilidade em Menger é apresentada com um enfoque individual muito forte atrelado à lei amplamente aceita das ciências Naturais de causa e efeito. Toda a cadeia de interação com os objetos externos é estudada a partir de um ponto para o qual toda atividade econômica deve convergir: a satisfação da necessidade pelo consumo do produto. Menger monta assim uma sequência hierárquica de todos os bens em relação a esse ponto em torno

²² É aqui que reside a ruptura fundamental entre os socialistas de mercado que adotam o ferramental neoclássico e os autores que reivindicam Menger, mas não Jevons e Walras. Da mesma maneira, é aqui que se explica a distinção entre o *mainstream* contemporâneo e a Escola Austríaca. Sobre a questão da mensurabilidade da utilidade e a distinção entre utilidade ordinal/cardinal ver Barbieri (2013). Seguindo Peter Boettke, mas apontando algumas diferenças de classificação, Angeli (2014) explica a diferença entre *mainstream* e *mainline economics*, o que pode facilitar a distinção aqui esboçada.

do qual todo o sistema econômico gira. E todo item ou bem deve, em algum instante cair dentro desse ponto, o que ilustra com veemência que a confusão de Say domina toda a obra de Menger: toda e qualquer economia é tida como uma entidade cujo propósito é a alteração da natureza para satisfação das necessidades humanas. Perde-se por completo a noção de que a economia observada está dominada por uma lógica totalmente diferente.

Entre os teóricos da Revolução Marginalista, Menger é importante porque, principalmente a partir da militância antissocialista de seu maior seguidor, Böhm-Bawerk, ele será considerado o fundador da Escola Austríaca de Economia. É esta corrente que se separará tanto do *mainstream* neoclássico quanto das tentativas socialistas de dominar o instrumental do cálculo em Menger e Walras durante o debate sobre o cálculo econômico socialista. É neste sentido que se pode cogitar que os economistas socialistas deram prosseguimento à luta no âmbito da ciência econômica oficial ao iniciarem a conquista da contrarrevolução marginalista por Jevons e Walras, obrigando os antissocialistas a isolarem Menger e a se afastarem do corpo central da Economia reconhecida academicamente. Nesta perspectiva, portanto, parece que a Escola Neoclássica não possui uma posição política definida.

León Walras (1834-1910) é o terceiro e último membro da trinca de passagem da época clássica para a neoclássica na história do pensamento econômico. Sua obra principal é intitulada *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura* e foi publicada três anos depois das obras de Jevons e Walras em 1874. Trata-se da compilação das lições que Walras proferia enquanto professor na Universidade de Lausanne na Suíça. Esse compêndio forma assim “um curso elementar de Economia Pura Racional” que exige um conhecimento matemático básico: “a Geometria, a Álgebra e as primeiras noções de Geometria Analítica a duas dimensões.” (Walras ([1974] 1988), p. 9). Com isso, Walras apresenta ao público um guia de estudo que pretende abarcar uma ampla gama de formações, tanto na universidade quanto no ensino técnico ligado à indústria e ao comércio. Aqui fica já nítida a característica central da obra de Walras: o tratamento abstrato e em linguagem matemática daquilo que seria a economia em sua forma “pura” ou “racional”, ou seja, da economia abstraída de todos os “atritos” e “distúrbios” que existem concretamente, mas que atrapalham a generalização dos elementos determinantes das relações quantitativas efetuadas nas trocas de bens. Então, enquanto Menger permanece distante da linguagem formal matemática e Jevons busca abrir caminho para as análises quantitativas por meio de um discurso qualitativo descritivo do significado destas análises, Walras passa imediatamente

das letras para os dígitos.

A matematização, outra característica da linha neoclássica, é, portanto, um elemento marcante da contribuição de Walras. É possível dizer que, enquanto Jevons estava preocupado em ilustrar a existência de uma linha heterodoxa de economistas matemáticos com sua longa lista de trabalhos dessa tradição, no intuito de obter reconhecimento para essa perspectiva quantitativista, Walras dá a entender que a aplicação da matemática em qualquer campo do conhecimento é um procedimento óbvio de avanço científico. É importante ressaltar que é Walras quem expande e populariza a noção da utilidade decrescente em termos do cálculo infinitesimal que demanda funções matemáticas com propriedades específicas para funcionar como ferramenta geral do cálculo econômico sobre perda e ganho. Aqui, então, parece que há um novo patamar de desenvolvimento, onde as técnicas ocupam um espaço muito maior na obra em comparação ao desenvolvimento das ideias acerca do que se trata.

O sistema de Walras é nitidamente a-histórico, fora do tempo e do espaço concreto: é neste sentido que se depreende o significado do termo “pura” acompanhado da expressão “Economia Política”. Sua particularidade é também visível no enfoque “sistêmico” do conjunto das trocas, o que difere da perspectiva de Jevons e Menger. Para estes últimos o ponto de vista é o do indivíduo na natureza, ou seja, do ser humano agindo dentro de um programa conceitual onde ele altera o mundo exterior de acordo com uma função-objetivo tão óbvia que pouco se discute sobre a racionalidade de sua ação econômica. O Robinson Crusoe conquistou um quadro teórico razoavelmente complexo com Jevons e Menger e o jogo funcionava bem enquanto o programa rodava com um único indivíduo. Só que a realidade econômica observada não é exatamente a de *um* naufrago em *uma* ilha deserta. Na verdade são milhões deles. Por um lado, isolados cada um em sua ilha e, por outro, conectados no espaço-tempo pela entidade mercado.

Como transferir o esquema do cálculo individual de minimização de perda e maximização do ganho para um cenário onde a economia é composta por toda uma população ligada pelo mercado, ou seja, apenas pela relação mercadoria? Essa é uma pergunta análoga ao desafio encarado por Walras: como fundamentar a estabilidade do sistema com base na troca dirigida apenas pelos condicionantes técnicos e pela função-objetivo de cada integrante do sistema? Ainda em outras palavras, como se deve apresentar em linguagem matemática a noção do equilíbrio geral que deve substituir, enquanto categoria teórica central com nova roupagem, a já velha e enrugada mão invisível de Adam Smith? A imagem de milhões de Robinsons trocando uns com os outros

num ambiente virtual, fora do concreto, mas seguindo as normas usuais do comportamento isolado do participante do mercado, vem à mente quando nos deparamos com o conjunto de equações de Walras. Este caráter “sistêmico” de sua abordagem confere certa singularidade a Walras na Revolução Marginalista porque, além dos *Compêndios* buscarem refutar a doutrina clássica do valor, eles também visam, contraditoriamente, demonstrar a reprodutibilidade infinita do sistema onde a conquista do bem estar individual equivale à construção do bem estar coletivo, exatamente uma das pretensões do sistema clássico.

A teoria do valor utilidade aqui encontra um suporte de cunho social que não aparece em Jevons ou Menger. Nesse sentido, do mesmo modo como foi feito com a apropriação de Jevons, os autores socialistas no debate sobre o cálculo econômico socialista encontrarão aqui um ferramental útil para a descoberta da similitude formal entre os sistemas capitalista e socialista. Como ficou evidente no decorrer do debate sobre o cálculo, o leiloeiro Walrasiano é o reflexo no espelho do planejador central que ajusta cada ação individual em conformidade com o bem estar coletivo. A tese da similitude formal é outra maneira de identificar que os dois caminhos da ciência econômica cuja base metodológica está fora da filosofia da práxis inaugurada por Marx (o socialismo utópico-ricardiano e o reacionarismo da Economia oficial simbolizada na Revolução Marginalista) são vias paralelas que convergem para um mesmo beco sem saída: a idealização da sociedade perfeita fundada na relação social mercadoria.

Do ponto de vista do socialismo científico, a corrente neoclássica que formará o *mainstream* em economia não deve ser censurada pelo amplo uso da matemática, pelo individualismo metodológico, pela base de valor no utilitarismo de Bentham ou por outras características pontuais que servem para ilustrar seu abandono do paradigma clássico. Isso seria um procedimento eclético de apoio à economia heterodoxa de hoje sem definir uma estratégia de uso político das diferentes escolas. Se a pretensão for construir criticamente a Economia enquanto campo do conhecimento a serviço dos trabalhadores, é crucial que se una a Era Clássica com a Era Neoclássica num mesmo pacote na hora de encaminhar os economistas para o sistema da Economia Política dentro da concepção materialista da história. É absolutamente necessário, para a conquista política do código oficial em ciência econômica, identificar o elemento em comum destas duas tradições para que se possa extrair delas o que existe “de verdade” no emaranhado de apologética à ordem do capital.

O produto como relação exclusiva ser humano-coisa

Entre as décadas de 1880 e 1890 a teoria do valor utilidade ganhou musculatura com a contribuição de diferentes autores²³ que deram prosseguimento à direção dada por Jevons, Menger e Walras em relação a Smith, Ricardo e John Stuart Mill. A partir daqui, a tônica de corte e separação em relação aos economistas socialistas não-marxistas fica muito mais evidente. Isso é importante para ilustrar que o desenvolvimento autônomo da teoria do valor utilidade como heterodoxia em relação à teoria do valor trabalho da época clássica não corresponde integralmente a uma força política reacionária em oposição à apropriação da Economia pelos socialistas. Todo o problema é que a ênfase sobre o preço, ou seja, sobre a esfera da circulação, abre a possibilidade do abandono das questões da produção social e, com isso, do tópico quente que havia se tornado a exploração como explicação derradeira para a origem do excedente dominado por uma classe. A reação política no âmbito da jovem ciência econômica soube aproveitar essa brecha.

Um dos primeiros e principais teóricos deste período de aprofundamento e expansão do marginalismo foi o economista austríaco Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), que se dedicou a criar uma teoria dos juros que bloqueasse as conclusões de todos os socialistas, incluindo as de Karl Marx. Seu projeto era, portanto, aproveitando a Revolução Marginalista dos anos 1870 que desviou o foco da produção de volta para o mercado, apresentar um sistema onde o capital existisse mesmo na ausência de qualquer relação social. O eventual sucesso dessa empreitada teria um efeito político muito concreto, pois vincular os ganhos de capital a qualquer tipo de relação social assimétrica se tornaria muito mais difícil. Além disso, essa nova perspectiva implicaria numa tremenda mudança em relação à abordagem do excedente que havia sido a grande conquista da Fisiocracia e um dos pilares do sistema clássico. Como operar tal manobra, sem, no entanto, regressar ao patamar do lucro sobre alienação que caracterizava os escritos teóricos de diversos mercantilistas e que não explicava a produção de valor novo?

Quando listamos as condições limitantes da saída que Böhm-Bawerk procura, percebemos a complexidade de sua tarefa. Primeiro, era necessário de algum jeito manter a produção em cena, mas, ao mesmo tempo, sumir com a noção de exploração do ser humano pelo ser humano. Segundo, para que o capital possa existir fora de qualquer quadro social é necessário apresentar o fenômeno dos juros como um fenômeno estritamente natural, ou seja, transportar a Economia

²³ Entre os autores desse período envolvidos na consolidação da nova teoria do valor na Economia oficial estão Eugen von Böhm-Bawerk, Friedrich von Wieser, Alfred Marshall, John Bates Clark, Irving Fischer, Knut Wicksell, Philip H. Wicksteed, Vilfredo Pareto e Enrico Barone.

Política para um programa de estudo da relação entre ser humano e natureza e não da interação entre seres humanos em sua jornada pela solução do problema econômico. Terceiro, é necessário desbancar a naturalização da criação de valor via trabalho, visto que a oposição direta aos socialistas pré-Marx foi insuficiente para enterrar a teoria do valor trabalho. Böhm-Bawerk tem o desafio de isolar os juros da ira socialista, e para isso ele ergue seu sistema sobre a forma mais fetichista de aparecimento da relação mercadoria: o capital portador de juros.

Como ele procede? Bawerk entende que a correspondência entre os três fatores de produção (trabalho, terra e capital) e suas remunerações (salário, renda da terra e lucro) reduz o conceito de capital ao que ele identifica apenas como “capital produtivo” e não considera a força real que é invocada pelo capital como “portador de juros”. Por isso, como se depreende da introdução de seu *Teoria Positiva do Capital*, Bawerk não pode seguir a linha de Say e se distancia dele de uma forma própria. Bawerk parte do fato empírico de que o capital “atua como um imã que atrai para si uma parte do produto nacional e a entrega a seu proprietário como renda” para concluir que “o capital aparece aqui como fonte dos juros do capital” (Bawerk ([1889] 1986), p. 25-26).

A naturalização absoluta e completa da relação social mercadoria e de todos os seus derivados percebidos como simplesmente capital é evidente. A sustentação dessa naturalização, como já alertado, não é frágil, visto que aqui todo o sistema de reprodução econômica irá lidar apenas com a relação entre ser humano e natureza. Não há, portanto, incongruência lógica interna no discurso de Bawerk. O único problema é que todas as categorias socialmente determinadas da Economia Política estão sobrepostas às categorias gerais da economia que descrevem exclusivamente o processo de reprodução material abstraído de sua forma social. O conceito de capital lastreado no tempo é desenhado a partir do mito de um Robinson Crusóe que se distancia progressivamente da natureza ao inventar elos intermediários correspondentes às ferramentas ou, na linguagem de Böhm-Bawerk, à função do capital na produção:

“Cabe ao capital, em *primeiro* lugar, um significado sintomático. Sua presença é sempre sintoma de que se adotou um método vantajoso de produção indireto. (...) Se hoje os homens pescam peixes com barco e rede, em vez de recolhê-los simplesmente em poças existentes nas praias, não se pode

dizer que recorreram a esse método mais produtivo por possuírem barcos e redes, senão que manifestamente é o contrário que é verdadeiro: possuem barcos e redes porque tiveram a ideia de utilizar aquele método de pescar” (Böhm-Bawerk ([1889] 1986). *Teoria Positiva do Capital*, p. 123).

É interessante observar que o capital, na acepção de Böhm-Bawerk, aparece como a consequência de determinada ação, que, no exemplo, foi antecedida pela ideia de se usar certo método de interação com a natureza para obter um produto. Aqui já é extremamente nítido que o aspecto histórico concreto que engendra o fenômeno econômico de incremento da força produtiva do ser humano está totalmente substituído pelo aspecto estritamente lógico desse progresso. O idealismo permeia cada nova distinção e conceituação teórica de Bawerk, que dedica páginas e mais páginas ao ajuste de definições e nomenclaturas para os fenômenos concretos. A confusão entre economia e capitalismo, contida nas Robinsonadas da Economia Política já destrinchadas por Marx no capítulo 1 do *Capital*, é um dos traços que une a Neoclássica com a Clássica em seu erro mais grave: a naturalização do modo de produção do capital, o procedimento padrão de investigação de Böhm-Bawerk.

A trajetória da civilização humana em seu domínio sobre a natureza para assegurar e expandir sua reprodução material, por exemplo, é totalmente ausente no mito de origem do capital nestes primórdios da Escola Austríaca (à época de Böhm-Bawerk ainda indiferenciada em relação ao marginalismo neoclássico). Uma das explicações para isso é a forte influência da Batalha dos Métodos, que separou a Escola Histórica Alemã dos economistas da Áustria: enquanto a primeira fundamentou sua metodologia de investigação na pesquisa e descrição da história, a segunda centrou-se no desenvolvimento lógico da racionalidade observada no mundo econômico dominado pela produção capitalista. O componente lógico-dedutivo é, assim, uma das marcas da teoria do valor pós-clássica em sua vertente austríaca. A apresentação de Böhm-Bawerk sobre o conceito de capital ilustra com exatidão o problema geral da naturalização de um arranjo que é historicamente determinado, ou seja, que existe apenas dentro de um quadro institucional específico de relações sociais.

Todo o objetivo da economia é centrado na obtenção de um resultado, que se designa produto, cujo propósito de ser é a satisfação de necessidades humanas. Neste sentido, Böhm-

Bawerk pensa no capital apenas como um meio que leva a esse fim, o que o faz conceber o capital como instrumento de produção, que “(...) não dá nenhum impulso independente” (Böhm-Bawerk ([1889] 1986), p. 123). Em outras palavras, Böhm-Bawerk reconhece que não se pode falar em forças produtivas do capital ou da capacidade do capital criar: o elemento ativo de criação está com o ser humano; o capital é apenas um mecanismo que capta as forças do trabalho e da natureza e a acumula para poder ser utilizada dentro de uma série temporal. Por isso, conclui em oposição à tese de que o capital “trabalha”, ou seja, de que contribui de modo ativo para a produção: “só uma coisa o capital não é: não é *autonomamente produtivo* (...)” (Böhm-Bawerk ([1889] 1986). Teoria Positiva do Capital, p. 128). De onde vem então o capital?

Böhm-Bawerk lança “um tal Robinson” despossuído de todos os seus recursos a uma praia solitária (Böhm-Bawerk ([1889] 1986), p. 129). Para sobreviver, inicialmente, conta apenas com suas forças diretas e tem que se reproduzir recolhendo frutos silvestres. E aqui há uma distinção de pressupostos que marca a possibilidade da emergência do capital como um fenômeno de acumulação do produto: depois de notar que, no caso onde todo o esforço é necessário para a subsistência e o surgimento do excedente é inviável (Böhm-Bawerk ([1889] 1986), p. 130), ele supõe que Robinson tenha duas opções de uso de sua força: ou colhe frutos durante 10 horas no dia e garante uma alimentação “suficiente” ou colhe frutos por 9 horas e se contenta em ter o “absolutamente indispensável”. Neste último caso, tem então a possibilidade de usar uma hora para se dedicar à construção de utensílios, como arco e flechas. Na visão de Böhm-Bawerk as ferramentas que podem ser obtidas por este corte no consumo do momento representam um item com capacidade de acumular as duas forças autônomas do processo produtivo: aquelas vindas da ação humana por meio do trabalho e aquelas vindas da natureza. O item, cujo exemplo histórico concreto mais próximo seria a pedra lascada, é o que Böhm-Bawerk imagina ser o capital em seu uso produtivo pela racionalidade humana de tornar a vida mais fácil pelo incremento da produtividade após um período de contenção do consumo no presente. O resultado dessa ação gera um estado superior ao Robinson do futuro, que pode então obter mais produto em um tempo menor devido ao aumento de suas forças produtivas.

É curioso notar que o conceito de trabalho é permanente em todo esse exemplo de Böhm-Bawerk. O elemento ativo do processo de produção reside no ser humano e o capital pode ser entendido como um mero instrumental conquistado por esse ser humano depois dele conseguir, considerando a possibilidade de existência do excedente no sentido fisiocrático, ajustar seu

consumo ao longo do tempo a fim de conquistar um degrau na escala das forças produtivas. Isso completa um movimento já existente na Economia Clássica e dá prosseguimento à transformação da Economia Política em mera “Economia” no sentido de um campo de estudos do ser humano em sua luta por reprodução material (econômica) na natureza. Todo o cenário concreto dos autores anteriores, como o comércio ultramarino, a manufatura e a divisão do trabalho, a revolução industrial, a aglomeração populacional e o aprofundamento bárbaro da interdependência social de uma massa crescente de trabalhadores assalariados desaparece quando Robinson se consolida como o programa-base que alicerça o individualismo metodológico.

Este trecho de Böhm-Bawerk ([1889] 1986) é importante porque ilustra bem que o estudo do produto, ou seja, do resultado do processo de produção, que deve então encontrar seu destino entre diversas alternativas (e entre diversos membros da sociedade, fora da ilha de Robinson) se reduziu ao estudo do produto enquanto relação entre o ser humano e os elementos externos enquanto meros valores de uso. Bawerk reconhece a problemática da interação entre as ciências sociais e as ciências naturais ao anunciar: “(...) minha teoria não deve de modo algum adquirir o caráter de uma teoria científico-natural, mas simplesmente o caráter de uma teoria de Economia Política que não contrarie a Natureza” (Böhm-Bawerk ([1889] 1986), p. 30). No entanto, a interação desaparece porque a fusão entre os dois campos (o social e o natural) é completa, como se percebe pela identificação absoluta entre capital e meios de produção.

Enquanto fundamento para uma teoria geral da economia é possível encontrar pontos interessantes que explicitam o padrão de ação econômica racional que emerge atrelado à lógica de valorização. Contudo, enquanto base metodológica para distinguir o capitalismo enquanto um modo de produção dentro da história, esta aproximação não permite o raciocínio fora da relação de valor contida na mercadoria. Por esta razão, o produto estudado apenas como o resultado da ação humana sobre a natureza, com os diversos graus de elos intermediários, não permite descobrir a mercadoria como um fenômeno social, pois todos os pressupostos históricos como a propriedade privada e a troca foram singularizados em um único agente abstrato cuja ação é comandada pelo ímpeto de incremento de riqueza/utilidade. O fetichismo da mercadoria domina integralmente a cena.

A naturalização da mercadoria

A Revolução Marginalista não pode ser pensada como uma estrutura de mudança homogênea. Cada autor dessa etapa tem suas particularidades e interpretações do processo

econômico. O modo como cada um deles se posiciona em relação aos economistas que os antecederam é também particular. Essas especificidades compõem um quadro relativamente rico de novos instrumentos e abordagens que dão, por um lado, continuidade ao sistema da Economia Política. Por outro lado, não se pode tentar aglutinar os autores da virada marginalista em um único bloco simplesmente elencando as características pontuais que diferem o novo *mainstream* em relação à Escola Clássica.

A Neoclássica não é propriamente uma escola de pensamento, mas, assim como o corpo denominado Economia Política, é o amplo campo de abordagens que são mais divulgadas como o padrão legítimo do que vem a ser ciência econômica em determinada época. Faz-se necessário, portanto, identificar o núcleo comum entre a Economia Política Clássica e a Economia Política Neoclássica. Essas duas correntes filhas de Smith cometem um erro singular que só foi identificado pela Crítica da Economia Política de Marx.

O erro consiste em naturalizar a relação social mercadoria. Vimos que os economistas socialistas pré-Marx naturalizavam a teoria do valor trabalho e não conseguiram escapar da regra de produção e distribuição contida na ordem da lei do valor, ou seja, na troca de equivalentes cujo enunciado é: de cada um de acordo com suas capacidades, para cada um de acordo com sua contribuição. Como ocorre esta naturalização na ruptura neoclássica?

A abordagem da utilidade decrescente efetua tal equívoco ao levar o exercício de Robinson até as últimas consequências, ou seja, até transportar toda a lógica de relação quantitativa entre valores de uso distintos a uma economia de um único indivíduo. É curioso observar que, metodologicamente, os socialistas pré-Marx admitem esse raciocínio para descrever o movimento do valor. O problema aqui para os “inimigos dos economistas” é que na ausência de relações sociais a existência de classes sociais e da exploração está analiticamente eliminada. As relações de permuta entre as mercadorias no mercado, como de fato ocorre na sociedade observada, são relidas a partir do processamento racional das decisões de um ente abstrato que atua sobre a natureza a fim de expandir-se economicamente. É importante lembrar que esse deslize não decorre necessariamente da posição política esclarecida do teórico que pretende defender a organização econômica capitalista, pois o fetichismo da mercadoria é uma força concreta que afeta o desenvolvimento da Economia enquanto ciência.

Assim, o valor, ao invés de ser o ponto de partida para investigar a existência histórica da troca de objetos úteis que se tornaram propriedade privada, se transforma em uma relação física

que descreve a dificuldade relativa de produção de cada item conforme as forças produtivas disponíveis com base na avaliação subjetiva do agente sobre quão profundamente o item satisfaz suas necessidades. Tanto os socialistas pré-Marx quanto os teóricos do valor utilidade misturam as leis gerais da Economia com as leis mais estreitas que se referem apenas à economia que tem no mercado seu propósito de ser.²⁴ Todavia se o mercado é o centro do sistema econômico e o produto se converte em mercadoria e dinheiro, como abstrair do capital e de seu movimento infinito? O comportamento normal do sujeito no mercado, que age para aumentar o quantitativo de valor sob sua propriedade, é transfigurado em um agente que atua para aumentar o quantitativo de utilidade, bem estar, ou qualquer outro qualitativo que se ligue ao que os utilitaristas chamam de prazer. Por isso o Robinson em uma ilha deserta herda todas as características do comportamento do sujeito operando sob a lógica de valorização ou de acumulação sem fim.

Ocorre o seguinte desemboque: tanto nos socialistas pré-Marx quanto nos marginalistas a mercadoria converge para o produto enquanto unidade entre valor de uso e valor. Há um “amarre” que força a lógica do valor a atender os desígnios das vontades subjetivas dos membros da sociedade no atendimento de suas necessidades particulares. Desse modo, a economia de mercado é abstratamente posta a serviço das vontades dos “compradores” e toda sua produção e oferta é conduzida pelo consumo e demanda. É o mesmo tipo de arranjo presente no sistema de saídas de Say. O fato de que o sistema dominado pela lei do valor busca apenas a expansão quantitativa do valor, ou seja, a acumulação infinita de capital, escapa a todos os autores que insistem em imaginar que a lei do valor serve aos propósitos conscientes de atendimento das necessidades de reprodução econômica. Quando não escapa, os teóricos forçam mentalmente o encaixe global entre as decisões individuais e o bem estar coletivo, como ocorria em Mandeville e em Smith em suas soluções para o mistério da coesão social assentada na busca particular e subjetiva do que é a felicidade, o sucesso, a fortuna, etc. E, quando se percebe que o “amarre” que junta em um mesmo laço o valor e o valor de uso não pode ser apenas uma solução mental, mas prática, cria-se um arcabouço de políticas econômicas que sustentam toda a regulação do sistema capitalista, como em Keynes.

Com isso, a mercadoria se torna sinônimo de produto, como se a forma de organização da produção e da distribuição tivesse que necessariamente seguir o padrão de alocação condizente com as relações sociais de propriedade privada.

²⁴ Sobre a distinção entre as leis gerais da economia e as leis econômicas específicas a determinado modo de produção, ver Lange ([1959] 1963), capítulo 3, e Lange ([1961] 1967), capítulo 3.

O desiderato da Revolução Marginalista: a sociedade mercantil simples

O marginalismo é um campo que se desenvolve em paralelo aos escritos mais famosos da Economia Política Clássica até que se torna central a partir dos anos 1870. Apesar de ter diferenças importantes em relação ao modo sobre como se definia a determinação quantitativa do valor, esta corrente gera, da mesma maneira que a Economia Política Clássica, um ápice contraditório que desemboca em um sistema econômico de igualdade entre todas as pessoas muito semelhante ao esboçado pelos socialistas pré-Marx.

É preciso lembrar-se de que a bifurcação teoria do valor trabalho e teoria do valor utilidade se torna nítida apenas depois do fim definitivo da Economia Clássica, ou seja, depois que há um certo consenso oficial de abandono de toda a linha que desembocou nos socialistas ricardianos. Assim, antes desse ponto crítico, existiram diferentes formas de conciliação entre as duas teorias, o que dá realmente indícios de que o fundamento mais forte de ruptura entre a era Clássica e a era Neoclássica não é técnico, mas político.²⁵ Ademais, a junção entre a teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade expressa o milenar intento de pensar o valor como a síntese entre suas determinações objetiva e subjetiva, algo sobre o qual Marshall insiste na popularização do novo paradigma. O mais relevante neste ponto é destacar que, em consonância com os princípios utilitaristas, diversos autores produziam soluções simétricas às dos socialistas adeptos da teoria do valor trabalho.

Um primeiro autor que mescla trabalho e utilidade nesta etapa de confronto dos economistas com o movimento socialista foi o irlandês William Thompson (1775-1833). Thompson foi um filósofo e reformador social cujas ideias foram influenciadas por três grandes pilares: a teoria do valor trabalho, o utilitarismo e a filosofia do movimento cooperativista liderado por Robert Owen (Hunt (1981), p. 172,).

Jeremy Bentham nos últimos anos de sua carreira já havia defendido reformas para ajustar a sociedade aos anseios de sua geração. Hunt (1981), p. 150, indica que uma das principais mudanças de perspectiva da relação entre mercado e Estado ocorre a partir de uma reconsideração de Bentham sobre o papel do Governo: caso a intervenção Estatal sobre o mercado consiga elevar a utilidade do coletivo, ou seja, o bem estar social, ela estaria justificada ante a estreita receita do

²⁵ Como defende, por exemplo, Piero Sraffa.

laissez-faire cujo padrão era centrado no bem estar individual. Já aqui é observado que os interesses privados não coincidem necessariamente com os interesses coletivos, permitindo Bentham lançar as bases da filosofia utilitarista aplicada não mais ao indivíduo isolado, mas ao conjunto de toda a sociedade.

Em linha com essa suave transformação do olhar utilitarista individualista para o coletivista, Thompson parte para o ataque à estrutura de distribuição da riqueza social vigente. Em sua visão, a forma como o produto social era repartido entre os membros da sociedade gerava um saldo negativo na subtração do sofrimento total do prazer total que a comunidade estocava. Ou seja, a maneira da distribuição era uma fonte regular de sofrimento para toda a sociedade, de tal forma que uma reformulação em direção a uma maior igualdade de renda estaria justificada com base na própria filosofia utilitarista.

A defesa do igualitarismo entre todas as pessoas conduz Thompson naturalmente para a teoria do valor trabalho. O trabalho é o elemento gerador da riqueza, a qual, por sua vez, tem a capacidade de elevar a utilidade de quem usufrui dessa riqueza. Neste sentido, o sincretismo entre as duas entidades que conferem valor (seja valor ou valor de uso) evita a contradição entre a determinação objetiva e subjetiva das relações de troca em Thompson. O cenário da brusca contradição entre riqueza e pobreza leva Thompson a concluir que a forma de organização social existente possui uma tendência forte para a concentração e para a desigualdade. A reforma é, portanto, necessária em benefício da utilidade de todo o conjunto da sociedade.

Contraditoriamente, Thompson reconhecia que o caso hipotético da concorrência perfeita e sem interferência externa poderia gerar aquele estado almejado de máximo bem estar total, devido à liberdade efetiva que cada unidade econômica teria neste sistema ideal. A realidade era, no entanto, bastante diferente: as trocas não são essencialmente ações livres de cooperação mútua, pois muitas delas são condições objetivas impostas pela fraqueza econômica de muitíssimas minúsculas unidades. Thompson percebe, por exemplo, que o trabalhador assalariado só possui uma mercadoria para poder vender, enquanto outros são proprietários de inúmeras mercadorias das mais variadas complexidades.

A relação do contrato assimétrico que contrapõe capital e trabalho não lhe escapa. Qual seria a saída? Em conformidade com as regras de troca de equivalentes, Thompson descobre que a sociedade de trocas justas só pode existir se os trabalhadores tiverem seu próprio capital, quer dizer, seus meios de produção, para que possam produzir e permutar seus produtos livremente e

sem coação. Seria uma situação onde todos teriam o mesmo “volume” de força econômica, ou pelo menos, onde não houvesse uma diferença tão grande entre os proprietários. Isso, somado à livre concorrência, geraria então um mercado competitivo onde cada um teria as condições de se inserir no coletivo de forma digna. Mas que forma societal é essa?

A sociedade mercantil simples emerge aqui, em sua vertente utilitarista, basicamente nos mesmos moldes da corrente defensora do direito a todo o produto do trabalho. Cada membro da sociedade atua em uma unidade econômica exclusiva, operando todas as funções referentes ao âmbito da produção sem contato com os demais membros. Depois, todos os membros se encontram no mercado com seus resultados do processo produtivo, que são intercambiados de acordo com a análise livre individual sobre como os itens satisfazem suas necessidades particulares. O julgamento subjetivo efetuado nas trocas complementa as condições objetivas que cada produtor enfrentou concretamente em sua unidade. Quando há um certo grau de homogeneidade entre as unidades, não existe ninguém com poder suficiente para impor aos outros trocas que não conduzam à maximização da utilidade individual. Com base nesse raciocínio, que, aliás, em pouco se difere da dinâmica harmoniosa de Mandeville e Smith, é possível inferir que tal estado ideal corresponde ao máximo de bem estar de cada um dos membros que se conectam exclusivamente pela relação mercadoria.

Não se pode esquecer por um segundo que a sociedade mercantil simples é uma abstração. Ela parece ser uma abstração equivalente ao nível de igualdade do comunismo assentada no seu fundamento oposto: a propriedade privada. Ela dá indícios de ser o desiderato da ciência econômica antes de Marx e a última contradição sistêmica que expressa o pulo entre dois modos de produção mutuamente excludentes, mas que coexistem durante a fase de transição. Ela se assemelha a uma invenção analítica que deriva do desenvolvimento lógico da mercadoria enquanto elo único de socialização e nunca existiu de modo concreto nos moldes como ela aparece na teoria. É verdade que a existência do intercâmbio e do mercado que antecede o capitalismo é uma situação histórica extensa onde a regularidade da troca se desenvolve transformando o produto em mercadoria, dinheiro e capital. No entanto, o fenômeno da propriedade privada enquadra a existência dos juros antes de formas fixas do produto enquanto mercadoria, revelando que a expropriação é a outra face da segurança jurídica conferida pelo Estado ao mercado e que nunca houve uma situação de igualdade real assentada neste tipo de sociabilidade.

O nível de igualdade contido no dinheiro enquanto mercadoria (M-D-M) é absolutamente

instável devido à contradição entre valor de uso e valor. A única forma de contornar essa contradição sem dissolvê-la é por meio do “amarre”, uma operação também ideal que vincula a lógica do valor ao valor de uso onde todo o impulso da valorização é direcionado para a produção de itens socialmente necessários. O ímpeto particular de usar a força social do dinheiro para acumular privadamente riqueza abstrata é contornado assim pelo “domínio direto do teórico sobre a lei do valor”. A sociedade dos iguais surge nesta base a partir da absoluta inconsciência de cada um em relação ao seu vínculo com o coletivo, possibilitando a coesão social progressiva de todos os Robinsons isolados. Cada um é uma ilha sem qualquer referência objetiva de posição relativa em relação às outras. A sociedade mercantil simples é melindrosa, porque ela é o portal de entrada do fetichismo da naturalidade da propriedade privada, do socialismo burguês e, portanto, do comunismo enquanto utopia inatingível.

Existem semelhanças e diferenças entre a sociedade mercantil simples na corrente do valor trabalho e na corrente utilitarista ou marginalista. Desde que haja a defesa do igualitarismo de mercado, ou seja, a defesa irrestrita de que todos recebam de volta exatamente o montante que entregaram ao coletivo por meio de sua contribuição particular ao esforço social de criação do produto total, trata-se de socialismo pré-Marx. E desde que haja defesa do princípio de que todo esforço particular gera como resultado a apropriação privada, trata-se, também de socialismo pré-Marx.

Pelos dois lados, o ponto de chegada é o mesmo. É a culminância do princípio de igualdade burguesa que sustenta a utopia igualitária da Revolução Francesa. Existem diversas singularidades entre os diversos autores dessas duas correntes, mas todos eles possuem um elemento em comum: o julgamento moral das formas de organização econômica que disputam o arranjo da produção e distribuição conforme a Revolução Industrial se consolida. O debate em torno da superioridade do capitalismo ou do socialismo conduz a Economia Política para o desmanche derradeiro porque a polarização entre os teóricos não é mais uma questão de avanços científicos genuínos em torno de supostas leis de organização da produção e da distribuição, mas de simples defesa ou ataque político ao organismo concreto de reprodução econômica que existe no século 19.

Qual é a relação deste resultado com o problema do valor? O paralelismo entre os defensores da teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo e os adeptos da teoria do valor utilidade que pretendem complementar e dar também continuação ao sistema clássico ilustra que toda a atenção se volta para apenas uma das metades da teoria do valor: a quantidade.

O problema em comum às duas correntes é que todo o esforço se direciona para a determinação quantitativa da relação que coloca em equivalência elementos qualitativamente distintos, visto que nos dois casos, o elemento qualitativo já foi selecionado. Só que o fundamento da crítica de Marx em relação à ciência econômica não se baseia nos problemas de determinação quantitativa do valor, *ainda que esta determinação seja fundamental para conceituar a lei do valor e para pensar a transição para outro modo de produção.*

Em relação à ciência econômica, a determinação quantitativa do valor nunca permitirá o economista sair do campo estreito em que a Economia Política nasceu, ou seja, do modo de produção capitalista. Com isso, a economia nunca pode ser teorizada para outros modos de produção. Na estreiteza e unilateralidade do quantitativo do valor, a Economia Política não consegue avançar para a concepção materialista da história.

Só que é aqui que entra o ponto fulcral sobre o qual queremos chamar atenção: a unilateralidade da ciência econômica da superfície não significa que se devam abandonar os problemas desta esfera, pois definir um padrão de contabilidade é essencial para a organização da produção e distribuição dos objetos úteis conforme os interesses da classe trabalhadora (Lange (1937)). A Economia de influência Marxista no Ocidente menospreza esse ponto crucial porque a estrutura do planejamento do século 20 nos países fora do domínio expandido a partir da Revolução Bolchevique de 1917 se organiza sob diretrizes muito pragmáticas sem lastro teórico rígido. As grandes questões teóricas como a lei do valor e as possibilidades de seu controle, a superação da relação social mercadoria e as contradições entre as forças produtivas existentes e as relações sociais de produção sob o capital persistem apenas em escritos isolados e dispersos ao longo do século 20.

Tanto para os adeptos da teoria do valor trabalho quanto para os adeptos da teoria do valor utilidade a questão nunca é sobre o motivo pelo qual eles adotaram tal teoria do valor. A geração de valor é tida como algo natural nos dois casos, ainda que por elementos diferentes. A singularidade de Marx enquanto economista emerge aqui com nitidez. A naturalização do capitalismo é um dos resultados mais evidentes da necessidade da ciência econômica ser integrada ao quadro da concepção materialista da história que começou a ser sistematizado por Marx e Engels, caso se queira atuar sobre a organização social assim como a humanidade já atua sobre a natureza.

Enquanto os economistas continuarem confusos quanto aos embates ideológicos que

produzem escolas diferentes, não será possível estudar a lei do valor cientificamente como um fenômeno objetivo, muito menos atuar sobre ela de acordo com determinadas metas. Caso o cientista não tenha noção dessas metas, será usado como mero instrumento daqueles que sabem quais são os objetivos e, assim, a nossa “ciência triste” cumprirá um papel diametralmente oposto àquele desenhado de modo tão esperançoso no Iluminismo.

*

Em síntese, este capítulo 1 salienta que o erro sistemático de naturalização da relação social mercadoria implica em uma abordagem limitada de estudo sobre a lei do valor. Todo o esforço fica restrito à mera descrição da reprodução material fundada na generalização da mercadoria enquanto unidade central do sistema econômico. O controle coletivo e consciente sobre a reprodução econômica da sociedade como um todo não pode ser, portanto, teorizado e muito menos praticado com base nos preceitos e conquistas da Economia Política Clássica presa no liberalismo burguês.

Capítulo 2: A Crítica da Economia Política de Marx

“A tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, *mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho.*”

Karl Marx ([1967] 1985). *O Capital*. Itálicos – T.C.L.

Este capítulo 2 apresenta a Crítica da Economia Política efetuada por Marx. Em específico, ele indica como Marx abordou a questão da lei do valor presente nos escritos econômicos estudados ao longo da elaboração de sua última obra, o *Capital*. A exposição aqui não pretende ser um guia geral de todo o arcabouço Marxista, mas apenas uma indicação do desdobramento da questão pontual da lei do valor, que pode, eventualmente, ser uma porta de entrada para a reflexão mais extensa acerca da concepção materialista da história.

2.1 A trajetória de Marx até a ciência econômica

As vertentes antagônicas com o fim da Escola Clássica (o socialismo utópico e a Revolução Marginalista) são dois caminhos que sistematizam e descrevem com crescente nível de detalhe o fenômeno da lei do valor. Como a superação triangular da Crítica da Economia Política aborda este ponto, ou seja, de que forma a lei do valor é estudada por Marx em sua trajetória até escrever *O Capital*? De modo simplificado, é possível dizer que aqui a lei é estudada como unidade entre aparência e essência, considerando os dois lados do valor: quantidade, como sempre foi feito na Economia, e qualidade, o que é a novidade em Marx.

A constante polaridade na unidade quantidade e qualidade é o motivo pelo qual a relação entre preço e valor, ou o problema da transformação tradicional dos valores em preços, sempre deve estar conectado à conceituação teórica da lei do valor. Marx lançou as bases para demonstrar que toda teoria do valor é válida para a determinação quantitativa das relações de troca ou das relações de equivalência entre os diversos valores de uso (no caso do Robinson isolado). Com isso, atingiu uma conclusão drástica para a Economia Política: a teoria do valor é o núcleo abstrato da Economia Política onde a luta de classes se expressa de modo mais contundente e, o principal, a forma como o economista formula sua teoria do valor é decisiva para amparar o movimento político que luta, seja para superar ou para salvar o modo de produção capitalista.

A análise da Economia Clássica (incluindo aí suas contradições do capitalismo estabelecido e o novo padrão da luta de classes polarização capital e trabalho) a partir do pensamento de fronteira cristalizado na Europa Ocidental permite Marx integrar esse campo do conhecimento aos clamores concretos de mudança que se ouve no dia-a-dia. A utopia da época, partilhada por todos os defensores da liberdade, da igualdade e da união entre todos os povos da Terra pode ser concretizada pelo domínio político da ciência econômica.

A contribuição de Marx para a ciência econômica é a Crítica da Economia Política, subtítulo de sua principal obra, *O Capital*, e resultado geral a que chegou após estudo sistemático

dos autores da Economia Política até sua época em conjunto com a fronteira da filosofia na Alemanha e da política na França. No que consiste a construção positiva de Marx para a ciência econômica? Em uma palavra, na demonstração de que o capitalismo é um modo de produção que existe devido a condicionantes de relações sociais de produção específicas, que se formaram ao longo da história.

O sistema dos economistas clássicos elabora as estruturas de reprodução material da sociedade sem ter clareza de que existem distintas formas de organização social para levar essa reprodução material a cabo. Ele é pensado como uma reprodução de valores de uso que ocorre por intermédio do mercado, cujo único propósito seria o de servir aos anseios dos indivíduos que formam a coletividade. A crítica de Marx é de que esta maneira de conduzir a produção e circulação, qual seja, a da mediação da reprodução material pela relação social mercadoria, é historicamente determinada. Ela não abrange todos os modos de produção da história. Os clássicos não percebem que o capitalismo, forma logicamente e historicamente desenvolvida do incremento da centralidade das trocas de mercadorias, é uma forma social de produção específica. A naturalização da mercadoria, do dinheiro e do capital é o resultado a que chegam todos os economistas fora do sistema construído por Marx. Seria como se o capitalismo fosse a única maneira da sociedade se arranjar para atuar sobre a natureza. Marx busca mostrar que essa percepção do capitalismo não é correta. A forma mercadoria, e consequentemente, o capital, demandam estruturas históricas determinadas, entre as quais está a propriedade privada. Essa é a principal linha do argumento do manuscrito *Para a crítica da economia política*, escrito por Marx entre 1858 e 1859.

A categoria modo de produção assume uma posição central no sistema econômico de Marx e indica que a forma de organização da economia varia conforme as relações sociais de produção mudam no tempo. Em outras palavras, pode se dizer que a forma como se dá a produção e a distribuição dos objetos úteis à reprodução material e social da sociedade se altera. O padrão dessa mudança é um tópico controverso dentro da teoria da História de Marx, assim como as forças que causam essa mudança. A lógica da teoria apresentada por Marx é a de que ela, ao interpretar o movimento socialista em associação com a filosofia da práxis e com os limites objetivos descobertos sistematicamente pela Economia, pode auxiliar na identificação dos pontos falhos e das dificuldades concretas da efetivação da Revolução Socialista.

O principal neste ponto não é entrar na discussão sobre a sucessão de modos de produção

de acordo com alguma lógica do processo histórico, mas sim relembrar brevemente o caminho que Marx efetua até o campo da Economia, como ele descreve no *Prefácio para a Crítica da Economia Política*. Desse modo será possível estudar como a lei do valor é analisada por Marx e qual é o papel dessa análise no desafio de encontrar uma saída para o capitalismo em decadência. O principal argumento aqui é o de que tanto o aspecto de ruptura em relação à Economia Política (burguesa e socialista utópica) quanto o aspecto de continuidade coexistem na Economia Política de Marx. Isto é importante para que os âmbitos da qualidade e da quantidade do valor mantenham-se unidos na discussão sobre o planejamento.

Marx inicia seus estudos formais no final dos anos 1830 pelo campo do direito e se interessa desde cedo pelas discussões em filosofia. Na época, as transformações sociais e políticas na Europa obrigam os filósofos a esclarecerem o que está acontecendo. O movimento socialista vem se organizando com velocidade e diferentes concepções de mundo disputavam as forças progressivas que abandonam a burguesia e se alojam cada vez mais na classe trabalhadora. A antiga forma de filosofia, sintetizada por Hegel, maior autoridade na área, vem sendo contestada pelas novas mentes atentas no presente. O movimento das mudanças sociais defendido por aqueles que insistiam em concretizar os ideais da igualdade entre os seres humanos e o fim dos privilégios arcaicos continuavam sob influência do idealismo. Com isso, o movimento concreto, que é na verdade resquício progressivo da consolidação da Revolução Burguesa, não obtém orientação de como seguir adiante. Vários pensadores, alinhados com os pedidos de mudanças efetivas, não estavam, portanto, satisfeitos com o sistema de Hegel. Marx está envolto nessas transformações e começa a perceber a importância de entender as leis da Economia enquanto espaço superestrutural que capta o choque dinâmico entre as diferentes classes sociais.

A primeira ocasião que forçou Marx a investigar o que se chama “interesses materiais” foi a necessidade de se posicionar em 1842 e 1843 enquanto redator da *Rheinische Zeitung* sobre roubos de lenha, o parcelamento de propriedade fundiária, a situação dos camponeses na Alemanha e, por fim, sobre a controvérsia entre livre comércio e tarifas alfandegárias protecionistas. Além disso, Marx se viu compelido a se pronunciar também sobre o movimento socialista. Contudo, devido à falta de conhecimento mais sólido sobre tais fenômenos, Marx prefere, antes de fazer juízo sobre o que acontecia na França (fronteira dos movimentos sociais que abarcavam todo o continente) retirar-se do debate público e recolher-se ao quarto de estudo (Marx ([1859] 1971)).

Em um primeiro momento, para esclarecer todas as dúvidas que lhe atacavam, ele revisou

criticamente a filosofia do direito de Hegel. Suas anotações desse estudo ficaram arquivadas em dois trabalhos: *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica*. No primeiro escrito encontramos uma miniatura dos passos iniciais de ruptura com a antiga filosofia na gana por entender o processo sobre como as pessoas de certo povo se transformam em cidadãos, quer dizer, em burgueses, e suas subsequentes emancipações que separam a subordinação religiosa da subordinação civil. No segundo trabalho encontra-se assim uma análise mais específica referente ao povo judeu, cuja separação entre estes dois âmbitos de domínio é bastante peculiar devido à ausência de seu Estado-nação.

De acordo com os estudos apresentados no *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, a religião entendida como produto do próprio ser humano havia sido o ponto de partida do pensamento condizente com a nova sociedade, ou seja, com o mundo da burguesia. Marx relembra essa largada para enquadrar o âmbito ideológico enquanto elemento opressor, ou de modo mais sutil, não-libertador do povo. A separação entre o saber e a classe oprimida revela-se como uma importante descoberta no processo para se entender as demandas dos trabalhadores de então. Em um passo seguinte na escala temporal de consolidação da Revolução Burguesa, a filosofia, substituindo o religioso enquanto guia da verdade, assume então o papel de desmascarar a miséria real expressa nessa “alma de um mundo sem coração” que funciona como “*ópio* do povo” (Marx ([1844] 1976)). A filosofia ganha autoridade, portanto, para mudar o foco do céu para o mundo na terra, ou seja, para orientar os olhares em direção ao direito e à política.

Essas instâncias investigadas revelam que os problemas da sociedade burguesa, ao ultrapassar seu apogeu e direcionar-se para o declínio, não se originam do além, mas da própria trama entre as pessoas de verdade que compõem a chamada sociedade. A crítica genérica que Marx empreendeu com o sistema de Hegel passa a ter contornos mais concretos com a formação da crítica da sociedade e de toda a política que a corresponde. Temos aqui as primeiras linhas que amarram dois dos três pilares que formarão o pensamento total de Marx: a filosofia e o movimento político socialista. A principal conclusão é a de que a apropriação de todo o mundo intelectual pela força material que compõe o movimento socialista, ou seja, pela classe trabalhadora, é condição necessária para a emancipação alemã. Só que essa criação nacional livre do Antigo Regime coincide, no caso específico da Alemanha, com a própria emancipação do ser humano em relação ao Estado Burguês.

É importante notar que a análise crítica e concreta de seu próprio país e da tradição

intelectual na qual cresceu faz Marx captar os limites da Filosofia Alemã expressa no sistema de Hegel. Marx está, portanto, muito ciente da particularidade da Alemanha no processo de fim do Antigo Regime Europeu, consolidação da Burguesia e emergência da força seguinte que encampa a continuidade do processo revolucionário. O espaço alemão junta temporalmente todas as contradições dessa virada longa porque ele, estando relativamente atrasado em relação à consolidação do regime capitalista, está sendo catapultado para a ponta de frente da história ao integrar desde cedo o influxo da Revolução Socialista defendida pelos trabalhadores. É um exemplo primário da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

O descompasso entre a superestrutura antiga e a nova estrutura salta aos olhos quando se avalia a especificidade do nascimento do Estado Burguês tardio. As grandes questões da época, assim que são transferidas para dentro das fronteiras da Alemanha assumem características totalmente desalinhadas: ou a questão remete o pensador para o ser humano e toda a humanidade ou ela o rebaixa a um nível que não permite encontrar a solução. É essa dicotomia que confere a dianteira alemã em Filosofia, enquanto França e Inglaterra saem na frente nos campos mais concretos da Política e da Economia.

A peculiaridade do povo judeu também nos permite visualizar como a questão nacional se converte em internacional. Em *Sobre a Questão Judaica*, Marx ([1843] 2010) explica como a separação da política em relação à religião está formando o conceito do indivíduo enquanto cidadão-membro de um Estado-nação. Como se opera a emancipação política no caso do povo judeu? Aqui, devido aos condicionantes históricos de ausência de um Estado Nação que coincide com os judeus, a emancipação política tem uma envergadura distinta em relação aos demais povos. A emancipação política do judeu equivale à emancipação política de toda a humanidade, ou como Marx escreve, sua emancipação equivale à emancipação da humanidade em relação ao judaísmo. Por quê? Marx descreve como historicamente os judeus foram o povo que pôde operar a lógica normal do capital e que se tornou assim, no grupo capitalista por excelência. Esse grupo, como o capital, não tem nação. O judeu se integra em qualquer nação, porque seu superior não é um Estado nacional específico, mas o capital em geral. O grupo é totalmente disperso, internacional. Por isso, quando ele se emancipa, pula diretamente para o âmbito de toda a humanidade. Só que como o seu senhor é apenas o capital em geral, essa emancipação implica em libertar-se do próprio capital. Isso significa entrar no fluxo do movimento comunista internacional, ou seja, na negação do capitalismo. A emancipação da humanidade em relação

aos judeus, é óbvio, não se refere ao povo enquanto raça, ou grupo de pessoas praticantes de certa cultura e crença, mas sim à sua atuação econômica enquanto capitalistas, algo que certamente não abarca todos os membros em igual magnitude.

Há um exemplo muito ilustrativo da questão nacional/internacional trazido por Marx que nos transporta imediatamente para as questões gerais que evocam o fim do mito do capitalismo concorrencial liberal. O problema relacionando à indústria, concebida como todo o conjunto gerador de riqueza, e a pobreza social geral é central. Ele já é elaborado em abstração aos limites nacionais, ou seja, considera uma sociedade em geral que pode equivaler teoricamente a toda a sociedade humana. Se ele, por um lado, incita o alemão a buscar uma saída por cima, descobre-se que a concepção genérica da solução em escala de toda a humanidade não comporta nenhuma particularidade do Estado-nação da Alemanha. A intelectualidade alemã certamente compreende a questão, mas não consegue resolvê-la nos marcos de seu Estado porque isso implica na dissolução da nacionalidade alemã na abrangência global em que o problema foi posto. Se, por outro lado, esse raciocínio encaminha o sujeito alemão a pensar naquele patamar mais baixo, emerge uma solução retrógrada em comparação com as conquistas da abstração nacional que abrem caminho para o internacionalismo: as tarifas alfandegárias protecionistas e as práticas mercantilistas de um Sistema de Economia Nacional. É a partir daqui que se deve avaliar o lugar de Friedrich List na ciência econômica e o que significa a incessante contradição entre a concorrência e o monopólio.

Felizmente, o “genial esboço” de Engels ([1844] 1976) intitulado *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (Esboço de uma Crítica da Economia Política) avança justamente nessa direção. Este artigo saiu também nos Anais Franco-Alemães em 1844, o periódico criado em Paris para dar sequência às discussões dos Hegelianos de esquerda.

A importância deste escrito para a trajetória de Marx rumo à ciência econômica é enorme. São diversos temas abordados, como a propriedade privada, a concorrência e a teoria do valor. Dois dos tópicos mais discutidos na época eram o livre cambismo, ou seja, o livre comércio, e as ações de proteção por tarifas alfandegárias. O texto de Engels foi crucial para que Marx pudesse penetrar a fundo nessa controvérsia e sair dela acima do patamar da disputa interimperialista.

O primeiro compêndio de anotações sobre os economistas que forma o próximo degrau de Marx rumo à conquista da ciência econômica são os *Manuscritos Econômico Filosóficos* (Marx ([1844] 1968)). Os diversos elementos teóricos da Economia Política de Marx nesta etapa não

correspondem um para um com sua forma final do trabalho no *Capital*. No entanto, há aqui um ganho qualitativo significativo no processo de superação dos limites da Economia Política de então. Marx explica na introdução às páginas que formam essa coleção que ele dá aqui continuidade aos estudos apresentados nos Anais-Franco Alemães ao abordar a relação entre a Economia Política, ou Economia Nacional (“Nationalökonomie”) e o Estado, o direito, a moral e costumes burgueses. Além disso, Marx destaca que a postura desbravadora de Feuerbach (que entretanto é o único que está produzindo novidades desde a Fenomenologia e a Lógica de Hegel) está contribuindo decisivamente não só para a crítica dos economistas estudados, mas para a crítica em geral da sociedade e suas ideias, ainda que uma solução filosófica final esteja ainda em desenvolvimento.

Os *Manuscritos* estão organizados em três partes. A primeira lida com as categorias centrais da Economia dispostas na tríade que forma os três principais tipos de renda: salário, lucro de capital e renda da terra. Esta parte conclui que o trabalho aparece na Economia Política apenas na forma de atividade remunerada, indicando que a assimilação do trabalho enquanto atividade transhistórica de modificação da natureza pelo ser humano está completamente dominada pelo formato específico do trabalho ligado à remuneração em dinheiro. O trabalhador, ou o proletário, nunca aparece na Economia Política como ser humano livre que usa sua força para atuar sobre a natureza conforme seus desígnios próprios, mas apenas como um elemento que executa trabalho abstrato, ou seja, que é utilizado como ferramenta no processo de produção.

Isso permite, com os detalhes da segunda parte dos *Manuscritos*, uma primeira sistematização sobre o fenômeno da alienação do produto do trabalho e o respectivo estranhamento atrelado ao fundamento da propriedade privada, que é tida como dada pela Economia Política.²⁶ Ou seja, é como se a separação do trabalhador em relação aos meios de produção fosse natural e o fato de o produtor direto (trabalhador) se confrontar com o resultado de seu trabalho como um objeto externo que o comanda fosse absolutamente normal. A humanidade, pensada como o conjunto dos seres humanos que modificam objetivamente a natureza, fica assim completamente fora do posto de comando no processo civilizatório de domínio sobre a natureza para a garantia e aperfeiçoamento do processo de reprodução material. A Economia Política trata o trabalhador

²⁶ Entendemos a alienação a metade que parte do indivíduo ao coletivo e o estranhamento o movimento na direção oposta do coletivo ao indivíduo. Neste sentido, e em conformidade com Ranieri, o estranhamento decorre da alienação quando o movimento de retorno ao indivíduo não é reconhecido como sua própria criação. Sobre a diferença entre alienação (Entäusserung) e estranhamento (Entfremdung) ver a apresentação de Ranieri em Marx ([1844] 1968).

assalariado como se toda forma de trabalho tivesse que estar necessariamente subsumida ao processo capitalista e não consegue, portanto, explicar o processo de produção fora da série de expansão do valor. É bom ter em mente que a associação do trabalhador, enquanto indivíduo humano, com a própria mercadoria, enquanto o objeto controlado pela lógica do capital, é feita aqui por Marx em linhas muito parecidas com a vertente mais radical da Economia Burguesa humanista. A diferenciação entre trabalho e força de trabalho ainda não está consolidada para permitir a solução da criação de valor sem a violação das regras da troca de equivalentes.

No entanto, Marx já coloca a pergunta sobre qual é o sentido para o desenvolvimento da humanidade dessa redução da maioria da humanidade à condição de animais de carga que são pagos apenas para que possam trabalhar. O processo pelo qual os homens são dominados por aquilo que eles mesmos criaram (religião, propriedade privada, dinheiro, capital, etc.) não é de maneira alguma abordada pela Economia Política progressista ou reacionária.

Por um lado, para os apologistas do sistema do capital não há sequer o reconhecimento de que as estruturas sociais sustentadas pelos próprios trabalhadores os oprimem. Por outro lado, para os socialistas a opressão é interpretada como uma criação deliberada por um grupo explorador que conseguiu conquistar a posição de elite dominadora na sociedade de classes. O capital enquanto fenômeno social alienante que implica na postura genérica de utilizar o dinheiro para explorar todos os demais membros da sociedade de mercadorias não é levantado por nenhuma das correntes que se confrontam no cenário já conturbado da ascensão da classe trabalhadora contra a burguesia. Marx também começa a traçar uma linha de demarcação entre o socialismo liderado principalmente por Proudhon e o socialismo que deve emergir desse estudo crítico da Filosofia e da Economia ao indagar: que erro cometem os reformadores sociais que querem aumentar os salários e melhorar a condição da classe trabalhadora ou que veem na igualdade de salários o objetivo da Revolução?

Na terceira parte dos Manuscritos Marx desenvolve a relação entre as categorias gerais da Economia e a propriedade privada, lançando anotações iniciais sobre o sistema da organização social que conduz a produção e distribuição fora do domínio do capital. Encontramos, portanto, algumas indicações sobre o comunismo enquanto um movimento, um processo real de mudanças explicitando o surgimento de novas formas de organização da sociedade. A visão do comunismo delineada por Marx nos Manuscritos ajuda a identificar o modo de produção capitalista como apenas um momento, um ponto na linha contínua dessas mudanças históricas amplas que indicam

algo que está apenas no processo de surgir. O comunismo já era descrito e arquitetado mentalmente há muito tempo e agora ele começa a ganhar uma base objetiva que será importante para que seu elemento utópico possa se dissolver em ações concretas. Com base na filosofia materialista que está rompendo com Hegel, Marx está conseguindo criar uma nova perspectiva sobre o que é o movimento socialista de seu tempo ao identificar, com ajuda dos escritos econômicos existentes, a abolição da propriedade privada como seu alvo central.

É importante notar que o instrumental filosófico de Marx não está acabado ainda, ou seja, temos simplesmente uma negação direta do idealismo de Hegel sem uma saída nítida. Trata-se de um discurso sólido materialista misturado a uma também sólida posição subjetiva agressiva em relação ao mundo das ideias dominantes. Feuerbach é, ainda, a referência na contraposição ao idealismo hegeliano que permite uma compreensão sistemática da apropriação política em curso da Economia Política pelos trabalhadores assalariados, mas apenas uma *compreensão*. Marx explica que toda a história da humanidade, apreendida pela História e pela Filosofia, deve estar atrelada às descobertas das ciências naturais que descrevem o processo de formação do planeta Terra e das formas de vida que geraram a espécie humana. Assim como a existência do ser humano se explica neste processo da evolução, o burguês deve ter sua origem detectada no processo histórico onde, a certa altura, a espécie humana se organizou numa divisão entre seus membros de acordo com parâmetros sociais e econômicos.

Portanto, os condicionantes sociais e históricos da propriedade privada precisam ser revelados para que a distinção entre ser humano em geral e o ser humano burguês, condicionado pelas regras de sua sociedade, possa ser feita. Todas as categorias da Economia Política, como dinheiro, mercadoria e capital, precisam passar por uma revisão sistemática neste sentido, sem o que o movimento comunista nunca conseguirá descobrir como agir para converter seu sonho em realidade. Como abordado anteriormente, a existência da propriedade privada emerge como a negação de um instante primitivo onde os seres humanos não se relacionavam com base na troca de objetos e pelas regras do dinheiro. E o comunismo (não primitivo) aparece então como a negação dessa negação, sem que se explicita a classe trabalhadora assalariada como o único sujeito interessado e capaz de promover essa mudança. Dessa maneira, a crítica da sociedade do valor se concentra em uma posição normativa do humanismo mais radical que repudia o dinheiro e todas suas derivações perversas com base em valores diversos, como amor e confiança.

Na trajetória para revolucionar a Economia Política, o próximo passo será marcado pelo

trabalho em conjunto de Marx e Engels, que já estavam em harmonia na avaliação crítica dos limites da filosofia em relação às explicações das transformações sociais em curso. Essa cooperação será arquivada nos escritos *A Sagrada Família* de 1845 e *A Ideologia Alemã*, escrito entre 1845 e 1846. Eles marcam a ruptura definitiva com os embates em torno do sistema de Hegel porque escapam da dialética contraditória entre o espírito e a matéria. Os filósofos dominados por Hegel buscavam uma saída defendendo um desses lados como primado da explicação do mundo. Só que a saída por um dos lados implicava na recriação imediata do lado oposto. Como seria possível efetuar uma síntese de toda a discussão entre os jovens hegelianos para colocar a Filosofia em um degrau superior?

Um resumo pode ser útil. Isto é tanto mais necessário porque a tríade Hegel-Feuerbach-Marx é pouco dominada pelos intelectuais que se identificam e acompanham o movimento progressista de transformação social, incluindo aí os economistas.²⁷

Uma primeira metalinguagem didática de Marx aparece no posfácio da segunda edição do livro 1 do *Capital*, em 1873 (Marx ([1873] 1985)). Ele tenta explicar aqui como seu arsenal filosófico permite estudar sistematicamente o capitalismo, desde suas determinações mais singulares e abstratas até sua generalidade de modo de produção concreto no final do século 19. Aqui, ele apresenta seu método como a antítese direta do método dialético hegeliano. Em outras palavras, Hegel parte do idealismo, Marx, ao contrário, do materialismo. Neste sentido, o sistema foi invertido. Entretanto, é aqui que entra uma ressalva extremamente importante que expõe definitivamente toda acusação infundada de economicismo ou determinismo à teoria econômica de Marx.

Ao colocar Hegel de ponta-cabeça não podemos nos esquecer de que Marx já efetuou a síntese triangular entre espírito e matéria. Ele não pode, portanto, ficar preso no erro simétrico ao idealismo, qual seja, o materialismo. Esta seria a posição da filosofia de Feuerbach, emperrada na negação direta ao sistema de Hegel e que pode ser denominada de materialismo vulgar. O determinismo econômico que emerge desta posição de superação por simples oposição à filosofia clássica não se coaduna com a própria dialética hegeliana, que deve se catapultar sistematicamente para patamares mais elevados de contradição. É por isso que Feuerbach ficará eternamente abaixo de Hegel e Marx na memória histórica que arquiva todo o avanço da Filosofia.

²⁷ O resumo sobre o método filosófico de Marx desenvolvido aqui dá continuidade ao esboçado em Camarinha Lopes (2014).

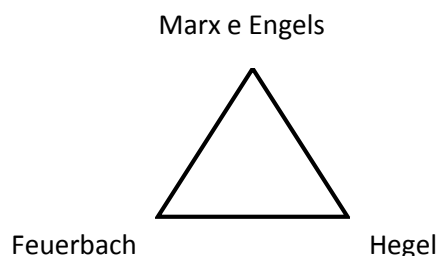
O materialismo de Marx contém um simples adendo que resolve este problema: o materialismo *dialético* não nega a ideia, o ideal ou a meta subjetiva criada pelas forças do espírito. Essa negação está associada a uma massificação apressada das descobertas de Marx em um tempo dominado ainda pela visão cientificista que derrubou o mundo superestrutural do Antigo Regime. A conversão do marxismo em dogma opositor às formas de manifestações ideológicas pode ter duas origens: falta de domínio teórico ou posição política contrária à harmonização do marxismo com todo o pensamento produzido pela própria população trabalhadora. Este é um ponto importante porque o marxismo enquanto superestrutura opressora está absolutamente em choque com a concretude do movimento comunista que existe independentemente de qualquer assimilação intelectual. Se for possível chamar este tipo de marxismo de “marxismo ortodoxo clássico”, só se pode constatar, diante do estudo cuidadoso dos escritos originais, que ele não está de acordo com a décima primeira tese sobre Feuerbach nem com o sentido da trajetória intelectual e militante de Marx. O sistema que emerge dos estudos de Marx e Engels deve poder ser encaixada em qualquer estrutura ideológica desde que sirva para que o movimento se organize em direção à libertação prática de todos os oprimidos. Obviamente a classe trabalhadora assalariada aparece como a principal, mas não porque ela é a “mais explorada” ou a “escolhida pelos sábios líderes da Revolução”, mas porque ela parece ser a única que tem o interesse econômico de levar até o fim a bandeira contra propriedade privada.

A dialética é a constatação do movimento de choques incessantes dentro de uma unidade composta por polos opostos. Ao longo de milênios os pensadores sistematizaram esse fenômeno para entender os aspectos mais variados de tudo que existia. Hegel ([1833] 1979), em suas aulas sobre a História da Filosofia, explica que o método dialético assume uma posição central na descoberta dos fenômenos contraditórios que incitam a atividade mental e de debate. Esse patamar seria o ápice de todo o avanço sobre as técnicas de compreensão do que existe. Não havendo mais nada a ser conquistado em termos de ferramentas de observação e estudo, conclui-se que a Ideia absoluta, girando em torno de si mesma num processo infinito de resolução de oposições complementares, é o fim da filosofia. Agora, diante da força renovadora do materialismo advindo do Iluminismo e sua crítica partindo da religião, o idealismo será confrontado, primeiro com o materialismo rudimentar. Este movimento foi operado de forma audaciosa por Feuerbach ([1939] 1972), “o único que tem uma relação *séria, crítica* com a Dialética Hegeliana e que fez descobertas

verdadeiras neste campo”. Ele “é de fato o verdadeiro superador da velha filosofia” (Marx ([1844] 1968), p. 569).

À primeira vista Feuerbach parece ser um elemento pernicioso ao construto de Marx, porque ele incorpora aquele aspecto negativo do materialismo que influenciou fortemente a formação da economia marxista. Por outro lado, ele aparece como um grande desbravador prezado tanto por Marx quanto por Engels. Toda a questão é que a superação de Feuerbach em relação a Hegel não ocorre em um patamar contraditório mais elevado, mas no mesmo andar de todo o sistema hegeliano. É neste sentido que entendemos a anotação de Engels ([1886] 1975), p. 272, sobre os desdobramentos e desfecho do círculo alemão de filosofia onde se poderia ouvir dizer: somos todos feuerbachianos agora.

Mas este instante de “eureka!” foi breve. Por quê? Marx e Engels se deram conta de que Hegel de ponta-cabeça não significa a completude do movimento de sua superação, pois a mera passagem do idealismo para o materialismo é a troca de um dos lados da unidade pelo lado oposto. Trata-se do mesmo sistema apenas colocado de modo inverso. Para que a superação seja por cima, é necessária uma última manobra que sela toda a Filosofia até aquele dia em um museu para mera consulta conforme a demanda dos novos tempos. Não é suficiente saber que toda ideia que temos reflete condições objetivas preexistentes. Não há motivo para parar em uma etapa onde podemos fazer a correta interpretação das coisas, ou seja, onde podemos descobrir “a verdade” sobre o universo lá fora. *Podemos usar esta sabedoria para mudar o mundo na direção que queremos.* Este é um dos caminhos para apreciar a frase rascunhada por Marx em 1845 onde se lê: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx ([1845] 1978)).



O triângulo acima ilustra o sistema filosófico de Marx como movimento de superação triangular da contradição entre idealismo e materialismo. Feuerbach se posiciona como o contrário direto de Hegel, elaborando um sistema que é o reflexo oposto do sistema predominante. No entanto, como se trata de uma crítica no mesmo patamar, consegue apenas substituir o idealismo por seu contrário. Isso gera o materialismo vulgar e todas as derivações que suprimem toda força criadora da subjetividade. Marx e Engels, identificando a postura valente de Feuerbach logo realizam o salto para o andar superior: a síntese entre tese e antítese corporificadas por Hegel e Feuerbach suprime e engloba as duas posições em um novo sistema filosófico, onde não se trata mais de encontrar a explicação final para o funcionamento do mundo, mas sim de direcionar seu funcionamento para o sentido que escolhemos.

É extremamente importante ressaltar o fato de que a supressão do anterior não impede Marx e Engels de levarem consigo todo o sistema que foi ultrapassado na mudança. Essa é uma característica absolutamente central do novo sistema mais amplo, porque ela indica que todo conhecimento produzido fora do código que virá a ser descrito como Marxismo pode e deve ser integrado como elemento de elaboração teórica a serviço de uma prática determinada subjetivamente. Assim, por exemplo, Hegel se encontra dentro do sistema de Marx, assim como todos os economistas burgueses e os socialistas pré-marxistas. A superação não descarta nenhum elemento do conhecimento prévio: ela apenas reedita todo o conteúdo passado em uma posição subjetiva do pensador na luta de classes.

Neste ponto há uma questão curiosa: se a explicação parece ser tão simples assim, porque Marx complicou tanto a descrição de seu método de investigação no pós-facio da segunda edição do *Capital* (Marx ([1873] 1985)) afirmando que seu método é o oposto do de Hegel e que a dialética, neste último, estaria de cabeça para baixo?

A resposta, na verdade, é óbvia quando percebemos que Marx está preocupado em mostrar o método como instrumento de pesquisa (*Forschung*) e exposição (*Darstellung*) sobre um objeto qualquer. É uma lição do método científico em geral que abstrai da posição subjetiva do cientista. O *Capital* é uma obra científica que trata de um objeto, o modo de produção capitalista, independente da posição subjetiva ou do interesse político ou material de quem se dedica a *entender* o que o capitalismo é. Para entender, como vimos, basta o nível feuerbachiano. É por isso que, por um lado, nesta posição de compreensão apenas, Hegel invertido é suficiente para a

exposição das descobertas no *Capital*. Por outro lado, é claro que o *Capital*, dentro do pensamento geral de Marx e de sua atuação prático-política, não pode ficar neste estado contemplativo, a não ser que o analista acredite que a superação de Hegel por Marx equivale à de Feuerbach, ou seja, que a dialética é apenas usada para entender o mundo objetivo e não também para modificá-lo de acordo com nossos anseios e vontades. O fato é que as lições do *Capital* são, como qualquer resultado de investigação, objeto de disputa na luta de classes. Assim como o conhecimento das leis da natureza pode ser usado tanto para a libertação da humanidade quanto para o domínio e opressão do ser humano pelo ser humano, o conhecimento das leis da evolução social e, mais especificamente, do capitalismo, pode ser usado tanto para libertar as amarras de exploração da relação social mercadoria quanto para regular e mantê-las.

Com isto, é concluída uma etapa crucial para sair dos impasses em que a Filosofia tinha caído. O manuscrito *A Ideologia Alemã*, contendo todo o material e estudos de Marx e Engels até 1846, não podendo à época ser apresentado ao público devido a empecilhos de ordem política e técnica foi deixado como rascunho de estudos: como indicado no *Prefácio para a Crítica da Economia Política*, foi relegado à crítica roedora dos ratos. Mas isso não fazia mal, pois Marx e Engels atingiram o que lhes era mais importante: organizar seus próprios pontos de vista em um novo sistema que será a base para o novo. O movimento socialista, já possuindo a Economia Política socialista-burguesa e a filosofia materialista vulgar, pode, enfim, apropriar-se definitivamente da ciência econômica, porque ele passa a estar equipado com o instrumento que lhe faltava: a filosofia da práxis.

2.2 A lei do valor em Marx

A lei do valor como unidade de valor e preço

A conclusão desta primeira etapa de elaboração do pensamento de Marx marca uma reformulação completa da perspectiva do socialismo. O socialismo, enquanto ideia de igualdade entre todos os seres humanos, deixará de ser vislumbrado como mera utopia e passará a ser interpretado como um movimento real que expressa as mudanças em curso que possibilitam a efetivação das metas que a Revolução Burguesa não atinge. Ele se transforma no estudo e na prática de transição do capitalismo para uma nova ordem social conforme. Esta é uma das possibilidades de esboçar a transformação do socialismo utópico (pré-Marx) em socialismo científico. O eixo central desta segunda etapa da trajetória que culmina no *Capital* é a dupla

polarização conduzida por Marx: por um lado ele é crítico da corrente denunciada como economia vulgar apologética do sistema capitalista, por outro, ele é crítico dos autores socialistas que defendem o trabalho como naturalmente única fonte de valor.

A manobra realizada por Marx ao manobrar o conceito da lei do valor remete à imagem de alguém pisando em ovos. Por um lado, tendo escolhido um lado na luta, ele não pode partir de uma teoria do valor que não expresse os anseios políticos dos trabalhadores. Por outro, é necessário mostrar que o sistema dos ricardianos socialistas é incapaz de rasgar a camisa-de-força do mundo burguês. A teoria do valor trabalho deve ser defendida de uma maneira muito específica, onde os aspectos de quantidade e qualidade são igualmente considerados.²⁸

Seguindo Gorender (1985), podemos dizer que Marx conclui que a realização do ideal comunista, ou seja, que a conquista concreta desse desejo subjetivo das massas demanda a compreensão das leis de funcionamento da economia. Sem este conhecimento sobre como os interesses materiais condicionam e desenham as relações sociais de reprodução da sociedade não será possível alcançar o que já aparece na superestrutura como a nova sociedade. E para adquirir este conhecimento é necessário investigar por completo o sistema econômico presente: o capitalismo. Sobre esta nova base, é possível reler as tentativas de sistematização da lei do valor realizadas na época dos clássicos. Marx inicia então a trajetória de investigações que vão culminar no *Capital*, onde ele apresenta suas descobertas sobre o capitalismo e suas leis de funcionamento no processo de gênese, desenvolvimento e superação.

A ascensão do modo de produção capitalista representou um momento em que a organização econômica seguia uma única lógica que padronizava o comportamento individual do proprietário de mercadoria: a lógica de valorização do valor. Nestas condições, criou-se a impressão de que o conjunto de relações sociais era regido por ações da natureza, de onde se tem a analogia muito frequente com os sistemas descobertos pelas ciências naturais. Esta naturalização é o erro de ambas as apropriações de classe da Economia Política Clássica antes da contribuição de Marx. Pelo lado dos socialistas utópicos, sua forma é a contrapartida justa por um certo quantum de trabalho despendido, ou seja, é a naturalização da teoria do valor trabalho e aceite irrestrito do princípio burguês de recebimento de acordo com o trabalho individual despendido. Pelo lado dos

²⁸ Sobre isso ver Camarinha Lopes (2014), especialmente a sessão A dialética, a lei do valor e o problema da transformação. Este ponto é desenvolvido adiante na sessão Lei do valor e teoria do valor. Sobre os ricardianos socialistas e seu lugar no espaço de divisão entre o socialismo utópico e científico ver King (1983).

economistas da virada marginalista, a utilidade torna o valor algo natural e o sistema social pode ser reduzido finalmente à economia de Robinson Crusoe de acordo com o individualismo metodológico. Essa bifurcação gerou a separação entre os dois conjuntos de relações quantitativas que formam o sistema de valor e o sistema de preço. Cada um dos caminhos passa então a tratar valor e preço de forma separada, sem que se busque sua conexão.

Em Marx, este problema é retomado com toda propriedade pela busca desta conexão. Valor e preço não podem estar desvinculados caso se queira apreender como se dá o processo de reprodução econômica regido pelo capital. A lei do valor, portanto, deve ser entendida inicialmente como unidade entre valor e preço: como o ajuste meramente quantitativo das relações entre os valores de uso em sua passagem da esfera da produção para a esfera da distribuição. Este raciocínio que conecta os valores aos preços pela descrição do funcionamento do mercado é o fundamento da lei do valor em Adam Smith e uma das grandes conquistas que devem ser levadas adiante na Economia Política de Marx.

Neste instante inicial, Marx parece estar ciente de que a separação entre os dois sistemas gerará a dicotomia milenar entre a determinação objetiva e subjetiva da relação de troca concreta, impedindo o avanço da ciência econômica. Por isso, o enfoque é, por enquanto, no aspecto puramente quantitativo do valor: trata-se de amarrar os dois sistemas para que a produção e a distribuição do valor sigam uma lógica única abarcada pelo que se designa lei do valor. Sem esta conexão, a própria lei do valor desaparece enquanto a entidade central que explica todas as particularidades dos objetos úteis que possibilitam a reprodução material da sociedade produtora de mercadorias e capital. Para evitar o desaparecimento da lei do valor, Marx precisa superar os impasses da Economia Política muito bem identificados pelo maior expoente do socialismo na França, Proudhon.

Marx aborda o impasse do princípio da igualdade burguesa e a exploração capitalista em sua resposta à Filosofia da Miséria. O texto *Miséria da Filosofia* (Marx ([1847] 1972)) não aborda sistematicamente a questão da remuneração completa do trabalho, mas sim a maneira como Proudhon analisa a Economia Política.

No capítulo 1, intitulado “Uma descoberta científica”, Marx elucida que a contradição entre os dois âmbitos do valor (valor de uso e valor, aqui ainda identificado como valor de troca) é desenvolvida com relativa propriedade por Proudhon, que gira para lá e para cá só para cair nos custos de produção depois de considerar as “vontades individuais”. Ou seja, o dispêndio efetuado

na esfera da produção é a base para a determinação quantitativa das relações de troca, sendo o trabalho considerado o elemento principal. O que é esta descoberta científica de que se fala?

É a constatação do fato de que o trabalho forma uma qualidade para a medição da quantidade de valor, assimilada como tempo de trabalho. Esta descoberta será explicada melhor no *Capital*, onde Marx adotará uma posição estratégica mais firme em relação à definição de sua teoria do valor. O importante aqui é que Marx reconhece que o padrão da proporcionalidade de trocas cria as condições objetivas para elaborar a teoria do valor trabalho como ela já vem sendo sustentada pela Economia Política. Encontrar a explicação da disparidade entre valor e preço é um dos eixos científicos da Economia Política smithiana e um dos elementos que Marx transporta para seu sistema. Essa explicação é fundamental para evitar que a ideia de criação de valor pelo trabalho se dissolva nas confusões de variação dos preços devido às avaliações subjetivas de utilidade dos itens que ocorrem no mercado. Neste sentido, a lei do valor deve sempre ser entendida como unidade entre os dois sistemas, como um movimento com lógica que elucida a variação da valoração da mercadoria na passagem da esfera da produção para esfera da distribuição.

O segundo e último capítulo do *Miséria da Filosofia* deixa a apreciação dos avanços de Proudhon de lado e parte para uma crítica metodológica profunda. Marx argumenta que Proudhon está preso na antiga filosofia contemplativa, ou seja, na metafísica, e que, por isso, apesar de constatar com exatidão as contradições da Economia Política, não consegue se livrar delas.

O raciocínio de Proudhon vai e volta em tese e antítese sobre as determinações do valor sem romper em uma síntese superior porque ele não incorpora os elementos concretos da Revolução em curso. A descrição do funcionamento das regras de propriedade privada deve romper em algum instante com a contrapartida individual entre o dar e receber. O problema é que isso descaracteriza o princípio central de todo o sistema econômico estudado.

A teoria está prestes a descrever uma economia sem a propriedade privada, mas os economistas insistem em seguir as normas de organização ditadas pelas trocas de mercadorias. Marx explica então que a luta de classes deixa marcas na construção da teoria econômica, visto que quanto mais ela se revela, mais os economistas afundam em contradição. Neste momento, diversas escolas se formam, sinalizando que a ciência econômica está sendo disputada politicamente por classes com interesses distintos. Resumidamente, Marx aponta que Adam Smith e Ricardo, primeiramente, mostraram como a riqueza é produzida nesta nova sociedade saída do feudalismo. Depois, os economistas “românticos” repetem os clássicos e menosprezam os

miseráveis, surgidos com a explosão maravilhosa da riqueza material absoluta da sociedade capitalista. Em um terceiro instante, emerge uma “Escola Humanitária”, onde os economistas passam a ter compaixão com os pobres explorados e a apontar a contradição entre riqueza e pobreza e entre teoria e prática da Economia Política. Finalmente, uma “Escola Filantrópica” aparece como solução, onde os economistas visam transformar todos em burgueses. O processo da dominação do capital sobre o trabalho é completamente dissolvido na ideia da singularidade possível de interação geral entre produtores de mercadorias independentes idênticos, onde nenhum consegue explorar o outro.

Neste ponto, Marx elucida que os economistas agem como representantes da classe capitalista, porque insistem na permanência das regras de sociabilidade geradas pela troca de equivalentes. Por outro lado, os comunistas atuam como teóricos da classe trabalhadora assalariada, a classe que, ao invés de almejar a conquista de meios de produção privados para retornar a patamares técnicos inferiores de reprodução material em unidades isoladas, busca a integração global de toda a humanidade em uma única economia que use toda a tecnologia existente para direcionar a produção para o rumo que lhe interessa.

Esse é o pulo da descoordenação da produção de mercadorias para um sistema planejado. Esse é o instante em que a discrepância entre valor e preço some devido ao encaixe constante entre os esforços globais de produção e as necessidades particulares de todos componentes da sociedade. Toda a questão é que esse pulo começa no próprio modo de produção capitalista, ou seja, o planejamento econômico de escala global emerge do próprio desenvolvimento das leis de funcionamento do mercado e é nesse sentido que o comunismo não é uma invenção desprovida de base material. Quando as condições de mudança da organização econômica se desenvolvem, os teóricos da classe trabalhadora deixam de ser utópicos e sua ciência deixa de ser doutrinária. A transformação está ocorrendo objetivamente e, por isso, Marx acha pouco útil a montagem de sistemas ou modelos abstratos que descrevem como é a interação entre produção e distribuição no comunismo. De acordo com a filosofia da práxis, é necessário, com base nestes modelos (parte subjetiva) e nos limites reais que condicionam sua realização (parte objetiva), agir com organização consciente para realizar a transição.

A lei do valor como descontrola do processo econômico

Em contraposição nítida com Manifesto do Partido Comunista de 1848, a invenção mental

dos sistemas ou modelos sociais comunistas ideais havia se tornado uma prática regular ao longo do século 19.²⁹ Um destes modelos foi imaginado por Johann Karl Rodbertus (1805-1875). No prefácio da primeira edição alemã do *Miséria da Filosofia*, Engels ([1885] 1972) comenta o raciocínio de Rodbertus, um autor que diziam à época teria sido plagiado por Marx, para explicitar a questão da conquista política dos trabalhadores pelo controle do processo econômico. Para Rodbertus, o uso da teoria de Ricardo, ou seja, da teoria do valor trabalho, levaria diretamente ao comunismo, pois o princípio da remuneração completa pelo trabalho realizado nada mais seria do que a realização concreta do que a teoria afirma: apenas o trabalho cria valor.

Apesar de ser logicamente impecável por demandar a efetivação do princípio abstrato da teoria do valor trabalho que elimina qualquer remuneração de renda que não seja salário, esta é uma solução formalmente falsa, argumenta Engels. Ela se baseia em um uso moral da Economia. A teoria permite expressar um sentimento de injustiça, mas Marx não fundamenta seu raciocínio sobre esta base. O repúdio normativo à existência dos juros, lucros e rendas-não-salário é extremamente importante como meio comunicador e de propaganda, mas ele permanece preso à ideologia pequeno-burguesa recriando incessantemente o comunismo como utopia nos modelos abstratos que descrevem como ele funciona. A consequência mais grave dessa lacuna metodológica é que este funcionamento se assenta nas leis da sociedade de trocas, em última instância, na lei do valor. O núcleo ordenador do capitalismo vira a estrela em torno da qual todo o comunismo deve girar. É uma contradição compatível com a singularidade usada para descrever o fenômeno do buraco negro ou da anteriormente mencionada similitude formal entre capitalismo e comunismo. Este é o cume das lacunas dos socialistas pré-Marx que se aventuram bravamente na conquista da Economia Política nos anos 1830 e 1840, como John Gray, na Inglaterra, Rodbertus, na Alemanha e Proudhon, na França.

A linha ricardiana socialista criou uma sequência de autores chamados por Engels de “Arbeitsgeldutopisten” (utópicos dos certificados de trabalho), ou seja, autores que queriam implantar tickets de vale-horas de trabalho no lugar do dinheiro. Todos elucubram situações onde valor e preço coincidem para que o trabalhador receba a integridade do que produziu, eliminando assim o que eles chamam de exploração. É evidente que nenhum deles concebe a possibilidade da

²⁹ O *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 marca o início da análise dos eventos históricos em curso para orientação do movimento com base na teoria de Marx. Seguem-se a ele *As Lutas de Classes na França* de 1850, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* de 1852 e *A Guerra Civil na França* de 1871. Depois, a atenção se volta para a Alemanha com o *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875.

coincidência entre o sistema de valores e o sistema de preços e ainda assim existir exploração. Isto ocorre porque não se concebe a geração e usurpação de mais-valia na unidade produção-distribuição porque a separação entre as duas esferas é tida como dada: os economistas pensam que é possível separá-las. Acreditam que é possível distribuir o produto com base em princípios normativos que não estão ligados ao modo como a produção é organizada.

Neste ponto começa a contestação do padrão de arranjo da produção e distribuição do mercado. Engels reconhece o problema do cálculo econômico na ausência do mercado e indica um avanço importante em Rodbertus, que o distingue em relação aos demais utópicos. Rodbertus teria explicado em linhas gerais como funciona a organização econômica central perfeita. Seria uma economia onde a produção é conduzida tecnicamente para atender as demandas de cada um dos membros da sociedade, sem que se utilizem os mecanismos da coordenação cega do mercado. É a antítese direta da economia de mercado. No entanto, Rodbertus não dá nenhuma indicação concreta sobre como construí-la.

Engels argumenta que a descrição dessa antítese é inocente, embora correta do ponto de vista filosófico tradicional: os utópicos abstraem dos problemas reais para descrever a solução final sendo que o meio que conecta o estado presente ao ideal fica completamente vazio. Ainda assim, Rodbertus possui uma particularidade essencial em relação aos demais socialistas (de Gray a Proudhon) que o coloca em evidência. O dito socialista usual da época afirma que o recebimento de todo o produto do trabalho culmina na eliminação da exploração do trabalho pelo capital. Em reação a isto Rodbertus diz: “Não! O trabalho assalariado e sua exploração permanecem.” De acordo com Engels isto é realmente algo novo que Rodbertus nos fornece e conforme o argumento aqui defendido, essa constatação é central para entender que a transição para a planificação não significa o fim do capitalismo.

Este prefácio de Engels ([1885] 1972) deixa claro que a situação de organização central (em oposição à organização descentralizada do mercado) não pode ser identificada imediatamente com o comunismo enquanto ausência da exploração e do Estado. Ela é apenas o reflexo-contrário da alienação dispersa da sociedade mercantil simples, ou seja, da economia mercantil descentralizada. Ocorre o seguinte: todo o resultado do processo de produção forma a totalidade do produto que deve ser repartido entre as diferentes funções econômicas, como consumo e investimento. Só que essa repartição, aqui, não segue a lógica da dispersão da propriedade privada sobre todo o produto social: a decisão é centralizada e não existe a sagrada liberdade do capitalista

individual em decidir sobre o uso dos meios de produção. No total, todos os indivíduos têm direito a todo o produto social, mas o indivíduo isolado não tem direito sobre “seu resultado de produção”. Essa é a situação econômica na ausência da propriedade privada. Porém isto ainda não significa o domínio pelos trabalhadores sobre a lei do valor. Por quê? Esta situação pode corresponder aos sistemas coletivistas que permanecem obedecendo à lógica alienante da ampliação da riqueza abstrata devido à permanência do Estado subserviente ao movimento $D - M - D'$. Neste desfecho distópico os trabalhadores não controlam o destino dos valores de uso, que segue as exigências de ampliação do sistema capitalista.

Engels percebe assim que a planificação não corresponde ao objetivo final do movimento, porque o Estado em Rodbertus permanece como a entidade controladora única, tomando a decisão de cima para baixo sobre o uso dos recursos econômicos. Neste processo o trabalhador individual participa apenas como uma engrenagem do sistema total, o que ilustra que tal ordem social não condiz com sua emancipação plena caso o Estado conduza o sistema econômico em contrariedade aos seus anseios. A produção de meios de produção para incremento da produção de meios de produção sem uma linha consistente para sair desta lógica em algum instante em que se considere o desenvolvimento das forças produtivas satisfatório gera este tipo de situação.

Como se verá, os sistemas de planejamento do século 20 foram experiências similares a esta situação, indicando que o planejamento emerge antes da diretriz política de transição ao socialismo e que ele engendra um pesadelo potencial onde a alienação é contida num sistema expansivo contínuo para que a população continue trabalhando sob o domínio da lógica do capital. Isso significa que o controle sobre a lei do valor não equivale ao controle da economia pelos produtores diretos. O fenômeno do valor pode ser alinhado a uma expansão coordenada de toda a economia, eliminando assim as rupturas no processo de reprodução, mas não a alienação decorrente da falta de determinação direta sobre o que será produzido. Este é o problema da planificação central que contrapõe o socialismo democrático ao socialismo realmente existente (classificado por vezes como capitalismo de Estado e por vezes, depreciativamente, como ditadura pura e simples).³⁰

A planificação é um dos elementos menos visíveis na Economia Política de Marx porque até então a estrutura de organização ampla da produção, primeiro nos grandes oligopólios e depois nacionalmente pelos esforços de guerra a partir de 1914, estava apenas engatinhando como

³⁰ Sobre a diferença entre socialismo centralista e socialismo democrático, ver Prado (2014).

realidade histórica no século 19. No entanto, os primeiros lampejos dessa novidade já apareciam de formas diversas na teoria, principalmente pelas propostas de substituição do dinheiro por certificados de horas de trabalho pelos “Arbeitsgeldutopisten” (utópicos dos certificados de trabalho) e pela crescente separação entre propriedade e administração nas sociedades por ações.

Em relação a isso, Marx faz uma primeira menção em uma carta a J. B. Schweitzer em 1865 (Marx ([1865] 1946)). Nesta carta Marx comenta sua crítica a Proudhon fornecendo assim um excelente resumo de sua posição em relação ao socialismo da época. Para Marx, Proudhon fez grandes contribuições ao movimento com seu livro *O que é propriedade?*, pois contestava com dureza os princípios legais da instituição-mor da sociedade burguesa. No entanto, na continuidade de sua obra, ele não teria conseguido desdobrar as contradições do mundo da mercadoria em uma saída consistente. Por essa razão, Marx descreve Proudhon como um homem de ciência abaixo tanto dos economistas quanto dos socialistas (Marx ([1847] 1972), p. 143-144). Em relação aos autores socialistas franceses da época, Marx faz uma analogia com os filósofos alemães: Proudhon estaria para Saint-Simon e Fourier assim como Feuerbach está para Hegel. Ou seja, Proudhon busca com coragem superar os limites dos demais socialistas ao colocar o dedo em todas as feridas abertas pela crítica geral à propriedade privada. Só que seu sistema, assim, como o de todos os demais socialistas, é dominado pela oposição à Economia Política burguesa em mesmo patamar: os princípios regentes da produção e da distribuição são exatamente os mesmos. Proudhon, apesar de levar a economia sob domínio da burguesia aos seus limites, não rompe com a lógica da relação social mercadoria.

Todo o seu ser é a contradição viva que consubstancia o socialismo pequeno burguês. Sua última realização no campo econômico seria a descoberta do “crédito gratuito” e do “banco do povo”. Estas instituições deveriam viabilizar a conquista da igualdade por meio da adequação do dinheiro aos anseios idealistas impregnados na visão romântica do fim da exploração na sociedade burguesa, no mesmo estilo dos esquemas utópicos que convertem o dinheiro em um certificado que não possibilita a discrepância entre o sistema de valor e o sistema de preço.

Marx indica que sua resposta a esses esquemas estão contidos no *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* de 1859, onde a relação imbricada de mercadoria e dinheiro é investigada.³¹ É ali que

³¹ O manuscrito *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Para a Crítica da Economia Política) é precedido pelos estudos de Bastiat e Carey, pela introdução esquemática à Crítica da Economia Política e pelo Grundrisse (Marx ([1857-1858] 2011)).

Marx se posiciona em relação às utopias dos certificados de trabalho, deixando nítido que os socialistas de então querem exaltar a mercadoria como o princípio do comunismo, o que simplesmente ilustra o desconhecimento geral do nexos de dependência necessária entre mercadoria e dinheiro.

A maneira como Marx afasta a questão dos certificados de trabalho explicita que sua preocupação (dado o contexto da incompreensão geral sobre o germe da propriedade privada que origina toda a cadeia mercadoria-dinheiro-capital) é a de revelar como o comunismo não pode ser fundamentado no encaixe harmônico abstrato entre valor de uso e valor produzido por um mercado perfeito em todos os sentidos. O corte de Marx e Engels em relação aos autores que não assimilaram este ponto deve ser sempre feito com muita delicadeza, porque o movimento socialista no século 19 e 21 não é hegemonizado pelo Marxismo. É neste sentido que uma abordagem aberta e livre de toda opressão linguística do dogma deve contribuir para reavaliar as experiências dos certificados de trabalho à luz da técnica de nossos dias. Quero dizer o seguinte: o fato de Marx e Engels terem se afastado dos esquemas de certificados de trabalho na época não significa que os esquemas são errados ou estão fadados ao fracasso absoluto. Significa apenas que, *na época*, tal ideia parecia não abrir espaço para ações concretas de transição.

No processo histórico inicial da luta organizada dos trabalhadores assalariados na Inglaterra recém industrializada, formaram-se associações e cooperativas de produção e distribuição como forma de resistência e superação dos problemas que o capitalismo causava. Robert Owen foi o grande expoente desse movimento, que nos anos 1830 desembocou na experiência concreta de uso dos certificados de trabalho como substitutos do dinheiro. Concordamos com Singer (2013) que, *hoje*, podemos recuperar essas experiências como maneira de retomar o fio da meada da construção que ampara o processo de transição.

Como Marx havia afastado a questão dos certificados de trabalho? O capítulo 2 do *Zur Kritik* fornece a primeira pista sobre os limites do socialismo preso na ciranda do dinheiro e da circulação simples enquanto formas sociais assumidas pelo trabalho social disperso pela lógica da apropriação privada. John Gray foi um dos autores que primeiro sistematizou o vínculo entre o tempo de trabalho necessário para a produção dos valores de uso e a quantidade de valor desses mesmos valores de uso medida pelo dinheiro (Marx ([1859] 1971a), pp. 66-67), deixando nítido o caráter do dinheiro enquanto documento representativo de horas de trabalho, ou, em outras palavras, de quantidade de valor. Gray imagina que um banco nacional poderia executar a

transmutação do “dinheiro normal” em um dinheiro distinto, que bloqueasse o seu uso para a exploração. A ideia era simples: se todo certificado correspondesse adequadamente ao tempo de trabalho desempenhado por seu possuidor, toda renda nacional seria apropriada por quem trabalha.

Marx resume aqui o problema de se criar os certificados como substitutos do dinheiro, deixando subentendido que a coincidência entre o preço do objeto no mercado e o tempo de trabalho efetivamente gasto em sua produção não significa o fim da exploração, visto que esta se assenta não numa suposta troca desigual ou injusta, mas no fenômeno real da alienação.

Este é o ponto que demanda toda a atenção para que os dois âmbitos do problema do valor (quantidade e qualidade) não se separem. Marx salienta que a solução de Gray invoca a própria dissolução do produto na forma mercadoria, pois, na coincidência imediata do trabalho individual com o trabalho social, não existe necessidade do processo de ajuste do mercado. Trata-se de uma situação em que o mercado e a própria sociedade burguesa somem, quando todo o produto social se encaixa perfeitamente nos esforços e necessidades individuais. A escola de Proudhon, utilizada por Marx como exemplo teórico desse movimento concreto de luta dos trabalhadores, exalta a mercadoria como princípio do socialismo. Visto que o aspecto quantitativo do valor é massivamente desenvolvido pelos porta-vozes dos trabalhadores em sua denúncia da exploração como um “roubo”, Marx parte para o qualitativo do valor para explicar que o trabalho como gerador de valor não é uma naturalidade, mas um raciocínio que advém da ascensão da sociedade burguesa, ou seja, do modo de produção do capital.

O aspecto qualitativo do valor é sempre lembrado quando se trata de mostrar que o socialismo de Marx é distinto do socialismo utópico que nasceu como fusão da Economia Política inglesa e do socialismo francês. *Entretanto, é absolutamente necessário recuperar o problema do quantitativo do valor para se retomar as questões de planificação e de controle sobre a lei do valor.* O tratamento meramente qualitativo indica a necessidade de superação do trabalho assalariado, mas não dá subsídio concreto para a condução consciente da produção e da distribuição que necessita objetivamente de um sistema de contabilidade.

Da mesma maneira, o jogo quantitativo entre valor e preço como mera elucubração teórica para fundamentar a teoria do valor trabalho não é suficiente para levar a ciência econômica sob domínio do proletariado ao seu máximo. A solução abstrata do problema da transformação dos valores em preços apenas ilustra a situação final do encaixe entre produção e uso do produto que é feita concretamente pelo mercado. A realização da coincidência entre o sistema de valor e o

sistema de preço elimina a transferência de valor entre os capitais individuais, mas não acaba com o processo de exploração total que decorre da alienação que sustenta o produto enquanto mercadoria. É nesse sentido que se pode interpretar a tese de Mészáros (2002) de que, na União Soviética, o capital continuava a existir numa sociedade pós-capitalista.

Os socialistas acreditavam que a diferença quantitativa entre valor e preço (ou seja, quantidade produzida e quantidade apropriada) era a origem da mais-valia tomada dos trabalhadores, quando na verdade essa diferença se refere apenas ao âmbito da transferência do valor previamente criado, gerando a possibilidade de se conquistar mais-valia *extraordinária*. Isso quer dizer que a coincidência das duas instâncias não implica no fim da exploração, como Rodbertus aponta corretamente. A planificação que faz apenas coincidir produção e uso do produto (independente de sua determinação política), eliminando, portanto, a crise de realização e as turbulências distributivas, não equivale ao fim da exploração e o advento da economia comunista. Da mesma forma, a coincidência entre valor e preço em âmbito macro, ou seja, a associação direta entre o sistema de valores e o sistema de preços não corresponde ao fim do capitalismo ou de seu modo de exploração.

O século 20 mostrou de diversas maneiras que o planejamento econômico é apenas uma etapa no processo histórico de transformação do modo de produção capitalista. É nesse sentido que se deve discutir a questão da planificação: o processo histórico impele o capitalismo para o controle social sobre a reprodução econômica. *No entanto, sem um preparo político e técnico da classe trabalhadora, o sistema é controlado de acordo com a lógica do próprio capital.* A planificação econômica, que deveria atender as necessidades dos trabalhadores, acaba virando uma entidade dominada pela própria lei do valor, fazendo ruir o projeto libertário do qual partilham todas as correntes que lutam contra o processo de alienação que permite a exploração. Neste caso, o capitalismo pode então se reproduzir indefinidamente, assim como o fenômeno da alienação.

O ponto é que a permanência do nexos indivíduo-coletivo pela propriedade privada por trás das trocas de valores de uso sustenta a permanência da relação social mercadoria, e, portanto, do descontrole do processo de reprodução econômica. O mercado permite inverter o primado da produção sobre a distribuição: a produção segue o influxo gerado pelas necessidades a posteriori. Em outras palavras, a produção é realizada sem a organização prévia das necessidades globais da sociedade. Este fato gera uma série de fenômenos que explicitam a falta de domínio dos produtores diretos sobre o processo de expansão da riqueza social.

Em Marx, a lei do valor deve descrever a forma pela qual as condições objetivas da produção dos valores de uso se transmutam nas relações de troca que são efetivadas no mercado. Dito de outra maneira, ela deve explicar como o sistema dos valores se transforma no sistema de preços. Conforme suas indicações, a lei do valor rearranja a matriz de produção e uso pelo ímpeto generalizado e individual por acumulação de capital. Ela age justamente porque a produção não é controlada pela sociedade. *Contudo, a própria lei do valor pode ser colocada sob um controle político que não elimina o fenômeno da alienação contido na mercadoria.* O planejamento econômico de natureza capitalista permite a expansão de valor numa estrutura de mercado completamente regulada sem que se rompa com o estranhamento do trabalhador em relação à sua criação, ou seja, com o produto.

Esta é a ligação entre a lei do valor, ou seja, o descontrole do processo de reprodução econômica, e o debate sobre a transição para uma economia planejada, ou seja, para um estado de controle político da reprodução material e social. A leitura de Marx pelos economistas do Ocidente, em especial pelos humanistas Latinoamericanos, atentou muito pouco para esta problemática que já aparece nas entrelinhas da relação entre valor e preço e sua conexão com uma economia sem mercados. A recuperação deste tópico é essencial para aprofundar o conceito de padrão de reprodução do capital tanto na América Latina quanto no resto da economia capitalista coordenada desde a Primeira Guerra Mundial.

Lei do valor e teoria do valor

O estudo da estrutura geral de padrão de reprodução econômica depois do desfecho da corrida imperialista demanda uma diferenciação crucial entre teoria e objeto de investigação. Existem duas coisas distintas que são usualmente confundidas: a primeira é a lei do valor como fenômeno objetivo que sustenta a produção e a distribuição via mercado, ou seja, o fenômeno supressor das relações sociais pessoais do pré-capitalismo e propulsor da relação social mercadoria. Este fenômeno foi com erros e acertos identificado no processo de desmembramento da Filosofia Moral e na fundação da Economia Política, como indicado na trajetória que colocou Adam Smith como marco na história da ciência econômica. A segunda coisa se refere à atividade mental de teorizar este fenômeno objetivo. É a parte de organização sobre a observação concreta da ação da lei do valor. É nesse segundo âmbito que a teoria do valor (em todas as suas variantes) é construída. A separação aqui proposta é importante para mostrar que a lei do valor é um elemento concreto que existe independentemente da forma como ele é assimilado na teoria econômica.

Neste sentido, lei do valor e teoria do valor são duas entidades diferentes: enquanto a primeira indica o objeto de estudo enfrentado por todos os analistas que buscam entender as relações sociais do mercado em contraposição às relações sociais de outro matiz (feudais, serviçais, pessoais, familiares, comunaes, etc.), a segunda está associada ao formato desse estudo em uma determinada teoria. Todas as teorias do valor assimilam a existência da lei do valor, cada uma com particularidades específicas que revelam preocupações variadas do analista. O diferencial da teoria do valor de Marx é que ela é a única que indaga sobre a qualidade do valor, ou seja, é a única que elucida que a escolha do elemento gerador de valor é uma ação política que rompe com a naturalidade do valor.

O vínculo teoria do valor utilidade-capitalistas e teoria do valor trabalho-trabalhadores não corresponde exatamente ao interesse de classe conectado à contrapartida ideológica em teoria econômica.³² Assim como os socialistas seguidores de Ricardo naturalizavam a teoria do valor trabalho, os neoclássicos naturalizam a teoria do valor subjetiva ao romperem com a tradição Clássica de Economia. Desta maneira, ambas as linhagens originadas de Smith naturalizam o valor que decorre das relações sociais de produção do capital. É o mesmo tipo de erro que só pode ser contornado com o encaixe da Economia Política na concepção materialista da história.

O grande equívoco hoje na hora de confrontar teoricamente a teoria do valor subjetivo é que se pensa num conflito entre a teoria do valor trabalho e teoria do valor utilidade que corresponderia perfeitamente ao conflito entre trabalho e capital. Certamente, este conflito expressa de alguma forma a luta de classes no âmbito da ciência econômica, mas a identificação entre a base e a superestrutura nunca é direta. A teoria do valor utilidade é uma das maneiras de apreender a lei do valor com o enfoque sobre as relações de troca da superfície, ou seja, ela é voltada para a explicação dos preços e não dos valores.

Neste ponto é preciso investigar com cautela uma pergunta crucial: se todas as teorias do valor são igualmente válidas para a explicação quantitativa das relações de igualdade entre valores de uso, ou seja, para os preços na ponta final da distribuição que refletem a passagem do produto para a esfera do consumo, por que Marx defendeu com tanta veemência uma teoria do valor

³² Aqui discordo, portanto, de Paul Singer (1983) em seu livro *Aprender Economia*. Acredito que uma nova abordagem didática em teoria do valor deve ser elaborada para evitar a reprodução do distanciamento em relação à neoclássica devido ao viés desenvolvimentista de Celso Furtado sob Keynes. Em 1998, Singer (1998) destaca a necessidade de repensar o socialismo ao rever a relação entre o socialismo utópico e científico. Nos anos 2000, Singer (2013) parece indicar o caminho ao começar tal introdução pela noção de Economia Solidária.

trabalho?

Aqui é necessário ter em mente aquela duplicidade do movimento da Crítica da Economia Política em relação tanto aos autores reacionários quanto aos autores progressistas. A teoria do valor em Marx efetiva duas conquistas: ela mantém a conexão entre valor e preço para sustentar a ideia de que trabalho cria valor e, ao mesmo tempo, ela desnaturaliza completamente o raciocínio de que valor é criado pelo trabalho executado em qualquer modo de produção. Estas duas conquistas se referem respectivamente ao âmbito quantitativo e qualitativo do valor.³³ Isso explica também a coexistência da teoria do valor trabalho incorporado (teoria do valor trabalho fisiológico) com a teoria do valor trabalho em sentido social (teoria do valor trabalho abstrato).

Toda a questão é que a escolha do trabalho como um dos elementos simples que cria valor é um processo social de reivindicação sobre o fator que cria riqueza. Certamente, é possível fundamentar a teoria do valor trabalho em uma determinada epistemologia onde o trabalho humano é a única forma que nossa espécie tem para interagir com a natureza. Só que essa perspectiva é limitada por não distinguir os dois lados permanentes de toda a Crítica da Economia Política que encaminha a ciência econômica para a concepção materialista da história: o lado do valor de uso e o lado do valor. A categoria teórica “trabalho” deve ser, portanto, dividida em duas, trabalho concreto e trabalho abstrato, para que o valor possa ser apreendido como um fenômeno social e não como algo que brota da relação entre o ser humano e a natureza.

Marx nunca deixa de ressaltar que o desenvolvimento da teoria do valor trabalho decorre da nitidez crescente entre as classes sociais que espremam os teóricos no campo da Economia Política. Assim que a teoria se tornou uma arma política ela foi sistematicamente marginalizada. Esse segundo componente, referente à influência da luta de classes sobre a ciência econômica, é o que diferencia a teoria de Marx em relação a toda Economia Política e aos socialistas utópicos. É por essa razão que o termo mais adequado para designar a teoria do valor de Marx seria teoria do valor dos trabalhadores e não teoria do valor trabalho.

³³ Como indicado anteriormente, iniciei este raciocínio em Camarinha Lopes (2014). Ele remonta aos meus estudos anteriores sobre a relação Marx-Sraffa em Camarinha Lopes (2010) e Camarinha Lopes (2013). O problema qualitativo do valor é resolvido no capítulo 1 do Livro I do *Capital* (Marx [1867] 1985) e o problema quantitativo é desenvolvido em todo o restante do *Capital* ((Marx [1885] 1985) [Livro II] e Marx ([1894] 1985) [Livro III]). A solução de Marx para o problema da transformação dos valores em preços é apenas mais uma entre diferentes formas de abordar a questão, que não podia avançar na época devido à falta de dados concretos sobre a planificação nacional e internacional. Assim, a defesa de Engels ([1894] 1895) da solução de Marx para o problema da transformação dos valores em preços em relação às outras propostas parece ser excessivamente entusiástica.

Agora, já que o elemento qualitativo do valor é decidido em um processo de luta, porque não aceitar essa escolha ao lado dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, mostrar que essa escolha não tem nada de natural?³⁴ O argumento aqui defendido aponta para essa direção: em um primeiro momento de contato com a literatura econômica, Marx rejeitou a teoria do valor trabalho porque ela aparecia como naturalidade: o trabalho criaria valor em qualquer contexto socioeconômico (Mandel (1968)). No entanto, o avanço do socialismo sobre a literatura econômica inglesa tornou a ideia de que trabalho gera valor uma ferramenta poderosa na luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Então, ao invés de expelir totalmente este raciocínio, qual seja, o de que trabalho cria valor, defendendo que Marx foi obrigado a reformular sua apreciação da teoria do valor trabalho pelas circunstâncias do avanço das ideias socialistas sobre a Economia Política burguesa. Ele teve que desdobrar a categoria trabalho em trabalho concreto e trabalho abstrato, de modo a desnaturalizar o valor como resultado da ação humana sem nexos sociais definidos. Essa manobra foi necessária porque a força teórica da teoria do valor trabalho já havia se transformado numa força política muito progressiva, ainda que extremamente limitada, pois reivindicava a plena remuneração do trabalho ao invés de agir para destruir o sistema de assalariamento. Assim, me parece que Marx formulou uma estratégia de argumentação em defesa da teoria do valor trabalho que, por um lado, a desnaturalizava por completo e, por outro, continuava servindo como suporte ideológico para a luta política dos intelectuais socialistas não-marxistas.

Considerando a teoria do valor trabalho neste sentido, enquanto unidade de quantidade e qualidade, o Cálculo Econômico Socialista aparece como momento necessário devido sua relação óbvia com a transição de uma economia descontrolada para uma controlada. O debate do cálculo recupera uma questão que praticamente desapareceu com a repetição frenética da superação que Marx efetiva sobre a Economia Política Clássica e todo o pensamento socialista burguês ou pequeno burguês.

A ênfase na especificidade histórica do capitalismo fez com que muitos marxistas se esquecessem de que o próprio Marx estava preocupado em entender a dinâmica das relações

³⁴ A escolha pelo lado dos trabalhadores não implica em desnaturalizar a teoria do valor trabalho e o próprio modo de produção capitalista. É nesse sentido que se deve levar em conta a advertência de Marx, na epígrafe deste capítulo, de que “*A tardia descoberta científica, de que os produtos do trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho.*” Marx, K. ([1867] 1985), p. 72.

quantitativas de troca, ou seja, em entender o puramente quantitativo dos preços. Entre os marxistas, são os *economistas* marxistas os mais propensos em não deixar esse problema sumir, devido à proximidade da ciência econômica com as questões puramente quantitativas do mundo das trocas regidas pela lei do valor. Todo o *Capital*, depois da explicação do capitalismo como modo de produção dentro do quadro da concepção materialista da história, converge para o problema da igualação das taxas de lucro em torno da taxa de juros de referência. Ou seja, todo o esforço teórico do *Capital* após o capítulo 1 se direciona para o problema quantitativo da transformação dos valores em preços. Neste sentido, a compreensão dessa dinâmica é fundamental para que se saiba como alterá-la de acordo com os anseios da classe trabalhadora. Trata-se da sistematização da lei do valor enquanto categoria da Economia Política e da busca pelas ações que consigam colocá-la sob os desígnios de um outro sistema de organização econômica. Trata-se da teoria econômica da transição do capitalismo para o comunismo, da teoria econômica fora da série liberal que impedia a ação consciente sobre o processo de reprodução econômica.

O *Crítica do Programa de Gotha* (Marx ([1891] 1973)) é conhecido por ser um texto onde Marx nega que a tarefa principal consista na invenção de esquemas que criem a sociedade comunista. O comunismo é um movimento real que está construindo o novo modo de produção diante dos olhos de todos os teóricos e filósofos. No entanto, não é suficiente constatar essa mudança. No processo de transição, o novo nascerá do velho e, ao invés de nos limitarmos a descrever a situação final como o mundo perfeito (que é o que os socialistas utópicos fazem) *é necessário descobrir como chegar a essa situação final a partir da sistematização teórica de todas as experiências revolucionárias concretas em curso.*

Marx polemiza com o programa, pois ele reivindica uma “justa distribuição” cuja norma é moralmente estipulada. E, aliás, como se isto já não fosse fraqueza suficiente, esta norma coincide com a norma burguesa: cada membro da sociedade recebe uma parcela do produto social equivalente à sua contribuição para a criação. Marx reconhece esse avanço ante a contradição evidente entre a igualdade jurídica ideal e a situação concreta de miséria em que os trabalhadores vivem, mas isso não é insuficiente. O padrão de distribuição não está descolado da organização da produção e, por isso, uma ordem econômica completamente diferente é necessária para se atingir o estado projetado pelo movimento.

Marx reconhece que o processo de passagem pode se dar por etapas, indicando que, em um primeiro momento, trata-se de realizar o princípio de equivalência como contrapartida do oferecido

ao coletivo. Contudo, numa segunda fase de opulência espiritual e material, a sociedade deve conquistar finalmente o sonho de poder contar com cada de acordo com suas capacidades e de poder oferecer a cada um de acordo com suas necessidades. Esse princípio, radicalmente distinto do anterior e na fronteira das novas ideias, sintetiza com veemência que uma nova lógica de relações sociais de produção foi instituída em torno das forças produtivas antes limitadas pelo capitalismo.

Como se dá a transição para essa nova fase? Essa pergunta equivale, em outros termos e de modo mais amplo, ao desafio explicitado e popularizado por Mises em 1920. O economista austríaco, com base nas indicações teóricas da situação final da sociedade comunista, mostrou que sem o sistema de preços que decorre do mercado não seria possível tomar decisões racionais referentes ao uso dos recursos para solucionar o problema econômico. Trata-se de um problema similar à passagem do mercado sem ação externa (mão invisível) para um sistema dos certificados de trabalho e, depois, para um sistema que deixe o princípio burguês para trás na conquista do princípio de produção e distribuição comunista. Essa controvérsia fixou-se na literatura como o Debate do Cálculo Econômico Socialista e teve reflexos concretos muito relevantes em todas as transformações da economia mundial depois do fim do *laissez-faire*.

Pelo lado das Revoluções Socialistas reais esse problema apareceu em diversas circunstâncias do planejamento econômico nacional. O zigue-zague na União Soviética entre o Comunismo de Guerra e a instituição dos planos quinquenais, passando pela NEP (Nova Política Econômica) foi uma das situações históricas que demandou o estudo desse problema. Em Cuba, nos anos 1960, esse debate também apareceu quando ali se tentava estabelecer um novo padrão de contabilidade que não seguisse a dinâmica de alocação mercantil. A China, em sua abertura no final do século 20, adota um projeto de combinação entre mercado e plano que também se fundamenta no problema de contabilidade rumo ao comunismo. Já pelo lado da Reforma no Ocidente o planejamento assumiu uma forma muito pragmática de coordenar a reprodução econômica do capital atendendo minimamente os anseios amplos da classe trabalhadora, principalmente aqueles ligados ao combate ao desemprego (no centro) e à falta de industrialização (na periferia).

Em todos esses debates, não se disputa a validade ou não-validade da teoria do valor trabalho de modo escolástico. A disputa se refere à possibilidade de ação social sobre a lei do valor para atingir desfechos politicamente determinados. Diferente do que ocorria com a ciência

econômica do século 19, em que o resultado quantitativo das relações de troca se dava como um resultado que não podia ser alterado, desde a grande crise de 1929 os sistemas políticos alteram o resultado do mecanismo livre de preços de uma forma tão ampla e coordenada que ninguém consegue ficar de fora do debate de transição para a economia planificada. O quantitativo do valor permite examinar o problema do cálculo em uma economia sem mercado e é nesse sentido que se entende a linha de continuidade entre a Economia Política Clássica, os socialistas pré-marxistas e Marx no campo da ciência econômica. Certamente, o limite da visão quantitativista dos preços esbarra na questão sobre o capitalismo como modo de produção histórico e no desafio final de superação do fetichismo da mercadoria. Mas a trilha construída por Marx para a teoria do valor trabalho dos Economistas Clássicos e seus oponentes socialistas amarra o quantitativo e o qualitativo do valor de forma a levar o debate à questão sobre o domínio sobre a lei do valor sem que se perca no pântano de encontrar uma justificativa neutra para o elemento criador de valor.

Por isso, a estratégia de apresentação da teoria do valor trabalho por Marx permite o resgate da visão “naturalizante” do valor-trabalho de todos os socialistas não-marxistas como maneira de voltar a atenção para um problema prático real que é a coordenação do processo econômico que garanta a efetiva realização de todos enquanto membros conscientes do coletivo. É nesse sentido que defendemos a interpretação do problema da transformação dos valores em preços de produção como porta de entrada para o Debate do Cálculo Econômico Socialista e sua contrapartida concreta: a transição para outro modo de produção a partir da ação política sobre a lei do valor.

*

Em síntese, o capítulo 2 aborda em contraposição ao capítulo 1 que a Crítica da Economia Política de Marx é a única vertente no campo da economia a corrigir as falhas de ambas as correntes antagônicas surgidas do fim da Economia Política Clássica. Neste sentido, tanto o socialismo utópico ricardiano quanto o marginalismo que formará o *mainstream* em economia a partir da virada para o século 20 se encontram solucionados e integrados nas contradições superiores do sistema de Economia Política de Marx. A lei do valor pode então ser abordada de um modo inédito diante da realidade de ascensão do planejamento econômico nesta transição histórica: ela não será apenas descrita, mas também manipulada, alterada, influenciada, restringida e direcionada por

ações deliberadas do âmbito político que colocarão o *laissez-faire* nos arquivos da história do pensamento econômico.

Capítulo 3: O cálculo econômico socialista

“(…) aqueles socialistas que não perceberam ou não percebem a necessidade e a importância de um sistema de preço e de contabilidade econômica adequados na economia socialista não estão defasados apenas em relação ao estado presente da análise econômica: eles sequer alcançam o grande legado da doutrina Marxista.”

Oskar Lange (1937), *On the Economic Theory of Socialism: Part Two*.

Este capítulo 3 apresenta o debate do cálculo econômico socialista dentro da especificidade deste trabalho. A função deste capítulo é identificar como esta controvérsia pode ser entendida como a continuação do problema da relação entre valor e preço presente nos escritos econômicos até finais do século 19. A emergência histórica do planejamento implica na polarização violenta entre os ideólogos do capitalismo e do socialismo, ficando registrada nesta controvérsia que marca a forma contemporânea de se debruçar sobre a lei do valor. Em especial, este capítulo defende a metodologia de Oskar Lange como estratégia de luta teórica para os comunistas atuantes no campo da Economia Política.

A emergência histórica do cálculo econômico socialista

O Debate do Cálculo Econômico Socialista é uma controvérsia teórica com um lugar de destaque na história recente da ciência econômica. Ela abrange em nível abstrato todo o período aqui analisado, ou seja, a era de transformações que se abriu com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 até o neoliberalismo. Embora a discussão pareça ser estritamente técnica ou de cunho teórico, é imprescindível lembrar que ela expressa uma modificação real na forma de organização da economia capitalista concreta. Nesse sentido é que podemos falar de uma emergência histórica do cálculo econômico socialista.

Todo o desenvolvimento da Economia Política Clássica estava amparada no cálculo econômico que subjaz à lógica de incremento de valor. Esta trajetória tem início a partir do declínio do feudalismo e das questões teóricas sobre um “preço justo”, momento em que a prática da lógica de comprar barato e vender caro começará a ser aceita e tida como o padrão normal de comportamento no mercado. No entanto, com o amadurecimento do modo de produção capitalista, a imagem idílica do mercado enquanto um espaço inventado onde proprietários privados de produtos de seu trabalho se encontram livremente para realizar trocas dá lugar a um novo cenário. A sistemática separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção e a concentração destes últimos sob capitais cada vez maiores evidencia a realidade capitalista. O sistema mostra que por trás da individualidade aparente existe uma cooperação coletiva que pode expressar um outro tipo de decisão sobre o uso econômico dos recursos.

O cálculo econômico, que antes se vinculava apenas à análise individual sobre como tirar o maior proveito do sistema de preços de mercado, fica cada vez mais próximo de uma avaliação do vínculo entre o uso dos recursos e o atendimento das necessidades da sociedade enquanto conjunto. A aglutinação regular dos diversos capitais pequenos e isolados em capitais cada vez

maiores empurra a economia para um sistema econômico de organização muito mais abrangente do que a preocupação particular de um negociante qualquer. O planejamento econômico, ou seja, o controle político sobre o processo de reprodução material nasce historicamente independente da corrente de ideias favoráveis ao socialismo. É neste instante que se percebe que o cálculo econômico possui qualificações de ordem política.

Apesar de conter potencialidades inegáveis para o desenvolvimento das forças produtivas, e, portanto, para civilização, o capitalismo enquanto forma de organização econômica já entrou em crítica ao longo do século 19 principalmente devido às condições de vida da classe trabalhadora no contexto da Revolução Industrial. Uma das consequências teóricas dessa insatisfação é a busca por um outro padrão de decisão sobre o uso dos recursos. Emerge a ideia de que o cálculo econômico deveria ser distinto do praticado, ou seja, um cálculo que não siga o ditame do capital. Diversos caminhos no âmbito da Economia Política se abrem, visto que essa ciência não está limitada a desvendar as leis de enriquecimento individual, mas sim as leis de enriquecimento do conjunto de toda a sociedade. O socialismo enquanto ideia e movimento se integra crescentemente ao corpo de enunciados econômicos produzidos por diversos autores.

A busca por um padrão decisório alternativo para a produção começa, portanto, antes mesmo de se tornar explícito qual era o problema a ser solucionado. Neste primeiro momento, nos anos 1820, o debate é levado à frente pelos socialistas utópicos, que projetam sistemas de organização econômica sem os problemas envolvidos com o domínio do capital. No entanto, o enunciado e desafio aos socialistas só foram massivamente assimilados com o desenvolvimento de uma corrente específica da Revolução Marginalista, a escola austríaca, um século depois. Por essa razão, o Debate sobre o Cálculo Econômico Socialista não é uma criação desvinculada de qualquer transformação objetiva em curso. As modificações reais observadas com o desfecho da corrida imperialista na Primeira Guerra Mundial obrigam a integração do elemento plano na ciência econômica.

A lei do valor, que até então formava todo o paradigma de estudo da economia na era da burguesia, precisa ser estudada em conjunto com as forças políticas que a manipulam de acordo com os interesses por trás dessas forças. A possibilidade da transição do cálculo econômico condizente com o indivíduo que opera o movimento $D - M - D'$ para o cálculo econômico socialista é um fenômeno histórico objetivo. Certamente, esta transição não é tranquila, visto que ela interfere profundamente no arranjo estável dos diversos interesses contraditórios da sociedade de classes.

Não é por outro motivo que o Debate do Cálculo Econômico Socialista é ao mesmo tempo tão abstrato e tão polarizado.

O desafio de Mises

O avanço do socialismo no mundo real assim como o avanço das ideias condizentes com esse novo tipo de sociedade não se dá de forma livre. Diversos elementos atuam no sentido contrário desse movimento, tentando bloqueá-lo de todas as maneiras possíveis. No âmbito aqui investigado, a noção de que um cálculo econômico racional possa ser feito em um ambiente completamente distinto em relação ao capitalismo será atacada com muita dedicação pelo conjunto de autores que consolidarão as bases do que será a Escola Austríaca de economia. Dando continuidade à linha já apresentada de Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises, com o propósito de estabelecer uma posição política com bases teóricas sólidas, publica em 1920 um artigo seminal que marca o início oficial de uma controvérsia previamente existente, mas pouco conhecida. Na cronologia de Albuquerque (2008), este artigo faz parte da primeira rodada do debate plano vs. mercado na história do pensamento econômico.

O Debate do Cálculo Econômico Socialista pode ser dividido em quatro partes conforme Boettke (2000a): a primeira parte cobre o período entre os anos de 1920 a 1937, a segunda parte vai de 1937 a 1985, a terceira parte abrange os anos de 1985 a 1990 e a quarta parte abriga a forma contemporânea da controvérsia que se desenvolve desde 1990.

Em *Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen* (O cálculo econômico na sociedade socialista), publicado no periódico alemão *Archiv für Sozialwissenschaften* em 1920, Mises apresenta um argumento robusto que se destaca em relação aos demais argumentos contra o socialismo. Até então todo o embate entre as formas de organização econômica (capitalismo e socialismo) era pautada por uma opção política do teórico. Os pontos de contato entre os debatedores com base em um mesmo arcabouço técnico era praticamente inexistente. Os argumentos dessa discussão estavam diretamente atrelados aos interesses dos envolvidos e, inclusive por isso, o diálogo entre defensores e inimigos do socialismo não produzia novidades para o campo da ciência econômica. Qual é o giro efetuado por Mises que muda este quadro?

Em primeiro lugar, o grande mérito deste texto de 1920 não foi ter demarcado uma posição contrária ao socialismo, como pode parecer à primeira vista. Antes de revelar sua posição, Mises atinge uma conquista científica genuína ao demonstrar com muito cuidado que o problema em questão pode ser enunciado com clareza. Antes de entrar no embate direto e fazer a defesa de um

dos sistemas econômicos é preciso indagar se a existência de um sistema econômico sem propriedade privada é possível em primeiro lugar. Caso seja demonstrado que tal arranjo social impede sua própria reprodução material, então não fará sentido discutir alternativas ao modo de produção baseado no mercado e nas leis da propriedade privada. Toda a controvérsia e disputa entre os sistemas econômicos capitalista e socialista estaria eliminada antes mesmo de começar. É esta linha de raciocínio que confere a originalidade e a força deste artigo de 1920.

Apenas em segundo lugar temos a resposta de Mises para a pergunta corretamente colocada. E qual é seu veredito? Resumidamente, Mises argumentou que o cálculo econômico no socialismo estaria desamparado de racionalidade devido à ausência da propriedade privada e do mercado. Sem estas instâncias, argumenta ele, não existiriam preços, e, portanto, não haveria como tomar decisões racionais sobre os usos de recursos para atingir objetivos pré-estabelecidos. Por esta razão, um sistema econômico coletivista, onde as ações individuais não agem como bumerangues, cujo retorno é absolutamente identificado com o lançador, está fadado ao fracasso. Neste arranjo as pessoas não teriam as informações adequadas que as permitiriam usar os recursos sem destruir a própria economia. O fundamental de seu argumento é que no socialismo estas informações seriam inexistentes, ou seja, elas sequer podem ser coletadas de uma outra maneira. Até mesmo a possibilidade teórica da economia socialista está excluída segundo esta visão. Para Mises, a falta de propriedade privada equivale à completa falta das informações que possibilitam o cálculo econômico. Sua conclusão é de que o socialismo é absolutamente impossível, não porque o socialismo seja indesejado ou desejado, ou seja, não porque tal forma de organização econômica polariza politicamente pessoas com interesses distintos ou porque grupos e classes diferentes não concordam sobre como a produção e a distribuição deve ser organizada. Para Mises, o socialismo é tecnicamente impossível, sendo irrelevante, portanto, qualquer discussão política sobre suas supostas vantagens ou desvantagens sobre o capitalismo.

O desafio contido no enunciado da questão foi aceito por diversos economistas dispostos a demonstrar a viabilidade teórica de um sistema econômico sem mercado. Segundo Boettke (2000a), participaram desta primeira etapa de confronto ao argumento de Mises autores como Karl Polanyi, Eduard Heimann e Bukharin, que deram as primeiras respostas com base em análises mais qualitativas e políticas. Uma segunda leva de respostas a Mises contou com a abordagem mais quantitativa de Frederick Taylor, Frank Knight, H. D. Dickinson e Abba Lerner, que buscaram responder ao desafio usando uma linguagem mais técnica com base na estrutura da

Escola Neoclássica.

A orientação de Oskar Lange

Após alguns anos de completo domínio do argumento contra o socialismo, esse esforço de reação a Mises (1920) culmina finalmente em um artigo de enorme envergadura dividido em duas partes. Trata-se do texto intitulado *On the Economic Theory of Socialism* (Sobre a Teoria Econômica do Socialismo) publicado em 1936 e 1937 no periódico *The Review of Economic Studies*. O autor, Oskar Lange, apresenta então uma interpretação singular da questão ao explicitar que Mises, de fato, colocou o problema em termos adequados, mas que sua solução não é correta. A força deste eixo de argumento defendido por Lange é forte o suficiente para inverter a balança do debate e manter os socialistas no domínio da controvérsia até os anos 1980.

O que Oskar Lange diz aqui? Da mesma maneira que o artigo de Mises de 1920, a força desta nova contribuição não se deve à posição política favorável ao socialismo, mas à maneira como esta posição (aberta e admitida pelo próprio Oskar Lange que se reconhece dentro do socialismo de orientação teórica com base em Marx e Engels) é fundamentada nos próprios termos da controvérsia técnica.

Lange (1936) não deixa de reconhecer o grande mérito de Mises (1920) por ter popularizado o problema em seus termos adequados. Mesmo que o problema do sistema de contabilidade já fosse conhecido entre diversos autores socialistas antes de 1920, explica Lange, foi esta contribuição de Mises que ampliou e tornou ainda mais claro no que consiste o desafio de transição do capitalismo para o socialismo. De forma sarcástica, Oskar Lange abre seu artigo com um parágrafo ímpar, de calibre artístico comparável apenas às traquinagens de Paul Anthony Samuelson, em que imagina uma estátua de Mises à frente de um hipotético Ministério da Socialização ou do Planejamento. O busto de Mises estaria lá como reconhecimento à sua elucidação sobre o problema diante dos socialistas. Afinal de contas, foi por meio desse esclarecimento que os economistas socialistas se lançaram com tanto ardor na busca de uma solução.

Obviamente, como o próprio Lange escreve, tal homenagem não deveria agradar o economista austríaco, já que ele estaria na companhia dos grandes líderes do movimento socialista. Contudo a mera estátua não é o ápice da ironia construída tão plasticamente por Lange. Para completar a historietta, Lange conjectura uma futura aula sobre materialismo dialético em que o professor socialista leva os estudantes para diante da estátua a fim de ilustrar o que é o conceito de

razão da história em Hegel. Assim, seria possível explicar como até mesmo um ardoroso inimigo do socialismo, um economista burguês consciente de sua posição de classe, acabou servindo contra sua própria vontade à causa da classe trabalhadora.

Vejamos. Lange afirma que Mises de fato enunciou o problema corretamente, sendo isso suficiente para lhe garantir um espaço de memória privilegiado não só na história da ciência econômica, mas também na história da construção da ordem socialista. Esta é uma conquista indisputada cujo mérito cabe tão somente a Mises. Ambos os lados em disputa convergem na hora de identificar Mises (1920) como o singular texto que colocou um problema complexo e previamente identificado da forma mais simples possível. O efeito didático de tal manobra só pode ser amplamente reconhecido e comemorado. Quando começa então a contraposição de Lange em relação ao domínio anti-socialista do debate entre 1920 e 1936?

Depois de ter enunciado o problema corretamente, Mises caiu na tentação de oferecer uma resposta. E nesse processo, acabou errando. Lange explica que para solucionar o problema do cálculo três coisas são necessárias: (1) uma escala de preferências que guia a atividade de escolha, (2) conhecimento sobre os termos entre os quais as alternativas são ofertadas e (3) conhecimento sobre a quantidade de recursos à disposição. Segundo a interpretação de Lange, Mises nega que a economia socialista possa obter a informação (2). Só que se (1) e (3) são existentes, então (2) necessariamente emerge. Isso significa que os termos de troca entre os itens são determinados em última instância pelas condições técnicas de transformação de um objeto útil em outro.

Em outras palavras, seria possível dizer que para a solução do problema, o conjunto de informações necessárias se reduz a dois elementos: os coeficientes técnicos de produção e à demanda total da sociedade por objetos úteis. Em posse dessas duas coisas pode-se inserir os insumos ordenadamente nos diversos setores de produção para que a demanda total seja perfeitamente atendida pela matriz produto. Para isso não há necessidade alguma da existência de preços como variáveis *proxy* que fornecem informações sobre a estrutura técnica de transformação da natureza à disposição da sociedade. A proposta de resposta de Mises não pode ser aceita.

Oskar Lange faz questão de demonstrar que ele não está sozinho nesta perspectiva. E sua companhia não é selecionada por qualquer viés político ou ideológico. Como Lange aponta, os próprios Hayek e Robbins já abandonaram a linha de Mises e deram um outro tipo de resposta (Lange (1936), p. 55-56). Eles não negam a possibilidade *teórica* do cálculo econômico sob o socialismo, mas sim sua viabilidade *prática* (Lange (1936), p. 55-56). Ao descrever a solução

formal matemática para o problema em sua apreciação sobre o estado do debate em 1935, o próprio Hayek reconheceu que a contraposição ao argumento socialista não podia ser tão direta como Mises acreditava: “Agora, deve-se admitir que isto [a solução do problema na ausência de mercado – T. C. L.] não é uma impossibilidade no sentido de ser logicamente contraditória” (Hayek ([1935] 1963a), p. 207).³⁵

Todo o problema se resume, portanto, a encontrar um caminho adequado que torne a solução teórica admitida amplamente pela comunidade científica uma realidade prática. Todo o esforço de Oskar Lange a partir deste instante é indicar como a reorganização da economia na transição do capitalismo para o socialismo é possível com base em ajustes pequenos e sucessivos pelo controle político sobre a ação livre da lei do valor. A transição é um processo relativamente longo de adequação e avanço gradual na construção de um sistema econômico planejado não-centralizado, onde as demandas dos trabalhadores individuais são progressivamente colocadas no centro de determinação de toda a produção social. As relações da mercadoria não somem imediatamente, portanto. Elas são progressivamente dominadas e suprimidas conforme as possibilidades objetivas de efetivação da substituição do mercado pelo plano.

No esquema de Oskar Lange, o processo de levante de informações fundado no mercado é mimetizado pelo Estado em um processo de tentativa e erro similar ao que se opera no mercado. O caminho de descoberta do valor dos objetos em negociação livre entre comprador e vendedor se desenrola em um esquema *tâtonnement*, termo que designa a aproximação sucessiva dos dois lados a um preço de acordo. Quando se trata de um mercado perfeito, este preço corresponde exatamente à relação técnica de escolha de produção entre os itens em questão e, assim, a troca de propriedade corresponde às condições técnicas de substituição entre os itens. Isso faz com que toda a estrutura de produção da economia seja plenamente conhecida, tornando a alocação dos recursos de acordo com um determinado objetivo possível. O raciocínio de Lange (1936-1937) é o de que esta relação quantitativa de troca final pode ser atingida por um processo iterativo “artificial” que se assemelharia àquele que ocorre “naturalmente” no mercado.

Como funcionaria isso? Assumindo que a determinação da produção segue a demanda dos

³⁵ No original: “Now it must be admitted that this is not an impossibility in the sense that it is logically contradictory” (Hayek ([1935] 1963a), p. 207). O livro *Collectivist Economic Planning* (Hayek ([1935] 1963)) foi uma primeira coletânea do debate organizada e comentada por Hayek que contribuiu mais uma vez para a divulgação da controvérsia nos anos 1930 e 1940. Até hoje esta coletânea é uma das principais referências de consulta ao debate em geral e à primeira fase dele em particular.

consumidores, ou seja, que a necessidade por objetos úteis é a referência em torno do qual os preços oscilam, tanto o sistema de mercado perfeito quanto uma economia socialista do tipo em mente possuem exatamente as mesmas equações a serem solucionadas. Lange (1936) explicita que em nível teórico os sistemas são simétricos e o estado do equilíbrio geral do sistema de Walras corresponde à plena satisfação das necessidades individuais de cada membro da economia. O modelo de equilíbrio serve aqui apenas como ferramenta analítica que permite desenvolver a tese da similitude formal, ou seja, a tese de que a economia de mercado e a economia socialista são equivalentes do ponto de vista de descrição do processo técnico de balanço entre oferta e demanda. É importante ressaltar que o recurso do equilíbrio e de todo o instrumental analítico neoclássico não confunde Lange em relação ao objetivo do plano: a planificação não pode ter como parâmetro o centro gravitacional do sistema de mercado concreto, mas apenas daquele do modelo de concorrência perfeita, pois ali o valor de uso está amarrado ao valor e a disposição da matriz produto segue exatamente as demandas de todos os indivíduos, sem exclusão. A similitude formal serve apenas como recurso lógico para manter o tópico do socialismo no espaço da oficialidade da ciência econômica e não como ilustração de que os sistemas em disputa possuem os mesmos objetivos.

Neste modelo de socialismo contraposto ao mercado ideal, o Ministério de Planejamento especifica um preço arbitrário qualquer para as mercadorias (deve-se levar em conta seu grau de complexidade na escala consumo – meio de produção, ou seja, em que medida a mercadoria em questão é um produto de consumo final ou um produto para ser usado como meio de produção). Em seguida, a partir da verificação do excesso ou escassez dos itens em comparação com a demanda da sociedade, o preço é ajustado pelo Ministério sucessivamente até que se atinja o mesmo set de preços que o mercado perfeitamente competitivo obtém. Dessa forma, a economia socialista descobre exatamente as mesmas informações necessárias para determinar um uso propositado dos recursos à disposição que a economia de mercado. Por conta disso, conclui Lange (1936), p. 68, o argumento de que os preços em uma economia socialista, incluindo àqueles referentes aos bens de produção, não podem ser determinados objetivamente não pode ser sustentado. Do mesmo modo, a tese da impossibilidade teórica do socialismo não teria condições de continuar a ser defendida.

Na segunda parte de *On the economic theory of socialism*, Lange (1937) aborda a problemática de uma perspectiva mais ampla e qualitativa. No contexto histórico do capitalismo

desta primeira metade do século 20 existiriam três alternativas de solução para a crise capitalista de 1929.

A primeira seria a tentativa de retorno ao período de expansão comercial que converteu os Estados Nacionais em impérios do capital. Durante esse período, como as possibilidades de conexão das vias de distribuição eram muitas, os capitais dispersos estavam em condições de competição similares. Para Lange (1937) este caminho não é impossível, mas seu resultado é desastroso para o desenvolvimento das forças produtivas: tal retorno implica na manutenção das pequenas unidades que travam o avanço técnico possível apenas para as unidades de produção de uma certa escala. Este caminho é defendido pelos autores liberais que pedem o retorno da ordem do *laissez-faire* comandado pelo Império Britânico.

A segunda opção seria o controle estatal da economia em um embate de determinação política deste controle. Sob o domínio da classe capitalista tal controle se expressa na geração de empregos e na consolidação de serviços que atendam as demandas imediatas da massa trabalhadora. Foi esta a opção vencedora na esfera capitalista sob liderança dos Estados Unidos e Inglaterra e sua forma ideológica ficou fixada posteriormente nas ideias de Keynes. É, assim, a adaptação adequada do liberalismo às novas condições de permanência do capitalismo e como o economista inglês escreveu: “o fim do *laissez-faire*”.

Um terceiro caminho é apontado por Lange (1937) como a melhor saída. Trata-se do socialismo e de sua proposta declarada de abolir a propriedade privada. Este desenlace não é, entretanto, uma tarefa simples e automática. A substituição do mercado pelo plano, ou seja, pelo controle consciente do coletivo sobre o processo de produção e distribuição, demanda uma sistemática reflexão sobre a mudança da ordem econômica. A economia planificada em si não é difícil de conceber, mas sim a transição para ela. De que modo se dá essa passagem? Essa é a resposta crítica que Lange antecipa e espera se consolidar nas próximas etapas do debate.

O detalhe sobre a transição em Lange é que o processo da Revolução, que deve ser resolutivo em seu objetivo de derrubar o capitalismo e erguer a ordem socialista, deve direcionar a modificação do funcionamento da economia de modo gradual. A propriedade privada não deve sumir imediatamente para todas as classes de mercadoria. Existem propriedades privadas com diferentes impactos sociais. Por exemplo, uma estrutura de pequenos produtores independentes pode fornecer o produto necessário para o avanço social na forma de mercadoria. Assim, pequenos proprietários, desde que socialmente úteis, devem ser protegidos pelo governo socialista. O Estado

dominado pela classe trabalhadora assalariada deve garantir e proteger aquelas propriedades privadas que tem utilidade social.

A aliança entre o proletariado e os camponeses pobres na Rússia sob a liderança de Lenin se assentava justamente neste tipo de cuidado (Bettelheim ([1977] 1983)), ainda que os líderes da Revolução não tivessem ciência teórica desta ressalva de Oskar Lange. Eles sabiam instintivamente que a mudança ocorre ao longo do tempo e que durante este período é necessário manter a base política de apoio de todos os que trabalham (sejam eles assalariados plenos ou pequenos camponeses). Neste sentido é possível argumentar que a NEP (Nova Política Econômica) emergiu historicamente como necessidade dessa constatação teórica. O processo consciente de dissolução do mercado deve ser, portanto, elaborado dentro de uma perspectiva temporal de gradual educação dos pequenos proprietários sobre as vantagens do socialismo para quem vive do trabalho. Do contrário, a dinâmica imediatista da forma mercadoria faz a ideologia burguesa proliferar e se enraizar em uma faixa muito grande da população.

Apesar desta solução de Oskar Lange ser ainda um modelo teórico, a busca pelas conexões que a transformem em um programa prático é feita de modo sistemático. Essa é a principal diferença entre sua abordagem e as tentativas dispersas dos socialistas utópicos em substituir de súbito o dinheiro por certificados de trabalho. O século 20 permite na verdade uma nova forma de abordar o problema do plano. Trata-se agora de verificar como o planejamento concreto observado desde a formação dos grandes oligopólios pode ser posto sob o controle político da classe trabalhadora organizada (Lange ([1961] 1967)). Neste sentido o debate tem um avanço qualitativo significativo e a balança da controvérsia pende para o lado socialista.

A partir daí, segundo Boettke (2000a), a controvérsia se torna também muito mais pragmática. Entre 1937 e 1985 a discussão empírica de comparação entre as taxas de crescimento dos diferentes países virou uma referência para a disputa sobre qual sistema econômico seria superior, algo que se fixou depois no âmbito das disputas acadêmicas em economia como reflexo da Guerra Fria.

Em resumo, qual é a orientação de Oskar Lange para os socialistas na controvérsia em pauta? Ao invés de buscar desqualificar a posição oposta, todo o esforço de Lange é no sentido de apreender o que há de verdade dentro do invólucro apologético em defesa da ordem capitalista. Como indicado, este procedimento foi amplamente utilizado por Marx no trabalho de elaboração da Crítica da Economia Política: os economistas da era burguesa foram estudados

sistematicamente e de suas teorias foram separados os elementos reais que descreviam acertadamente o funcionamento do capital e os elementos políticos que simplesmente mostravam o posicionamento do autor na luta de classes. Essa tarefa minuciosa foi crucial para capacitar a classe trabalhadora na luta pelo domínio técnico da ciência econômica.

Exímio estudioso e militante do movimento socialista, Oskar Lange segue os passos de Karl Marx em sua conquista da “ciência triste” por meio de uma tática de batalha que liga sistematicamente as teorias apresentadas aos interesses econômicos.³⁶ Menosprezar e abandonar os escritos politicamente contrários à própria posição não é o procedimento mais acertado para fazer a luta de classes permanecer latente no campo da Economia Política. É preciso dominar politicamente as Escolas de Pensamento revelando suas conexões de classes e se apropriando de seus pontos isolados que constituem avanços científicos genuínos, mas que são expostos sob o linguajar mistificado do mundo naturalizante da mercadoria, do dinheiro e do capital.

Foi isto que possibilitou, não só por Lange, mas por todos os economistas socialistas cientes da relevância da controvérsia do cálculo, a reafirmação de que a Escola Marginalista não só pode como deve ser usada para fazer valer os argumentos do socialismo (Lange (1935)).³⁷ A formação da teoria do bem estar social baseada na teoria do valor utilidade parece não ser, portanto, apenas um véu que esconde as intenções opostas ao socialismo e defensoras da tradição liberal burguesa, como se depreende da perspectiva habitual.³⁸ Boa parte da ideologia dessa corrente está fundamentada no socialismo utópico, fluxo crescente dentro do desenvolvimento e aprimoramento da Economia Política enquanto filha da Filosofia Moral.

Nesse sentido, os economistas críticos do capitalismo e, especialmente, os que se

³⁶ Sobre a biografia de Oskar Lange, ver Kowalik (1965).

³⁷ Neste artigo de 1935, Oskar Lange responde ao argumento do professor Shibata de que a economia de Marx seria superior à economia tradicional (neoclássica) porque esta última se baseia em excesso de abstrações matemáticas como maneira de desenhar o equilíbrio do sistema de reprodução econômica. Para Lange, a superioridade não está ligada a isso, mas sim à demonstração da especificidade histórica do modo de produção do capital. Dessa maneira, todo o *mainstream* neoclássico corre em paralelo aos desenvolvimentos da Economia Política de Marx desde os anos 1870. As conexões entre a teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade remontam às contribuições de Hermann Heinrich Gossen (1854) conforme Hagendorf (2014), que argumenta que a interpretação padrão da Revolução Marginalista está errada ao pensar que a teoria do valor utilidade substituiu a teoria do valor trabalho. Para ele, na verdade, o conceito de utilidade marginal incrementou e aperfeiçoou a perspectiva clássica de valor. Isso nos leva a repensar, como mencionado, a modalidade de crítica ao *mainstream* fundamentada tanto em Keynes quanto em Sraffa ([1960] 1985), chamando a atenção para a superioridade da abordagem de Lange. Sobre o debate atual em relação à síntese entre a teoria do valor trabalho e a abordagem marginalista, ver a resposta a Hagendorf (2014) de Reifferscheidt e Cockshott (2014).

³⁸ O *mainstream* neoclássico que forma a teoria do bem estar social parte de Vilfredo Pareto ([1906] 1996) e Arthur Cecil Pigou ([1920] 1932), aluno de Alfred Marshall. Sobre a posição socialista dentro da Escola Neoclássica entre os anos 1870 e 1930 ver Steedman (1995).

consideram integrantes do movimento socialista e dentro do arcabouço Marxista, precisam elaborar um procedimento tático distinto do que prevalece hoje na contraposição superficial entre *mainstream* e heterodoxia. De maneira análoga, lembrando em específico a relação de Lange com a teoria de Keynes, o escopo do reformismo pode também ser manipulado no interesse declarado de realizar efetivamente a transição do capitalismo para o socialismo e para o comunismo, como já alertava Rosa Luxemburgo ([1900] 1986) em sua controvérsia com Eduard Bernstein ([1899] 1907).

A permanência de Hayek

A reação ao modelo socialista de mercado proposto por Lange e outros será liderada por Friedrich Hayek. Já em 1940 uma resposta é apresentada no periódico *Economica* no sentido de readequar o desafio original de Mises.

Retomando o seu próprio reconhecimento exposto em 1935 de que o socialismo não é teoricamente impossível, Hayek (1940) direciona o debate para a praticidade da economia planificada. Com isso, a possibilidade formal do socialismo se torna consenso científico e o eixo de confronto ao socialismo como construído por Mises se altera. Hayek argumenta que o mecanismo descentralizado consegue resolver o problema de forma rápida, enquanto o agente centralizado não consegue processar a quantidade de informação em tempo razoável. Ao analisar os modelos de Lange e Dickinson, Hayek se pergunta sobre como os preços serão ajustados (por exemplo, qual é o período de fixação?). Sua atenção se volta para o detalhamento do funcionamento deste tipo de economia arquitetada como sombra da economia de mercado e ela tem repercussão. Afinal, a descrição da economia socialista não bate com as experiências concretas de planejamento em curso.

Além disso, Hayek aponta que a estrutura de incentivos é completamente diferente no modelo socialista: se o ímpeto de organização é o mero atendimento das demandas dos consumidores expressas em suas funções de utilidade, é possível que não existam forças que impelem à redução dos custos de produção. O processo de inovação levado à frente pelo empreendedor, algo que contém riscos e é minuciosamente desenvolvido por Schumpeter ([1942] 1961), seria eliminado numa economia em que as novidades tecnológicas tivessem que ser aprovadas por um conselho central. Hayek defende que o mercado é a instância mais capacitada a selecionar inovações em menor tempo e por isso a estrutura mais adequada para elevar o potencial de criação de riqueza de toda a sociedade.

De fato, a arena em que a batalha é travada parece ter sido completamente modificada neste artigo de Hayek de 1940. Antes se tratava da possibilidade de existência do sistema econômico socialista e/ou da comparação entre os sistemas socialista e de mercado em termos de eficiência e racionalidade no uso dos recursos.³⁹ Agora a questão gira em torno de duas alternativas viáveis: ou a livre iniciativa ou a burocracia, o que, aliás, já havia sido dito por Hayek cinco anos antes na coletânea *Collectivist Economic Planning*.

Avanços significativos são efetuados no final dos anos 1930. A planificação socialista não é impossível, embora pareça que apenas uma estrutura centralizada possa dar conta de efetivá-la na prática. Essa nova contraposição demonstra, pelo menos, três coisas. Primeiro, que a dúvida sobre a viabilidade teórica do socialismo está fora de questão. Segundo, que a viabilidade prática é discutível. Terceiro, que a realização prática da planificação socialista implica em uma forma de organização política diferente da democracia burguesa. A ação antissocialista tem assim um outro conteúdo: o plano é possível, mas sua forma é autoritária do ponto de vista dos defensores do mundo político burguês.

A analogia do socialismo com o nazismo é sistematicamente feita por Hayek na tentativa de demonstrar que o projeto de libertação dos trabalhadores assalariados não passa de uma distopia (Hayek (1940), p. 145 e 148).⁴⁰ Quer dizer, mesmo reconhecendo os méritos do projeto do socialismo libertário desde Saint-Simon, o processo da Revolução culmina no completo controle do Estado sobre as liberdades do indivíduo. Este raciocínio tem muita repercussão no discurso contra a ideia do socialismo em geral, visto que o inimigo mortal de toda a humanidade, na época,

³⁹ O debate do cálculo possui um viés tecnicista evidente e exacerbado. A disputa entre os sistemas com base em critérios como produtividade, eficiência ou capacidade de gerar crescimento econômico fica assim alheia aos interesses políticos de determinação da organização econômica da sociedade. Em última instância não se trata de encontrar argumentos favoráveis ou contrários a um ou outro sistema com base em critérios de escala neutra, porque a transição não atende somente o curso de avanço das forças produtivas, mas principalmente o interesse da classe trabalhadora assalariada em alterar as relações sociais de produção a seu favor. O primado da técnica e toda a descrição da concepção materialista da história fundamentada exclusivamente no desenvolvimento das forças produtivas (ou seja, na noção de que “o motor da história” são as condições concretas da vida material e não a luta de classes) foram popularizações do Marxismo realizadas pela URSS por causa das especificidades limitantes em que o bolchevismo nasceu e se desenvolveu. Foi nesse contexto que o termo “materialismo histórico” se popularizou. Isso também promoveu o inconsequente determinismo econômico. Sobre isso ver Bettelheim ([1977] 1983), pp. 453-506). Em sua participação no debate sobre o cálculo, Che Guevara também aponta à sua maneira para os limites do viés tecnicista que domina a abordagem sobre o tema. Para ele, a questão moral e subjetiva de criação de um novo padrão de ação individual para formar o coletivo é essencial. Por essa razão, os estímulos materiais devem dar espaço para o reconhecimento coletivo dos esforços de cada um, ainda que tal transformação do homem burguês no “novo homem” acarrete uma certa lentidão no processo de industrialização. Sobre isso, ver Guevara ([1964] 1982).

⁴⁰ A analogia popularizou-se principalmente por meio do livro *O Caminho da Servidão* (Hayek ([1944] 2005)), que buscava demarcar ainda uma trincheira com os autores que acreditavam na possibilidade da economia mista e do caminho do meio, incluindo aí Keynes.

não era nem o capitalismo regulado sob Churchill e Roosevelt nem o socialismo real sob Stalin, mas o sistema da Alemanha sob Hitler.

Em reação ao novo estilo de argumento elaborado por Hayek, os socialistas se esforçam para demonstrar que o planejamento socialista não implica em uma estrutura centralizada ou autoritária. As decisões podem ser descentralizadas e efetuadas por cada membro da sociedade em um processo democrático de escolha sobre o conjunto do processo de produção e distribuição. Apesar de esta resposta fazer bastante sentido em termos de modelos formais, o fato da permanência do fenômeno da alienação e, portanto, da exploração do trabalhador por forças alheias à sua autodeterminação em todos os sistemas de planejamento do século 20 (ocidente capitalista, nazismo alemão e leste soviético) fazem com que o discurso da liberdade ganhe força contra o projeto de substituição do mercado pelo controle da economia. Assim, Hayek permanece um incômodo entre os economistas de esquerda de todos os matizes (desde os socialdemocratas mais reformistas até os marxista-leninistas mais revolucionários), mesmo que a ciência econômica tenha reconhecido que o socialismo é um sistema econômico possível e que as divergências em torno dele se refiram exclusivamente a diferenças de cunho político e não técnico.

Desde a queda do muro de Berlim, portanto, o argumento geral de Hayek e Mises vem sendo recuperado, não só para eliminar de vez o longínquo sonho do socialismo, mas o próprio capitalismo reformado sob os auspícios da Revolução Keynesiana. Diante deste fato, não se pode surpreender com a súbita reanimação da Escola Austríaca após o evidente fracasso da desejada recuperação de Keynes após a Crise de 2008.

O Debate do Cálculo Econômico na história da ciência econômica

O problema do cálculo econômico na ausência do sistema de mercado é interpretado como o desafio contemporâneo da ciência econômica, visto que tal resolução demanda uma mudança profunda do paradigma em que se constituiu a Economia Política de Adam Smith. Resumidamente o percurso do debate foi o seguinte: primeiro houve o argumento de que o socialismo era impossível. Em uma segunda etapa admitiu-se possibilidade teórica do socialismo, embora sua construção prática continuasse a ser vista como algo extremamente difícil ou inviável. Uma terceira etapa ressuscitou a ideia de que a tentativa de construção do socialismo está fadada ao fracasso devido principalmente à queda da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e não a mudanças teóricas no corpo da controvérsia. A interpretação do debate exposta aqui decorre exclusivamente da leitura dos originais dos três autores apresentados (Mises, Lange e Hayek) e ela

coincide com a versão padrão de divulgação por Lavoie e Samuelson, que contou em sua construção com a visão de Schumpeter e Bergson segundo Barbieri (2004).⁴¹

Assim como a mão invisível foi elaborada para explicar o nexos social de produção e distribuição desvinculado das obrigações servis e das funções transmitidas por tradição, a substituição da mão invisível pela consciência individual e coletiva na condução do processo econômico altera a base filosófica em que o pensamento econômico se sustenta. A importância do plano ou da ação política organizada sobre o sistema de preços cresce como resultado do desenvolvimento das contradições do próprio capitalismo. Neste sentido, a teoria econômica precisa se adaptar à nova realidade e trazer da Economia Política Clássica apenas os elementos certos e úteis em relação aos novos desafios que se consolidam no começo do século 20. O socialismo, apesar de já estar na cena da Economia há pelo menos um século antes da eclosão da barbárie em 1914, continua a ser extirpado ideologicamente deste campo do conhecimento devido ao domínio político da classe capitalista sobre a formação do cientista econômico.

Devido à consolidação da Revolução Russa entre 1917 e 1921 e ao avanço da industrialização da União Soviética a partir do abandono da NEP (Nova Política Econômica) no final dos anos 1920, a teoria econômica do socialismo dominou o debate apenas entre 1937 e 1985. Ou seja, ela esteve à frente na disputa teórica ao longo do período em que o mundo socialista funcionava como referência ideológica de alternativa ao sistema econômico que nasceu do mercantilismo, cresceu com a Revolução Industrial e que estrebuchou com a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929.

A reformulação do desafio por Hayek, que passou a aceitar a viabilidade teórica do socialismo, mas não sua possibilidade prática, em conjunto com o fim da União Soviética e ascensão do neoliberalismo, fizeram com que a visão austríaca do problema voltasse a ganhar força.⁴² Em especial, a questão da informação como base fundamental tanto da organização do

⁴¹ É pertinente destacar que minha interpretação do Debate não foi construída a partir da literatura secundária de divulgação da controvérsia, mas do estudo direto dos escritos de Mises, Lange e Hayek. Existem outras interpretações sobre o Debate que se apoiam mais em Hayek do que em Lange e são, em parte, responsáveis pela retomada da Escola Austríaca a partir dos anos 1980. Sobre isso ver Barbieri (2004), capítulo 6, pp. 174-213. A interpretação austríaca que busca criar uma alternativa a essa visão padrão sobre o debate começa na p. 183.

⁴² A ascensão da Escola Austríaca a partir de final dos anos 2000 é evidente, principalmente no Brasil, onde a tradição estruturalista-keynesiana passou a ser sistematicamente atacada a partir do neoliberalismo dos anos 1990. Isso parece indicar que o sistema inspirado em Celso Furtado estava em boa medida amparado pelas condições históricas que permitiam a adoção da estratégia desenvolvimentista até o Brasil se tornar uma economia capitalista periférica de grande estatura no cenário global. A ofensiva da Escola Austríaca no Brasil, explicitada no âmbito acadêmico na fundação em 2013 da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, faz parte do contexto da

mercado quanto da economia planificada obrigou a incorporação de elementos teóricos gerais à economia política, como a praxeologia e a cibernética, o que na visão de Oskar Lange era fundamental para dar continuidade ao projeto econômico de Marx (Lange ([1965] 1969)). Os aspectos da incerteza na condução dos investimentos, assim como ocorre na tradição pós-keynesiana, são centrais na fase atual do debate sobre o cálculo.

O lugar do Debate do Cálculo Econômico na história da ciência econômica ainda deve ser analisado pelos futuros historiadores do pensamento econômico. Hoje, apesar de ainda ser considerado pela maioria dos economistas um tópico curioso escondido numa verdadeira escuridão, já é possível afirmar que tal controvérsia abriga inúmeros elementos de avanços e descobertas imprescindíveis para equipar os economistas em suas lutas, seja a favor ou contra os trabalhadores. Se não identificarem outros motivos para a manutenção da memória desta controvérsia, este certamente será suficiente dado seu potencial extraordinário de polarizar e desenvolver as contradições inerentes ao turbulento movimento de modificação das relações sociais de produção que se opera com o desfecho da corrida imperialista.⁴³

*

Em síntese, o capítulo 3 desenvolve uma nova modalidade de refletir sobre o desfecho da Economia Política Clássica: a ascensão do planejamento implica na constante consideração do socialismo em todas as suas vertentes e, portanto, na consideração das forças sociais presentes no processo de reprodução econômica da mercadoria e do capital. Assim, o ultra-liberalismo e a planificação centralizada totalitária presentes nos polos antagônicos do debate do cálculo apenas refletem que continuar tratando do econômico e da lei do valor sem considerar o Político e,

polarização política nacional e do crescimento das ideias liberais financiado por forças políticas específicas desde a crise de 2008. Sobre esse movimento ver Mello (2014) e uma primeira análise-resposta de Guimarães Augusto (2014). Guimarães Augusto (2014) explicita o caráter contraditório do liberalismo de Mises em relação ao conceito de democracia, mas, de minha perspectiva estratégica, a mera acusação de fascismo é um contra-ataque Marxista em mesmo patamar que pode dificultar ainda mais o processo educacional de libertação dos “liberais ingênuos”, cuja existência fica fora de dúvida quando se percebe que muitos deles não são só jovens da classe média, mas também minúsculos burgueses caídos no proletariado.

⁴³ Para a visão panorâmica com a organização histórica das principais contribuições da controvérsia do cálculo ver Boettke (2000) e Barbieri (2004). Sobre a etapa recente do debate, ver pelo lado socialista Cockshott e Cottrell (1989), (1993), (1993a), (1997) e a resposta pelo lado austríaco em Horwitz (1998). O debate do cálculo é especialmente caro para a Escola Austríaca porque foi ele que possibilitou o desmembramento desta vertente em relação ao corpo da neoclássica oriundo da Revolução Marginalista. Assim, desde que a Escola Austríaca continue a ganhar popularidade, o debate do cálculo retornará à pauta de investigações teóricas.

consequentemente, o Estado é impossível. Ademais, este capítulo 3 teve a função especial de defender a perspectiva de Oskar Lange nos embates teóricos da Economia Política que envolvem o confronto com forças contrárias ao comunismo. Esta função especial é particularmente importante para entender porque neste trabalho o ecletismo aparentemente encobre o Marxismo enquanto base metodológica.

Como síntese da parte 1 é pertinente responder a seguinte pergunta: qual é, afinal, a relação entre a lei do valor e o planejamento da economia?

Os capítulos 1, 2 e 3 que formam a primeira parte indicam que o mecanismo invisível que rege a organização econômica centrada no mercado é um fenômeno objetivo que emerge historicamente com a ascensão do capitalismo na Europa Ocidental. A expressão lei do valor é criada pela Economia Política como maneira de explicitar que as regras do valor delimitam as possibilidades de relações de troca e que essas regras não estão sob controle direto de nenhuma entidade externa ou superior aos próprios agentes portadores de mercadorias.

Em seguida, as contradições dessas regras são sistematicamente investigadas pelos autores socialistas diante do quadro de conflitos no mundo real. O programa normal de valorização do valor por meio de trocas que consigam acumular riqueza social privadamente evidencia que o cálculo econômico capitalista é completamente descrito pela análise de retorno financeiro em relação a determinados usos do produto/dinheiro, e que, diante dos resultados desastrosos para os trabalhadores da falta de coordenação sobre estes usos, um novo padrão de decisão sobre uso dos recursos deve surgir. O cálculo econômico socialista aparece assim como momento necessário para superação da dicotomia distendida indivíduo-coletivo, sendo sistematicamente abordado por análises teóricas dos sistemas econômicos que, de uma forma ou de outra, não mais correspondem à realidade capitalista e apontam, mesmo que abstratamente, para a saída da órbita do dinheiro e do capital.

Este movimento retoma, portanto o momento de ação sobre o mecanismo invisível, mostrando que nenhuma continuação é possível pelo abandono do Político em relação ao Econômico. Por isso, a consideração do Estado sob o capital e do conceito de padrão de reprodução precisa ser realizada nos capítulos 4, 5 e 6, a fim de que a presença inerente da luta de classes no processo histórico do planejamento no século 20 fique evidente e não se configure como surpresa no esgotamento das estratégias de desenvolvimento capitalista.

Parte 2: Padrão de reprodução e Estado sob o capital

Capítulo 4: Liberalismo e Imperialismo

“O único progresso positivo realizado pela economia liberal é o desenvolvimento das leis da propriedade privada. Estas certamente estão contidas nela, mesmo não sendo claramente expressas ou levadas até suas últimas consequências. Daqui decorre que, sempre que se tratar de resolver como fazer fortuna rapidamente, em todas as controvérsias estritamente econômicas, os defensores da liberdade comercial têm o direito a seu lado. *Que fique bem claro que isto se dá nas controvérsias com os monopolistas e não com os adversários da propriedade privada*, porque estes são capazes de dar respostas economicamente mais justas às questões econômicas, como o comprovaram, já há bastante tempo, prática e teoricamente, os socialistas ingleses.”

Engels ([1844] 1979), *Esboço de uma Crítica da Economia Política*. Itálicos – T.C.L.

Este capítulo 4 explora a associação e contradição entre liberalismo e imperialismo como maneira de introduzir a Política na Economia e recuperar uma característica central da Economia Política: a inseparabilidade entre o ciclo de reprodução econômica e os interesses sociais divergentes presentes nas sociedades de classes. Em específico, adota-se uma linha de exposição que contribui para o desmonte do mito de um suposto capitalismo liberal concorrencial que teria existido nas etapas anteriores ao capitalismo dos séculos 19 e 20. O autor Friedrich List é utilizado como ponte para o argumento de Engels e de Marx de que o desenvolvimento lógico do liberalismo leva ao imperialismo e às tensões entre Estados Nacionais capitalistas distintos. Neste sentido, o controle ou planejamento econômico nacional que nasce do próprio capitalismo em metamorfose é um dos componentes da construção do imperialismo e das guerras capitalistas, o que ilustra que o plano *per se* não equivale ao esforço de transição para o socialismo, já que ele pode ser usado para a destruição e permanência da exploração da humanidade em uma escala cada vez mais ampla e regulada.

4.1 Estado e mercado na teoria e na prática

A eliminação da Política em Economia

A constatação do crescente controle da reprodução material da sociedade por técnicas cada vez mais rebuscadas de domínio sobre a natureza evoca outro problema relevante. No decorrer da formação da Economia enquanto campo reconhecido das ciências houve uma cisão muito perigosa para a apreensão da totalidade. A subdivisão das áreas de conhecimento tornou-se um padrão do desenvolvimento científico quando o volume de informação passou a superar a capacidade de processamento de filósofos individuais.

No caso da nascente Economia, todas as questões relacionadas com a Política foram progressivamente abandonadas até que se formalizou a ruptura completa entre estas duas áreas. Isso causa uma confusão constante sobre o que são o Estado e o mercado na teoria e na prática. Devido à lógica mercantil ser o centro gravitacional do sistema capitalista, o modelo teórico econômico padrão abstrai de todas as forças sociais que não se originam do impulso de valorização enraizado na propriedade privada. Assim, o Estado em teoria assume uma função de fundo que apenas garante as condições de reprodução social sob a relação mercadoria. Essa forma de consideração do Estado naturaliza o padrão da luta de classes em torno exclusivamente do embate entre proprietários privados de mercadoria, fazendo com que ela “se esfumace” na teia de conflitos

pautados legalmente pelos contratos de compra e venda.

Para que se possa, portanto, recuperar a noção de que o Estado representa a luta pela definição da forma como a sociedade se reproduz, é preciso explicitar o processo ideológico de separação entre Economia e Política. Da mesma maneira, deve-se entender o conceito de Estado dentro do arcabouço teórico aqui defendido. É esse esforço que permitirá evitar a surpresa sofrida por tantos economistas em relação à permanência das questões políticas em todas as esferas do econômico.

Em sua apreciação sobre o Estado especificamente capitalista, Jaime Osorio (2014a) aponta de que maneira a organização econômica dominada pela lógica de valorização impele uma ruptura entre o econômico e o político. A unidade entre as duas instâncias passa a ser ocultada com a formação de campos autônomos chamados de ciência econômica, de um lado, e ciência política, de outro. Para Osorio, a maneira como o capital se apresenta na circulação contribui para criar essa separação, pois ali, no mercado, a liberdade de interação aparece como característica forte. A coação para realização da troca mediada pela mercadoria fica em um patamar de percepção baixo em relação à noção de liberdade de ação que se tem no mercado. Os indivíduos podem realizar qualquer contrato, desde que ambas as partes estejam de acordo com os termos. A ideia de que o processo econômico de produção e distribuição possa se dar fora das regras mercantis sequer passa pela cabeça dos teóricos que não enxergam mais a especificidade histórica do capitalismo.

No entanto, para que este processo aparentemente espontâneo e natural da conversão do mercado avulso em capitalismo ocorra é necessária uma ação deliberada por parte do Político, sem o quê os trabalhadores não assumem a forma de trabalhadores assalariados. A separação entre os trabalhadores e os meios de produção é uma atividade constantemente amparada pelo poder extra-econômico do Estado que impulsiona o desenvolvimento capitalista (Osorio (2014a), p. 35). Neste sentido, não há nada de liberdade plena na conversão de produtores autônomos a trabalhadores assalariados sob um mesmo capital. A violência institucionalizada sustenta um processo em curso de proletarianização geral de toda a classe trabalhadora e este processo é permanente ao invés de se restringir a uma das fases históricas de formação do capitalismo (Harvey (2004)), mostrando a necessidade de indicar a natureza do Estado no capitalismo contemporâneo (Almeida Filho e Paulani (2011)).

A tradição da Economia de finais do século 19 e de todo o século 20 deixa de lado todos os elementos de força fora das instâncias de mercado. Isso não quer dizer que essas forças não

existam. Em outros termos, isso não significa que elas não estejam presentes para que o mercado possa estar pulsando cheio de gente precisando de emprego, precisando obter dinheiro para conseguir se reproduzir fora da terra, ou seja, no espaço que impossibilita sua reprodução direta na natureza. Esse abandono do Político quer simplesmente dizer que os economistas devem deixar esse tipo de investigação a outros pesquisadores, os cientistas políticos ou os cientistas sociais. Osorio argumenta com propriedade que esse procedimento contribui para uma séria despolitização aparente da Economia. O mais grave é que tal despolitização fica atrelada a um suposto ganho de cientificidade, pois a estrutura filosófica aqui seguida é uma em que a neutralidade seria possível (Osorio (2014a), p. 37). Similarmente, a especialização é vista apenas da perspectiva positiva.

O abandono do Político na discussão econômica marca um instante a partir do qual o economista pode evitar todo embate adjacente ao confronto econômico mediado pela mercadoria sob pretexto de que este assunto não lhe cabe enquanto cientista. Certamente, o argumento de que a divisão de tarefas aumenta a possibilidade de conhecer mais profundamente cada aspecto isolado pode ser factível quando se admite a possibilidade de retorno ao geral depois que as partes foram separadamente estudadas. Só que este movimento do geral ao particular e, depois, de volta do particular ao geral, não é simples e exige coordenação e constante diálogo entre aqueles cientistas que se dedicam à especialização. Osorio (2014) chama a atenção justamente para o perigo da divisão dos saberes que impedem uma visão da totalidade e que nos afastam da apreensão dos fenômenos principais e secundários. A falta de ordenamento daí decorrente gera uma série de conhecimentos desconexos que dificultam a ação em direção aos objetivos almejados. Em sua crítica metodológica, Osorio não deixa de salientar que a estrutura exposta por Marx sempre explicita que todo construto teórico e ideológico, mesmo aqueles pretensamente neutros e científicos, possuem bases sociais com determinados interesses. Estar ciente disso é, por si só, motivo suficiente para sempre considerar o Político em qualquer área de estudo.

A eliminação da Política em Economia não pode, portanto, ser tida como algo natural ou exclusivamente positivo. No caso aqui em desenvolvimento, a análise de que o processo de transição de paradigma da lei do valor para o planejamento econômico é um fenômeno de mudança da organização econômica também deve ser feita sob enfoque do Político. Neste sentido, as instâncias Mercado e Estado não podem continuar a ser vistas como entidades sem nexos. Elas devem ser consideradas como polos de uma mesma unidade que nos permite visualizar como o capital ele próprio não é o descontrole absoluto da produção (como a noção de mercado e mão

invisível nos levam a crer), mas uma determinada relação social de produção que pode inclusive promover a coordenação da reprodução econômica dentro de seus desígnios.⁴⁴

Separação entre Estado e Mercado

Os debates em torno da regularidade de sociabilidade que emerge com a transição do feudalismo para o capitalismo refletem a crescente importância do mercado dentro da sociedade. Anteriormente, boa parte da atenção intelectual voltada para as relações sociais buscava compreender e influenciar o poder político. Só que a dinâmica da mercadoria cria uma ilusão poderosa de que apenas o mercado interessa quando se quer estudar o processo de reprodução material de um grupo de humanos, ou seja, o processo econômico de uma sociedade. Hegel havia notado que o espaço de trocas mediadas pelo dinheiro se tornara o lugar central em torno do qual todas as novas relações sociais se organizam.

A conexão entre a Economia Política e as questões filosóficas sobre o Estado é evidente quando se contrapõem as ideias mais avançadas da Inglaterra e da Alemanha. Adam Smith influenciou Hegel na percepção desta ponte segundo Handerson e Davis (1991) e Marx foi ajudado a encontrar o caminho para a Economia Política a partir de Hegel, conforme Mandel (1968) e o próprio relato de Marx no *Prefácio para a Crítica da Economia Política*. Hegel ([1821] 1896), em sua obra, *Princípios da Filosofia do Direito* de 1821, indica com base nos avanços dos economistas políticos que a fonte determinante da consciência individual sobre como se arregimenta o coletivo no qual se está inserido é o mercado. A questão sobre como a norma individual de conduta pode gerar uma rede social estável leva Hegel a usar o Estado como a ferramenta concreta que concilia o sujeito isolado com o coletivo. Em seu sistema, essa ferramenta se identifica com a própria razão. Isso significa que o comportamento individual guiado pela razão produz o nexo necessário entre ele e o resto da sociedade na forma de uma instância denominada Estado.

Este paradigma que se refere à grande questão da Filosofia Política ou Filosofia Moral Inglesa contém, entretanto, uma armadilha que constantemente deturpa a visão correta sobre o que é o Estado. A partir da abstração histórica sobre como o Estado surgiu no processo de desenvolvimento da humanidade é possível que se conceba o Estado como entidade mediadora de conflitos de partes iguais. É este descaminho que possibilita, somado ao ambiente naturalizante do

⁴⁴ Por essa razão o livre mercado perfeito não é a base que sustenta a organização econômica capitalista. A raiz do modo de produção capitalista está na existência sistemática da força de trabalho enquanto mercadoria e não nos pilares abstratos da ideologia liberal.

mundo burguês, a proliferação das teorias contratualistas de Estado como as previamente apresentadas de Hobbes e Locke.

Osorio (2014b) aponta justamente para isso ao tratar do vício de ruptura entre economia e política nas ciências sociais: apesar do Estado sempre ser um Estado de classes, as perspectivas contratualistas retroalimentam a ideia de que houve um acordo entre iguais na geração do direito de exercer a força em nome da justiça. A partir dessa base o Estado, e em especial, o Estado capitalista, apresenta-se de modo seguro como o representante de todos os membros da sociedade (Osorio (2014b), p. 21). Como se verá, este processo não é uma simples manobra de enganação dos dominantes sobre os dominados, mas um fato real que gera a impressão deturpada de que o modo de produção capitalista se assenta na democracia em seu sentido mais radical.

A percepção de que o núcleo da dinâmica da sociedade ao longo do tempo é a luta de classes se perde a partir do instante em que o Estado é visto como instrumento de conciliação entre objetivos particulares contraditórios. A principal contribuição de Marx, aqui, foi a de ter esmiuçado o caráter de domínio de uma classe sobre outra como característica fundamental do Estado. Esse argumento foi especialmente reforçado por Lenin ([1918] 2010) em sua obra *O Estado e a Revolução*, cujo propósito foi o de relembrar o argumento nuclear de Marx no debate sobre a natureza do Estado.

Neste ponto é importante fazer uma avaliação crítica sobre toda a controvérsia em torno de uma suposta “teoria do Estado” que deveria ser construída ou finalizada a partir do legado de Marx. De modo bastante resumido, e em consonância com a forma como os economistas buscavam explicar a relação entre indivíduo e coletivo, o Estado era observado como o resultado de um processo de disputa em condições de igualdade entre todos os membros da sociedade. Ainda que as classes fossem consideradas explicitamente, como demonstram os textos de Quesnay em seu *tableau*, ou os escritos de David Ricardo onde cada classe tem uma função específica e cujos interesses podem entrar em conflito, a maneira de considerar o Estado era dominada pelo fetichismo burguês da noção de democracia e liberdade. Toda consideração do Estado específico que emerge com a ascensão do mercado e do capitalismo é feita de frente ao passado feudal, quando a opressão e exploração econômica eram abertas.

A nova sociedade burguesa não precisa mais das desculpas divinas para justificar a assimetria de poder e a exploração que é expressa na existência do Estado. Cada classe possui sua função e pode até exercer um poder relativo sobre o Estado, mas todo indivíduo é formalmente

livre para mudar de classe conforme as condições de mercado permitam. Isso cria a impressão de que a relação entre o cidadão e o Estado é direta, como se ele não estivesse preso a nenhuma classe. Essa ilusão da democracia se torna o padrão de toda consideração do Estado fora da linha marxista, desde os economistas do século 19 até os autores contemporâneos que se afastam do recorte efetuado por Lenin e Rosa Luxemburgo em relação a Bernstein e Kautsky.

A busca por uma “teoria do Estado” mesmo dentro da corrente filosófica inaugurada por Marx parece ser demasiada abstrata para produzir soluções úteis. Por exemplo, o fato de que o Estado possui também especificidade histórica como todo modo de produção passa despercebido quando se tenta descrever a entidade de poder que baliza a luta de classes em determinado espaço e tempo. Uma “teoria do Estado” sem especificar se é um Estado capitalista, feudal ou socialista é tão genérica quanto a própria sistematização do conjunto total que estamos chamando aqui de concepção materialista da história. As controvérsias em torno dessa procura por um esquema definitivo de descrição do Estado em geral, sem maior concretude em relação ao modo de produção em que se insere, foram arquivadas em Holloway e Picciotto (1978) e Codato e Perissinoto (2001).

A meu ver, este debate, a despeito de contribuir para identificar a intenção de Marx de expor suas ideias sobre o Estado de modo unificado, teve uma continuidade e aprofundamento muito densos que podem conduzir os participantes de modo perigoso ao mundo da escolástica.⁴⁵ Para que a discussão não fique incapaz de orientar os engajados na batalha pelo controle do processo de reprodução econômica da sociedade é preciso contextualizar a todo instante sobre qual Estado se fala.

Genericamente, pode-se resumir a questão da seguinte maneira: a partir da base fundada por Marx e Engels conclui-se que o conflito entre as classes assume formas específicas de acordo com a estrutura de reprodução econômica. O Estado representa essa forma e é, portanto, o resultado da luta de classes. Sua existência mostra que o embate entre as classes está em uma situação de estabilidade controlada, ou seja, a relação de domínio entre as classes está momentaneamente assegurada. Durante a vigência de um modo de produção, o Estado tem determinadas características que revelam quais condições geram a estabilidade social necessária para que

⁴⁵ Essa linha de pesquisa que busca recriar a teoria de Estado de Marx a partir dos anos 1960 afastando-se de Lenin e absorvendo as contribuições dos marxistas Ocidentais, principalmente de Althusser e Poulantzas é, na visão de Cleaver (1981), um exercício “ao mesmo tempo notável e deprimente”. Isso porque ele apenas reformula em termos obscuros o eixo central da doutrina marxista sobre o Estado a partir de uma leitura apenas filosófica ou econômica do *Capital*. Cleaver (1981) propõe assim uma leitura política da obra máxima de Marx, evitando os embates estéreis que envolvem diversos autores dessa linha. Sobre isso ver Camarinha Lopes (2012a).

determinado processo de exploração possa continuar sem rupturas. Nas épocas de revolucionamento das relações sociais em torno das novas forças produtivas, uma nova estrutura gera um novo Estado, que representa então a nova etapa estável do fluxo histórico contínuo da luta de classes.

Essa exposição geral para o fenômeno do Estado não esgota, no entanto, as possibilidades de compreensão dos conflitos, porque sempre é possível detalhar ainda mais a dinâmica que elucida como as classes se relacionam, quais são seus interesses, quais estão morrendo e nascendo conforme mudam as forças produtivas e as relações sociais que operam essas forças produtivas. Além disso, é necessário considerar todos os conflitos em sua dimensão territorial e temporal, para que toda situação de enfrentamento pontual possa ser conectada com a lógica mais ampla da luta de classes.⁴⁶

Um dos pontos centrais da controvérsia sobre o Estado se refere à consideração da possibilidade de influência dos dominados sobre o Estado da classe dominante: em que medida um Estado permite englobar demandas dos explorados? Em que medida é possível considerar o Estado capitalista não como um mero instrumento de domínio da classe capitalista sobre o proletariado, mas uma entidade com relativa autonomia em relação às disputas sociais? As circunstâncias históricas do século 20 que abrem os caminhos paralelos da Revolução Russa e da ascensão do Estado de bem estar social indicam que a recuperação do básico sobre o Estado em Marx efetuado por Lenin pode ser complementado e aperfeiçoado.

Recentemente, e em direção ao argumento aqui trabalhado, a atenção foi voltada para o Estado especificamente capitalista. Esse movimento ganhou força principalmente a partir dos anos 1970, quando emergiu a ideia de que o Estado-nação poderia encontrar seu fim, ideia sistematizada e popularizada quando o termo globalização estava em seu auge por Ohmae (1996), de um lado, e por Hardt e Negri ([2000] 2003), de outro. Em outras palavras: passadas as experiências de planejamento econômico, e com a ascensão do neoliberalismo, houve um renovado interesse em entender como o Estado se relaciona com a Economia dominada pela lógica do capital. A despeito da suposta separação entre Estado e Mercado, reconheceu-se que a proximidade entre estes

⁴⁶ Tome-se, por exemplo, as manifestações urbanas iniciadas em 2013 no Brasil. O choque com a força oficial da polícia e a subsequente bifurcação dos manifestantes na abscissa “esquerda” e “direita” nos anos seguintes devem ser relacionadas com o Estado neste local e nesta época para que se consiga enxergar o patamar e as características da luta de classes em curso. Para uma análise da conjuntura brasileira neste contexto que leva em conta isso ver Singer (2013) e Saad-Filho (2015).

elementos era tamanha que era necessário compreender melhor como o Estado atua em associação com o capital. Essa linha de investigação emanou da necessidade de se explicar a situação econômica mundial após o fim do liberalismo clássico e, principalmente, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. O capitalismo era muito diferente em relação àquele estudado até o fim do século 19. O Estado incorpora agora funções que irão delinear as políticas públicas que se alteram superficialmente de acordo com as conjunturas de crise.⁴⁷

Qual deve ser a primeira constatação dessa investigação? Estado e mercado não são como água e óleo. O capitalismo no século 20 mostrou que a associação entre os dois é fundamental para a manutenção do sistema. A separação entre Estado e mercado só ocorre na abstração indevida que perde o foco na realidade e passa a considerar o econômico e o político como campos sem relação alguma. Mas mais importante do que isso: a associação entre os dois não se refere apenas ao século 20, mas abrange toda a época de formação dos Estados Nacionais durante a época mercantilista. O Estado sempre esteve presente na dinâmica funcional do capitalismo, seja no processo necessário de acumulação original, seja na defesa dos comerciantes integrando o globo, seja na corrida imperialista ou no desfecho desta em Guerra Mundial. Como então é possível que se perca de vista o elemento político e o Estado no processo de dissolução da Economia Política e consolidação da Economia vulgar?

Por que o Estado “some” na abstração descritiva da lei do valor?

Como mencionado, a separação entre economia e política ou a eliminação dos assuntos políticos da teoria econômica não é um artifício consciente de enganação da nova classe dominante, a burguesia. A própria classe capitalista tem uma relação altamente contraditória com a política, ora exercendo-a plenamente, ora rechaçando-a quando convém resgatar os princípios fundamentais da doutrina liberal. O conceito da ausência de Estado se desenvolve a partir da aguda situação defensiva à qual o liberalismo chega: a formação do mercado e sua expansão a todos os meandros da vida em sociedade destrói todas as esferas não-econômicas, como a religião, as tradições e os vínculos de obrigação e dever que não seguem o padrão das trocas de equivalentes. A partir daí emerge a possibilidade de se abstrair completamente de todas as forças não-mercantis na hora de estudar o capitalismo em nascença.

⁴⁷ Sobre o Estado capitalista no pós-Segunda Guerra e suas transformações durante o neoliberalismo, ver Belluzzo (1995). Sobre o fluxo intelectual e histórico que promove a questão da regulação do sistema capitalista por uma entidade supranacional, ver Ferrari Filho (2006) e a compilação de Pereira (2008).

Em Smith e em toda tradição clássica da Economia Política, a questão política que necessariamente se faz presente com a consideração das diferentes classes sociais ainda está no centro do debate. No entanto, existe uma tensão permanente entre economia e política que é dissolvida somente com a consolidação do individualismo metodológico. O abandono da política não é um construto deliberado porque, analiticamente, estudar as ações dos indivíduos do mercado com base em seus sistemas de preferência e limitações orçamentárias é uma maneira adequada de descrever o processo normal de atuação dentro do sistema econômico produtor de mercadoria e capital. A sistematização, portanto, da lógica de maximização da utilidade ou bem-estar com base exclusiva sobre a propriedade privada é o caminho lógico do desenvolvimento da Economia Política que não questiona a historicidade do capitalismo e que se permite ser integralmente transmutada numa disciplina “técnica”.

A linha delicada para a qual chamamos a atenção é uma na qual não se desconsidera os avanços analíticos produzidos pelos autores fora do Marxismo. Isso implica em considerar inovações e técnicas corretas de análise e compreensão que podem ser integradas ao quadro da concepção materialista da história sem jamais esquecer que toda a produção intelectual ignorante da Crítica da Economia Política comete um erro estruturante: a naturalização da organização econômica dominada pela lógica do valor. A adequada consideração deste equívoco permite não só constatar que na virada do século 19 para o século 20 as questões políticas foram sistematicamente expurgadas da ciência econômica, mas, o que é mais importante, ela permite explicar porque isso ocorre.

O processo econômico de produção e distribuição conduzido pelo mercado exige apenas o reconhecimento recíproco de propriedade privada. A partir desta base de sociabilidade aceita por todos os indivíduos da sociedade de mercadorias, não há mais nada que se exija para que o ciclo de reprodução material assentado na produção e troca de mercadorias possa ser concebido idealmente. Em termos teóricos, portanto, a ausência do Estado é explicada pela aparente redundância desta entidade na garantia do direito à propriedade privada. Enquanto o Estado aparecia em Hobbes como elemento necessário para fornecer aos indivíduos a garantia legal do princípio de apropriação privada do produto social, a generalização e defesa ferrenha deste princípio pela nova classe dominante fez com que ele aparecesse como um direito natural. Neste sentido, ele antecede a própria política, ou seja, a dinâmica de relações de poder entre as pessoas que formam a sociedade.

Quando a responsabilidade de garantia da propriedade privada é diluída entre todos os membros da sociedade de mercado percebe-se que a única tarefa a ser cumprida pelo Estado em questão é o balizamento das ações individuais que não a ataquem. Toda a ação do Estado é exclusivamente voltada para o cerceamento da ação individual que intenta violar o princípio da propriedade privada. O liberalismo, neste patamar, está a um passo de se converter na corrente filosófica-política seguinte, o anarquismo. O anarquismo se desenvolve como ramificação do liberalismo por levar adiante o desenvolvimento lógico dos elementos mais avançados de liberdade individual. Ele não se constrange em aprofundar todos os aspectos progressistas do liberalismo, deixando para trás as amarras da tradição, da religião e dos costumes familiares que formam a parte reacionária da ideologia liberal. A conclusão deste desdobramento consequente da filosofia condizente com a substituição completa do feudalismo pelo capitalismo será a de que o Estado deve desaparecer para que a construção da sociedade livre seja possível. Este desdobramento do liberalismo clássico em anarquismo remete às origens do movimento denominado libertário: um estágio filosófico entre o liberalismo da burguesia até metade do século 19 e o socialismo não-marxista.

O Estado desaparece, portanto, porque a replicação da sociedade mercantil em nível teórico não exige a existência de uma entidade que direcione a ação individual no processo de reprodução econômica. A única justificativa abstrata para a existência do Estado ocorre na eventual necessidade de restringir a ação individual que viole o princípio da propriedade privada. Assim, é um desaparecimento meramente aparente que explicita a linha de ruptura entre o liberalismo e o anarquismo. Para os anarquistas que saem do liberalismo pela esquerda o desenvolvimento da civilização demanda não só a abolição do próprio Estado, como também da propriedade privada. O fim do Estado corresponde, portanto, a uma idealização progressiva em relação às formas de sociabilidade do passado. E esta idealização penetra e se desenvolve na Economia Política: primeiro, pela crescente importância do mercado sobre a política e, depois, na formalização da ciência econômica no quadro da Revolução Marginalista que insiste em se afastar tanto da Economia Política Clássica quanto do Marxismo.

Uma outra forma de captar esse movimento intelectual sobre o Estado é apontar para o paralelo entre a formação da ideia do fim do Estado na superestrutura e as condições estruturais que permitem o desenvolvimento desta ideia. O ideal anarquista é tão antigo quanto o próprio reconhecimento da existência do Estado entre os filósofos da Grécia Antiga, sendo que sua forma

atual decorre das transformações políticas no contexto da Revolução Francesa (Woodcock (1983)). Depois de permanecer adormecido apenas como ideia durante todo o período que antecedeu o modo de produção capitalista, foi no bojo da crescente centralização em torno do mercado que o anarquismo, entendido de forma genérica como sociedade sem Estado, pôde desabrochar como possibilidade real de organização social. Isso só foi possível porque a estrutura de sociabilidade via mercadoria garantia a reprodução econômica fora das determinações de tradição sem relação com a lógica do valor. O liberalismo em sua vertente mais aguda exclui o Estado de seu aparato ideológico porque a eliminação do Estado é um processo concreto que se desenvolve ao longo do aprofundamento do capitalismo rumo à sua transmutação para um novo modo de produção. É por essa razão que o Estado tende a sumir na descrição da livre ação da lei do valor.

Estado: situação atual da luta de classes

Tendo em vista a dicotomia entre Estado e mercado, é pertinente estabelecer uma base metodológica que não perca o Estado histórico concreto de vista. Admitir que a exclusão do Estado seja viável do ponto de vista analítico para o estudo das relações sociais puras sob o capital não implica em esquecer que existem níveis de abstração diferentes no estudo da economia. O Estado, neste sentido, deve ser inserido na análise pela consideração constante da situação da luta de classes. A polêmica neste ponto não se refere à consideração do Estado como algo intrinsecamente ligado à dominação de classes que existe em toda sociedade composta por grupos sociais diferentes com funções específicas no processo de reprodução econômica com excedente. O problema gira em torno das possibilidades de influência sobre um determinado Estado, ou seja, se é possível alterar as ações de força oficiais sem a drástica substituição de uma classe por outra no posto de comando da sociedade. Em outras palavras, trata-se da controvérsia entre a Reforma e a Revolução.

Um dos principais autores que enfrentou sistematicamente a noção de que o Estado é o representante de todos e o guardião da democracia sem a qualificação “burguesa” foi Lenin. Segundo a apresentação de Florestan Fernandes (1978) à obra *O Estado e a Revolução*, o principal objetivo de Lenin era libertar o Marxismo da tradição chamada de oportunista de Lassalle, Bernstein, Kautsky e Plekhanov. Esta tradição havia se desenvolvido a partir da social democracia alemã, onde se agrupavam os primeiros socialistas sob influência direta de Marx e Engels. No decorrer dos primeiros anos do século 20, esta corrente teve dificuldades reais de construir uma alternativa política para o desfecho da corrida imperialista. A entrada da Alemanha na Primeira

Guerra Mundial marcou uma ruptura de enorme relevância para o movimento. A estratégia de Reforma, ou seja, de atuar dentro dos condicionantes legais da democracia capitalista para influenciar o Estado no sentido de defender e promover as mudanças em favor da classe trabalhadora teria fracassado objetivamente com a eclosão em cascata da Primeira Guerra Mundial. Isso porque a defesa do Estado-nação contra os demais Estados-nações implicava em uma interpretação burguesa do caráter da Guerra e inviabilizava a aliança internacionalista de toda classe trabalhadora mundial (Lenin ([1915] 1970)).

Neste contexto o livro *O Estado e a Revolução*, escrito por Lenin praticamente dentro do processo da Revolução Russa de 1917, é publicado em 1918 como ferramenta didática e polêmica (Fernandes (1978)) para o debate sobre o processo de eliminação real do Estado enquanto entidade de opressão. Didática por ser uma apresentação sintética de todo o estudo de Marx e Engels sobre o Estado, e polêmica por atacar frontalmente o que passará a ser designado como oportunismo/reformismo, ou seja, essa corrente anterior do Marxismo que dominava a socialdemocracia e que não conseguiu converter as tensões geradoras da Primeira Guerra Mundial na Revolução Socialista.

Assim, por um lado, o livro tem uma função educativa que, além de reproduzir a teoria de Marx e Engels, divulga-a a partir de lições históricas que já haviam sido tiradas pelos dois. O lado polêmico reflete as críticas e difamações que o livro recebeu daquela ala reformista, alvo de Lenin. Segundo Florestan, os ataques são aqueles que descrevem Lenin como antidemocrático, ou que o acusam de ter falsificado os textos de Marx e Engels. Outras críticas mais equilibradas vieram dos anarquistas. No contexto da época, Lenin tinha o anarquismo em alta conta e buscou dialogar com profundidade na busca pelas soluções concretas que ajudariam a converter o ideal do fim do Estado em uma realidade. Em minha avaliação, todo o núcleo da polêmica teórica tratada em *O Estado e a Revolução* remete aos grupos “marxistas”, “oportunistas/reformistas” e “anarquistas”.

Inicialmente, a relação entre as classes sociais e o Estado é desenvolvida por Lenin ([1918] 2010). Ele destaca sua intenção de resgatar o legado revolucionário e ativo de Marx ao comentar que existe uma tendência perniciosa de se considerar os autores socialistas já falecidos apenas como intelectuais. Depois de mortos os pensadores revolucionários seriam “incorporados” pelo âmbito das ideias dominantes, seriam “silenciados” pela admiração passiva. Este seria um processo de domesticação cujo resultado seria o enfraquecimento teórico e prático do movimento comunista. Lenin ([1918] 2010) critica toda apreciação dos pensadores revolucionários que não

resulta na ação transformadora do presente. Para ele, o mesmo processo estaria acontecendo com Marx: seu pensamento revolucionário estaria sendo integrado ao estado inerte de coisas, como se o elemento ativo de mudança não fosse uma parte essencial de sua filosofia. A tarefa que se põe é clara: recuperar “a práxis revolucionária” do pensamento de Marx e Engels.

Qual é a ideia central defendida por Lenin aqui? O Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes sociais. O Estado só existe porque a sociedade é dividida em classes. Toda a razão de ser do Estado está fundamentada sobre esta constatação de que, quando diferentes classes compõem o corpo total da sociedade, existem interesses contraditórios no processo de condução da reprodução material da vida. Para que este corpo não se despedace, interrompendo assim o fluxo econômico que dá permanência temporal às gerações da sociedade, um instrumento é usado para que uma classe domine as demais e as force a cumprir tarefas imprescindíveis para a reprodução econômica. Neste processo, a reprodução ideológica da visão de mundo da classe dominante também ocorre, gerando a postura dócil dos dominados e tornando assim ainda mais difícil mostrar que o Estado não é um órgão de conciliação de interesses divergentes, mas a entidade pela qual o domínio de uma classe sobre a outra é “oficializado”.

Para esmiuçar “o que ensina o marxismo sobre o Estado”, Lenin relembra uma das obras maduras do Marxismo: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* escrito por Engels. Neste escrito publicado originalmente em 1884, Engels dá prosseguimento à construção teórica da concepção materialista da história ao investigar de modo amplo os fatores que deram origem à sociedade de classes. Ou seja, ele levanta os fatores que explicam como a humanidade passou dos estágios mais antigos em que se mesclava com os demais animais em sua luta pela reprodução material na natureza (Estado Selvagem) para as etapas posteriores de Barbárie e Civilização, quando a dominação de seres humanos sobre outros seres humanos se tornou possível. Aqui se percebe como, levando-se em conta todo o material arqueológico e antropológico disponível na época, a visão contratualista sobre o Estado não se sustenta.

De forma bastante resumida, a tese de Engels ([1884] 2010) é a seguinte: a passagem do estágio denominado comunismo-primitivo (que contém diferentes formas de organização social sem classes onde o produto e o excedente estão sob o controle dos trabalhadores) para a etapa da sociedade de classes (que abarca uma variedade enorme de estruturas de organização econômica e social onde o produto e o excedente estão fora do controle dos trabalhadores) contém um nascimento triplo. A família, a propriedade privada e o Estado se originam concomitantemente no

processo de transformação das comunas em sociedades divididas. Para Engels, até certa altura do desenvolvimento da espécie humana, apenas as leis normais da seleção natural como expostas inicialmente por Darwin teriam agido sobre a estrutura de organização deste grupo animal. Toda a opressão advinha das forças naturais, quer dizer, da luta direta na natureza pela manutenção da vida. A partir de certo ponto, no entanto, surgiram fatores adicionais influenciando a forma de reprodução material da humanidade e abrindo possibilidades de opressão de ordem social. Estes fatores adicionais se referem exclusivamente a aspectos histórico-sociais, não-naturais, que explicitam a historicidade da família, da propriedade privada e do Estado. Todos eles não construtos sociais, indicando que não são eternos: o grupo de humanos sem família, sem propriedade privada e sem Estado é uma das formas de organização social e, conforme Marx e Engels, tal organização está no ponto de partida e de chegada do processo histórico dos trabalhadores em sua luta pelo retorno consciente ao comunismo.

Por que este texto de Engels abre a exposição de Lenin em *O Estado e a Revolução*? A compreensão de que o Estado não é eterno nem a expressão da razão, da justiça e da paz se torna mais fácil quando se observa o Estado como fenômeno social que tem história. Seu início, desenvolvimento e fim podem, portanto, ser levados em conta ao se recuperar os alicerces da concepção materialista da história no estudo das origens da civilização humana. Sobretudo, a sistematização de Engels não deixa dúvidas de que o Estado sempre é o resultado de antagonismos sociais que não podem ser conciliados.

A concepção de que o Estado é um organismo que arregimenta as diferentes forças para que a unidade da sociedade seja mantida pode até admitir que existam classes em conflito na sociedade. Mas o problema, e é para isso que Lenin chama a atenção, é que conceber o Estado como ferramenta de conciliação está completamente fora do quadro de contribuições feitas por Marx. Quem estaria interessado em desconsiderar o sistemático e longo estudo de Marx sobre essa questão? A conciliação seria a impressão que se tem quando o Estado, em poder de uma classe para explorar sua classe antagônica, está em uma situação de relativa estabilidade devido ao amortecimento que se conseguiu gerar para atenuar o choque direto. A luta de classes não cessa nem por um instante e as armas sob guarda do Estado sempre estão apontadas para um dos lados. Para Lenin é inadmissível conceber o Estado como um juiz neutro entre dois combatentes. Neste sentido, todas as concessões à classe trabalhadora pelo Estado capitalista estão mais ou menos alinhadas com o projeto de manutenção do sistema econômico capitalista e não podem formar a

base para a ruptura com este sistema.

É interessante notar que, à primeira vista, Lenin parece não admitir uma “escala de domínio sobre o Estado”. Para ele, o Estado está sob o controle ou de uma classe ou de outra, mas nunca sob o controle partilhado entre classes antagônicas. Isso pode dar a impressão de que ele está sendo excessivamente cartesiano e, rompendo assim, com a própria tradição dialética que deve considerar a possibilidade de meios termos entre duas situações excludentes. Se o Estado for apenas o instrumento de domínio de uma classe sobre a outra, como seria possível explicar os diversos embates conjunturais e lutas que ocorrem dentro das linhas amplas de legalidade? É óbvio que Lenin reconhece a existência desta batalha pelo controle no âmbito da institucionalidade e seria um equívoco desconsiderar sua posição devido a um suposto extremismo em relação à teoria do Estado. O ponto central é que nunca se deve perder de vista que, apesar de se poder visualizar a correlação de forças mutante em torno de determinada força legitimada, o Estado expressa a existência de opressão de uma classe sobre outra. Quando isso não é evidente significa apenas que a sociedade atravessa um período de revolução social em que o poder está difuso, ou seja, não é certo ainda qual classe sairá vencedora do período turbulento.

O Estado é um órgão através do qual uma classe consegue dominar outra, contornando os problemas advindos dos interesses divergentes por meio da violência legitimada. Outro fator importante lembrado por Engels é que o Estado é objeto de ataque do povo em sentido mais amplo e por isso a liberdade plena nunca será atingida enquanto o Estado existir. O anarquismo e, de modo muito menos seguro, como apontado anteriormente, o liberalismo radical já transmutado no movimento libertário, ilustram esse fato ao protestarem sob diversas formas contra a opressão ou o controle que o Estado exerce sobre as pessoas.

Isto nos leva à questão sobre o definhamento do Estado. Quais são as condições objetivas que permitem a abolição da exploração garantida pelo instrumento de domínio que é o Estado? Em outras palavras, de que maneira a estrutura econômica abre a possibilidade da eliminação do Estado como entidade necessária no processo de reprodução econômica da sociedade? Essa é a questão central que atrai toda a atenção dos pensadores na esteira da dissolução do liberalismo em correntes consequentes que idealizam uma sociedade sem Estado. A triangulação entre anarquismo, Marxismo e reformismo é delineada implicitamente por Lenin neste ponto, ao abordar as novas ideias que emergem no contexto de maturidade e transformação do capitalismo de finais

do século 19 e começo do século 20.⁴⁸

Com base em Marx é possível observar os anarquistas e os gradualistas como grupos que cometem erros simétricos: enquanto os primeiros estão presos no idealismo, apelando para mudanças que partam exclusivamente da subjetividade dos indivíduos, os segundos são dominados pela filosofia do materialismo vulgar de Feuerbach, ou seja, acreditam que as condições materiais por si só levarão o movimento adiante rumo ao destino da sociedade sem classes, sem opressão do ser humano pelo ser humano e sem Estado. Para contornar esta dificuldade de polarização dialética sem síntese acima dos lados opostos, Lenin busca orientação em Engels para se comunicar de forma correta com os anarquistas e com os reformistas. As críticas de Engels aos dois grupos seriam a chave para atacar o problema concreto de eliminação do Estado, cume do processo da Revolução Comunista.

Historicamente, no reordenamento do movimento socialista com a formação do Marxismo, houve uma forte popularização das ideias de Marx associada a ataques aos anarquistas. Por outro lado, os adeptos da transição gradual não receberam o mesmo tratamento crítico despendido a Proudhon e seus seguidores. Isso criou um desequilíbrio expresso na aceitação sistemática das táticas da Socialdemocracia no organismo marxista. O fato para o qual Lenin está chamando a atenção é que, na controvérsia em torno do fim do Estado, os anarquistas merecem mais respeito e atenção do que os reformistas porque, sendo diretos e claros quanto a suas intenções, mostram que têm o objetivo claro e correto. Isso explica em parte o caráter de *O Estado e a Revolução*: trata-se de recuperar a meta declarada de eliminar o Estado, mas não sem entender e direcionar o processo que leva a essa eliminação. Neste sentido, enquanto as reformas atuarem no sentido defendido, elas podem ser usadas como *meios* para se atingir o *fim* almejado.

O esquema lembrado por Lenin com base nas lições tiradas por Marx e Engels da Comuna de Paris pode ser apresentado da seguinte maneira. Primeiro, o Estado Burguês é *destruído* no curso da primeira etapa da Revolução. Em seu lugar entra o Estado Proletário. Temos, portanto, uma substituição de classes no poder, mas o Estado comandado é necessariamente outro. Do contrário, não seria possível falar na mudança qualitativa de relações de poder que gerou uma nova situação de domínio político. Essa ruptura mostra, sem gradientes, que a partir de certo momento, uma nova classe dominante exerce a opressão sobre o resto da sociedade. O Estado continua existindo e a sociedade ainda está dividida em classes. Depois, numa próxima etapa, este

⁴⁸ Sobre a triangulação entre anarquismo, reformismo e Marxismo, ver Lenin ([1918] 2010), p. 66-74

Estado sob controle da classe trabalhadora assalariada *definha/morre* num processo temporal que demanda organização e execução. É com a conclusão desta segunda etapa que a ditadura do proletariado é superada e o objetivo do movimento comunista (incluindo aí todo o movimento anarquista e toda a gama de ideais dispersos em formas heterogêneas simpáticas ao fim do Estado e da opressão do ser humano pelo ser humano, como o liberalismo consequente) é conquistado.

O ideal genérico de liberdade contida no movimento não é, assim, conquistado imediatamente com a conquista do poder político pela classe trabalhadora assalariada. No estágio intermediário entre o declínio da burguesia e a ascensão do proletariado, há uma mudança de ditaduras: a ditadura da burguesia é substituída pela ditadura do proletariado. A opressão continua, embora os papéis de opressor e oprimido tenham sido trocados. Dos dois lados não se pode, portanto, falar em liberdade absoluta: a livre ação de uma classe está atrelada à opressão da classe inimiga. A desmistificação do ideal de liberdade e da descaracterização de classe em relação à democracia começa por aqui.

Em Lenin o Estado só pode ser concebido como função da ação de uma classe para oprimir o conjunto da sociedade que não faz parte desse grupo dominante. É este ato de violência que garante a unidade das partes antagônicas e impede o esfacelar do conjunto social. Pensar o Estado dissociado da luta de classes é simplesmente impossível, e isso é reconhecido não só pelos seguidores de Marx e Engels, mas por boa parte dos autores que admitem o fato da sociedade observada ser dividida.

Agora, a situação é outra em relação aos socialdemocratas criticados por Lenin. Pensar que o Estado, ao invés de ser um instrumento de dominação violenta, é uma estrutura que aglutina as partes em conflito com o propósito de atender a todos na medida do possível é perder de vista a luta de classes como o ponto de partida determinante para a existência do Estado. Ao invés de ser o resultado, o produto da luta de classes, o Estado vira um *Deus ex machina* que estabiliza a briga como um árbitro de boxe. Esta visão, combatida por Lenin, corre o perigo de resgatar as teorias contratualistas, cujo argumento nuclear é o Estado como o juiz imparcial de todas as forças em disputa na sociedade.⁴⁹

O Estado não é mais determinado a partir da luta de classes, mas passa a ser visto como

⁴⁹ O resgate das teorias contratualistas parece ser ainda reforçado dentro do próprio Marxismo por uma leitura excessivamente neutra de Antonio Gramsci, para quem o processo revolucionário do Ocidente não seria aberto e explícito como o foi na Rússia.

artefato que vem de cima para regulamentar, legislar, balizar ou oficializar essa luta. Ele se transforma num mero aplicador das regras. Mas de onde surgiram essas regras? A relação de determinação é completamente invertida quando não se rompe inteiramente com a ideologia burguesa de democracia contida na tradição humanista de liberdade. Todo o peso do potencial transformador recai sobre um indivíduo humano abstrato que parece não estar em classe alguma e que é oprimido por uma entidade muito poderosa. Pode haver dúvida de que esse sujeito é o nosso portador de mercadoria cujo raio de ação não pode extrapolar o que impõe a lógica de incremento de valor? O foco revolucionário sobre a classe trabalhadora se esvai quando o Estado é entendido dessa maneira. Todo o esforço de Lenin é para recuperar o caráter ríspido do Estado enquanto expressão do domínio de uma classe sobre outra e, portanto, da existência da opressão e da exploração numa sociedade de classes.

Finalmente, levando em conta o processo real que exclui o Estado da ciência econômica e que mostra sua permanência na Economia, qual é o resultado da análise? Devido ao fetichismo da mercadoria cria-se uma teoria econômica onde o Estado é ausente. Sua existência se torna redundante porque todo o sistema demanda apenas a força gravitacional da lei do valor para rodar. Essa abstração do Político foi um processo longo que partiu da construção do conceito de mão invisível e que culminou na estrutura analítica da ciência econômica no quadro da Revolução Marginalista. Por outro lado, quando se considera os processos históricos concretos de como se dá a reprodução econômica de fato, e não apenas em teoria, é incontornável admitir não só a existência, mas a influência da luta política e do Estado na economia.

Assim, temos uma situação dupla: na teoria, Estado e mercado estão separados, e na prática, estão juntos. Quem tem razão? Adotando uma lição bastante divulgada por Mao Zedong ([1937] 1975), seguidor de Marx e Lenin, parece ser necessário escolher um lado e admitir que é a prática, pois ela é o critério da verdade. No entanto, isso não implica em rejeitar a teoria em mãos, porque, ainda que de modo torto, ela capta um movimento real. A extinção do Estado é um processo em curso, ainda que pareça que sua força e influência estejam aumentando. A teoria idealiza muito à frente os acontecimentos concretos. A eliminação do Estado está no programa do movimento que atravessa todos os modos de produção compostos por classes sociais. Ocorre que o período histórico de nossa era é um onde a luta de classes está se acirrando num cume altamente contraditório em que apenas duas classes formam todo o conjunto da batalha. Daí decorre o aumento da força concentrada no Estado, que oscila entre a ditadura da burguesia e a ditadura do

proletariado sem retornar jamais para aquela idealizada época “democrática” parlamentar quando o mundo burguês era um sistema progressivo que parecia destinado a cumprir o sonho de libertação da humanidade.

4.2 Pelo fim absoluto do mito do capitalismo liberal concorrencial

Do mito da liberdade ao imperialismo

O período de ascensão do capitalismo formou a base sobre a qual se construiu e se divulgou a ideologia do liberalismo. Em seu sentido mais amplo o liberalismo deve englobar todas as ideias novas que se contrapõem ao antigo conjunto de crenças do mundo médio e antigo, e não apenas aquelas relacionadas com o econômico. As relações de servidão reguladas por parâmetros à margem do mercado são efetivamente atacadas pela noção de liberdade individual criada pela conversão do sujeito em membro do coletivo enquanto participante do mercado. Junto com a “invenção do indivíduo”, os direitos civis, as liberdades de imprensa, de culto e de uso da propriedade privada são novos elementos que explicitam o novo mundo surgido da transição para o capitalismo.

Em relação à reprodução econômica o liberalismo assume uma forma específica que está por trás daquela separação entre Economia e Política: o livre comércio. Trata-se da generalização consequente do processo de ampliação do poder gravitacional do mercado. Ou seja, trata-se de conceber a dinâmica de reprodução material da sociedade a partir exclusivamente das forças oriundas da lógica de trocas. Como foi indicado, a construção abstrata de uma sociedade que se reproduz com base na lei do valor faz com que o Estado e todas as outras forças extra-mercado que influem sobre as relações sociais desapareçam da análise.

Aqui, importa observar que a ausência destas outras forças sempre é uma abstração e que, no mundo real, elas nunca deixam de influenciar o padrão de organização das sociedades. O poder persuasivo desta abstração é tão forte que a história do capitalismo passou a ser contada como se este modo de produção pudesse ter brotado de modo espontâneo a partir de uma “natureza humana”. Imaginou-se que existiu uma época concreta em que o Estado apenas defendia os princípios da propriedade privada e que os participantes eram livres para buscarem seus objetivos no espaço das trocas. Tem-se a impressão de que a espontaneidade e o entendimento recíproco foram os alicerces da origem do modo de produção capitalista, e não o processo violento de conversão dos trabalhadores em geral em trabalhadores presos nas correntes do assalariamento. A

verdade é que nessa passagem histórica há, depois da emergência do Estado Antigo, a formação dos Estados Nacionais ou Estado-nação, a unidade política do coletivo econômico capitalista nascente. Estes Estados atuaram e atuam ativamente desde sua origem durante a época mercantilista e, por isso, é absolutamente necessário acabar com o mito do capitalismo liberal concorrencial. O capitalismo concreto nunca esteve perto daquela abstração teórica em que todos os indivíduos são efetivamente iguais, podendo competir livremente num sistema aberto para que o resultado seja o mais benéfico para todo o coletivo.

A origem do mito está, de novo, embutida no erro fundamental da Economia Política Clássica de naturalização da relação social mercadoria. Smith e Ricardo fazem o caçador e o pescador dos tempos remotos intercambiarem suas apropriações da natureza com base nas regras desenvolvidas das trocas. Este raciocínio é o primeiro passo para se pensar a formação da sociedade mercantil como um processo espontâneo e unidirecional: a sociedade do capital seria o coroamento desta trajetória longa, mas certa, rumo à liberdade e à igualdade de todos os seus membros. E desde a origem haveria algo “natural” que impeliria os seres humanos a trocarem objetos úteis enquanto proprietários privados.

A naturalidade da formação do capitalismo é uma ideia tão forte da perspectiva eurocêntrica da História que ela se reproduz mesmo dentro da Economia Marxista. E isto não porque muitos marxistas não estão sendo fiéis a Marx, mas porque nos próprios escritos originais a ruptura com os economistas clássicos e com a filosofia humanista não é fácil de ser apreendida. Principalmente se o material estudado se resume a partes isoladas da obra completa. Por exemplo, na descrição do processo de troca no capítulo 2 do *Capital* é possível ter a impressão de que o desenvolvimento do valor de uso em mercadoria decorre de uma força civilizatória progressiva que teria ocorrido numa espécie de vácuo em relação ao Estado. Assim, para muitos historiadores, inclusive sob influência de Marx, a ascensão do capitalismo e a queda do feudalismo teria se dado apenas por conta da intensificação das relações mercantis. Esta perspectiva se alinha com uma leitura “economicista” ou meramente lógica (e não histórica) dos processos de mudança da organização social em torno da reprodução econômica.

Para se ter uma ideia da penetração do mito de que o capitalismo se origina de um processo unidirecional-lógico, sem que qualquer ação externa ou violenta seja necessária, basta lembrar que o problema aqui abordado se refere a um dos aspectos de uma controvérsia dentro do próprio Marxismo. Trata-se do debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo,

sistematicamente apresentado por Mariutti (2004).

Nos anos 1950, Paul Sweezy, já então um dos principais economistas marxistas nos Estados Unidos, travou um debate com o inglês Maurice Dobb sobre os fundamentos que explicam a decadência da ordem feudal e a emergência da sociedade burguesa. Para Dobb a transição de um modo de produção para outro deve ser explicado com base nas próprias contradições internas do sistema que entra em decadência e abre as possibilidades de nascimento de um outro sistema econômico social. Assim, predominariam os fatores internos na explicação do fim do feudalismo. Para Sweezy, no entanto, seriam os fatores externos os responsáveis por desestabilizar um sistema ao provocar sua mudança de fora para dentro: em seu entendimento foram as transações comerciais cada vez mais frequentes que agiram como forças estranhas ao sistema pré-capitalista e incitaram a transição.

A controvérsia prosseguiu ao longo das décadas sem um desfecho nítido, a não ser pela recuperação crítica do esquema geral de Marx sobre a relação entre a base e a superestrutura. Nos anos 1970, Robert Brenner levou o debate a outro patamar ao esmiuçar as debilidades da perspectiva “economicista” que dava peso excessivo à expansão do comércio como elemento explicativo na formação do modo de produção capitalista na Europa Ocidental. Ele apontou que Sweezy reproduzia um equívoco comum aos malthusianos, a Smith e a Ricardo de considerar o mercado como entidade trans-histórica, ou seja, como quadro organizativo da economia presente em qualquer sociedade da História (Brenner (1976)). Com isso, percebeu-se que a intensificação do comércio era insuficiente para explicar a transição, visto que tal fenômeno já havia ocorrido em outras circunstâncias no globo sem que o sistema se encaminhasse para o modo de produção capitalista.

Brenner ajudou a recuperar a noção de que o capital só produz um modo de produção completo, ou seja, o capitalismo, quando a massa trabalhadora é sistematicamente separada dos meios de produção e se torna, portanto uma massa trabalhadora *assalariada*. Só que esse processo de separação não decorre simplesmente da intensificação do comércio. É necessária uma força auxiliar que retire os produtores diretos da terra para que a maior parte da força de trabalho disponível à sociedade fique presa na relação social de produção do capital. E essa força vem do político, do Estado, não da lógica idealizada da troca de equivalentes entre indivíduos com direitos iguais. Apenas quando o grosso dos trabalhadores atua sob a forma assalariada é que a dispersão do capital a juros se acopla na roda dentada do processo de produção, elevando a lógica do capital

ao ápice da determinação da organização econômica.

O eixo de argumentação puramente econômica sobre a origem do capitalismo foca apenas no desenvolvimento dos mercados como espaço que substitui a ordem política e econômica dos feudos. Parece que, conforme as rotas comerciais se expandem, as relações de servidão são desmontadas com a fundação e aglomeração nas cidades a partir das feiras e centros de contato entre os comerciantes no trânsito Europa-Ásia. Só que em paralelo com o desenvolvimento desta nova unidade cuja função era a realização da circulação por meio da compra e venda houve a centralização política na figura do Estado Nacional. Sem considerar este outro lado no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, há o risco de a análise cair naquela abstração que expelle o Estado do processo econômico.

Para evitar esse equívoco, a seguinte questão pode ser útil: qual é a relação entre esta nova força propulsora da sociedade burguesa (qual seja, a expansão das rotas comerciais e a intensificação das trocas mediadas por dinheiro) e as políticas econômicas próprias do mercantilismo?

Werner Sombart, um dos fundadores da Escola Histórica Alemã, argumenta que a formação do mercado é um processo demorado, embora certo. Para ele, a transição de uma economia de subsistência ou economia autossuficiente (“Eigenwirtschaft”) para uma economia de trocas (“Tauschwirtschaft”) e desta para a economia de trocas mediada por dinheiro parece ser um processo praticamente natural, cabendo ao investigador apenas descrever sua ocorrência no decorrer do tempo (Sombart (1916)). À primeira vista parece que ele repete o erro da perspectiva naturalista da expansão do mercado desde as origens da humanidade até o capitalismo. Por outro lado, ele é um dos pioneiros na constatação de que a ação do Estado foi decisiva na transição e, portanto, na formação do capitalismo como ele se apresenta na História e não na ficção dos modelos de sociedade concebidos mentalmente pelos economistas.

O mercantilismo pode ser entendido em um sentido triplo: enquanto uma época na História Econômica, enquanto um conjunto de medidas de política econômica que descreve como o Estado-nação atua em associação com o capitalismo em nascimento e enquanto sistema ideológico expresso no pensamento econômico entre os séculos 15 e 18. Todos estes sentidos apontam em uma única direção: a transformação econômica e social neste período não é algo espontâneo ou automático. Há uma força agindo sobre o processo de proliferação das trocas que direciona o fluxo para a construção de um Estado Nacional forte. A dificuldade de identificar o agente por trás desta

força se deve ao fato de que ele revela seus interesses de modo contraditório: a burguesia ou a classe capitalista, ou seja, a nova classe dominante elabora por um lado todo o discurso da liberdade (incluindo o livre comércio) e, por outro, defende sistematicamente a ação de seu Estado-nação que a ajude a conquistar o maior número possível de negócios na vindoura economia global. Os comerciantes individuais se integram em classe ao mesmo tempo em que destroem o Estado feudal e constroem o Estado burguês. O imperialismo é o resultado lógico dessa integração que regulamenta a competição interna à nação entre os burgueses individuais e promove seu avanço conjunto sobre a esfera internacional. O nacionalismo é um dos subprodutos, portanto, da criação do Estado-nação e não à toa um dos grandes inimigos do socialismo internacionalista.

A contradição apontada pode ser explicada observando a sucessão dos Estados que estão à frente da corrida. Inicialmente temos as cidades-Estado da Itália (Veneza, Gênova, Florença) e da Holanda, ou seja, os portos onde se aglomeram a entrada das especiarias e a reintegração da Europa Ocidental com o resto do mundo. Depois, Portugal e Espanha lideram o domínio do comércio pelas rotas oceânicas (Hobsbawm ([1977] 2014)). Por fim, com o esgotamento das possibilidades de expansão do sistema na base produtiva anterior à Revolução Industrial, a Inglaterra assume o posto mais alto da cadeia imperialista e modifica o discurso relativo às políticas econômicas do comércio internacional: se antes todo o esforço era voltado para promover a expansão comercial da Nação sobre as demais, ou seja, para defender os interesses da Nação na corrida pelo mercado mundial, agora surge a ideia de que a ausência da proteção é que leva o mundo todo, em conjunto, à melhor situação para cada uma das economias nacionais. Essa modificação, no entanto, é apenas aparente. O liberalismo enquanto política econômica é o formato do mercantilismo do Estado-nação que venceu a corrida mercantil pela realização da Revolução Industrial original. É esse quadro de política econômica que atende aos interesses da nova burguesia, não mais mercantil, mas industrial. É diante desse pano de fundo que se deve compreender as contradições contidas na transição do mercantilismo para a Economia Política do *laissez-faire* e das vantagens comparativas internacionais.

Neste sentido, a liberdade aplicada ao mercado se revela como mito, pois ela é apenas uma palavra aglutinadora que serve aos interesses de um grupo específico dentre todos os grupos participantes da batalha “livre” que é o mercado. Dessa maneira, assim como o Estado capitalista se apresenta como representante de todos os membros da sociedade de classes sob o capital, o Império Britânico se autoproclama o defensor do conjunto da economia mundial ao vincular o

avanço coletivo aos princípios do livre comércio. O imperialismo se reveste com uma capa bonita que separa completamente o econômico do político, esvaziando inteiramente os esforços dos demais países de chegarem também à riqueza. O nexo interno da divisão social do trabalho dentro da sociedade esmiuçada por Smith e sua extensão ao comércio internacional que gera a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo são dois elementos teóricos genuínos que funcionam perfeitamente para amparar a política imperialista ativa da Inglaterra. É assim que o liberalismo econômico se transforma num discurso que desarma todos os demais Estados-nações em sua busca também pelo posto mais alto na cadeia do imperialismo capitalista.

E aqui o ponto de virada: significa que, do ponto de vista teórico, agora se deve reforçar os princípios de defesa comercial para promover o crescimento e desenvolvimento da economia nacional? Não, porque isso seria apenas repetir o padrão das políticas econômicas contidas na doutrina mercantilista, que nada mais são que a promoção dos interesses econômicos da nascente burguesia. O passo seguinte deve, portanto, superar a dicotomia falsa entre *laissez-faire* e defesa dos interesses nacionais construídos durante toda a expansão comercial numa síntese superior. O próximo passo deve remover os resquícios antagônicos do mercantilismo e da fisiocracia presentes na Economia Política Clássica ao mostrar que os lados opostos desta disputa se referem a um conflito interno à classe capitalista. Antes de verificar isso com atenção, é importante apresentar a posição nacional opositora à perspectiva liberal defendida pela Inglaterra na conclusão do mercantilismo.

Friedrich List contra o liberalismo inglês

Friedrich List (1789 – 1846) foi o principal economista alemão que buscou elaborar um sistema condizente com a condição de seu Estado-nação no desfecho do mercantilismo e consequente supremacia do Império Britânico.⁵⁰ Em todo o seu pensamento, sintetizado na obra

⁵⁰ Friedrich List tem sido retomado recentemente pelos economistas latino americanos críticos à doutrina do liberalismo econômico, porque ele apresenta em sua obra *Sistema Nacional de Economia Política* (List ([1841] 1986)) um modelo alternativo ao padrão de Smith-Ricardo em relação aos princípios norteadores do comércio internacional. Em especial, parece que a doutrina econômica de List teria inspirado toda a corrente heterodoxa Latinoamericana da tradição cepalina, quer dizer, parece ter tido efeito sobre o pensamento econômico de Raúl Prebisch e Celso Furtado. Na verdade essa relação não é direta, pois são poucos os indícios que mostram uma absorção direta de List pela escola da CEPAL. O que ocorre é que a estratégia de desenvolvimento nacional protecionista é redescoberta na esteira da Revolução Keynesiana, principal luz no rompimento do pensamento econômico da América Latina com o modelo liberal. Sobre isso, ver Boianovsky (2013) e Rodrigues (2010). Para uma análise de Friedrich List em relação à formação do desenvolvimentismo e suas interações com o nacional e internacional, ver Pradella (2014), que enfoca no desenvolvimento desigual e combinado já reconhecido por autores contrários à visão inglesa.

Sistema Nacional de Economia Política (List ([1841] 1986)), encontramos uma constante consideração dos princípios ativos do Estado na condução da sociedade rumo à riqueza e ao desenvolvimento. No entanto, esta constante difere bastante em relação ao Estado de Adam Smith e David Ricardo, porta-vozes de interesses que estão sob sua mira:

“A escola popular cometeu o erro de considerar como já existente um estado de coisas que ainda está por vir. Supõe a existência de uma união universal e de um estado de paz perpétua, deduzindo disso os grandes benefícios do livre comércio. Dessa forma, confundem-se os efeitos com as causas. (...) Todos os exemplos que a História é capaz de mostrar comprovam que a união política abriu o caminho, e a união comercial veio depois.” List ([1841] 1986), p. 93.

À primeira vista seria possível dizer que se trata de um resgate das ideias do mercantilismo, visto que o principal oponente de List parece ser tudo aquilo originado do *laissez-faire*, *laissez passer* dos fisiocratas e que foi importado por Adam Smith. De fato, o alvo de List é mais específico: é o Império Britânico enquanto único Estado-nação a se beneficiar das práticas de especialização e livre comércio internacional. Na verdade, List não faz um retorno temporal ao ponto de vista dos autores mercantilistas, porque ele considera todas as conquistas da literatura da Economia Política até então.

Assim, não se trata de retomar a noção de valor que provém da circulação, ideia que é progressivamente abandonada durante o próprio mercantilismo. A retomada não se refere tampouco à noção da riqueza estar atrelada à materialidade do dinheiro mundial, ou seja, dos metais preciosos, ideia essa também superada gradualmente na transição do mercantilismo “primitivo” para um mercantilismo “avançado”, especialmente graças à contribuição de Thomas Mun (Rubin ([1928] 2014), p. 55). O grande diferencial é que, em relação à estratégia do desenvolvimento da Nação, uma grande falácia precisa ser exposta. List descobriu que ao pôr “todos os livros de lado” e ao observar o mundo real a partir da experiência de desenvolvimento dos Estados Unidos enquanto uma economia nacional de enorme potencial era possível, a despeito de toda autoridade de Smith e Ricardo, defender as tarifas alfandegárias como forma necessária de

promover o crescimento e desenvolvimento de uma Nação (Buarque (1986), p. xviii).

O trabalho de conselheiro do governo alemão em associação com seu interesse pela teoria da Economia Política levou List a concluir que o futuro da Alemanha dependia da construção da união aduaneira entre seus Estados. Para isso era imprescindível levantar uma barreira tarifária em relação ao resto do mundo. A *Zollverein* (união aduaneira nacional dos Estados alemães) tem em List um respaldo analítico cada vez mais convincente e bem fundamentado. Por conta de sua atuação política também como jornalista e comentador na configuração do que deveria se tornar a Alemanha, List foi perseguido e acabou mudando para os Estados Unidos, onde pôde observar o tremendo efeito da expansão ferroviária sobre a expansão da economia.

Ao acompanhar os debates nos Estados Unidos sobre livre cambismo e protecionismo, que polarizava o Norte e o Sul do país, List inicia a organização de um novo sistema de Economia Política que explicita as ações concretas que uma Nação pode adotar para promover o fortalecimento de sua economia. Neste processo, List tromba a todo instante com interesses opostos, visto que o livre comércio é a postura defendida por setores consolidados e dominantes. O pior de tudo é que esses setores utilizam Smith e Ricardo como embasamento científico para suas posições políticas parciais. Isso faz com que List tenha que desafiar os grandes expoentes da Economia Política Inglesa, não porque alguma falha em teoria pura teria sido detectada, mas porque a política econômica que deriva dessa teoria só beneficia determinados setores ou grupos. E isso ocorre porque a realidade é diferente do modelo adotado como auxílio de abstração.

Um dos grandes méritos de List foi ter voltado a atenção para a realidade, evitando assim o desvio à abstração infinita que gera sistemas de ideias sem contrapartida com o mundo concreto. É nesse sentido que ele expõe corretamente a contradição entre a Teoria e a História ao lembrar que, ainda que a escola popular (List se refere aos seguidores da Economia Política Inglesa fundada por Smith-Ricardo) tente mostrar que a absoluta liberdade de comércio internacional traz benefícios a todos os envolvidos, “a História em toda parte e sempre demonstra o contrário” (List ([1841] 1986), p. 213). Disso se depreende duas coisas: primeiro, o resultado da política econômica do Estado mínimo na atividade de comércio exterior não é benéfica a todas as partes envolvidas, e, segundo (o que é mais profundo metodologicamente) o livre comércio absoluto entre as Nações não existe na realidade.

Como ele próprio anota sobre a teoria da liberdade de comércio, “(...) a teoria era perfeitamente verdadeira, mas somente na hipótese de que todas as nações observassem entre si

os princípios do livre comércio (...)” (List ([1841] 1986), p. 3). List havia percebido que a teoria das vantagens comparativas e sua lógica de especialização eram irrepreensíveis, *caso se tratasse de partes de uma mesma unidade econômico-política*. “A teoria popular não considerava as nações, mas simplesmente, de um lado, a humanidade inteira, ou os indivíduos, do outro. (List ([1841] 1986), p. 3).” A grande contribuição de List foi ter ajudado a mostrar que existia um vínculo entre a teoria da Economia Política liberal e a atitude do Estado britânico consciente de seus interesses no mercado mundial, porque, afinal de contas “(...) entre cada indivíduo e a humanidade inteira existe a NAÇÃO (...)” (List ([1841] 1986), p. 123). E considerando essa realidade, List tem uma posição:

“A escola popular tem-me acusado de procurar ressuscitar o (assim chamado) sistema “mercantil”. (...) Mas a única coisa que me estimula e encoraja é o pensamento de que os leitores encontrarão em meu livro muita coisa nova e verdadeira, e também alguma coisa que poderá servir *particularmente em benefício de minha pátria alemã*.” (List ([1841] 1985), p. 5-6, itálicos T.C.L)

Nota-se aqui que o desfecho superior da Economia Política não é realizado por List.⁵¹ Por quê? Ao se opor ao sistema inglês sem vencer os limites da ciência econômica sob o capitalismo, List está apenas reescrevendo a Economia Política burguesa do ponto de vista de sua própria Nação. Ao invés de seguir o fluxo de abranger partes cada vez mais amplas da população até cobrir toda a economia humana para descobrir que a competição entre nações encobre a luta de classes, List não se enrubesce em construir e defender sua posição nacionalista e sua luta pelo fortalecimento da Alemanha. Cria um discurso perfeito para os subimperialismos que perseguem os mesmos objetivos imputados ao Império Britânico pela lógica do capital.

Por isso, apesar de toda inspiração que List pode provocar em todos os países que não são imperialismo de primeira grandeza (Inglaterra primeiro e Estados Unidos depois), incluindo aí as economias mais dependentes que vão sonhar com o desenvolvimento no século 20, ele não pode

⁵¹ O mesmo se poderia dizer dos autores da tradição estruturalista-keynesiana que inspiraram o pensamento econômico Latinoamericano, sobretudo Raúl Prebisch.

ser um guia seguro para a concretização da humanidade socializada, ou seja, para a construção da economia humana sem Estados, sem classes, sem opressão e sem fronteiras nacionais. Ou ainda em outras palavras, como citado, para a conquista daquele “estado de coisas que ainda está por vir” (List ([1841] 1986), p. 93).

Liberalismo versus intervencionismo: dilema impróprio

Retomando a pergunta implicitamente aberta, como se deve então interpretar a dicotomia liberalismo versus intervencionismo sem cair na mesma subserviência dos autores mercantilistas em relação a seus respectivos Estados-nações? Ou seja, como extrair os resquícios antagônicos do mercantilismo e da fisiocracia presentes na Economia Política Clássica e colocá-los a serviço dos trabalhadores não de um país em particular, mas de todo o mundo? A análise de Isaak Rubin sobre os instantes anteriores à publicação da *Riqueza das Nações* ajuda a desenvolver estas questões. Ao mesmo tempo ela auxilia na desconstrução do mito do capitalismo liberal concorrencial.⁵²

O mercantilismo enquanto época da história econômica abrange um largo período, do século 15 ao século 17. Enquanto doutrina ou escola de pensamento, portanto, os mercantilistas possuem uma grande variedade de características e ideias. Rubin ([1928] 2014) salienta que existem dois grandes momentos do pensamento econômico no período de formação do capitalismo. Primeiro há um mercantilismo “primitivo”, muito ingênuo do ponto de vista teórico, visto que todo o enfoque era na circulação e na associação muito estreita entre riqueza e metais preciosos. Em um segundo momento, emerge um mercantilismo “avançado”, muito mais denso e já quase livre da ilusão do bulionismo onde os autores estão cientes de que o que importa é o resultado positivo da atividade comercial em si, independente da forma concreta que a riqueza da Nação vai assumindo. Como mencionado essa virada foi decisiva com Thomas Mun, que se ocupou de explicar como a Companhia Britânica das Índias Orientais trazia benefícios e não prejuízos ao império. Os mercantilistas até então pensavam que, por ter que adquirir produtos do Oriente com metais preciosos, a Inglaterra estaria violando os princípios de acumulação de metais preciosos dentro de suas fronteiras e incorrendo o risco de empobrecer (Rubin ([1928] 2014), pp. 55).

Thomas Mun refina então a doutrina, dizendo que o que interessa é a positividade da

⁵² Uma outra linha de desmonte do mito do capitalismo liberal concorrencial é a de Polanyi ([1944] 2012), que evidencia a historicidade do capitalismo a partir de um recorte humanista.

balança comercial, e não o esforço direto do Estado para guardar metal dentro do país. Isso é importante para defender a expansão do comércio internacional da Inglaterra de modo mais genérico, o que é um avanço tanto em termos de estratégia de política econômica quanto de teoria. A balança comercial favorável fará o dinheiro (e não simplesmente o metal) fluir para dentro do país. Essa virada reflete o momento em que a Inglaterra deixou de ser importadora de produtos e passa a exportar sua própria manufatura.

Antes os mercantilistas ingleses defendiam pouca importação de produtos e proibição de saída de metais, ou seja, eram adeptos de um protecionismo defensivo. Thomas Mun não discorda desse raciocínio como um dos meios de promover o acúmulo de riqueza na Inglaterra, mas ele acha que a mera proibição de envio de metais ao exterior pelo Estado não é o meio mais eficiente de promover esse influxo. Ele aposta assim na capacidade dessa exportação e por isso defende a intensificação do comércio com o mundo, propondo, portanto um protecionismo ofensivo, uma postura ativa do Estado na conquista de mercados (Rubin ([1928] 2014), p. 77). É interessante notar como Thomas Mun já indica que a riqueza inglesa não vai vir do simples acúmulo de tesouro na forma de ouro ou prata, mas da expansão e intensificação de suas relações de troca com o exterior. Ele já esboça o esquema que realmente elevará a Inglaterra para a primeira posição na fundação do capitalismo que conecta todos os continentes do globo. É aqui que está o germe da política de promoção frenética do comércio exterior que culmina na doutrina do liberalismo comercial da Economia Política Inglesa de Smith e Ricardo. Neste sentido, Thomas Mun representa a literatura mercantilista em seu apogeu (Rubin ([1841] 1986), p. 53).

Com base em sua distinção de mercantilismo “primitivo” e “avançado”, Rubin mostra que a substituição das ideias mercantilistas pela fé no *laissez-faire, laissez-passer* é uma das expressões da emergência do que Friedrich List chama de Economia Cosmopolítica (economia da humanidade inteira) em oposição a Economia Política (economia de uma determinada nação). A Economia Cosmopolítica defende o livre comércio e busca refutar todas as indicações de intervenção no processo econômico oriundas do Político, quer dizer, do Estado-nação enquanto agente consciente da corrida pelo mercado mundial. Todos os aspectos de guerras e conflitos entre as nações desaparecem na abstração da Economia Cosmopolítica, fator para o qual List tanto chama a atenção: não se pode simplesmente ignorar a realidade das disputas entre os Estados como se o mundo fosse uma economia unida.

O sucesso da Economia Política Clássica apagou da história do pensamento econômico

todos os elementos robustos da doutrina mercantilista. A fisiocracia, com sua noção cientificista da ordem natural e de equilíbrio autônomo dos sistemas, serviu de inspiração para uma refuta excessivamente apressada dos antigos conselheiros econômicos a serviço de suas respectivas majestades. Dentro da corrente de economia Marxista, este desprezo arrogante em relação aos mercantilistas também foi cometido, principalmente porque ela apoiou a repreensão feita pelos fisiocratas e Adam Smith em relação à noção dos mercantilistas de que a origem da riqueza estaria na esfera da circulação. De fato, a questão da origem da riqueza é um critério crucial na medição do progresso da ciência econômica e a passagem de enfoque da circulação para a produção foi aqui o principal avanço teórico em teoria do valor. Por outro lado, as ações políticas que conduzem o econômico em determinada direção são outro critério importantíssimo para verificar o grau de domínio de classe sobre essa ciência. É neste sentido que Rubin resgata o valor dos autores mercantilistas, porta-vozes fieis e dedicados pensadores de sua classe contratante, a burguesia mercantil (Rubin ([1841] 2014), p. 81).

O que Rubin diz a respeito do dilema liberalismo versus intervencionismo que estão na raiz da contraposição entre a fisiocracia e o mercantilismo? Ele busca elucidar a crítica dos proponentes do livre comércio aos mercantilistas ao lembrar que são apenas alguns dos autores do período primitivo que cometem a grosseria de atribuir a origem da riqueza ao material do qual o dinheiro é feito. Já os mercantilistas do auge defendem políticas concretas que levam os Estados-nações a agirem de modo adequado na corrida pela conquista do mercado mundial. Ainda que eles não formulem em termos teóricos o nexos circulação - produção - circulação que permite o aumento da riqueza, nem adotem a perspectiva decidida na produção como os fisiocratas, a política econômica defendida é certa no estímulo da expansão do capital associado a determinado Estado-nação. Sua estratégia política é justamente aquela que defende e promove os interesses econômicos da classe burguesa nacional cujo capital não se encontra atrelado a terra, como é o caso típico da França.

O problema é que os fisiocratas e Adam Smith não entendem que a ingenuidade teórica dos mercantilistas é contrabalanceada pela posição política correta mais avançada para boa parte dos Estados-nações capitalistas, e que isso marca uma contribuição progressiva desses autores. O desprezo absoluto aos mercantilistas só poderia vir mesmo da junção entre o *laissez-faire* francês e a posição suprema da Inglaterra porque a política econômica do livre comércio é justamente aquela que mais consolida esta posição.

A desconstrução do mercantilismo parte então de Dudley North, um dos primeiros autores a defender o livre comércio com o livro de 1691 *Discursos sobre o comércio* (Rubin ([1841] 2014), p. 87). Aqui, Rubin explica uma mudança importante: até então o termo “trade” (“troca”) era sempre usado no contexto da troca internacional, comércio internacional com o objetivo muito claro de obtenção de mais dinheiro. Em Dudley North, troca tem o sentido de troca de produtos, sendo o dinheiro usado como um meio. Dudley North defende então que o Estado se retire do processo econômico da troca, uma ideia precursora na época. Isso seria ainda mais eficiente para o aumento do capital e da riqueza do que a proposta de Thomas Mun.

Rubin argumenta que Dudley North dá um passo adiante em teoria em comparação com os mercantilistas: ele não confunde dinheiro (metal precioso) com valor de troca, nem com capital. Além da ausência do Estado no comércio, Dudley North (junto com Petty e Locke) defende que o Estado não deve influenciar o nível da taxa de juros, o que gerou uma controvérsia gigantesca, pois tocava nos interesses dos proprietários de terra e dos capitalistas monetários. Diferente dos mercantilistas, para quem o comércio era um jogo onde o que um ganha o outro perde, Dudley North percebe que existe um mecanismo de incremento do volume de riqueza que antecede o âmbito de trocas onde há apenas transferência do que já existe.

Este pensamento será desenvolvido ao longo do tempo e culminará na defesa inglesa da abertura comercial de todos os países. O liberalismo econômico e a ausência do Estado serão ideias promovidas “para fora”, para “os outros”, revelando que ele mesmo é a política de mercado adequada à situação de superioridade de quem o defende. O Estado-nação na ponta dianteira da corrente imperialista atua para bloquear a ação dos demais Estados-nações, facilitando assim a manutenção de seu poderio. Este movimento contextualizado para nossa época foi descrito recentemente por Chang (2004), em seu livro *Chutando a escada*, o que contribuiu para desmontar o mito do capitalismo liberal concorrencial entre diversos economistas atuando no tópico sobre desenvolvimento. Neste sentido, a doutrina liberal pode ser interpretada como uma forma específica do sistema maior que é prática da promoção dos interesses do conjunto da burguesia nacional no cenário mundial.

O ponto é que, esta perspectiva arguta, que nada mais é do que a continuidade da estratégia mercantilista de defesa e expansão do poder do império capitalista mais forte, se ergue sobre os alicerces científicos genuínos da Escola Clássica. Neste sentido, o liberalismo enquanto retórica na batalha ideológica do binômio teoria-política econômica pode ser entendido como extensão de

toda contribuição histórica dos autores mercantilistas. Contrapor a liberdade de contrato com o conjunto de ideias que reconhece a presença ativa da Política na condução da economia capitalista é totalmente descabido.

O argumento central para o qual Rubin ([1928] 2014), pioneiro na investigação do efeito de Marx sobre a Economia Política, chama a atenção é que uma crítica completa da Escola Clássica (ou Popular, como Friedrich List a chama) não se limita a se posicionar no dilema entre liberalismo ou intervencionismo de acordo com os interesses em questão. A superação da Escola Clássica deve também superar esse dilema impróprio como um todo. Só então será possível sair do labirinto do combate entre livre mercado e protecionismo e apreciar os autores mercantilistas, os fisiocratas e Adam Smith em seu contexto histórico.

4.3 Engels e Marx sobre a guerra interliberal

Como o dilema impróprio entre livre ação do mercado e ação estatal é então superado? Voltemos nosso foco para o *Umrisse* de Engels, o texto que chamou a atenção de Marx para os limites da Economia Política de então.

Engels ([1844] 1976) levanta as grandes questões econômicas do século 19 e não esconde sua nítida postura normativa, abusando da ironia para lidar com as contradições dos economistas. O texto é caracterizado por dois fatores fundamentais: primeiro, uma determinada postura ética que forma a base de sua crítica dos autores que versam sobre as questões econômicas e, segundo, o jogo incessante de contradições produzidas pela dialética em formato hegeliano, já que Engels não sistematiza nenhuma saída apesar de reconhecer o problema nuclear da propriedade privada que coloca os economistas repetidamente em um “beco sem saída”.

A palavra “Nationalökonomie” é o termo em alemão para designar aquilo que se chama na Inglaterra de “Economia Política” e sua tradução literal é “economia nacional”. Engels explica que a formação da economia nacional é o resultado do processo de corrida por acumulação de metais preciosos da época mercantilista. O princípio do acúmulo de valor transparece bem como um comportamento desprezível visto que todos agem com todos os meios possíveis no jogo de poder do comércio internacional. A lógica da compra e venda se assenta na exploração da ignorância mútua, pois as duas partes deste tipo de contrato tem interesses opostos em relação ao quantitativo de valor que fechará o negócio.

Engels explica a passagem do mercantilismo para a Economia Política inglesa como a passagem de um dos lados da unidade para outro: enquanto a doutrina da balança comercial

positiva dava diretrizes para o aumento da riqueza na forma de metal precioso por meio da força política organizada do Estado, o sistema inglês irá defender a expansão da riqueza nacional com base no livre comércio. São dois polos antagônicos que expressam uma contradição da qual os economistas não conseguem sair.

Neste sentido, Adam Smith é um progresso na história do pensamento econômico, mas um progresso contraditório. A riqueza nacional enquanto conjunto do esforço coletivo de um país é uma categoria que não se encaixa bem com a propriedade privada: se de um lado há um destaque para o aumento da riqueza material absoluta observada nas últimas décadas, por outro, há um aumento visível da população miserável condicionada pela existência da propriedade privada. A riqueza observada e exaltada no mercantilismo e no sistema inglês coexiste com sua face contrária, a pobreza, devido às regras da propriedade privada. O avanço de Smith, na visão de Engels, consiste no fato de que na segunda metade do século 18 a ideia de humanidade já ultrapassou as fronteiras nacionais e, por essa razão, Smith pode conjecturar um sistema econômico que abstrai da luta entre os Estados Nacionais. Esta seria a base da reprodução material e social de toda a humanidade. Esta é, aliás, a mesma leitura de Friedrich List, como apresentado anteriormente. A única diferença é que List pensa que essa abstração em relação às fronteiras nacionais é uma fraqueza da Escola Inglesa, quando, da perspectiva do socialismo internacionalista, é um de seus elementos fortes de compreensão do fluxo histórico de integração da humanidade e superação do nacionalismo burguês.

Percebem-se aqui ainda traços idealistas em Engels, visto que ele formula a solução dos problemas como a reconciliação da humanidade com ela mesma a partir de uma iluminação sobre quão perverso e socialmente nocivo é a lógica de acúmulo de riqueza privada à custa do organismo de trabalho social. De uma tacada só ele pretende liquidar imediatamente o atrito entre o indivíduo e o coletivo, tanto em termos da escala “pessoa-espécie humana” quanto em termos da dissolução das fronteiras nacionais entre os diversos Estados Burgueses. Obviamente não se pode exigir aqui uma saída mais concreta, visto que se está em 1844.

Em relação ao valor, categoria central de nossa análise, há uma abordagem extremamente rica já neste artigo pioneiro de Engels. A principal categoria do comércio é o valor. No entanto, Engels percebe que os economistas a desdobram em diversas outras categorias, como valor real, valor de mercado, valor comercial, etc. Essa é uma novidade importante em relação aos mercantilistas, pois antes não havia uma sistematização para explicar a variação do valor em seu

trânsito da esfera da produção para a esfera da distribuição. Os mercantilistas, em geral, organizavam suas análises apenas para que a diferença entre o valor de compra e o valor de venda fosse o máximo possível. Só que a partir do instante em que o capital comercial, por conta do esgotamento das possibilidades de ganho com a integração do mercado mundial, tem uma parte sua cada vez maior direcionada para a produção na Revolução Industrial, o estudo dessa variação quantitativa entre as determinações de custo e as determinações da demanda pode se aprofundar.

É muito chamativo o fato de que Engels identifica a controvérsia entre a teoria dos custos de produção e a teoria da utilidade, representado por Say, na explicação do valor. Engels reconhece que essa é uma contradição existente desde o começo do século 18 e acusa os economistas de não saberem resolver essa confusão. Impressionantemente, há aqui uma proposição de solução que irá nos remeter à conciliação entre as duas teorias como se observa no debate do cálculo econômico: para Engels, as duas esferas (custos de produção e utilidade) determinam em conjunto o valor do bem em transação. Os traços de idealismo são muito evidentes aqui quando Engels argumenta que a base justa para a troca é a coincidência entre o esforço de produção e a demanda específica saciada por esse esforço, e que isso, no fim das contas, nega a propriedade privada. Percebemos que Engels ainda não escapou completamente da lógica burguesa de contrapartida direta entre contribuição individual ao coletivo e remuneração lastreada nessa contribuição. Seu raciocínio abriga também ainda a ilusão de que uma “troca justa” resolverá todos os problemas do capitalismo.

Neste ponto, há uma proposta de organização terminológica muito relevante para o ainda subdesenvolvido debate do problema da transformação dos valores em preços de produção: Engels propõe que usemos a palavra “preço” para lidar com o que os economistas chamam de “valor”.⁵³ O preço é a relação quantitativa final entre os valores de uso na esfera da distribuição e que expressa a taxa de troca concreta, realmente efetiva em um contrato qualquer de compra e venda. Já o valor deve ser considerado para lidar com a relação quantitativa entre os valores de usos na esfera da produção, onde se pode avaliar os custos de produção a partir da interação técnica de substituição dada pela estrutura material da produção.

Engels admite que “É absolutamente correto que o preço seja determinado pela ação recíproca do custo de produção e da concorrência – essa é a lei essencial da propriedade privada” (Engels ([1844] 1976)), mas não deixa de frisar que a origem do preço está contida no valor, pois

⁵³ Essa sugestão será aprofundada no pós-fácio ao livro 3 do *Capital* em Engels (1895-1896 [2003]).

é necessário identificar a criação e distribuição de valor e riqueza, respectivamente, com a produção e circulação comercial.

Existe um “encaixe” entre o objetivo e o subjetivo na teoria do valor, mas, desde já, Engels não admite que o subjetivo tenha a capacidade de criação de riqueza. O máximo que ele pode fazer é ajustar a apreciação do objeto pré-existente de acordo com as capacidades que ele tem de satisfazer as necessidades do consumidor. A “transformação inversa”, ou seja, a transformação dos preços em valores como referendado por Samuelson e sua manobra neoricardiana em associação com Steedman (1977) está, assim, bloqueada metodologicamente desde o *Umrisse* de Engels.⁵⁴ Este bloqueio é importante para evitar qualquer possibilidade de retorno à ilusão da criação de valor na esfera da distribuição. A conquista efetuada na Fisiocracia e na ênfase crescente sobre a esfera da produção observada na Economia Política inglesa fica assim soldada na história milenar da controvérsia sobre a determinação da quantidade expressa na relação de troca entre as mercadorias negociadas. O produto, assim como o valor, é criado objetivamente na produção e sua distribuição gera os preços de acordo com o encaixe dessa criação na avaliação subjetiva individual.

Os limites da abordagem de Engels neste primeiro contato com a Economia são evidentes quando percebemos que ele se concentra apenas no quantitativo do valor. A teoria do valor trabalho não é ainda, portanto, desmistificada aqui. De fato, não temos sequer uma simpatia por essa teoria. Temos apenas uma sistematização da controvérsia em torno da determinação quantitativa das relações de troca sem que se faça uma opção pelo elemento qualitativo que gera essa quantidade. De todo modo, o desenvolvimento das contradições do pensamento econômico da época é feito com maestria na pena dialética Engelsiana, emergindo assim um solo de partida extremamente fértil para a jornada que será a elaboração da *Crítica da Economia Política*.

Engels deixa a questão do valor de lado para concluir o *Umrisse* com um desdobramento lógico da polaridade extrema entre concorrência e monopólio. A noção dos três fatores de produção (trabalho, terra e capital) é confrontada com a redução dos elementos do processo de produção a apenas dois: ser humano e natureza. A desconstrução do capital como meio de produção ou meio de trabalho (ferramenta) não é completa, mas é um bom começo para

⁵⁴ No prefácio do livro 3 do *Capital*, Engels contornou a dificuldade de um modo muito mais sutil. Ali, Engels desfez o bloqueio para caracterizar a superficialidade da economia vulgar e colocar a teoria do valor de Marx “em pé de igualdade” com qualquer teoria dos preços. Sobre isso, ver Camarinha Lopes (2012). Sobre a atuação de Samuelson na inversão do problema da transformação, ver Camarinha Lopes (2013) e Camarinha Lopes (2013a).

desmistificar sua naturalidade. Seguindo o que se apresenta pela teoria econômica da época, Engels explica que os três elementos unidos resultam no produto, mas que cada um deles concorre com os demais: um proprietário fundiário contra todos os outros, um capitalista contra todos os outros e um trabalhador contra todos os outros. Além disso, cada grupo concorre também com todos os outros (trabalho versus terra versus capital). No entanto, a associação é um momento necessário de pausa na concorrência para a cooperação dentro do processo de produção. Engels salienta que há uma contradição muito latente no circuito econômico que separa a produção e a distribuição a partir da propriedade privada. A produção conclama união e cooperação enquanto a distribuição incita divisão e concorrência. Engels está tateando a contradição entre a ação coletiva condizente com as forças produtivas da Grande Indústria e o comportamento individualista e competitivo amparado na propriedade privada. Ainda não é possível esmiuçar com mais detalhes essa incompatibilidade entre as forças produtivas existentes e as relações sociais de produção da sociedade burguesa. Contudo, é possível dizer que o raciocínio de Engels se locomove com segurança nessa direção.

E como fica a questão da corrida imperialista entre os Estados-nações? Ora, a discussão entre concorrência e monopólio contém o debate em torno das tarifas aduaneiras que os Estados empregavam como medida de proteção nacional para incentivar o desenvolvimento industrial local.

Em 1845, ou seja, logo após a publicação dos Anais Franco-Alemães, Marx estudou a principal obra de Friedrich List, o livro *O Sistema Nacional de Economia Política* na forma de anotações que mesclam bem a questão da emancipação tratada na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* com a Economia Política (Marx ([1845] 1972)). Qual é o seu veredito? A fundação da liberdade burguesa nos marcos históricos da Alemanha impede que se desenvolva ali uma Economia Política assentada na maior conquista que permitiu a Filosofia Moral responder sua própria questão vital: a noção da mão invisível. Assim, ao mesmo tempo em que a verdadeira essência do liberalismo é revelada (o liberalismo inglês é apenas a política econômica mercantilista condizente com a posição inglesa), seu aspecto positivo é atirado ao lixo quando se retorna à doutrina da conquista de riqueza limitada a uma nação e não a toda a humanidade.

O argumento que Marx desenvolve nesse rascunho para um artigo crítico sobre Friedrich List, mas que nunca chegou a ser escrito, é extremamente similar ao de Engels: a controvérsia liberalismo versus protecionismo (na forma de instituições legais especificamente desenhadas por

um dos Estados Nacionais na corrida pelo mercado global) gira dentro de um labirinto do qual os debatedores não conseguem escapar porque nenhum deles incorpora a contestação à propriedade privada.

Friedrich List é o primeiro Economista Político da Alemanha da estatura dos sistemas gerais criados por Quesnay e Adam Smith. Ele é a versão alemã da Economia Política liberal: só que as condições históricas de sua nação e sua época o impelem a reformular teoricamente os princípios básicos da doutrina mercantilista que fora seguida até o desembocar na Revolução Industrial na Inglaterra. Assim como Adam Smith e David Ricardo são a expressão teórica da ascensão e consolidação da burguesia inglesa, Friedrich List é a expressão teórica das forças políticas capitalistas na Alemanha. O protecionismo ressurgiu, portanto, contra a doutrina liberal inglesa como estratégia burguesa tardia para buscar alcançar o nível de poderio do Império Britânico. É nesse sentido que Engels ([1844] 1976) (versão em português p. 4) anota no *Umrisse* que, enquanto os economistas porta-vozes da Inglaterra não podem entender a restauração do sistema mercantilista por List, essa tarefa é extremamente elementar para aqueles que já incorporaram a questão da abolição da propriedade privada como o próximo passo a ser dado no campo da ciência econômica.

A concorrência e seu oposto, o monopólio, formam uma unidade de tal modo que um não existe sem o outro. Isso gera a infundável disputa entre os dois extremos, entre o protecionismo e o liberalismo, entre a seleção pela concorrência de um vencedor que vira monopolista e a supressão constante dessa seleção para que se retorne constantemente ao ponto de partida do jogo de mercado perfeito. O processo de mercado na concorrência tende à concentração e ao fim do movimento conduzido pelas leis da propriedade privada (leis essas descritas corretamente pela economia liberal, e o que é seu único progresso positivo segundo Engels), mas os economistas insistem na defesa da propriedade privada e se chocam com a realidade, que a nega.

Ao explicitar o descompasso entre técnica e sociedade, Engels explica que os avanços das forças produtivas não estão dando respostas às demandas do tempo, ou seja, ao clamor pelo fim da propriedade privada. A posição reacionária de Malthus é explicada a partir de uma questão central de alta relevância para o posterior desenvolvimento da Economia Política (tanto Crítica no sistema de Marx quanto reformadora no sistema neoclássico organizado por Marshall): a pobreza é um fenômeno social, e não natural, não estando assim, condenado à existência eterna. Mas a ruptura total de Engels com as leis de equivalência na troca, no entanto, não ocorre no *Umrisse*.

Seu tom idealista faz com que a relação assimétrica entre as três forças que correspondem aos fatores de produção da teoria econômica seja denunciada como “injustiça”.

Assim, a propriedade privada lança o ser humano a um estado de degradação, evidente a partir da observação da relação entre o avanço do sistema fabril e as condições de vida dos trabalhadores na transição da manufatura para a Grande Indústria. Engels conclui remetendo o leitor à sua análise em curso sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra (Engels ([1845] 1972)), onde é demonstrado o outro lado da moeda do progresso técnico e material contido no revolucionamento das forças produtivas efetuado pelo capital.

O *Umrisse* de Engels mostra, por um lado, que o valor esconde problemas profundos que não eram compreendidos e que causavam transtornos aos economistas. As contradições do valor em sua relação entre a teoria e a prática, ou seja, entre o âmbito filosófico idealista e os conflitos concretos observados entre as classes ilustram que a área da Economia concentra posições políticas inconciliáveis. Apesar disso, existe uma reconhecida unidade da ciência econômica em torno da teoria do valor de Smith e Ricardo. Como elucidado anteriormente, o processo de apropriação da Economia Política pelo movimento socialista causa o fim dessa unidade e abre o caminho para a transmutação da Economia oficial para outro esquema. Marx, seguindo este pontapé de Engels inicia seus estudos sobre os economistas em 1844 e começa a acumular anotações que irão servir de material para a construção de sua própria visão geral sobre o capitalismo, sobre as transformações observadas em seu tempo e sobre o núcleo conector que é o cume de sua produção intelectual: a teoria do valor enquanto componente da concepção materialista da história.

Por outro lado, fica claro aqui que a descrição de nascimento do capitalismo enquanto um processo espontâneo e natural não tem fundamento histórico. O processo de ascensão do capital enquanto modo de produção contou com a formação dos Estados Nacionais modernos, que faziam toda ação necessária para promover os interesses de sua respectiva classe capitalista. Portanto, a noção de que a humanidade atravessou um processo contínuo de evolução, partindo dos homens primitivos que já trocavam a caça pela pesca uns com os outros, como se a comuna nunca tivesse existido, até chegar aos complexos mercados ligados pelas rotas internacionais deve ser entendida como um mito. Nunca existiu na realidade um capitalismo liberal concorrencial, que conecta o indivíduo (burguês) sem mediações a toda a humanidade. Este estado de coisas é o resultado de uma abstração que cria no âmbito da teoria uma sociedade produtora de mercadorias e capital com determinadas características, cujas principais promessas são a ausência do Estado, a separação

entre o econômico e o político e o esquecimento de que o capital está intimamente associado ao poder da burguesia exercido pelo seu controle sobre o Estado-nação, ou seja, sobre o conjunto de homens destacados que formam a violência oficializada.

Como argumentado, a espiral que leva a teoria econômica a esse mundo de mercados ideais afasta-se crescentemente dos desafios concretos que o capitalismo lança para a humanidade. O liberalismo aparecia como o caminho certo para a liberdade individual e paz mundial, mas o fato é que sua formação coincide com o encadeamento dos impérios capitalistas. O liberalismo, assim, nada mais é do que o reflexo idealizado do acirramento brutal da competição mercantilista sob a forma de Estados Nacionais cada vez mais equipados e preparados para os conflitos de escala global. O exclusivismo mercantilista gera como resultado uma doutrina abstratamente oposta ao intervencionismo, qual seja, a doutrina econômica do liberalismo. O liberalismo, por sua vez, é simplesmente a postura intelectual do primeiro império, quer dizer, do Estado-nação líder da corrida pelos mercados no mundo. Concretamente nunca houve um abandono do mercantilismo como guia de política econômica para fortalecimento da economia nacional, como apontam primorosamente Rosa e Oliveira (2015). Portanto, o imperialismo, entendido como a simbiose entre Estado e capital que avança sobre o mercado mundial, pode ser entendido como o desfecho da trajetória histórica de formação do capitalismo, exatamente como ensinou Lenin ([1917] 2010) em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

O conceito de imperialismo é muito caro à tradição Marxista. O primeiro estudo sistemático sobre o fenômeno em relação ao capitalismo maduro foi feito por Hobson ([1902] 1968). O livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* é também uma resposta à obra de Hobson, um economista burguês e pacifista. Sua oposição ao imperialismo é assim apoiada na ideologia liberal e pode ser resumida na tríade exclusivismo, liberalismo, imperialismo (Hobson ([1902] 1968), p. 82, 83, 115) enquanto tese, antítese e síntese. A ideia central de Hobson é que seria possível evitar o imperialismo sem deixar o capitalismo. Para ele o imperialismo seria um desvio de ordem moral e ética, uma opção errada pelo caminho da barbárie, e não o resultado necessário da racionalidade de ampliação do valor. Ao invés de associar o capitalismo ao imperialismo, Hobson pensa ser possível construir uma ordem econômica capitalista global com paz efetiva. O idealismo domina sua estrutura filosófica. Este é o mesmo movimento norteador do esforço de Keynes em fundar uma nova ordem econômica internacional capitalista com paz.

Um próximo estudo de análise do imperialismo a aparecer antes da obra de Lenin foi o livro de Hilferding ([1910] 1985) sobre o capital financeiro. A tese central de Hilferding é a seguinte: o desenvolvimento capitalista termina com aquela situação de empresas de indivíduos em âmbito competitivo. Surgem sociedades de capitalistas e mercados concentrados. Esse aparecimento é expresso no desenvolvimento da bolsa, na fusão do capital bancário com o industrial. Isto vai formar o capital financeiro, que permite um retorno do Estado para limitação da livre-concorrência. A noção do *laissez-faire* desaparece com a situação de capitais muito grandes. O controle destes grandes capitais é mais fácil de ser feito pela sociedade como um todo. Por isso, o capitalismo maduro apresenta condições objetivas mais sólidas de transição para o socialismo, ou como ele escreve: “A função socializadora do capital financeiro facilita extraordinariamente a superação do capitalismo.” (Hilferding ([1910] 1985), p. 343).

Aparentemente uma boa notícia, mas a análise histórica não indica que a transição seja tão fácil assim. Hilferding explica como Alemanha e os Estados Unidos estão assumindo o lugar da Inglaterra como economias imperialistas líderes no sistema capitalista mundial e destaca que, ao invés de o sistema concretizar o liberalismo mundial, as proteções nacionais são adotadas. Isso faz com que os capitais sejam exportados como forma de superar estas barreiras. Assim, ao invés de haver uma criação do mercado mundial livre e de todo aquele cenário de união internacional pacífica, há a ampliação do próprio território econômico nacional pelo domínio e pela força. Hilferding descreve o imperialismo antecedente à Primeira Guerra Mundial deixando nítido que o projeto de integração de toda a humanidade nascido na Revolução Francesa está à beira de ruir.

O capital financeiro precisa de um Estado. Não para que o Estado controle os excessos da lógica de valorização, mas para que este capital, nacionalmente delimitado, possa guerrear com os demais capitais do resto do mundo. Ao explicar a ascensão da ideologia nacionalista vencendo o internacionalismo do proletariado, Hilferding ([1910] 1985), p. 315, mostra também que a simbiose Estado-capital tem um propósito determinado muito distante da paz e da união global que persistia como sonho na Economia Política burguesa.

Apesar dos diversos avanços na elaboração do conceito crítico de imperialismo (contando com outros autores, como Rosa Luxemburgo ([1912] 1985)), foi apenas com o livro de Lenin que o imperialismo capitalista encontrou uma base explicativa sólida que explicitava a dificuldade objetiva da união dos trabalhadores de todos os países. Lenin escreve um livro curto, muito denso, para tratar do problema geopolítico mundial de seu tempo: o imperialismo. Seu argumento central

é que o imperialismo, com todas as suas características, é uma fase específica e incontornável do capitalismo.

O contexto, indicado anteriormente, é o de refutar a tese de Kautsky, para quem o imperialismo é uma opção de política externa. Kautsky, de acordo com Lenin, pensa que o desenvolvimento capitalista superior pode se dar com base na não-violência. Todo esforço de Lenin é para mostrar que essa ideia está completamente equivocada, sendo inclusive, extremamente perigosa para o movimento comunista. Lenin avalia que tal ilusão em Kautsky está conectada com a formação do reformismo/oportunismo, que é o fundamento da derrota da Segunda Internacional e a conversão da socialdemocracia em aliada da burguesia.

Para atacar Kautsky, Lenin utiliza a obra de Hobson. A ideia é que, mesmo tendo uma posição ideológica da burguesia, a crítica de Hobson é mais avançada que a de Kautsky e de Hilferding, pois ali não se nutre a falsa ilusão de um desenvolvimento pacífico do capitalismo. Em Hobson, o caminho pacífico do capitalismo não é uma ilusão, mas uma possibilidade real, visto que sua estrutura filosófica não é do socialismo de Marx.

Uma das principais ideias de Lenin é a de que o mecanismo do imperialismo corrompe, subordina parte do proletariado nacional, que passa então a apoiar seu respectivo império. Esta camada corrompida do proletariado é a base de apoio da Segunda Internacional, que passará então a defender toda estratégia de defesa nacional contra o resto do mundo. Lenin indica que pode haver uma explicação objetiva para o reformismo e para a tendência nacionalista da classe trabalhadora espremida pelas forças internas do capital. O ímpeto do valor empurra a expansão do sistema capitalista nacional para os povos além da fronteira. A classe trabalhadora assalariada nacional apoia e sustenta seu Estado-nação porque este pode elevar e garantir suas condições materiais com as migalhas que sobram da exploração dos trabalhadores dos outros países. A costura frágil da solidariedade internacional entre os trabalhadores de todo o mundo, ao se romper, abre brecha para que a social democracia se converta em oportunismo e, em seguida, social-chauvinismo (Lenin ([1916] 2003)). Dessa maneira, o movimento comunista antecedente à Primeira Guerra Mundial falha em solucionar o problema objetivo de contornar o apoio do proletariado nacional a seu respectivo Estado capitalista, levando a tensão imperialista a explodir no conflito armado em 1914.

A organização da economia capitalista nacional se inscreve assim em um processo de planejamento diante de dois caminhos: exacerbar a expansão territorial imperialista (culminando no conflito aberto entre os trabalhadores de distintas nações) ou expandir os limites de reprodução

do capital internamente às fronteiras da economia. Este último caso seria a tentativa de controlar a lei do valor para impedir as guerras, algo que veio a ser considerado, ainda que de modo muito limitado, apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial na chamada era de ouro do capitalismo. Para avaliar criticamente esta saída, cujo maior expoente no âmbito do pensamento econômico foi Keynes, é necessário considerar o planejamento no contexto da luta de classes.

*

O capítulo 4 mostrou que o imperialismo se desdobra do desenvolvimento livre do capital e que em nenhum instante o liberalismo está dissociado de interesses determinados. O controle da lei do valor ou a formação de uma economia nacional forte sob o comando de um Estado capitalista bem construído evidenciam, assim, que o propósito de certo planejamento pode estar em choque gritante com os interesses do povo trabalhador em sua jornada pelo fim da exploração do ser humano sobre o ser humano. É por esta razão que não é suficiente recuperar o conceito de Estado no âmbito da ciência econômica: é necessário apreender o Estado capitalista (e consequentemente, o planejamento) como a forma de expressão de um padrão específico da luta de classes, aquela em que se desenrola o conflito entre capital e trabalho.

Capítulo 5: Luta de classes e planejamento econômico

“A evolução da sociedade capitalista compreende, portanto, duas fases perfeitamente definidas. A primeira está assinalada pela desarticulação das formas de dominação social apoiadas na apropriação autoritária do excedente e de ascensão da classe mercantil à posição hegemônica. A segunda é definida pela *emergência da organização das massas assalariadas como elemento de crescente importância nas estruturas de poder.*”

Celso Furtado ([1987] 2013), *Entre inconformismo e reformismo*. Itálicos – T.C.L.

Este capítulo 5 relaciona a luta de classes com o planejamento econômico aproximando-se da conturbada relação entre Marx e Keynes. O principal argumento do capítulo é que o planejamento econômico possui sempre um caráter político. Assim, nunca é adequado abordar o tema do planejamento de forma genérica como se o embate fosse entre o plano e o mercado, ou entre intervenção e liberalismo. O planejamento cujo propósito é a manutenção da reprodução econômica sob a forma mercadoria-capital recebe o nome de “planejamento econômico de natureza capitalista”, conceito aqui elaborado com maiores detalhes. A conciliação de Marx com Keynes não é o objetivo aqui, mas sim a pavimentação de um caminho de diálogo que retome a problemática da relação entre Reforma e Revolução, tema central para todos aqueles interessados em retomar o eixo de organização transformadora rumo ao comunismo que se rompeu no primeiro quarto do século 20.

5.1 Keynes e o fim da Escola Inglesa Liberal

O período entre o último quarto do século 19 e os anos 1930 guarda uma série de transformações no âmbito das ideias econômicas. É nesse intervalo que o paradigma no qual a Economia Política nasceu se altera profundamente. Como visto, a ascensão do modo de produção capitalista sustentava a grande questão da Filosofia Moral sobre como o nexos entre o indivíduo e o coletivo ocorria sem coerção externa direta. Esse era o desafio intelectual para compreender a dinâmica social mutante que deixava as relações sociais não mercantis definitivamente para trás. No entanto, as condições históricas de um capitalismo maduro, equipado com a Revolução Industrial e sua dispersão pela Europa, América e Ásia criam um novo cenário para a teoria econômica. O desfecho da corrida imperialista na Primeira Guerra Mundial e, depois, a Grande Crise de 1929 foram fatos de envergadura gritante que fecharam para sempre o caminho de volta para o mundo idílico do sistema equilibrado, natural e harmonioso do *laissez-faire*. O declínio do Império Britânico e a consequente adaptação à nova situação internacional são primorosamente captados como fatores incontornáveis pela mente do economista mais influente do século 20: John Maynard Keynes.⁵⁵

A ideia aqui defendida é a de que Keynes, ao criar a base filosófica e teórica para a Economia Política de sua época, teve que encarar três tarefas.

⁵⁵ Agradeço ao professor Everton Tibiriçá Rosa pelo entusiasmo em discutir com profundidade Marx e Keynes. Esta seção se beneficiou deste diálogo e eventuais erros e equívocos se devem à minha leitura incompleta de Keynes.

Primeiro, em nível abstrato, era necessário refutar a lei de Say que se encontrava na raiz de toda visão da assim chamada por ele Escola Clássica. Segundo, havia a necessidade política de um discurso econômico novo, ou seja, diferente do padrão de defesa do livre mercado inspirado pelo *laissez-faire*, mas que ainda assim não fosse absorvido pelas ideias alternativas à filosofia de liberdade da civilização Ocidental. Essa segunda tarefa consistia em afastar a ideia de planejamento econômico dos fenômenos do socialismo e do nazismo. Era necessário reivindicar o planejamento da economia sem abandonar as bases mais gerais do sistema econômico de mercado. Em terceiro lugar temos uma tarefa pragmática, que muito tem a ver com a preocupação de Keynes em persuadir as pessoas sobre seu próprio ponto de vista. Trata-se da transformação do debate econômico em uma atividade dispersa fundamentada na intuição e experiência própria. Esta terceira tarefa se refere à ênfase dada à política econômica concreta, ao linguajar de descrição dos vínculos entre as variáveis-instrumento (por exemplo, taxa de juros, taxa de poupança, investimento) e as variáveis-fim (por exemplo, taxa de crescimento do produto, taxa de emprego, renda nacional total). Ainda que a exatidão destes vínculos seja apenas uma abstração, devido ao caráter de incerteza impregnado em cada nódulo da rede extremamente complexa que é a economia real, Keynes ajudou a criar a percepção de que a condução do sistema econômico poderia ser visto como uma “arte”.⁵⁶

Keynes simboliza uma mudança de paradigma em relação tanto ao sistema que pariu Adam Smith quanto à ascensão da noção do planejamento econômico dentro da organização econômica capitalista. No contexto da coordenação econômica nacional para preparação para a guerra imperialista, o planejamento já aparecia como um momento de quebra do discurso da liberdade absoluta. Só que é Keynes quem se apropriará dele de uma maneira que atenda aos anseios dos Estados-nações capitalistas opositores tanto ao Fascismo/Nazismo quanto ao Bolchevismo. Esta é a linha de defesa básica da concepção de mundo do Ocidente na virada de 1914.

Como bem aponta Tamás Szmercsányi (1978), entender Keynes implica em entender o declínio do império britânico e a transição da hegemonia capitalista para os EUA (Estados Unidos

⁵⁶ E não como uma manipulação hidráulica da máquina como se faz entender todos os modelos criados a partir da interpretação de Hicks (1937) e da síntese neoclássica aperfeiçoada por Samuelson e outros. Sobre a trajetória e influência do manual de Economia de Samuelson ver Skousen (1997). Sobre a desconstrução do keynesianismo bastardo, termo cunhado por Robinson (1937), ver Ferrari Filho (1991), Carvalho (1992) e a história da formação da Escola pós-keynesiana em King (2002) e Harcourt (2008). Sobre a convergência e diferença entre Marx e Keynes a partir do ponto sobre o qual o pós-keynesianismo não avança (da teoria da crise para o conceito de mercadoria), ver Camarinha Lopes (2011a).

da América). Neste sentido, e considerando sua consciente submissão enquanto cidadão ao Estado-nação Inglês, toda sua criação se refere a uma saída “controlada” da hegemonia britânica para uma nova ordem mundial que atenda os ideais de civilização esvaçados com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A apreciação de Keynes enquanto economista e pensador não pode, portanto, abstrair de seu contexto histórico e da posição social-filosófica que o faz ter confiança no futuro incerto da civilização no sentido de Karl Mannheim ([1943] 2005).

Keynes nasceu em 1883 em uma família acadêmica de Cambridge, Inglaterra, e teve um ambiente inicial extremamente rico em termos de formação intelectual.⁵⁷ A família participava dos círculos de personalidades destacadas da economia, da política e da filosofia. Keynes estudou diversas disciplinas ao longo de sua juventude, sendo que a matemática e a filosofia foram particularmente aquelas que chamavam muito sua atenção antes de se voltar às questões da economia. Ingressou no serviço público em 1906 no escritório de acompanhamento econômico da Índia, colônia mais populosa da Grã-Bretanha. Neste período, sua preocupação se voltava aos aspectos de flutuação de câmbio que influenciavam o resultado do balanço de pagamentos. Desde o início tinha fascínio pela dificuldade de realizar previsões certas sobre o movimento dos preços das moedas, algo que se aproximava de sua visão sobre como a incerteza deveria ser entendida em um sistema tão complexo como a economia. Em 1909 virou professor em Cambridge e editor do *Economic Journal*. Em 1915 torna-se assessor do governo britânico.

A Primeira Guerra Mundial foi um evento de proporções tremendas para toda a geração de Keynes. O mundo estava em transformação e Keynes passou a buscar influenciar essas mudanças na direção que achava ser correta, com base no poder de persuasão, ou seja, com base no poder de argumentação sobre quais seriam as melhores ações que o Estado-nação Inglaterra deveria tomar para que o sonho civilizatório da burguesia não fracassasse. Em 1919, Keynes participa da delegação britânica na reunião preparatória do Tratado de Versalhes. É nessa hora que ele se torna mundialmente conhecido devido a sua posição muito clara contrária aos acordos do tratado, impostos pela Grã-Bretanha e demais vencedores da Primeira Guerra Mundial sobre a Alemanha. Para ele, a configuração do tratado não resultaria nos objetivos de paz e prosperidade, algo absolutamente imprescindível para ele na reorganização das relações entre os Estados-nações mais poderosos da Europa. Por conta dessa divergência com o governo britânico, Keynes se afasta do

⁵⁷ Sobre os detalhes biográficos de Keynes ver Skidelsky (1996) e Szmercsányi (1978).

governo nos anos seguintes e se dedica a sintetizar sua posição em relação ao tratado no ensaio *As Consequências Econômicas da Paz* (Keynes ([1919] 2002)).

O texto contém suas razões para abandonar seu posto no governo (no British Treasury e como membro do conselho econômico) ao analisar a conjuntura política e econômica internacional abalada pela eclosão e desfecho da Primeira Guerra Mundial. Keynes primeiramente esboça o equilíbrio existente antes de 1914 que permitia a expansão da riqueza na Europa. Em sua visão, a estrutura econômica e social do capitalismo de então sustentava um padrão de relações internacionais que promovia um avanço ou um progresso benéfico para o conjunto dessas economias. Basicamente, esse estado de crescimento e desenvolvimento econômico e social harmônico seria causado por uma certa “psicologia social” da comunidade que permitia o bolo crescer sem ser jamais consumido. Esta “psicologia social” teria atuado como uma base instável propulsora do crescimento econômico ao direcionar todo o capital para a expansão contínua do sistema. É interessante observar que Keynes atribui esse padrão de uso dos recursos a um equívoco mútuo entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Enquanto a primeira, tendo baixa disposição para consumir, controlava boa parte do aumento da renda, a segunda não aproveitava o crescente montante produzido por ignorância ou obrigação. E, o que é entendido como contradição por ele próprio, tal desigualdade teria sido o que possibilitou aquela “época feliz”.

Assim, ao longo dos anos antecedendo o famigerado século 20, os capitalistas, ao invés de consumirem, investiam de tal modo que “o crescimento do bolo era objeto de uma atitude verdadeiramente religiosa” e o consumo era na prática “muito pouco” (Keynes [1919] 2002, p. 12). Apesar de não ter propósito, ou seja, apesar de a virtude do bolo estar justamente no fato de não ser consumido nunca, Keynes acreditava que a sociedade sabia o que estava fazendo, ainda que de forma inconsciente: ela estaria progredindo de forma a superar a previsão catastrófica de Malthus ([1798] 1996). O aumento quantitativo do produto social possibilitado por isso era para Keynes a principal justificativa de existência do capitalismo. Esta é, aliás, uma justificativa similar àquela posta por Marx: a lógica do capital empurra o revolucionamento das forças produtivas que são essenciais para solucionar o problema econômico de escassez que dificulta a construção do

comunismo não-primitivo. Todo o raciocínio de Keynes deste escrito enfatiza que a Primeira Guerra destruiu essa trajetória progressista.⁵⁸

Com o fim do conflito havia então o desejo de reconstruir aquelas condições anteriores, mas Keynes percebe que o caráter da paz forjada no Tratado de Versalhes não conseguirá cumprir essa demanda. Para ele, o Tratado não contém nada que direcione o sistema para a Paz, pois ele não estava preocupado em estabilizar os Estados que tinham entrado em conflito, mas apenas em esmagar a vida econômica do inimigo por meio das indenizações de guerra. O ponto central é que as imposições à Alemanha provavelmente levariam à ruína da economia e à fome generalizada. O perigo, como aponta Keynes, é que essa barbárie poderia facilmente destruir os últimos resquícios da civilização europeia. É por isso que ele se empenha em ir contra as condições do Tratado de Versalhes, o que lhe valerá a fama de ser um polêmico servidor do Império Britânico. Neste contexto ele vira uma *persona non grata* para o *establishment*. Afinal, como alguém tão fiel aos princípios mais amplos da civilização livre poderia ser contra um castigo justo imposto ao perdedor da Primeira Guerra? A mentalidade jovem e voltada para o futuro de Keynes, forjada no radicalismo auto-centrado do Grupo de Bloomsbury, se chocava com a ainda permanente visão retrógrada dos detentores de poder que não percebiam o iminente declínio da Inglaterra enquanto centro econômico e político do mundo.

Afastado das funções como oficial do governo, durante os anos 1920, Keynes exerce atividades como financista e conhece os meandros da City. Nesta época, publica também artigos e panfletos, entre eles o Tratado sobre Probabilidade de 1921, que vão deixando as pegadas da construção de seu sistema de Economia Política. As profundas mudanças históricas, sociais e políticas da época já estavam incentivando uma renovação do quadro da teoria econômica que seguia, então, o padrão da Revolução Marginalista agrupado no livro-texto de Marshall ([1890] 1985). Quando todos os autores iam à direção de formular uma teoria alternativa a esse padrão, estoura a crise de 1929.

Segundo Szmerecsányi (1978), Keynes foi quem conseguiu arrebatrar todos os economistas e *policy makers*, pois já era uma figura internacionalmente conhecida. Ele relativiza a importância pontual de Keynes e o coloca no conjunto de pensadores buscando alternativas. Isso é significativo

⁵⁸ É importante destacar que a visão idílica de Keynes sobre o capitalismo até a Guerra é fortemente influenciada pelo padrão de vida da alta sociedade inglesa e por sua posição de classe. A pretensa aproximação entre Keynes e Marx insinuada nunca deve confundir o leitor sobre suas respectivas posições na luta de classes.

para a compreensão da Revolução Keynesiana em um sentido mais amplo: o processo de convencimento de Keynes sobre as falhas da Escola Clássica era repetidamente amparado pelo fluxo dos acontecimentos que empurravam a economia capitalista do século 19 para o século 20. Mais especificamente, para um momento em que a coordenação da economia nacional deveria adquirir um outro caráter, caso se quisesse evitar o conflito armado. Neste sentido é equivocado atribuir o sucesso da Economia Política de Keynes exclusivamente à Crise de 1929 e às transformações subsequentes. A mudança de paradigma começa mais cedo, principalmente por causa da erupção da corrida imperialista na forma de conflito aberto dentro do continente europeu.

Por exemplo, em 1923 é publicado *Um Tratado sobre Reforma Monetária*, um primeiro ensaio sistemático que condensa as preocupações teóricas necessárias para ultrapassar o paradigma exausto dos economistas clássicos (Keynes (1924)). Por conta das instabilidades econômicas do entreguerras Keynes investiga a inflação, a deflação e as taxas de câmbio, ou seja, o enfoque recai sobre o sistema monetário. Sua atenção se volta para a moeda (ou o dinheiro), parte central do sistema que parece ser o principal responsável pela instabilidade. No entanto, nesta primeira análise, Keynes atribui o fator de instabilidade do sistema à flutuação do valor da moeda e não à moeda em si. Com isso, a ideia deste escrito é a de que o governo deve se ocupar apenas em manter o valor da moeda estável.

Na época, os economistas demandavam o retorno do Padrão Ouro para que o comércio internacional pudesse florescer mais uma vez. Keynes, no entanto, argumenta que esse retorno continuará gerando instabilidade às moedas nacionais e se coloca contrário à posição da maioria dos analistas. Apenas mais tarde, com a continuação da instabilidade da ordem internacional na eclosão da Segunda Guerra é que se reconhecerá a impossibilidade de se retornar ao esquema anterior onde a Inglaterra tinha as condições de exercer o posto de comando na cadeia de emissão de moeda. A presença do Estado para manutenção do sistema de mercado também já parece ser uma das características da ruptura com a tradição do *laissez-faire*, ainda que sua ação esteja restrita à manutenção da estabilidade da moeda, ou seja, à política monetária mais estreita. Este é um dos principais motivos pelos quais Milton Friedman tem em alta estima esta obra de Keynes.⁵⁹

Os alicerces da filosofia liberal estão abalados com os distúrbios internacionais e todos buscam um sentido para o capitalismo a despeito dos horrores da Primeira Guerra Mundial. Keynes

⁵⁹ Agradeço ao prof. Everton Sotto Tibiriçá Rosa por chamar-me a atenção para esta particularidade da leitura de Friedman sobre Keynes.

está em um momento crítico de reelaboração das bases filosóficas que podem continuar a sustentar o liberalismo em seu sentido positivo, ou seja, enquanto ideologia da liberdade individual em um sistema de mercado que consiga, também, atender os anseios do coletivo.

Por ocasião de um encontro de simpatizantes do liberalismo em Cambridge em 1925, Keynes escreve o artigo *Am I a Liberal?* (Keynes ([1925] 1972)), que mostra suas posições em relação aos principais programas políticos da época. Mais uma vez se percebe a crença de Keynes no poder das ideias: são elas que teriam a capacidade de conduzir a sociedade para o progresso e para o futuro. É neste escrito que Keynes refuga tanto a corrente liberal e sua asa mais reacionária, o partido conservador, quanto a corrente social defendida pelo Partido Trabalhista inglês. Em sua visão, a dicotomia entre estes dois lados está mal posta, o que impede a elaboração de uma saída correta do impasse em que o mundo se encontra. Enquanto a primeira corrente mantém ideias da “velha guarda” ultrapassada e propostas que são inviáveis, a segunda representa as ideias da nova sociedade, mas com um programa “tolo” fadado ao fracasso devido à incompetência técnica de seus líderes (Skidelsky (1996), p. 60).

O excesso de racionalismo de Keynes é evidente na polarização crescente que o mundo observa com a expansão do movimento socialista e com a Revolução Russa de 1917. A justificativa de rejeição ao Partido Trabalhista, por exemplo, é primeiramente baseada na descoberta de que este Partido é um partido de classe, à qual ele mesmo não pertence. Só que em seguida, Keynes ressalta que o principal motivo de sua não aproximação a esse grupo não se assenta nisso. Ou seja, seu distanciamento em relação ao grupo trabalhista não é porque seus interesses políticos individuais diferem dos do partido, mas sim porque, em sua opinião, os elementos intelectuais desse partido não conseguem exercer um controle adequado. As decisões tomadas pelos líderes deste grupo seriam erradas ou equivocadas não por conta de sua posição política, mas por conta de sua incompetência técnico-científica. Keynes inverte a noção de que a filiação partidária reflete a coincidência dos interesses do indivíduo com um grupo social, argumentando que o raciocínio puro é o critério para a tomada de posição política. É como se a política pudesse ser conduzida por técnicos alheios à luta de classes. É como se um grupo destacado de sábios se colocasse à disposição para conduzir o sistema evitando os atritos entre as classes, garantindo assim, a reprodução econômica sob a ordem de um mercado sob estrita supervisão do Estado. Como se

verá este aspecto faz parte do sistema econômico ideal que Keynes projeta em paralelo com a construção de sua teoria.⁶⁰

Neste sentido se percebe como o liberalismo tem uma nova roupagem sob o pensamento de Keynes. O principal elemento a ser eliminado é aquela percepção naturalística de que o sistema econômico segue um fluxo automático rumo ao ajuste. A ordem natural oriunda da fisiocracia será severamente contestada por Keynes, que não esconde sua admiração pelos autores mercantilistas e sua postura política fiel ao Estado-nação a que servem. Os mercantilistas não se perdem nas abstrações de esforço teórico e mantém o foco nas ações estatais que conduzem de fato a economia nacional para os objetivos estabelecidos pela política.

Antes, a meta era a expansão no contexto do acúmulo possível pela circulação, agora, a meta se apresenta no binômio crescimento-desenvolvimento. Enquanto a Inglaterra ocupava o centro do sistema, sua política econômica para a economia mundial (livre-mercado) coincidia com a concepção teórica do deixar-acontecer. Só que agora é necessário retomar o elemento político que foi extirpado da ciência econômica, porque a Pax Britannica não assegura mais as regras contínuas da economia global. A Escola Inglesa amplamente popularizada por Adam Smith não tem mais os fundamentos objetivos que permitiam a ciência econômica se assentar na noção da mão invisível ou da lei do valor enquanto mecanismo descontrolado que gera a ordem. A hegemonia defensora do liberalismo não pode mais existir porque o sistema econômico capitalista exige uma coordenação que vai além dos Estados-nações. A coordenação econômica em nível internacional retira o elemento do jogo livre de mercado entre as economias nacionais e obriga os analistas a estudarem como a economia mundial como um todo está passando de uma forma de organização para outra.

A ruptura de Keynes com o antigo liberalismo é descrito no artigo *The End of Laissez-Faire*, publicado em 1926, que capta justamente esta transição histórica (Keynes ([1926] 1972)). Keynes se opõe à ilusão dominante da mão invisível em sua vertente mais forte que remonta ao encaixe perfeito entre interesse individual e coletivo ao reconhecer que os interesses privados nem sempre coincidem com os interesses sociais. Ao final deste texto, Keynes indica o caminho do

⁶⁰ Reconheço a possibilidade desse arranjo como “rota de fuga da crise”, mas não o seu caráter libertador porque aqui o grupo controlador mantém a massa trabalhando alienadamente. Pragmaticamente, o arranjo pode ser condicionalmente apoiado como uma forma de facilitar o trabalho de politização, visto que aqui o problema da riqueza *material* da massa está resolvido. É somente neste sentido que este escape pode ser apoiado pelos comunistas, que podem aproveitar a situação de estabilidade material para fazer avançar o componente intelectual/espiritual/político.

“novo liberalismo”, uma concepção que admite explicitamente o elemento de controle no capitalismo, sem que isso implique na criação de um sistema que destruía as liberdades individuais. Toda sua preocupação se relaciona com os caminhos alternativos de sistemas econômicos que se abrem devido às turbulências do começo do século 20. Para ele, o capitalismo dirigido com sabedoria pode ser o sistema que atinge os objetivos econômicos da forma mais eficiente possível, ainda que ele seja totalmente criticável do ponto de vista moral. Esta posição sobre a possibilidade de direção do capitalismo, aliás, não é muito diferente da posição do próprio Adam Smith, para quem, como apontado anteriormente, toda a riqueza seria estendida até as camadas mais pobres da população *em uma sociedade bem dirigida*, gerando assim uma situação social verdadeiramente saudável e desejada (Smith ([1776] 1996), p. 70).

Neste sentido, antes mesmo da crise de 1929, Keynes já possui um diagnóstico razoavelmente desenvolvido tanto sobre o sistema econômico capitalista, quanto sobre os autores que se dedicaram a estudar tal sistema. Para Keynes, é necessário julgar o capitalismo com base em dois critérios distintos: por um lado é necessário observá-lo do ponto de vista da eficiência econômica e, por outro lado, é preciso investigá-lo em uma perspectiva que podemos chamar de “moral”. Para Keynes, a tarefa seria justamente a de desenvolver um sistema econômico que unisse estes dois critérios de modo não antagônico. O sistema ideal seria ao mesmo tempo, portanto, eficiente e “socialmente justo”, quer dizer, não estaria em contradição com o sentimento geral do que é “correto”. Em outras palavras, a saída do sistema anterior para uma nova economia implica em unir o lado progressivo do capitalismo com os anseios éticos que resumem o ideal de vida confortável e satisfatória. Apesar da incongruência social do modo de produção capitalista ser expresso aqui de forma tão nítida, Keynes não reduz essa contradição ao conflito entre as principais classes sociais que formam a economia capitalista. A contradição permanece em sua mente, forçando-o a resgatar a crítica aristotélica à lógica do dinheiro em sua separação de economia e crematística.⁶¹ Considerando o desenlace de Marx sobre a Economia Política, é possível conceber a solução de Keynes como uma saída para o passado ao recuperar o debate medieval em torno do “preço justo”. Trata-se de retomar os aspectos da ética e da moral como motrizes do pensamento econômico.

⁶¹ A crematística é apontada por Aristóteles como a “arte de fazer dinheiro” em contraposição à “economia”, atividade cujo fim é gerar os elementos necessários para a reprodução material da vida humana. Sobre isso ver Marx ([1867] 1985) [O Capital, livro 1, capítulo 4], p.129 e uma apresentação mais sistemática a partir da perspectiva política em Rossi e Tierno (2009).

Nesse sentido, não seria imprudente alocar Keynes dentro da corrente socialista não-marxista. Keynes consegue retornar com segurança para o dilema indivíduo-coletivo da Filosofia Política, mas, infelizmente, assim como ocorre com Adam Smith, não supera o padrão liberal duro de Mandeville, sendo, portanto, obrigado a voltar para a crítica moral ao sistema. Esse é um dos principais motivos pelos quais a ciência econômica moderna não abre espaço para a linha da Economia Política Clássica: retomar os elementos da moral e da ética é considerado um movimento reacionário para a perspectiva positivista de ciência.

De fato, a posição de Keynes sobre o socialismo em toda sua envergadura é um tema de investigação aberto. Sua primeira avaliação sistemática da experiência soviética levada adiante na Rússia é apresentada em 1925, no artigo intitulado *A Short View of Russia* (Keynes ([1925] 1972b)). Os dois posicionamentos de Keynes sobre o processo histórico que se desenrola na Rússia desde 1917 são interessantes para compreender seu “socialismo” em oposição ao socialismo de Marx. Primeiro, para Keynes, a construção da União Soviética não se deve ao desenrolar de um movimento real que poderia ser explicado pela dinâmica de transformação da economia na transição do século 19 para o século 20. Para ele, a obra se assenta exclusivamente numa ideologia. Em outras palavras, o rearranjo econômico e social ali em curso seria exclusivamente o resultado da aplicação de uma ideia oriunda de Lenin e Marx e não um dos diversos desenlaces políticos possíveis para a região no contexto histórico da Primeira Guerra Mundial. Segundo, tanto a URSS como fenômeno real quanto sua fonte inspiradora ideológica, o Marxismo, não teriam nada a contribuir para a solução dos problemas práticos do mundo moderno.

Apesar deste aparente desprezo pela conquista do poder pelos bolcheviques, é evidente que a Revolução Russa era um dos fatos que mais atraía a atenção dos economistas entre 1918 e a quebra da bolsa em New York. Anos mais tarde, quando em visita aos Estados Unidos para estudar o New Deal em 1934, Keynes indicará com contentamento e esperança que Washington se tornara o novo laboratório econômico do mundo no lugar de Moscou (Skidelsky (1996), p. 117).

Temos aqui com alguma nitidez a posição contrária de Keynes em relação à vertente socialista que se ampara na teoria de Marx. Por outro lado, não existe um descarte absoluto de certos elementos defendidos pelo socialismo considerado em toda sua amplitude. A reforma do capitalismo se estrutura no pensamento de Keynes como um eixo poderoso que o transporta com segurança da época liberal clássica para a Era dos Extremos no sentido de Hobsbawm. É essa cápsula bem selada que dará o fundamento filosófico para uma nova Economia Política que, ao

mesmo tempo em que rompe com o modelo clássico adepto da lei de Say, evita a saída à esquerda revolucionária da Crítica da Economia Política de Marx e dá seguimento a um projeto de reforma social razoavelmente profundo.

A Crise de 1929 destrói definitivamente os frágeis pilares que ainda sustentavam as ideias econômicas com esperanças de retornar ao capitalismo pré-1914. Em 1930 sai o livro *A Treatise on Money*, que marca um avanço qualitativo no desenvolvimento do núcleo teórico da Economia Política de Keynes (Keynes ([1930a] 2012)). Se no *Tratado sobre Reforma Monetária* o problema da instabilidade era identificado na volatilidade do valor da moeda, aqui, já se identifica que a questão reside na própria natureza da moeda. Ou seja, a permanência da crise no sistema não se deve a uma circunstância temporal de variabilidade na taxa de câmbio entre a moeda e demais ativos. A moeda é um item diferente no mercado que engendra o potencial de desequilíbrio. A escola pós-keynesiana ressalta esse livro como momento fundamental da trajetória intelectual de Keynes, pois é a partir daqui que as diferenças em relação ao quadro tradicional clássico serão cada vez mais trabalhadas.

Apesar da moeda já entrar como um elemento importante, Keynes aborda a questão de modo amplo, observando que as decisões de poupança e investimento não ocorrem dentro de um espaço de coordenação assegurada. As ações de uso dos recursos são desconexas, ou seja, as decisões de uso e de disponibilização de recursos são feitas por grupos que não estão em contato, o que pode gerar um desencaixe e a falha da reprodução econômica. Nesse sentido, o Estado não precisa se restringir às ações que visam manter o valor da moeda. Ele pode atuar no espaço de decisões de investimento, o que é, de certa maneira, uma antecipação da noção de socialização dos investimentos que aparecerá na Teoria Geral.

Ainda em 1930, Keynes externa sua visão do futuro da economia num tom nitidamente otimista no artigo *Economic Possibilities for Our Grandchildren* (Keynes ([1930] 1972)). Aqui, a trajetória da humanidade é resumida como uma história de sucesso na resolução do problema econômico e é até possível notar um paralelo com o esquema geral apresentado por Marx: na sucessão de formas de organização da economia, a humanidade encontra o capitalismo como uma ferramenta altamente eficaz no aperfeiçoamento das forças produtivas. Neste sentido, o capitalismo tem uma justificativa histórica: é ele quem possibilita a criação das condições materiais objetivas para a realização dos ideais amplos lançados com a ascensão da burguesia. A justiça

social e a igualdade entre todos os seres humanos se torna possível com o incremento brutal da riqueza material total.

Num futuro onde o estado de abundância seja real, Keynes acredita que a paixão pelo dinheiro poderá finalmente desaparecer e ser reconhecida pelo que é: uma doença mental que acometeu a humanidade durante milhares de anos, mas que também foi o que a ajudou a solucionar “por linhas tortas” o problema básico da escassez. Neste sentido, é possível confirmar que o futuro imaginado por Keynes guarda uma espécie de socialismo que será atingido após um longo período de aperfeiçoamento gradual. A estratégia de reforma e a ação política da social democracia se alinham com esta perspectiva, dando a impressão de que o recorte de Keynes em relação aos Marxistas se assemelha com o de Lenin e Rosa Luxemburgo em relação a Social democracia alemã. O socialismo de Eduard Bernstein e Kautsky pode, portanto, encontrar pontes de diálogo com o keynesianismo e aprofundar ainda mais as pesquisas de conexão entre Marx e Keynes.⁶²

Após mais alguns anos de sistematização, em 1936 sai a *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*, que teve um impacto teórico imediato e muito profundo. As conseqüências práticas só ocorrem mais tarde, depois da Segunda Guerra Mundial, na visão de Szmerecsányi (1978). O New Deal nos EUA foi implantado de 1933 a 1937, o que reforça a perspectiva de que Keynes está no turbilhão de transformações, ao invés de ser o inspirador delas. Mesmo que a *Teoria Geral* ainda não tivesse sido publicada, a ideia de que o investimento é autônomo e pode ser usado para tirar a economia da depressão já circulava com força, também por causa dos avanços de Keynes.⁶³

Mais tarde, Keynes participa ativamente no governo britânico durante a Segunda Guerra Mundial. Ele desenvolve princípios de alocação de investimentos em acordo com o esforço de guerra que são seguidos pela Grã-Bretanha. Em 1939 ele escreve o texto *How to Pay for the War*, em que estabelece estes critérios de alocação de recursos e coloca em prática ideias da Teoria Geral no contexto da guerra, ou seja, seguindo o objetivo da guerra, e não do pleno emprego como

⁶² A investigação pode partir da pergunta sobre em que medida Keynes era adepto da filosofia por trás do socialismo Fabiano. A sociedade Fabiana é uma organização reformista fundada em 1884 cujo propósito era aglutinar intelectuais e políticos para se pensar na transição gradual ao socialismo. John Stuart Mill era uma das referências filosóficas e a sociedade integrou-se ao Partido Trabalhista no começo do século 20. Alfred Marshall já apresentava, por sua vez, uma solução mais integrada entre capitalismo e socialismo que, obviamente, seguiu sendo aprimorada em Keynes (Mattos (2010)).

⁶³ Para uma saída elegante da controvérsia interminável entre o primado da poupança ou do investimento, típica entre os monetaristas e os pós-keynesianos, ver Dobb ([1963] 1986), que elucida no capítulo 5 o nexos lógico do binômio poupança-investimento com base no movimento histórico real da acumulação de capital.

Keynes almeja. O governo começa a chamar Keynes e seus discípulos para atuar junto aos objetivos do Estado inglês, mas os objetivos não são aqueles que Keynes coloca como cruciais. Por isso, para Szemrecsányi (1978), Keynes foi ficando frustrado e continuou no governo apenas por ser muito pragmático. A partir daí, Keynes vai trabalhar para que a Grã-Bretanha reduza suas perdas ao mínimo durante a transição do poder global para os EUA.

Em 1944 Keynes vai à conferência de Bretton Woods como chefe da delegação britânica, onde ele propõe a União Internacional de Compensação, uma espécie de Banco Central mundial que tornaria inócuo o poder de emissão de moedas nacionais. A ideia geral deste “Plano Keynes” como ficou também conhecido era criar uma moeda internacional que não estaria sob controle direto de nenhum Estado-nação em particular. Isso ajudaria a sustentar a estabilidade mundial ao eliminar a competição direta de poder econômico que emana do direito exclusivo de emissão.⁶⁴ A proposta oposta, ou seja, que pretendia seguir com a estrutura competitiva entre as moedas nacionais foi sustentada pelos EUA na figura de Harry Dexter White. O resultado das negociações foi a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. Ao perceber a incapacidade de persuasão para implementar seu plano, Keynes aceita a derrota e se esforça para configurar o sistema de relações comerciais e financeiras de maneira a satisfazer ao máximo os interesses da Grã-Bretanha. O sistema de Bretton Woods atrelava o dólar ao ouro, mas o padrão seria abolido pelos Estados Unidos em 1971, revelando que o poder de emissão da moeda mais demandada para as transações internacionais estava plenamente nas mãos do governo norte americano.⁶⁵ De volta dos Estados Unidos, Keynes falece em 1946, deixando um legado desafiador para o desenvolvimento teórico da ciência econômica e para a análise do capitalismo no século 20. A Escola Inglesa Liberal chegou definitivamente ao fim, mas encontrou um novo paradigma fora da Crítica da Economia Política de Marx.

O planejamento de natureza capitalista, sendo uma noção razoavelmente larga, abriga com especial atenção a contribuição teórica e política de Keynes. Seu sistema inspirou e influenciou filosoficamente a consolidação do Estado de Bem Estar Social das potências ocidentais e foi o quadro sobre o qual se desenhou o capitalismo dos anos 1930 aos anos 1970, ou seja, o capitalismo

⁶⁴ Sobre o Plano Keynes e o seu abandono no contexto da conferência de Bretton Woods, ver Fernandes (1991), que compunha junto com Roberto Campos e Eugênio Gudin, entre outros, o grupo brasileiro no encontro. Sobre a delegação brasileira em Bretton Woods ver Barreiros (2009).

⁶⁵ Sobre as negociações em Bretton Woods em 1944, ver ainda Belluzzo (2008a), que destaca a oportunidade perdida de se criar um sistema financeiro internacional menos propenso às crises.

concreto entre o fim do liberalismo clássico e seu retorno sob a forma transmutada de neoliberalismo. Em especial, Keynes ajudou a consolidar a ideia de que o capitalismo é “controlável” e que é possível delimitar politicamente suas ações e resultados, algo que não era admitido explicitamente nas discussões econômicas polarizadas entre capitalismo e socialismo antes da experiência histórica do século 20.

Dessa maneira, considerando os meandros da persistência da Social-democracia em distinção ao comunismo de Rosa Luxemburgo e Lenin, Keynes conseguiu com sucesso afastar a visão radical de que o problema do mundo só poderia ser resolvido com a superação do próprio capitalismo. Nesta perspectiva, capitalismo e socialismo não são dois planos sem contato, o que explica também que a solução keynesiana para a controvérsia do cálculo econômico socialista se transforma numa terceira via pragmática que aglutina as forças opostas “capital” e “trabalho”. A repreensão ao sistema de Keynes não pode, assim, ser fundamentada na constatação factual de que, em teoria, capitalismo e socialismo se excluem. Isto seria repetir o argumento correto, embora inócuo, de Paul Mattick ([1969] 1980), como faz recentemente, por exemplo, Menezes Gomes (2012). Todo o problema é que a economia mista pode se manter indefinidamente, gerando a reprodução material permanente sob o domínio da lógica de incremento de valor. A contraposição à solução de Keynes reside, portanto, na crítica da alienação que o planejamento de natureza capitalista engendra e não na situação social de abundância bem distribuída que tal solução busca atingir.

5.2 O planejamento econômico de natureza capitalista

O conceito de Padrão de Reprodução

A possibilidade de reprodução econômica sob domínio do capital não é, entretanto, uma questão completamente nova. Marx já havia investigado e sistematizado os estudos que apontam para a viabilidade abstrata de reprodução infinita do capital. Ou seja, a questão do fim do capitalismo já havia sido estudada dentro do invólucro teórico que sustenta todo o argumento apresentado no *Capital*. Qual é a conclusão geral?

O limite do capital não está em algum condicionante externo. Ele não se encontra acima da estrutura como se fosse uma redoma que delimita o espaço físico e humano sobre o qual o capital atua e transforma. O limite do capital está no próprio capital. O que isso significa? Significa que se existir algo que o restrinja, esse algo não está fora de sua razão de ser. Nesse sentido é que

se deve entender que o limite do capital é a sua própria lógica de expansão. O capital se assenta no fenômeno generalizado da produção de mercadorias para cumprimento da expansão quantitativa do valor, independentemente de quem tem o controle sobre esta expansão. Ou mesmo se não houver controle algum. Isso significa que, em última instância, a única coisa que pode limitar o capital é a inversão do processo da alienação que a produção de mercadorias catapulta. É aqui que entra o fenômeno do controle político da lei do valor como momento crucial para entender o capitalismo concreto do século 20.

A alienação pode permanecer em um sistema econômico controlado. O início do planejamento, da planificação além das fronteiras dos grandes conglomerados, dos monopólios, e por fim, das nações, não implica no fim do processo alienante integrado ao modo de produção capitalista. Apesar de ser muito diferente do capitalismo anterior, o capitalismo do século 20 em todas as suas variações (e aqui devemos incluir os sistemas de planejamento do Ocidente, do fascismo e da União Soviética) ainda se refere a um modo de produção específico com leis internas desnudadas no *Capital*. A característica de permanência mais importante é a alienação em relação ao processo de controle da reprodução econômica: ainda que o sistema receba agora uma direção, o objetivo primordial da transformação da natureza continua sendo a mera expansão quantitativa do valor. Isso é o que caracteriza o planejamento de natureza capitalista. Trata-se do controle de reprodução econômica material que permite a expansão quantitativa do valor sem grandes quebras ou turbulências sociais. O capitalismo, portanto, comporta a planificação econômica, tanto em nível nacional, quanto em nível global.

Aqui, é útil abordar o conceito de padrão de reprodução como proposto por Ruy Mauro Marini e aprofundado por Jaime Osorio. A reprodução econômica abstraída da forma social em que ocorre indica que há uma circularidade dos momentos de produção e distribuição do produto. Isto quer dizer que existe repetição do metabolismo entre os seres humanos que compõem a sociedade em questão e a natureza que é seu meio. No caso do modo de produção capitalista, este ciclo também deve ocorrer e, no contexto das transformações mencionadas em relação ao planejamento, ficou cada vez mais claro que o capital não está em contradição antagônica com o controle. Desde que tal controle consiga manter o ciclo de reprodução dos valores de uso sem grandes rupturas, existe a possibilidade da expansão contínua do valor.

O padrão de reprodução do capital, portanto, se refere a uma regularidade da transformação de insumos em produtos que possibilita a expansão do valor e do capital sem interrupções. A

indicação mais pertinente da abordagem teórica do padrão de reprodução do capital proposta por Marini e Osorio é a observação da ligação entre as esferas do valor de uso e do valor em todas as experiências de coordenação da economia capitalista. Essa abordagem conecta os esforços de estudo sobre o capitalismo regulado que ascendem a partir de 1930 aos esquemas de reprodução desenhados por Marx no livro 2 do *Capital* (Ferreira e Luce (2012), p. 10).

De forma bastante resumida, um determinado padrão de reprodução do capital pode ser visualizado como um caminho específico que o capital descobriu para se reproduzir e se valorizar (Osorio (2014a), p. 87). Ao longo desse caminho ocorre a reprodução econômica material, ou seja, a repetição do ciclo produção e consumo ao mesmo tempo em que o ímpeto de expansão do valor é atendido. O fato para o qual Osorio chama a atenção é que tal situação de estabilidade expansiva do sistema econômico se assenta em uma estrutura específica de valores de uso que compõem o produto. Isso significa que existem diferentes possibilidades de padrão de reprodução para o capital, que se diferenciam por conta dos diferentes valores de uso da economia em questão. Nas análises da tradição da Teoria Marxista da Dependência, o foco recai sobre a comparação entre as economias centrais e as economias dependentes. Com base neste raciocínio do vínculo entre a estrutura dos valores de uso e o incremento de valor, Marini ([1973] 2008) indicou que o capitalismo pode existir sobre diferentes estruturas: enquanto o capitalismo central, por exemplo, consegue dar vazão à sua necessidade de expansão ao incluir massas largas de trabalhadores assalariados no mundo do consumo capitalista (além de outros mecanismos), as economias dependentes estão estruturalmente ligadas a um ciclo de formação de valores de uso totalmente descolado das demandas de suas populações trabalhadores. Evidentemente isso é um dos reflexos do imperialismo que aumentam os desafios para a união entre os trabalhadores de todos os países.

Este ponto é ressaltado por Osorio ao mencionar que a perspectiva do padrão de reprodução do capital pretende integrar aquilo que geralmente é analisado de maneira fragmentada. Inicialmente, tal perspectiva requer articular a análise de valor e de valor de uso (Osorio (2014a), p. 91). Já isso justifica a potencialidade da proposta analítica, considerando o esforço de Marx em amarrar adequadamente os dois mundos que formam a unidade da célula do capitalismo, ou seja, da mercadoria.

A pergunta que emerge é de fato simples, embora seus desdobramentos sejam vastíssimos: em que valores de uso a valorização do capital se efetiva? Isso remete a observar a realidade econômica tendo em conta o determinante da lógica capitalista. É imprescindível verificar a

estrutura de valores de uso sobre a qual o capital está efetivando seu movimento, pois isto permitirá explicar que esta estrutura está subordinada a uma função objetivo que não é determinada pelos produtores diretos, mas que também não se baseia nos antigos discursos teocráticos de domínio sobre o uso do produto e do excedente, como nas sociedades pré-capitalistas.

A observação do acesso aos valores de uso pela classe trabalhadora parece ser um corolário interessante da proposta de padrão de reprodução do capital. É possível formular a partir daqui uma interpretação fundamentada no fenômeno do Estado de Bem Estar Social, que ao mesmo tempo em que reconhece a saída lógica keynesiana, mantém a base crítica amparada em Marx de que o capitalismo é um modo de produção baseado no fenômeno da alienação. O sistema econômico pode seguir uma regularidade, um padrão, e ter, durante esse período, um caráter de estabilidade ou continuidade. Neste ponto, é possível aprofundar um aspecto específico desta perspectiva de Marini e Osorio em relação ao planejamento.

O conceito de padrão de reprodução do capital como apresentado por Jaime Osorio parece comportar duas possibilidades de regularidade. A primeira seria a regularidade “espontânea” ou “natural”, para usar termos comuns da tradição liberal em Economia Política. Aqui, o processo “puro” do movimento dos capitais em corrida pela expansão gera padrões de reprodução específicos não porque houve uma elaboração política consciente sobre a concatenação dos setores de produção e da distribuição do produto, mas porque a origem do capitalismo global é espacialmente determinada. O padrão de reprodução do capital na Inglaterra é condizente com o acúmulo e arranjo de valores de uso que formam a passagem da manufatura para a Grande Indústria. Em contrapartida, como fenômeno espelhado, o padrão de reprodução do capital na periferia se dá sob uma série de valores de uso que compõem as matérias primas de exportação. Os padrões antagônicos das economias centrais e dependentes se formam de acordo com a intensificação espacial dos avanços das forças produtivas. E criam uma unidade dialética que permite entender porque o subdesenvolvimento é a metade do desenvolvimento capitalista, e não uma mera etapa inicial na escala unidirecional rumo ao progresso econômico e social.

A industrialização se expande geograficamente, mas sempre por pontos concentradores em torno dos quais se criam padrões específicos de reprodução material. Neste primeiro caso, a regularidade da reprodução sempre é interrompida pelas crises, que expressam simplesmente a necessidade do capital encontrar outro caminho para dar continuidade a seu movimento expansivo. Neste sentido, não há um planejamento como se deve entendê-lo como fenômeno novo. O amparo

político ao capital, neste âmbito, se restringe a ações isoladas para consolidar a posição da economia nacional na corrida imperialista. O Estado não participa diretamente do arranjo de valores de uso no processo alternado de insumo-produto como ocorre com os grandes conglomerados de capital misto e empresas Estatais ao longo do século 20.

O esforço de industrialização de todo o resto da cadeia das economias capitalista sempre conta com uma segunda possibilidade de regularidade, que podemos chamar de “consciente” ou “artificial”. O padrão de reprodução aqui não brota do mero resultado das forças da concorrência livre. Neste segundo caso, o padrão de reprodução é forjado com o esforço político de contrabalancear as tendências centralizadoras do capital em curso livre. Aqui é possível pensar em um desenvolvimento “equilibrado” no sentido de evitar as recriações constantes das desigualdades de todos os tipos e níveis. Apesar das propostas de liberalização econômica retornarem constantemente, como se viu com o neoliberalismo e com o retorno extremamente frágil de Keynes depois da crise de 2008, é consenso entre historiadores econômicos que sem esta ação política consciente do Estado a industrialização na periferia não teria ocorrido de modo sistemático.

Abstraindo do objetivo de industrialização, que é o caso mais comum para a análise do padrão de reprodução na periferia, este segundo tipo de regularidade também aparece com outras funções objetivo. Por exemplo, o padrão de reprodução após 1930 foi aquele que conseguia eliminar o problema do desemprego. Qual foi a estrutura dos valores de uso que saíam deste padrão? As cidades de Hiroshima e Nagasaki, amostras terríveis do potencial destruidor da ciência dominada pela corrida armamentista, são apenas um exemplo extremo desta coordenação econômica geradora de padrões de reprodução que ampliavam o teto de expansão possível do capital.

De fato, os dois tipos de regularidade ou de origem de padrões de reprodução do capital coexistem na prática. O principal ponto para o qual se chama a atenção é que a regularidade artificial é um fenômeno sistemático novo considerando a amplitude das ações políticas que dirigem o capital. Isso é muito revelador da verdadeira tendência do papel do Estado no processo de consolidação e aprofundamento do modo de produção capitalista. O Estado tende a se tornar cada vez maior, no sentido de ser mais presente, ativo e influente no processo de reprodução econômica. Este fenômeno, no entanto, não implica numa transição direta para o modo de produção seguinte.

Estado grande versus livre mercado é apenas mais uma das formas falsas de assimilar a

contradição entre as forças produtivas atuais e as relações sociais de produção do capital. Desde que a função objetivo seja a expansão de valor do sistema econômico, o Estado, ainda que gigantesco, está submetido à lógica normal da valorização engendrada no gene da célula mercadoria. Em outras palavras, o sistema econômico pode ser controlado, mas os controladores não precisam ser necessariamente os produtores diretos. Em teoria, um grupo altamente capaz numa posição privilegiada teria as condições de conduzir o sistema para os estados politicamente almejados de bem estar *material* coletivo, utilizando o ímpeto do lucro proveniente da propriedade privada dos meios de produção. A proposta de Keynes vai nesta direção e é interessante destacar como ela pode ser visualizada num quadro analítico que evidencia sua possibilidade teórica.

No âmbito da Economia crítica brasileira existem diversos estudos que caminham nessa direção, com o intuito de mostrar que as propostas teóricas de Keynes e Marx podem se complementar na luta pela transformação do modo de produção capitalista. Santos (2010), por exemplo, faz uma leitura bem fundamentada na linha do argumento aqui defendido. Partindo da crítica ao discurso neoliberal de que a crise capitalista é o resultado da crise fiscal e do Estado como entidade externa à sociedade, Santos (2010) defende que o sistema de Keynes abarca possibilidades muito mais amplas de controle do processo econômico do que se imagina nos esquemas habituais de política econômica. Seu corte em relação à recuperação dos fundamentos como feito pelos pós-keynesianos é nítido, o que gera um distanciamento ainda maior em relação ao keynesianismo hidráulico nascido da popularização simplificadora na modelagem de Hicks (1937).

A Economia Política de Keynes seria, segundo Santos (2010), muito mais próxima dos problemas debatidos no âmbito da política. Os conflitos sociais do capitalismo no século 20 demandam uma estrutura de análise que permita gerenciar o sistema econômico de modo a dar saída civilizatória aos impasses gerados pelo acirramento da luta de classes, cujas expressões gerais são as tensões dramáticas das Guerras Mundiais. Assim, a condução do processo econômico estaria subordinada à administração política destes embates, tendo como objetivo a manutenção da reprodução econômica do capital sem a geração da barbárie. Neste sentido, Keynes retoma a preocupação filosófica do bem estar da humanidade tão presente na época em que a ciência econômica era acompanhada de perto pela Filosofia Moral. O capitalismo pode ser politicamente administrado para que se evitem resultados socialmente inaceitáveis, e é nessa direção que os economistas críticos humanistas caminham na esperança de encontrar um capitalismo onde a paz

é possível.

Em termos teóricos esse capitalismo é concebível. Ele não é analiticamente impossível. Apesar da descrição acurada da utopia ser insuficiente para dar os passos em sua direção, ela é extremamente útil para revelar as contradições do presente e instigar a busca por soluções concretas. Da mesma maneira como o socialismo atravessa esse processo na tentativa de se apropriar da ciência, Keynes avança nesse sentido para contribuir com a construção do mundo de seus sonhos. A Filosofia da Práxis não bloqueia a perspectiva idealista. Ela ajuda a interpretá-la no quadro da ciência para que sua projeção seja realizada a partir do correto encadeamento entre o ideal e os meios de atingi-lo. Neste sentido, reatar os laços com o socialismo utópico como insinuado aqui não implica em abandonar o eixo de organização teórica proposto por Marx e Engels.

O conceito de padrão de reprodução do capital é bastante útil para demonstrar o sistema econômico ideal de Keynes e, ao mesmo tempo, a possibilidade formal de reprodução infinita do capital. A reprodução econômica pode ser imaginada como a sucessão de matrizes compostas pelos diversos valores de uso que compõem a economia. Assim, a matriz insumo se converte na matriz produto e esta é utilizada no processo seguinte de produção como insumo. Isso gera a sequência de matrizes que expressa a reprodução econômica pela intercalação da produção com a distribuição (ou uso do produto). Os esquemas de reprodução de Marx no livro 2 do *Capital* são uma primeira sistematização desse modelo que resgatou um legado fundamental da Fisiocracia, a noção de reprodução econômica como fluxo circular.⁶⁶ Marx estava preocupado em mostrar como a reprodução econômica, ou seja, como a reprodução material da vida (a perspectiva de valor de uso) ocorre quando o capital domina o processo de organização dessa reprodução. A lógica de ampliação do valor pode ser atendida infinitamente desde que a estrutura de valores de uso na sequência da reprodução econômica seja esgotada no sentido de ser encaminhada para um próximo ciclo de expansão de valor. Aqui entra uma polêmica relevante e aberta em relação à teoria da crise do capital.

A crise, como bem apontado por Marx, é apenas a expressão da contradição mais aguda

⁶⁶ Sobre a formalização das matrizes desde Quesnay até Sraffa e Leontief, ver Camarinha Lopes e Neder (2011). Para o resgate do legado positivo dos fisiocratas que permitiu o aperfeiçoamento do Tableau, ver Marx ([1862-1863] 1968) [Teorias da Mais-Valia] e Marx ([1885] 1985) [O Capital Livro II]. Sobre o formato dessa formalização sob influência de Kalecki ([1952] 1985) ver Possas (1983) e a conceituação de demanda efetiva em Possas e Baltar (1981). Para uma introdução qualitativa-histórica sobre esta perspectiva de síntese em torno dos esquemas de reprodução ver Miglioli (1982).

dentro da mercadoria: a contradição entre valor de uso e valor. Desde que os valores de uso sejam manipulados para dar sequência à expansão de valor, o sistema do capital segue seu caminho sem interrupções. A contradição valor de uso/valor só bloqueia o ciclo de reprodução quando os valores de uso em sequência de insumo e produto não atendem a renovação material necessária para manter a expansão de valor. Essa é a razão pela qual a crise capitalista concreta tem inúmeras causas. Tome, só para mencionar uma, a tese do subconsumo. O uso insuficiente do produto enquanto valores de uso para consumo gera um transtorno para a continuidade de expansão do valor. Um determinado caminho de reprodução do capital, ou seja, um padrão de reprodução que atendia determinada demanda social (ou privada endinheirada) por bens de consumo pode ter se esgotado, visto que essa demanda foi completamente atendida. Certamente, não é isso que explica a crise capitalista em sua totalidade. Mas o fato específico do esgotamento de retorno financeiro em determinado setor por qualquer motivo gera um distúrbio na reprodução de todo o sistema e, se o capital que até então se expandia ali não encontrar vazão em outros setores, a crise aparecerá nas diversas formas concretas como desemprego, distribuição de renda, pobreza, entre outros.

Keynes percebeu, à sua maneira, que a lógica do capital não tem como referência o atendimento das necessidades humanas. Isso é chocante para o paradigma da ciência econômica (desde sua origem até como ela é entendida hoje), visto que este campo do conhecimento deve consensualmente ajudar a humanidade a solucionar o problema econômico, ou seja, deve ampará-la em sua tarefa de se reproduzir materialmente na Terra. O capitalismo soluciona o problema da escassez em sentido estrito, mas cria problemas de outro tipo. A abundância se torna um problema neste modo de produção. Como dar encaminhamento a este impasse que empurra a humanidade para uma mudança dramática na maneira de organizar sua economia?

Da mesma maneira que, no âmbito teórico, a lei do valor abriu espaço para a noção de cálculo econômico socialista, no âmbito ideológico o liberalismo cedeu lugar para a noção de planejamento econômico. Como Keynes argumentou, entretanto, o começo do plano não significa o fim do capitalismo nem o começo do socialismo. Como isso é possível, considerando a contradição fundamental entre mercado e plano?

A saída é inteligível quando se desenha o que chamamos de planejamento econômico de natureza capitalista. A crise capitalista pode ser contornada pela adequada administração do sistema de reprodução. E o mais perturbador: o controle do processo de reprodução econômica não precisa estar nas mãos da classe trabalhadora consciente. O capitalismo sob controle pode ser

concebido como a reprodução contínua de valores de uso que garantem a expansão do valor e isso pode ocorrer, idealmente, em um contexto de paz e abundância material bem distribuída.

Aqui podem emergir dois argumentos de impossibilidade da continuação temporal do modo de produção capitalista. O primeiro indica que o sistema econômico sob o domínio da lógica de valorização não pode dar sequência à reprodução sem danificar o meio ambiente e, assim, o limite do capital estaria evidenciado pelo horizonte biofísico de reprodução material no planeta. Um exemplo concreto dessa variante é a ideia de que o padrão de desenvolvimento das economias centrais não poderia ser replicado pela periferia devido ao alto custo ambiental provocado por sociedades de alto consumo sem reuso adequado do lixo. Furtado ([1974] 2013), reconhecendo a falácia do crescimento econômico como eixo central de promoção do desenvolvimento humano e social se ampara nessa ideia para iniciar sua avaliação crítica do desenvolvimentismo, ou seja, da apologia inconsequente das benesses do aprofundamento do capitalismo em determinada economia.

No entanto, esse raciocínio de que o capitalismo é “externamente” inviável não procede. A crítica ao capitalismo não pode ser fundamentada fora do núcleo gerador da alienação que é a relação social mercadoria. A época de Marx já conhecia minimamente os processos naturais de ação da civilização humana sobre a natureza e ainda assim, a conclusão foi a de que o limite do capital não é externo ao capital. Isso significa que a natureza (e sua destruição) não impõem barreiras à alienação que sustenta a produção de mercadorias e capital. Outra forma de apenas iniciar uma defesa desse argumento é lembrar que a expansão de valor não necessita estar atrelada ao uso mais intenso dos valores de uso, e, portanto, da natureza. Ao amarrar a lógica de valorização ao atendimento de necessidades subjetivas formam-se diversas possibilidades de reprodução, sendo que uma delas pode alternar a intensidade de uso dos objetos materiais moldando por meio de propaganda as necessidades subjetivas para que o nível de poluição seja administrável dentro dos limites biofísicos do planeta.

O segundo argumento se relaciona com as possibilidades da paz mundial em um sistema dividido entre Estados-nações. Abstratamente, como se pode depreender das análises clássicas de Adam Smith e David Ricardo, o capitalismo pode ser concebido como um sistema único no globo que não se subdivide em unidades menores, e, nesse sentido, não é inviável conjecturar a ausência de guerras em um mundo composto por um único Estado a serviço da expansão de valor. As fronteiras nacionais não são limites ao sistema capitalista em sua forma pura. O capitalismo sob o

microscópio de Marx no *Capital* está abstraído da existência de diferentes capitalismos nacionais.

É nessa direção que a noção de superimperialismo de Kautsky (1914) se encaixa: teoricamente o capitalismo pode ser imaginado em um contexto pacífico onde todo o esforço da humanidade trabalhadora é direcionado para trabalhos expansivos do valor não relacionados com a indústria da guerra. Infelizmente, o encaixe entre ideal e realidade não é perfeito e é para isso que Bukharin aponta ao classificar como utopia reformista o quadro idílico da tese de superimperialismo de Kautsky ao afirmar: “Se se parte de um raciocínio teórico puramente abstrato, esse truste [uma única organização mundial, um truste universal, a que o proletariado internacional faz contrapeso – T.C.L.] é inteiramente concebível (...)” (Bukharin ([1917] 1984), p. 129). Só que o nível de abstração usado por Marx para desnudar o movimento puro do valor não serve para preparar a ação necessária para a transição no plano concreto. Do contrário, todos deveriam atuar para que se formasse primeiro uma única entidade Estatal-capitalista abrigando todos os povos do mundo, para que depois a transição pudesse começar.

Toda a questão, portanto, não é sobre o fim do capitalismo devido à impossibilidade da reprodução material sob seu domínio. O ponto central é que o domínio do processo de reprodução econômica, ou em outras palavras, da lei do valor, não equivale à abolição da relação social que sustenta a alienação em torno desta reprodução. Caso o controle seja exercido pela classe capitalista, ainda que os problemas básicos de pobreza, distribuição e guerra sejam resolvidos (ou mesmo somente atenuados a ponto de esvaziar a pressão revolucionária), o fenômeno da alienação permanece.

Evidentemente, esta situação de uma paz mundial controlada atendendo a lógica de valorização é estável desde que as pessoas não despertem para participar do processo decisório de produção e distribuição. Mas enquanto o movimento socialista expressar o incremento de consciência para a emancipação plena das massas trabalhadoras a tensão permanecerá e o economista descobrirá que sua opção pela gestão racional do sistema do capital o levará a atuar no processo educacional que ampliará tal administração a todos os membros do coletivo. Isso por sua vez estimula o despertar e é nesse sentido que a aplicação consequente das propostas de Keynes leva a uma mudança tão profunda que seu objetivo pode se revelar como um tiro que saiu pela culatra: ao tentar salvar o capitalismo, acabou contribuindo para desenhar um caminho para a transição gradual ao socialismo.

O sucesso da aplicação das políticas de estabilidade e de interesse material do coletivo abre

espaço para o processo de educação política de contingentes cada vez maiores de pessoas. A dedicação às artes, cultura e prazeres da vida que Keynes tinha em mente pode, inadvertidamente, incluir a emancipação das massas por meio da crescente humanização e integração dos trabalhadores nos círculos decisórios sobre os assuntos econômicos de toda a sociedade. Como Celso Furtado destaca na epígrafe deste capítulo, estamos em uma etapa do capitalismo onde as massas assalariadas são cada vez mais integradas aos círculos de decisão. Logicamente, como reação a isto, a manutenção da alienação da classe trabalhadora (como implícito no projeto de Keynes) parece se converter em um momento ativo do programa que objetiva bloquear a Revolução Comunista.

A função objetivo do capital

Explicitar a função objetivo do capital, ou seja, a meta da coordenação da reprodução econômica no capitalismo é um modo seguro de explicitar ainda mais no que consiste o planejamento econômico de natureza capitalista. Ademais, revelar sob todos os ângulos qual é essa meta contribui para diferenciar o caráter político do planejamento econômico que avança desde a transição do século 19 para o século 20. O planejamento em si não é um componente diferenciador entre modos de produção ou entre sistemas econômicos (Camarinha Lopes e Almeida Filho (2013), p. 303). O que descreve o planejamento no capitalismo é, portanto, o propósito ao qual este planejamento serve.

O último determinante da lógica do capital é seu movimento de autoexpansão. Esta característica pode ser descrita de diversas maneiras como, por exemplo, a busca incessante de lucro, o incremento de dinheiro, a acumulação infinita de capital, entre outros. A partir da exposição dúplice lógica-histórica da essência do capital em Marx podemos entender melhor como o planejamento econômico de natureza capitalista não atende propósitos conscientemente escolhidos no âmbito da política e gera, assim, um sistema econômico controlado que não equivale à transição para o modo de produção sob comando da classe trabalhadora.

O controle do processo de reprodução econômica é aberto politicamente e não serve como parâmetro de indicação do grau de mudança do sistema econômico. Desde que a lógica expansiva de valor esteja no ápice da pirâmide organizacional, ou seja, desde que o movimento $D - M - D'$ forme a função objetivo de toda a coordenação da produção e distribuição dos valores de uso que compõem a economia, trata-se da permanência do fenômeno alienante do produto em forma de mercadoria em seu ciclo expansivo. Trata-se da continuação da existência do capital como relação

social que impede que os seres humanos alterem a natureza conforme seus próprios desígnios. Trata-se da preservação do uso de pessoas enquanto ferramentas para satisfação da lógica de produção de meios de produção para produção de meios de produção, numa cadeia sem fim.

O planejamento econômico efetuado dentro do movimento $D - M - D'$ está constantemente subordinado à preservação do ciclo perpétuo de expansão quantitativa do valor. Este é o último propósito da coordenação econômica capitalista que interfere nos assuntos particulares de capitais isolados. O Estado capitalista atua agressivamente em relação a proprietários privados para manter o sistema amplo fundamentado no fenômeno da alienação atrelada à forma social mercadoria do produto. Da mesma forma, as decisões individuais descompassadas que provocam as crises (cuja possibilidade está sempre contida na duplicidade da mercadoria) são influenciadas sistematicamente a partir do aprendizado desde fins do século 19 até a Grande Crise de 1929. O preço a se pagar por essa admissão da esfera política nos assuntos econômicos foi o retorno da discussão sobre o Estado e das questões de interesses conflitantes tão presentes na época da Economia Política Clássica, o que se evidenciou com o turbilhão teórico provocado por Keynes.

A razão de ser do capital é bastante conhecida: sua existência inverte a relação entre o trabalho e os meios de produção, tornando os sujeitos responsáveis pelo metabolismo com a natureza entidades passivas comandadas pela exterioridade. Sabe-se também que todo o processo de coordenação econômica que vem se expandindo qualitativa e quantitativamente sob os auspícios da classe capitalista não tem o objetivo de atender os anseios gerais da população trabalhadora, ainda que estes anseios possam ser parcialmente atendidos colateralmente.

O que é menos destacado é a característica fundamental de toda ação política sobre o mecanismo livre de preços cuja meta é manter a reprodução do sistema dentro da lógica de acumulação de capital. A expansão da riqueza abstrata como desiderato da lógica normal do capital não é um desfecho direto da ausência de regulação ou intervenção política sobre o econômico, como podemos interpretar a partir da posição antagônica dos economistas críticos do (neo)liberalismo, como resumido por exemplo em Garlipp (2001). Ao contrário: a regulação e delimitação política do raio de atuação da lei do valor é um momento ativo e consciente para atender justamente a lógica normal de expansão do valor. Por essa razão a investigação do padrão de reprodução dirigido politicamente não pode ser feita sem considerar o papel da luta de classes na determinação das características do planejamento econômico.

5.3 A luta de classes em torno do controle de reprodução econômica

O problema econômico e a alienação

A concatenação entre as matrizes de insumo e produto em atendimento a determinada meta não é o elemento que possibilita diferenciar modos de produção. Em outras palavras: a contraposição brusca entre o “capitalismo puro” enquanto modelo econômico absolutamente livre de qualquer interferência política e um modelo econômico real, onde a luta política afeta o resultado idealizado das forças de mercado, não é uma maneira adequada de entender como as classes sociais buscam atuar sobre tais forças. Por quê? A ação política sobre a lei do valor é comum aos grupos em conflito. O que diferencia as partes envolvidas é o propósito de sua intervenção sobre as leis “puras” da produção de mercadorias e capital.

Parta-se do alicerce teórico da Economia Política do século 18, quando a ciência econômica é parida da Filosofia Moral. O processo da reprodução econômica ocorre em um ambiente de ausência completa de qualquer força externa ao próprio indivíduo, que se torna crescentemente o ponto de referência. O problema econômico é resolvido magicamente pela mão invisível e o caminho para a separação entre Economia e Política fica aberto. Esta situação abstrata forma, como exposto, a base para a negação da ação sobre o mecanismo puro da lei do valor. E ainda assim, teoricamente, a reprodução econômica é concebível. Aqui, como não se trata da realidade, há uma economia inventada que subsiste fora dos embates políticos que afetam os resultados das leis das mercadorias e do capital. A alienação, inclusive, desaparece como problema porque os indivíduos perseguem e conquistam seus objetivos particulares, gerando a coesão social através do atendimento ao interesse próprio. A conexão entre meios e fins é manipulada pela força dos próprios agentes, que podem ser caracterizados assim como protagonistas de suas histórias. Isso não significa que a alienação desapareceu (ela some apenas analiticamente para o teórico-observador), porque a reprodução material coletiva ocorre, para usar uma expressão de Marx, “pelas costas dos envolvidos”. Ou seja, o mecanismo da mão invisível revela que apesar da alienação, o sistema pode ser concebido como algo satisfatório: cada um cuida de sua própria função objetivo e, misteriosamente, todos conseguem garantir sua reprodução material sem gerar externalidades ao conjunto da sociedade.

Deixando de lado essa situação hipotética é preciso reconhecer que a satisfação das necessidades imediatas para a reprodução econômica não elimina o fenômeno da alienação. Sendo o fundamento do sistema a mercadoria, e, portanto, a propriedade privada, a eliminação do problema da escassez implica na elaboração de um problema seguinte, que a humanidade se põe

justamente porque agora é capaz de solucioná-lo: a construção do comunismo não-primitivo. Como bem lembra Dillard (1957), a tradição de Malthus, Marshall e Pigou lutava com a questão da escassez material, o problema econômico em sua forma técnica. Mas a época de Keynes aponta para outro tipo de desafio. A abundância potencial contida no desenvolvimento das forças produtivas faz com que a própria existência do dinheiro e da riqueza abstrata caia em uma crítica renovada. Dessa maneira, os empecilhos da propriedade privada se estabelecem com segurança como um problema que tem que ser solucionado.

E é aqui que entra a bifurcação da solução. Na verdade existem duas saídas possíveis para a nova situação onde a escassez já foi superada. As duas se referem à tomada de consciência sobre o processo social que é o capital, só que elas são diametralmente opostas em relação à posição na luta de classes. Uma delas é o despertar de um grupo de pessoas ao lado da classe capitalista, que busca assim, comandar politicamente o processo de controle econômico ou planejamento. Esta saída é aquela que monta o planejamento de natureza capitalista e tem como propósito manter a relação social mercadoria. Seus efeitos colaterais são a solução de problemas superficiais como a distribuição, a geração de emprego ou até mesmo a industrialização onde ela inexistente. A outra saída tem a ver com um despertar mais amplo, que abarca também muitos indivíduos interessados em abolir a relação social da mercadoria. Esta outra saída encaminha o planejamento econômico para o processo de transição para o socialismo e para o comunismo.

No primeiro caso as técnicas da programação, da econometria e todo arsenal quantitativo são usados para permitir a expansão material que eleva constantemente os limites de valorização do capital. A decisão sobre a meta já foi tomada pela equipe de elite que tem a competência técnica de dirigir o sistema. Todo o fetiche que a macroeconomia possui em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto se explica com base na necessidade de manter o sistema em expansão para atender ao ímpeto de valorização do valor. Trata-se de uma das “vacas sagradas” dos economistas (Furtado ([1974] 2013)). Aqui, como todos os modelos da síntese keynesiana-neoclássica apontam, é concebível montar idealmente um sistema perfeito que atende a meta máxima $D - M - D'$ e, ao mesmo tempo, evita o conflito distributivo entre as classes. Isso exemplifica que todo o esforço desse tipo de solução gira em torno de manter a lógica da alienação e de aliviar os problemas isolados, sem nunca ir a fundo ao cerne do problema. Este é a mesma situação descrita por Mascaro (2013), a partir da perspectiva política que indica como o Estado capitalista é um fenômeno de força política cujo propósito final é manter a existência do sistema estelar da

propriedade privada para que o ciclo de expansão do valor permaneça infinitamente.

No segundo caso, a técnica do planejamento econômico é usada para cumprir metas que são socialmente determinadas em assembleia. De fato, caso se decida que a meta deva ser o mero crescimento econômico em abstrato, esse caminho se assemelhará bastante ao primeiro. Isso ocorre porque quando a função objetivo do sistema econômico é a expansão da riqueza abstraída de sua forma concreta, ou seja, de sua forma enquanto valores de uso, todo o esforço produtivo se concentra na formação de meios de produção, cuja contrapartida é a elevação da produtividade. O volume do poder de alteração da natureza se eleva nos dois casos porque os resultados da coordenação coincidem nesta situação. Só que isso não pode confundir o analista econômico, pois é necessário não só ver a organização econômica, mas a força política que determina a meta do plano. A similaridade entre os sistemas de planejamento (seja qual for sua natureza de classe) existe devido ao fato de que a concatenação entre as matrizes de insumo e produto segue as mesmas leis gerais que delimitam as possibilidades de transformação da matéria. Toda a diferença se encontra, portanto, no controle político sobre a técnica de ação sobre a lei do valor.

A influência de Keynes sobre a economia do desenvolvimento

O período entre 1917 e 1989 delimita uma etapa diferenciada na história do capitalismo. Esta diferenciação pode ser apreciada pela observação das mudanças no âmbito das ideias da Economia Política. Toda a atenção que antes era voltada para a mera descrição da operação misteriosa da alocação de recursos por meio da lógica de mercado volta-se para a proposição de ações específicas que levem tal alocação a um desfecho previamente estabelecido.

O desafio era formar um novo sistema teórico que desse conta de atender aos anseios mais básicos como paz, prosperidade econômica e liberdade de desenvolvimento individual. Como apontado, Keynes se incumbiu dessa tarefa e acabou influenciando enormemente a trajetória do pensamento econômico no século 20. Em especial, o sistema de Keynes encaixava com perfeição na vaga da teoria econômica própria dos defensores de uma transformação gradual da sociedade rumo a dias melhores. A preocupação entre eles era com a ruptura abrupta que modificava profundamente a estrutura de poder na sociedade e gerava, assim, um Estado sob comando de outra classe social. A Revolução Bolchevique se tornou o exemplo concreto do que a barbárie da Guerra poderia impulsionar e todos os reformadores buscavam um caminho de mudanças mais suave. Era necessário promover o desenvolvimento econômico e social sem abrir as portas para a Revolução Socialista imediata. Em suas visões, a transformação brusca seria perigosa, podendo

estar acompanhada de violência e de problemas de organização econômica que poderiam resultar em escassez.

Para investigar o poder que Keynes teve sobre o pensamento econômico no período considerado, é útil observar como a reconfiguração mundial entre 1914 e 1930 altera a dinâmica da América Latina. É possível indicar que a influência de Keynes sobre o pensamento econômico na região foi tal que houve um efetivo bloqueio à penetração do Marxismo nos debates econômicos que se travavam em torno da superação dos limites do esquema de exportação de matérias primas.⁶⁷ A formação do estruturalismo Latino Americano, que contém elementos inspiradores extremamente variados, não foi, certamente, o resultado da vontade individual de Keynes ou de qualquer outra personalidade isolada. O argumento é o de que a visão da possibilidade de solução dos problemas fundamentais do continente como pobreza, desenvolvimento e distribuição dentro do capitalismo marcou a fundo a linha do pensamento econômico crítico na região. Isso afastou o cerne do sistema de Marx na economia do desenvolvimento aplicada na América Latina, sendo recuperado isoladamente apenas em Cuba após o definitivo rompimento com o imperialismo Estadunidense e aproximação com a União Soviética nos anos 1960. Nas demais economias, a inspiração Marxista de análise econômica ficou restrita a grupos pequenos que não conseguiram chegar a patamares mais altos de definição do rumo político.

Com o impacto da crise de 1929, o Antigo Sistema Colonial finalmente entra em colapso. Os países da América Latina começam a buscar seus caminhos próprios de desenvolvimento e o planejamento econômico aparece como opção interessante. O liberalismo, prática aceita sem contestação antes devido aos interesses dos exportadores de matérias primas, cai sistematicamente em crítica. No campo teórico, como apontado, a noção da demanda efetiva e das ações políticas de controle sobre os impulsos cegos do mercado está sendo sistematizada por Keynes.

Através de Raúl Prebisch e de outros pensadores que começam a enxergar seus países e todo o continente Latinoamericano como partes da periferia capitalista, o pensamento de Keynes se espalha como a alternativa segura para as reformas almejadas. É uma linha perfeita para aqueles que querem romper com a lógica do domínio colonial, mas não pretendem promover a Revolução social de rompimento com o capitalismo. As ideias nacionais isoladas de combate ao liberalismo são, assim, aglutinadas na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), órgão

⁶⁷ Refere-se aqui ao campo da economia em específico. Sobre o processo da entrada do Marxismo na América Latina e no Brasil ver Löwy (2012), Konder (2009) e Moraes (Org.) (2007).

da ONU (Organização das Nações Unidas) criado para acompanhar e aconselhar os países do continente Latino Americano nas questões de crescimento e desenvolvimento econômico. A formação do que será chamado de pensamento cepalino criou um caminho conciliador que arrebatou praticamente todos os economistas interessados em superar as antigas ideias econômicas que travavam o avanço da América Latina. Isso fez com que o Marxismo tivesse extremas dificuldades de se desenvolver dentro das análises econômicas realizadas no continente. Certamente essas análises existiram e eram em diversos aspectos corretas. Só que seu raio de influência sempre foi baixo devido às condições objetivas de conciliação em torno dos Estados de Compromisso. Quando as contradições não podiam mais ser administradas, os Golpes vieram como reflexo defensivo da Revolução Cubana de 1959. A partir daí, a visão desenvolvimentista-linear fixou-se como padrão nos estudos de desenvolvimento econômico e a noção do desenvolvimento desigual e combinado, presente na dialética de Marx, desapareceu por completo do pensamento econômico na região.⁶⁸

A trajetória de recuperação da Teoria Marxista da Dependência parece ser um resgate constante do paradigma em que a ciência econômica se encontrava nos anos 1930. O enfoque desenvolvimentista de controle político do capitalismo foi uma das consequências do sucesso do sistema de Keynes, e foi esse padrão de análise que vigorou nas análises dos economistas do continente. No caso do Brasil, Celso Furtado figura como o principal expoente que conseguiu atuar positivamente nos limites de seu tempo. Conhecendo em profundidade o método de Marx e tendo uma aproximação humanística em relação ao movimento comunista, Celso Furtado levou ao máximo o que o paradigma keynesiano podia oferecer às economias capitalistas periféricas.

Esgotada essa possibilidade, o planejamento econômico de natureza capitalista só fez expandir quantitativamente a riqueza abstrata produzida no Brasil, gerando uma economia gigante sem a promoção do desenvolvimento social. O desenvolvimentismo começa a ser amplamente percebido como uma falsa saída. Este é o novo paradigma que passa a ficar nítido nos anos 1980 e 1990. O planejamento econômico sem sua contextualização política de demarcação enquanto um projeto de classe não se apresenta mais como o caminho mágico de superação do subdesenvolvimento. Por essa razão, a recuperação do legado “heterodoxo” no sentido de Kupfer (2015) é insuficiente para mudar o perfil brasileiro de ação política sobre o econômico. Da mesma

⁶⁸ Sobre a influência do conceito de desenvolvimento desigual e combinado sobre os intelectuais na América Latina, ver Demier (2007).

maneira, o racha entre os economistas heterodoxos no Brasil que se acentua com a radicalização política a partir de 2013 mostra como a economia do desenvolvimento capitalista chegou a um impasse.⁶⁹ Superar os limites da tradição furtadiana no século 21 demanda, portanto, reviver o potencial mais radical contido na Economia Política socialista.

As mudanças observadas a partir dos anos 2000, por outro lado, pareciam dar esperanças na continuidade da estratégia desenvolvimentista. (In)felizmente, a repetição da história força o aprendizado, seja de um lado ou de outro. A crise de 2008 recuperou Keynes, esquecido no intervalo do neoliberalismo (Belluzzo (2008), Stiglitz (2008), Delfim Netto (2008), Skidelski (2009), Davidson (2009) e Fonseca (2010)). Só que sua recuperação é absolutamente domesticada: retomar seus ensinamentos não tem mais o caráter revolucionário e progressista que eles tiveram entre a saída da Primeira Guerra Mundial e os “dias de sol” na expressão de Mazzucchelli (2013). O retorno de Keynes agora está condicionado a pequenos ajustes no planejamento econômico de natureza capitalista que é feito de todo modo, inclusive durante os momentos conjunturais de neoliberalismo.⁷⁰ O capital usa o sistema teórico keynesiano para atender os propósitos básicos de valorização, e é por isso que a permanência de questões sociais fundamentais como paz e distribuição só são retomadas a partir da perspectiva social, filosófica e política de Keynes. Tudo o que Keynes tinha a oferecer ao econômico parece já ter sido completamente absorvido. Essa é a razão pela qual a crítica ao capitalismo nas correntes sob sua influência são críticas restritas aos aspectos morais. Por um lado, essas críticas podem ser vistas como insuficientemente fortes, por outro, podem ser entendidas como oportunidades interessantes de reflexão sobre o sistema em geral. O combate à lógica do capital em Keynes passa assim por um processo educacional que eliminaria essa paixão doentia pelo dinheiro, o que nos leva de volta à relação entre o socialismo científico e o socialismo utópico.

Marx e Keynes: retorno ao socialismo utópico de Celso Furtado

A apresentação do conceito de padrão de reprodução e do Estado sob o capital levam à

⁶⁹ Inicialmente o termo usado para designar o conjunto das políticas econômicas adotadas a partir de 2003 foi “novo-desenvolvimentismo”. Em 2015 a distinção entre os termos “novo-desenvolvimentismo” e “social-desenvolvimentismo” (Costa (2015)) expressa a controvérsia interna entre os economistas humanistas críticos e ilustra como esse vácuo abre espaço para a ascensão das ideias tradicionais do liberalismo da Escola Austríaca. O termo “Social-liberalismo” (Castelo (2013)) também explicita o impasse do desenvolvimentismo dos anos 2000, indicando a saída socialista como faço aqui. Já o termo “Nacional-desenvolvimentismo” é usado por Moreira (2015) para argumentar que a política econômica dos governos Lula e Dilma retomam o projeto trabalhista de Vargas e Goulart, interrompido em 1964 pelo Golpe Civil-Militar.

⁷⁰ Sobre a junção entre Novo-desenvolvimentismo e neoliberalismo ver Morais e Saad-Filho (2011).

categoria de planejamento econômico de natureza capitalista. Esta, por sua vez, leva à discussão sobre o domínio político da administração do sistema de reprodução material. Assim, conclui-se que a dicotomia entre a liberalização das forças de mercado e seu controle por parte do Estado está deslocada do cerne da questão. Não se trata de opor a liberdade de mercado às ações políticas que influenciam o conjunto do sistema de preços. Trata-se, sim, da posição política da interferência sobre o sistema de preços e do objetivo último de tal interferência.

A tentativa de mesclar as contribuições de Marx e Keynes tem sido uma empreitada muito arriscada e poucas conclusões concretas foram atingidas. A aproximação entre os dois autores avança a largos passos quando a análise se restringe a identificar as causas de instabilidade do sistema e os distúrbios reais que geram uma discrepância gritante entre a realidade observada e o capitalismo perfeito que se apresenta nos modelos abstratos onde o reino da liberdade e da igualdade é a regra.⁷¹ No entanto, a partir de certo ponto, aquilo que aparecia como uma convergência promissora se transmuta em um violento movimento de repulsão recíproca. Enquanto Marx e Keynes são tratados como críticos do sistema econômico factualmente observado, suas perspectivas atuam igualmente como sólidos pontos de partida para os economistas insatisfeitos com as teorias de mera apologia ao *status quo*. Porém, assim que se pergunta sobre como se deve passar de um estado de insatisfação para um novo esquema de sociedade, as divergências repelem os dois autores da mesma maneira como ocorre entre os chamados “reformistas” e “revolucionários”.

A afinidade ou incompatibilidade entre Marx e Keynes, portanto, não pode ser esgotada pela simples sobreposição teórica. Em outras palavras, a investigação sobre como *entendem* o capital não é suficiente para determinar como seus adeptos podem usar a escola alheia em seu próprio interesse. Para que o conflito entre economistas Marxistas e Keynesianos possa se desenrolar livremente até o desfecho da contradição em um patamar superior, é necessário considerar as respectivas estratégias políticas de *transformação* do mundo real.

No processo de divulgação da corrente socialista de Marx foi necessário esmiuçar as

⁷¹ Sobre o projeto de aproximação entre Marx e Keynes ver Cano (2007), que descreve as origens e evolução do Instituto de Economia da Unicamp, e a entrevista recente de Belluzzo (2015), para quem a conciliação não foi simples. A meu ver, a grande conquista dessa conciliação foi ter descoberto e ressaltado a radicalidade das ideias de Keynes. Por outro lado, o lado frágil da conexão remete ao esforço exagerado dos economistas em modelar a dinâmica de expansão quantitativa do sistema que os afasta do desafio socialista e os aproxima dos modelos de crescimento da riqueza abstrata. Para uma avaliação recente sobre a relação Marx-Kalecki, ver Foster (2013), que relembra o projeto Marxista de abolição do assalariamento. Sobre a relação Keynes-Kalecki, ver Paiva (1996), para quem a perspectiva analítica de Kalecki era muito mais ampla que a de Keynes.

diferenças entre os chamados socialismo utópico e socialismo científico. Todo o esforço de sistematização de Engels a partir dos anos 1870 foi no sentido de mostrar no que consistia a particularidade da leitura de Marx sobre o que é o comunismo enquanto fenômeno social e histórico.⁷²

De forma bastante resumida, Marx descobriu que o comunismo não é apenas uma ideia, mas uma onda objetiva em curso que acarreta mudanças mesmo quando não se tem consciência do processo. Enquanto a ideia e a base objetiva não se fundem por meio da assimilação correta das contradições existentes, o comunismo permanece como utopia ou então se converte em seu oposto, em distopia. O não rompimento com as leis e regras burguesas de produção e distribuição apenas reforça as contradições entre as relações sociais da propriedade e as forças produtivas existentes. No intuito de aperfeiçoar ao máximo a sociedade do capital para se conquistar o ideal da Revolução Francesa há, assim, um movimento de contínua aproximação e afastamento. Quanto mais perto se chega da igualdade almejada socialmente, mais distante se torna a efetiva liberdade e união coletiva que as novas forças produtivas demandam. Marx e Engels viveram em uma época em que era absolutamente necessário mostrar a diferença qualitativa (e não apenas quantitativa) entre os modos de produção capitalista e comunista. Por essa razão, quando se quer enfatizar a especificidade do socialismo científico, forma-se um abismo grande entre todo o socialismo não-marxista e a doutrina de Marx e Engels.

Isso, no entanto, não significa de modo algum que o socialismo utópico é um mero estorvo do “verdadeiro socialismo”. Celso Furtado percebeu bem esse ponto e atuou pedagogicamente em relação à proliferação maligna do Marxismo enquanto dogma ao explicar em suas palavras a filosofia da práxis, ou, como ele diz, a filosofia da ação (Furtado ([1962] 2013), p. 389). Isso nos leva a pensar que todos os autores fora da corrente de Marx fornecem material útil sobre o qual os comunistas podem trabalhar. Tudo é uma questão de linguagem e uso político das expressões teóricas: todo o construto da concepção materialista da histórica se baseia justamente em materiais “de fora”, ou seja, de expressões teóricas alheias ao quadro de Marx. Isso significa que não só é possível ao cientista social usar correntes politicamente próximas às suas, como, inclusive, correntes politicamente opostas. Esse é o sentido da ponte furtadiana de diálogo entre seguidores

⁷² Para acompanhar o esforço didático de Engels após a morte de Marx, consultar Engels ([1877] 1962) [Anti-Dühring], Engels ([1880] 1973) [Do socialismo utópico ao socialismo científico], Engels ([1884] 2010), Engels ([1886] 1975) [Ludwig Feuerbach e a saída da filosofia clássica alemã] e Engels e Kautsky ([1887] 2012) [O socialismo jurídico]. Para uma introdução avançada com maior distanciamento histórico ver Mandel ([1986] 2001).

de Marx e Lenin e economistas humanistas Latinoamericanos. De modo análogo, foi nesta direção que Oskar Lange lançou sua orientação sobre como lidar com a estrutura oficial da Economia Neoclássica. É para essa metodologia pluralista que aponto ao buscar apropriar-se das ideias alheias aos limites de minha própria escola.

No caso de Keynes, se for possível considerá-lo integrante do socialismo utópico como defendido, a integração se torna mais simples. A partir do momento em que Marx e Keynes começam a se repelir, sugere-se abordar a questão com base na relação dialética entre Reforma e Revolução. Como ocorre isso na dupla de autores em questão?

Inspirado por uma série de fatores históricos e, claro, de ideias de economistas do passado, Keynes vislumbra uma trajetória controlada de alterações da arquitetura das economias nacionais e mundiais. Para ele, um processo democrático de consideração das demandas da população aliado a uma equipe dirigente com alta competência técnica seria o fundamental para trilhar o caminho rumo à sociedade ideal. A reforma social tocaria diversos aspectos que modificaria profundamente a ordem internacional que prevaleceu até a Primeira Guerra Mundial. O amor ao dinheiro, em uma etapa de elevado desenvolvimento técnico e cultural seria então apenas um resquício do passado e tratado como doença psíquica, visto que, neste estágio utópico, a lógica do capital não bloqueia as atividades promotoras das benesses da vida a todos os membros da sociedade.

Certamente, poderíamos dizer depois de considerar o conceito de planejamento econômico de natureza capitalista, que esta situação é análoga a uma economia capitalista totalmente sob controle, onde os conflitos de interesses foram amortecidos pelo completo atendimento às demandas materiais mais imediatas. O desfecho imaginado por Keynes é uma sociedade de classes em que o conflito é sistematicamente contido pela elevação constante do atendimento das necessidades humanas, incluindo aí aquelas mais refinadas ligadas à cultura, entretenimento e desenvolvimento da personalidade individual. A revolução enquanto mudança profunda da sociedade aparece somente no processo longo de construção gradual deste mundo tão bem ilustrado no panfleto *Economic Possibilities for Our Grandchildren* (Keynes ([1930] 1972)).

Apesar do binômio Reforma-Revolução ser uma contradição aparentemente resolvida tanto para os seguidores de Rosa Luxemburgo e Lenin quanto para os adeptos continuadores da Social Democracia, esta tensão é presente e incontornável para os economistas que enfrentarão os desafios da economia mundial no século 21. Por isso e, levando em conta a presença inquestionável do Estado em toda questão econômica, o planejamento econômico e a luta de classes em torno

dele devem ser também observados no histórico das experiências concretas de controle da lei do valor no século 20.

Em certo sentido, é justamente para isso que Celso Furtado ([1974] 2013) aponta ao reconhecer que a visão do desenvolvimento capitalista como trajetória segura e acessível a todos os países é, de fato, mais um mito teórico do que uma alternativa histórica concreta. O fundamental é observar os elos entre meios e fins determinados nas instâncias de decisão. Aqui, caso se admita a tese da inexistência de limites exteriores ao capital como defendido anteriormente, Furtado poderia ser até menos radical e admitir a possibilidade formal do progresso e desenvolvimento de todas as economias do mundo capitalista. No entanto, o nível alarmante da degradação ambiental e a permanência dos problemas sociais no último quarto do século 20 podem ter contribuído para seu desabafo sobre os limites do avanço civilizatório sob o modo de produção do capital.

O liberalismo foi realmente substituído pelo planejamento e as sociedades passaram a comandar o processo de reprodução econômica. Só que devido à estrutura de poder das sociedades de classes no capitalismo, os anseios básicos da população trabalhadora sempre ficaram subordinados às metas da mera expansão quantitativa do produto, sem que isso se convertesse em incremento efetivo da qualidade de vida dos mais pobres. É nesse sentido que podemos entender as frustrações de um reformista assinaladas por Furtado ([1987] 2013).

O planejamento que aparecia como a luz no fim do túnel do Antigo Sistema Colonial dominado pelo liberalismo inglês foi ele mesmo convertido em um esquema de perpetuação das estruturas desiguais e opressoras do capitalismo. A periferia não pode, assim, continuar a repelir todo o quadro liberal apenas com a defesa genérica da ação política ou da presença do Estado na economia. Este é um discurso crítico absolutamente incapaz de dar conta da conjuntura dos anos 2010, porque ele é a estrita repetição da estratégia desenvolvimentista aberta com a crise de 1929. A recuperação do projeto de desenvolvimento circunscrito ao modo de produção capitalista significa a repetição de um deslize trágico num quadro de evidente dissimulação. Com isso, somos levados a concordar que o duplo par desenvolvimentismo-farsa, neodesenvolvimentismo-tragédia, apontado por Sampaio Jr. (2012), resume com precisão a odisseia da economia periférica contra o subdesenvolvimento. Neste contexto, a retomada de Furtado nesta primeira metade do século 21 parece que só fará sentido se estiver conectada com uma aproximação mais destemida em relação à linha do Marxismo de Lenin ao invés do de Bernstein e Kautsky. Similarmente argumenta Sampaio Jr. (2008) ao abordar os limites da razão burguesa como guia para a formação da nação

na periferia do capitalismo.

O caráter de classe em toda questão econômica deve ser cada vez mais nítido para que as bordas marginais do mundo, massacradas pela lógica imperialista do capital, possam produzir ciência econômica de acordo com o interesse dos trabalhadores de todo o globo. Ao retomar a tradição de análise qualitativa presente na Economia Política de Adam Smith, David Ricardo, Malthus, John Stuart Mill, Marx e Friedrich List em *Prefácio a Nova Economia Política*, Furtado (1977) traçou uma linha muito pertinente de repensar a forma como a ciência econômica deve ser usada para solucionar problemas concretos das economias periféricas. No entanto, sua postura aberta, altamente salutar do ponto de vista didático, parece também bloquear uma absorção mais fundamentada do Marxismo entre os economistas da América Latina. Neste sentido, evocar a análise política dentro da economia exige um recorte mais radical que não se acanhe em estudar, discutir e problematizar o modo de produção comunista.

*

O capítulo 5 teve a função de traçar algumas linhas de comunicação entre duas correntes muito populares no campo da economia do desenvolvimento na América Latina: a Marxista e a Keynesiana. Ciente das divergências nítidas entre elas, o capítulo buscou indicar que uma aproximação entre adeptos destas duas vertentes é defensável na medida em que isto os remeta à problemática da relação entre Reforma e Revolução. Além disso, o conceito de “planejamento econômico de natureza capitalista” foi detalhado deixando subentendido que tal saída para as crises e problemas do modo de produção do capital não soluciona o que é fundamental para a perspectiva Marxista, visto que o fenômeno da alienação permanece como corolário da conservação da relação social mercadoria sendo expandida como capital. Isto gera, como ressaltado, o impasse na aproximação entre Marx e Keynes, embora um diálogo seja possível e necessário como modo de concatenar os meios de mudança que levem ao fim almejado: o comunismo.

Capítulo 6: A América Latina entre o planejamento capitalista e o planejamento socialista

“Qual é a posição que verdadeiramente conduz a uma autêntica planificação, que deve ter coordenação com todos, mas que não pode estar sujeita a nenhum outro organismo supranacional? Nós entendemos – e assim fizemos em nosso país, senhores delegados –, que a condição prévia para que haja uma verdadeira planificação econômica é que o poder político esteja nas mãos da classe trabalhadora. Esse é o “*sine qua non*” da verdadeira planificação para nós”.

Che Guevara (1961). Discurso na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), celebrada em Punta del Este, 8 de agosto de 1961. Tradução – T.C.L.

Este capítulo 6 coloca o contexto do planejamento econômico na América Latina no quadro de discussão desenvolvido neste trabalho. Sua função é relacionar as tensões e controvérsias que emergem no continente a partir das transformações da crise de 1929 com os três principais sistemas de planejamento econômico de natureza capitalista. Dessa maneira, uma reflexão única sobre a CEPAL aparece como modo de recuperar o legado de Celso Furtado no diálogo (im)possível entre Marx e Keynes.

Emergência histórica do planejamento e a Primeira Guerra Mundial

De que maneira a experiência da América Latina em sua luta pelo desenvolvimento pode ser posta no contexto de avanço das técnicas de planejamento que se consolidaram progressivamente desde a Primeira Guerra Mundial? Defendo que ao invés de aprofundar o embate tradicional heterodoxia versus *mainstream* em economia, o essencial é ampliar o domínio político dos trabalhadores sobre a técnica do planejamento. Enquanto a maior parte dos estudos críticos sobre o capitalismo Latinoamericano enfatiza a necessidade de ruptura ideológica com os padrões do centro, fixando assim a atenção nas representações presentes na superestrutura, o argumento aqui é o de que a retomada técnica dos debates de planificação é crucial para complementar o apelo político de reativar os caminhos da revolução socialista na América Latina. Ainda com outras palavras: o eixo crítico em relação ao liberalismo em geral é insuficiente para criar o arcabouço teórico necessário para o período que se abriu a partir da crise de fins dos anos 2000.

Sem o domínio seco da técnica de ação sobre a lei do valor para atingir os objetivos elaborados politicamente a classe trabalhadora não conseguirá converter em prática o planejamento econômico que rompa com as relações da mercadoria e do capital. Em específico, o destaque recai sobre a CEPAL como órgão que aglutinou ao longo de vários anos a experiência analítica extremamente útil ao planejamento. O principal argumento de vínculo da América Latina com a análise geral da teoria e história do controle sobre a lei do valor não se assenta no legado ideológico cepalino, responsável por abrir caminho para um pensamento econômico genuinamente Latinoamericano. A parte mais importante e progressiva da escola estruturalista Latinoamericana da qual inúmeros economistas, sociólogos e pensadores participaram é outra. O principal componente a ser resgatado é a técnica de planejamento que foi sistematicamente elaborada para atuação sobre pontos de estrangulamento e para mapeamento de conjuntura cíclica.

Estes procedimentos presos no arcabouço genérico do estruturalismo keynesiano podem e devem ser usados como instrumento de organização da economia libertada da relação social

mercadoria. O raciocínio a ser desenvolvido nesta linha foi derivado a partir da reflexão da realidade da América Latina em associação com o estudo do pensamento de Oskar Lange, que, inclusive, foi favorável à criação da CEPAL enquanto representante da Polônia nas Nações Unidas (Santa Cruz (1984), p. 161). No entanto, este percurso implica em uma condução delicada de estratégias de desenvolvimento. Para a retomada consciente da técnica do plano é preciso dominar a ideologia política da CEPAL com o uso da teoria de Marx. Esta é a razão pela qual é necessário continuar vinculando Marx e Keynes, assim como é obrigatório desenvolver corretamente a contradição Reforma e Revolução para a situação específica do Brasil e da América Latina.⁷³

Devido às transformações observadas na passagem do século 19 para o 20, emergiu a necessidade de atualizar as ideias de Marx por conta das circunstâncias de dificuldade da eclosão de um movimento revolucionário definitivo. As ideias da transição gradual ao socialismo foram sistematizadas por Eduard Bernstein ([1899] 1907) e Karl Kautsky (1907) e esta “revisão” do pensamento de Marx pode ter contribuído para o enfraquecimento da oposição à entrada da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. A Social Democracia, de acordo com as críticas de Rosa Luxemburgo ([1900] 1986) e ([1915] 1916) perdeu o vínculo com o movimento comunista, facilitando, assim, a derrota da revolução socialista na Alemanha. A via reformista como estratégia de mudança não teria o objetivo claro o suficiente para bloquear o início da barbárie. Este lembrete é importante para ilustrar que a falha em evitar a Primeira Guerra Mundial selou o fim do capitalismo enquanto modo de produção que pudesse levar a humanidade adiante. A partir de então, os conhecimentos técnicos e científicos aplicados à produção são sistematicamente absorvidos pelos esforços de guerra, demonstrando as características essenciais do imperialismo enquanto desfecho necessário do desenvolvimento capitalista mundial de acordo com Lenin ([1917] 2010) em seu livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*.

A Primeira Guerra Mundial explicita como o Estado age sobre a economia capitalista. Antes, a intervenção era limitada a defesas pontuais de ramos ou indústrias específicas na busca por consolidar-se como um grande conglomerado no mercado global. Ao final deste processo, os Estados Nacionais agem buscando integrar todos estes capitais a uma estratégia de conquista

⁷³ O vínculo de Keynes com a perspectiva teórica aqui adotada deve ser aprofundado por meio de Silvio Gesell ([1916] 1918). Isto porque Keynes ([1936] 1992), p. 272, indica que a resposta ao marxismo se encontra em Gesell e a proposta do sistema econômico Geselliano da qual Keynes se apropria é similar à dos economistas socialistas utópicos. Para Gesell, seria possível aplicar medidas que evitassem o estancamento de dinheiro, forçando sua aplicação incessante na produção. Para uma apresentação geral do pensamento econômico de Gesell ver Yuki (2015).

mundial pela unidade nacional. O planejamento econômico nacional dos países capitalistas entrou definitivamente em ação com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, forçando os Estados a coordenarem seus capitalistas a fim de que pudessem avançar com mais chance de sucesso sobre o mercado global. O nacionalismo que daí surge revela o grau de retrocesso em comparação com o crescente internacionalismo que formava a base filosófica humanista da burguesia progressista.

Aqui é importante destacar que o planejamento econômico brota do próprio desenvolvimento contraditório do sistema capitalista como destacado em Camarinha Lopes e Almeida Filho (2013): são as condições históricas que obrigam o padrão de reprodução do capital a adotar as técnicas de coordenação da produção. Só que a etapa seguinte, que seria a do planejamento em nível global, com a dissolução das fronteiras nacionais, não ocorre. A paz mundial imaginada pelos liberais utópicos não se concretiza. Antes da Revolução Russa em 1917 o uso das técnicas de suprimento da demanda em geral e das necessidades do exército, em específico, mostram que o planejamento não se origina da ideia da economia socialista, apesar de ele estar ali teorizado desde os primeiros instantes em que a Economia Política é apropriada pelos socialistas. Isto serve de material de comprovação empírica para a tese de Marx de que o socialismo não nasce das ideias bem-intencionadas de filósofos, mas sim das condições objetivas criadas pela estrutura econômica vigente que são manipuladas a partir de uma posição subjetiva condizente com os interesses de certa classe social. As ideias apenas fixam num arquivo superestrutural um processo real que está em pleno acontecimento e que ilustra as pessoas agindo e tentando direcionar a História para o rumo que lhes interessa.

Assim como o socialismo científico tem sido usado às largas para explicar a transição do feudalismo para o capitalismo (e a circunstância territorial de avanço irrefreável do capitalismo a partir de um ponto geográfico específico, a Europa Ocidental), ele deve ser a base para entender a transição do capitalismo para o socialismo. Estudar a história a partir de 1914, como este trabalho faz, implica em sempre reconhecer que o modo de produção está em transição.

Tendo o capitalismo gerado a Primeira Guerra Mundial e a política econômica de coordenação nacional da produção com vistas à destruição e domínio pela força de espaços de valorização no mercado mundial, ele chegou ao seu limite enquanto modo de produção revolucionador progressivo das forças produtivas. Toda a trajetória de integração internacional antecedente mostra enfim o caráter classista da formação da economia humana global. 1914 marca o início do processo de decadência do capitalismo como ele foi erigido desde o mercantilismo até

o esgotamento do comando do Império Britânico. Por esta razão, ele será reformulado. A economia dos EUA incorporará o formato-modelo deste novo capitalismo, abrigando a base contra a onda socialista que finalmente abandona a Europa Ocidental e passa a rondar todos os cantos do mundo.

E o primeiro lócus é no elo mais frágil da corrente imperialista europeia: Rússia. Inicialmente, a Revolução Bolchevique revela duas coisas. Primeiro, o ímpeto revolucionário socialista se desloca da Europa industrializada para a Rússia extremamente heterogênea, tanto em termos políticos quanto em termos de desenvolvimento econômico. Isto é relevante para destacar o papel do mundo periférico no processo de transição para o socialismo, um fenômeno genuíno do século 20 que não podia ser analisado com maior profundidade pelos teóricos socialistas do século 19. Segundo, o Comunismo de Guerra, organização inicial da economia sob o comando do partido bolchevique apoiado pelos trabalhadores e camponeses para repelir os exércitos invasores dos países capitalistas, deve ser entendido como a forma igual e contrária da planificação para a Guerra Capitalista Imperialista (Malle (1985)). Posteriormente, os Planos Quinquenais podem ser imaginados como a forma específica socialista do controle econômico que ocorre no mundo a partir dos anos 1930.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado ajuda a entender não só porque a Revolução Burguesa na Rússia descambou para uma Revolução dos trabalhadores e camponeses pobres (Trotsky ([1932] 2008)), mas também como os dois mundos ideologicamente opostos possuem uma conexão e são polos antagônicos de um mesmo processo. Em poucas palavras, a Revolução segue um caminho tortuoso no mapa-múndi porque o desenvolvimento das forças produtivas na economia mundial é muito heterogêneo. Na Rússia, por exemplo, coexistem padrões de relações sociais muito arcaicas, mas também muito novas. A formação de grandes centros urbanos industrializados aglutina lideranças que rejeitam as formas de governo de conciliação de classes. Ao mesmo tempo, a participação na Primeira Guerra Mundial faz com que a população refute a Guerra e se identifique com as propostas dos líderes políticos que querem de fato a paz. A conjunção destes fatores culmina na tomada de poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, que iniciam então sua tentativa de trilhar a trajetória para construção do socialismo a partir da aliança entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores do campo.

A organização econômica é fundamental para os primeiros passos desta construção. Nos anos de 1918 a 1921 os trabalhadores russos enfrentaram a resistência militar na Guerra Civil Russa para firmar o novo governo e a organização econômica foi estruturada pelo chamado

Comunismo de Guerra. O Comunismo de Guerra pode ser descrito como um sistema de organização da produção e distribuição, ou seja, como uma forma de planejamento econômico segundo Malle (1985), para lidar com o objetivo muito específico de repelir o exército branco e todos os aliados antibolcheviques. A adoção do planejamento econômico na Rússia Soviética ocorre por esta necessidade histórica de defesa da Revolução de 1917, e por este motivo, não se pode difundir a ideia de que o plano em oposição ao mercado é uma invenção exclusiva do Leste (Camarinha Lopes e Almeida Filho (2013), Carr (1947) e Nove (1972)). As primeiras tentativas de colocar a economia sob controle aqui, portanto, são similares às estruturas de suprimento para a Primeira Guerra Mundial como ocorria nos países capitalistas. A diferença é que, enquanto a organização econômica para o conflito lá alimenta a expansão capitalista, o Exército Vermelho é sustentado para repelir o imperialismo, ainda que ele replique diversas práticas e ideologias não-proletárias devido às limitações inerentes de educação no processo conturbado de saída da Primeira Guerra e derrubada do Antigo Regime (Bettelheim ([1974] 1979), p. 106-107).

Nas etapas seguintes, a despeito dessa similaridade, devido à trajetória política de avançar para o socialismo e à adoção de uma teoria econômica distinta daquela que fundamenta as ações econômicas dos Estados capitalistas, a União Soviética realizará projetos próprios de influenciar a lei do valor. Inicialmente, os debates girarão em torno da NEP (Nova Política Econômica), que expandia a possibilidade dos camponeses produzirem mercadoria a fim de que se recuperasse certo nível da produção. Segundo Bettelheim ([1977] 1983), a NEP foi um instrumento necessário para ampliar e fortalecer a aliança operário-camponesa, fundamental para que o fluxo do produto do campo para a cidade pudesse avançar no processo de industrialização. Uma característica central da NEP é sua instabilidade em relação ao seu propósito. A ideia original era atrair os camponeses pobres para o lado da Revolução, procedendo com a coletivização da produção na terra de acordo com os anseios e conversão dos camponeses à causa da abolição da propriedade privada. No entanto, os incentivos de produção pela abertura de mercado reforçam estratos mais ricos do campesinato, que bloqueiam sistematicamente a coleta do produto pelo Partido e atraem os camponeses mais pobres insatisfeitos com a “exploração da cidade pelo campo”. A reação foi uma captura do produto excedente do campo cada vez mais direta e violenta, o que gerou o fim da NEP e o início da planificação centralizada.

De 1921 a 1928 vigorou a NEP defendida por Lenin, até que o Primeiro Plano Quinquenal foi adotado e uma virada radical para a planificação central ficou mais nítida na União Soviética.

O debate sobre o controle sobre a lei do valor foi intenso neste período, forçando os teóricos do Leste a avançarem sobre questões econômicas que não existiam no final do século 19 e que, portanto, não puderam ser analisadas por Marx. De acordo com a historiografia de Albuquerque (2008) para o embate plano versus mercado, trata-se da segunda rodada que fica arquivada de 1926 a 1929.

Uma das vantagens de se recuperar o conceito de lei do valor é que a tradição teórica em economia na União Soviética adotava sem receios o fundamento iniciado por Marx e Engels, referindo-se a eles diretamente. Além disso, o refinamento do socialismo científico aplicado à teoria da Economia Política aprofundou-se ali devido aos confrontos com diversas vertentes socialistas que achavam ser possível ou passar imediatamente ao comunismo camponês (como os populistas) ou transitar gradualmente da antiga Rússia para uma fase capitalista-burguesa a fim de se preparar finalmente para a entrada no socialismo (como os socialdemocratas de vários matizes concorrentes dos bolcheviques) (Academia de Ciências da URSS (1961), p. 330-331).⁷⁴

A necessidade de mudança na teoria econômica frente às transformações para o planejamento também ocorreu no Ocidente, mas ali, como o processo revolucionário estancou e a teoria econômica socialista já havia sido esvaziada do ensino oficial, todas as reflexões sobre o fim do liberalismo clássico, ambiente natural da Economia Política de Smith e Ricardo, não se reportam de modo imediato à Crítica da Economia Política de Marx e seu sistema de pensamento em geral. Por esta razão, os padrões de política econômica desenvolvidos a partir da formação do paradigma do keynesianismo devem ser ligados com cuidado aos debates sobre o planejamento econômico amparados na teoria econômica de Marx.

Considerando a base teórica exposta anteriormente e delineada a singularidade da origem histórica do planejamento, é possível ver como a crise de 1929 invocou três sistemas alternativos e similares de planejamento que irão disputar a nova ordem econômica do globo até a consolidação do embate ideológico entre capitalismo e socialismo que estava “encoberto” desde 1917 (Vizentini (2004)).

Os três sistemas de planejamento do século 20 e a Segunda Guerra Mundial

⁷⁴ O acúmulo dos estudos sobre os desafios da economia soviética ficou arquivado no Manual de Economia Política Marxista, uma obra coletiva elaborada pela Academia de Ciências da URSS e que causou diversas reações críticas, inclusive entre os economistas mais próximos ao regime. Para um resumo dos problemas em debate da perspectiva oficial ver Stalin (1952). Furtado (1956) considerou o Manual totalmente incapaz de fornecer diretrizes concretas para a prática de planejamento. Sobre isso ver ainda Camarinha Lopes (2011), pp. 127-129.

Após as iniciativas de coordenação impostas pela Primeira Guerra e pela Revolução Russa, os sistemas econômicos entram numa fase de intensificação do planejamento. De acordo com a abordagem histórica aqui defendida, existem três grandes sistemas de planejamento que conformam toda a gama de encadeamento dos elos que se confrontam na Segunda Guerra Mundial: o sistema Ocidental capitalista, com seu planejamento com defesa da liberdade individual, o sistema de planificação socialista construído a partir das experiências da Revolução Russa e o sistema de plano nazista representado principalmente pela Alemanha. Nos três casos, o sistema de planejamento decorre do histórico de formações de suas respectivas economias. Aqui, a intenção é esboçar em linhas gerais como se dava o planejamento em cada um destes sistemas para que fique nítido que todos os casos são exemplos do planejamento econômico de natureza capitalista.

Nos Estados Unidos o sistema de planejamento decorre de sua ascensão segura desde a Guerra de Secessão conforme Mazzucchelli (2009). Apesar das economias terem iniciado o processo de coordenação a partir de 1914, a economia norte americana só se entrega ao novo sistema de coordenação capitalista com a crise de 1929. O primeiro conjunto de ações políticas para contornar a crise ficou conhecido como o New Deal. De acordo com Fraser e Gerstle (1989), pode-se interpretar este conjunto de medidas, postas em ação entre 1933 e 1937, não como um bloco coerente de práticas políticas, econômicas e de regulação, mas sim como um momento que lançou o fundamento para o Estado do bem-estar social norte americano que se integrava muito bem às ideias econômicas de Keynes. Foi neste período que se formou o sistema sindical norte americano que definiu o caráter conciliatório da classe trabalhadora assalariada daquele país. A descrição da economia americana enquanto um sistema capitalista de produção e consumo guiado por um Estado atento e ativo sobre a demanda efetiva para evitar os picos do ciclo econômico tornou-se o padrão teórico da ciência econômica para ensinar o que os economistas deveriam fazer. Para os defensores de uma das principais ideologias em questão, a liberdade junto com o iluminismo, este esquema incorporou o lado concreto do que Keynes arquivou sem demora na *Teoria Geral*.

Como funciona o sistema de planejamento do “capitalismo realmente existente” do século 20? Resumidamente, o Estado atua influenciando as taxas de juros via decisão de uso dos recursos para execução de investimentos específicos, que tenham o potencial de incentivar e dar fluidez aos investimentos privados. A meta é dar continuidade ao processo de reprodução do capital, mantendo a população trabalhando assalariadamente e, portanto, evitando o desemprego. Uma das partes

cruciais deste sistema é garantir os elementos que dão aos empresários, ou seja, aos detentores do poder de decisão sobre o uso de capital, segurança na hora de realizar investimentos produtivos. O problema da incerteza é central neste tipo de atenuação da crise. Além disso, este binômio plano-meta é uma consequência da economia de abundância. E caso ela não seja coordenada por uma certa política nacional e internacional, gera guerra devido ao impulso imperialista de expansão do capital. Na terminologia de Galbraith ([1967] 1985), a instrumentalização do processo econômico aqui equivale à formação de uma tecnoestrutura onde as decisões de uso dos recursos privados ficam crescentemente a cargo de técnicos e cientistas. O controle capitalista sobre a reprodução econômica é cada vez mais amplo e, ao mesmo tempo, mais distante dos reais proprietários. A separação entre propriedade e condução do negócio é cada vez mais nítida.

Certamente, o sistema de planejamento exato idealizado por Keynes nunca se concretizou em sua plenitude, pois a guerra continuou sob diversas formas assim como todos os problemas inerentes ao capitalismo. Ainda assim, parece ser correto dizer que se tratou de um tipo de controle sobre o sistema livre de preços, ou seja, de uma influência sobre o resultado que seria gerado pela lei do valor caso não houvesse a intervenção política posta em prática. Reconhecendo que um dos objetivos principais dessa coordenação visava manter a população trabalhando sob assalariamento, podemos admitir que se trata de um tipo histórico de planejamento econômico capitalista, o ocidental-liberal.

O segundo sistema de planejamento é o já introduzido plano que emerge da Revolução Russa. Aqui, a apresentação da história do planejamento no Leste segue após o fim da NEP (Nova Política Econômica). Praticamente ao mesmo tempo em que estoura a crise de 1929, há um aprofundamento do controle central sobre a economia na Rússia e a política da NEP é abandonada (Camarinha Lopes e Almeida Filho (2013)). Os projetos de construção do socialismo, após os intensos debates (inconclusivos) sobre o fino equilíbrio da associação entre operários e camponeses, adotaram como meta primordial a industrialização imediata. Para tanto, entraram em ação os Planos Quinquenais, que designavam metas de produção para todas as principais unidades de produção da economia e que forçava a transferência de excedentes dos campos para as zonas urbanas. Este padrão de organização da economia soviética firmou-se já durante a liderança de Stalin, ou seja, em um momento em que o caminho adequado para a construção do socialismo já não era consenso entre os seguidores de Lenin.

Como funciona o sistema de planejamento adotado pela União Soviética, abstraindo das

particularidades de cada país que a formavam? Em poucas palavras, os planos do Comando central eram elaborados a partir das necessidades de produção de certos itens necessários ao avanço da industrialização (Buchenberg (2003)). O baixo desenvolvimento das forças produtivas era visto como o grande gargalo que impedia a construção do socialismo em um só país (aqui a decisão de se concentrar na construção do socialismo nacional já havia sido tomada em oposição a Trotsky (1928)).⁷⁵ Então, para resolver este problema, as unidades produtivas, com seus respectivos responsáveis, deveriam atingir metas de produção enviadas pela central. Todo o esforço era pela máxima produção de meios de produção, o que gerou uma industrialização ampla em um período muito curto de tempo.

Aqui também, o modelo de plano está longe de ser o idealizado pelos socialistas utópicos (partilhado pelos marxistas enquanto meta de um sistema sem exploração e trabalho alienado), apesar de alguns elementos por eles defendidos fazerem parte da realidade (como a remuneração por peça, aliás, mesmo padrão de distribuição do sistema do capital). Neste caso, também, é possível dizer que o controle político está tentando colocar a lei do valor sob controle para que a economia nacional produza resultados previamente elaborados pela sociedade no campo político. Só que como o fenômeno da alienação persiste, pode-se dizer que se trata aqui também de uma vertente histórica do planejamento econômico de natureza capitalista. Devido à sua especificidade de originar-se do projeto de superação deste tipo de planejamento em linha com a contribuição de Marx e Engels, pode-se chamar esta vertente de marxista-leninista.

O terceiro sistema de planejamento é aquele que recolocou a Alemanha em cena após a Primeira Guerra Mundial. A recuperação econômica nos anos 1930 que sanou o problema do desemprego na Alemanha nazi, exemplo máximo do fenômeno político-social-cultural do fascismo, criou uma economia que deu continuidade ao conflito mundial originado com o desfecho da corrida imperialista. A formação do sistema econômico que levará os mundos capitalistas e socialistas a se unirem numa anômala aliança contra Hitler, na expressão de Hobsbawm (1994), p. 145, é pouco estudada sob o enfoque da Economia Política, sendo abordada geralmente pela ótica das relações políticas internacionais. No entanto esta estranha aliança é essencial para se entender que o controle perfeito da lei do valor, ou seja, que um planejamento econômico extremamente

⁷⁵ A explicação da adoção desta linha estratégica é um tópico específico de estudo em História que deve avaliar o contexto das decisões dos 13º e 14º Congressos do Partido Comunista da União Soviética. Sobre isso ver, por exemplo, Braz (2011).

eficiente, não significa de modo algum a superação do modo de produção capitalista. O essencial para atualizar a teoria da Economia Política neste contexto é lembrar-se constantemente de que as técnicas de coordenação da produção e distribuição são apropriadas por Estados diferentes que estão todos em um mesmo processo de transição. A experiência política nazista é extremamente polarizadora quando se pretende analisar a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, apesar de sua economia ter de ser enquadrada como capitalista quando se adota o critério de Marx. Todo o problema é que não se podem caracterizar as economias do século 20 simplesmente como capitalista e socialista. Esta caracterização é demasiadamente abstrata, visto que todas as economias estão em um processo de readequação desde o declínio do Império Britânico e da expansão do movimento comunista pelo mundo, até os confins da periferia.

Como funcionava o sistema de planejamento derrotado pelo socialismo soviético e pelas frentes da liberdade Ocidental? Segundo Feijó (2009) não havia vontade política de suprimir a propriedade privada e, na verdade, este era um ideal comunista veementemente repudiado pela liderança nazista. A meta inicial do controle econômico era a geração de emprego. Neste ponto, existe a tese de incorporação sistemática da teoria keynesiana pelo NSDAP (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei/Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) antes mesmo de ele chegar ao poder, principalmente por conta do escrito *As Consequências Econômicas da Paz*, que denunciava o Tratado de Versalhes. O povo alemão reconhecia que tal tratado era contra seus interesses e deu suporte às ações estatais sobre a economia (Feijó (2009)).

O controle econômico era feito, portanto, pela influência das taxas de juros que incentivavam a iniciativa privada e que, por sua vez, se misturava positivamente com os investimentos públicos. Era, portanto, um sistema misto mais parecido com o sistema dos países capitalistas do que com o da URSS, cuja orientação de produção era mais centralizada e a liberdade de propriedade privada muito mais estreita. De acordo com Hobsbawm (1994), p. 145, os EUA (Estados Unidos da América) e a URSS se entenderam e se aliaram porque viam a Alemanha de Hitler como uma ameaça maior do que cada um ao outro. O projeto fascista representava o que havia de pior na degeneração do mundo capitalista liberal: era o inimigo da liberdade e do progresso universal oriundos do distante sonhador 1789 tanto quanto o era da filosofia social anunciada de forma real em 1871 e, de maneira mais duradoura, em 1917. De todo modo, levando-se em conta o conceito desenvolvido de planejamento econômico de natureza capitalista, a vertente histórica chamada fascismo ou nacional-socialismo também deve ser enquadrada nesta

modalidade de controle sobre a lei do valor.

A vitória sobre a Alemanha e sua subsequente divisão finalmente expõem o conflito mais amplo que fundamenta toda Economia Política do século 20. A Guerra Fria foi o período em que dois sistemas de planejamento econômico disputaram o domínio sobre a técnica do planejar, e, conseqüentemente, sobre a ação no sistema livre de preços. No bojo das discussões sobre a vitória do capitalismo sobre formas alternativas de organização da sociedade, o fim da URSS também deve ser estudado sob este prisma para que seja possível assimilar todas as ferramentas deste controle forjadas como própria imposição da reprodução do capital monopolista. Isso poderá subsidiar os estudos sobre por que a China hoje incorpora a síntese entre mercado e plano que está rivalizando com o modelo ocidental-liberal de coordenação econômica no início do século 21.⁷⁶

A criação da CEPAL no contexto da Guerra Fria

Dado o contexto histórico do plano ao longo do século 20, onde se insere a experiência Latinoamericana? Aqui, é pertinente lembrar que o esforço regional de superação do liberalismo acabou sendo domesticado pela CEPAL, entidade que alinha politicamente o continente ao planejamento econômico de natureza capitalista na vertente ocidental-liberal, ainda que as alternativas revolucionárias permaneçam como opção até os anos 1960.

O processo histórico de criação da CEPAL, considerando o contexto mundial dos três sistemas de planejamento em conflito que se reduziram a dois com o fim da Segunda Guerra Mundial, é explanado com precisão por Santa Cruz (1984). Hernán Santa Cruz foi professor de direito e integrou-se à ONU como representante do Chile em 1947. De acordo com seu relato, desde o começo da arquitetura do mundo anticomunista no pós-Segunda Guerra, existia um esforço em chamar a atenção para os problemas da América Latina. Contudo, formalmente, era preciso fazer um pedido de criação de um órgão para lidar com esta questão. Hernán Santa Cruz, por conta do prazo curto de inclusão de pontos de pauta, não esperou a resposta oficial de seu país sobre sua proposta à ONU de solicitar a criação de um grupo oficial para lidar com os problemas econômicos do continente. Então ele encaminhou um pedido contendo o esboço de um projeto do que viria a ser a CEPAL para o secretário geral das Nações Unidas em 12 de julho 1947 (Santa Cruz (1984), p. 144).

⁷⁶ Para uma contextualização do papel da China no cenário capitalista mundial atual partindo-se do debate sobre o neoliberalismo e o desenvolvimentismo brasileiro a partir de meados dos anos 2000, ver Sawaya (2014). Sobre o processo revolucionário chinês no século 20, ver Pomar (2003).

O projeto justificava a necessidade de ajuda pelo esforço de guerra que a América Latina teria feito no período de combate ao eixo. Neste sentido, ele era similar ao propósito do Plano Marshall de reconstrução da Europa Ocidental. Segundo o argumento, a ajuda Latinoamericana na Segunda Guerra teria afetado negativamente a economia do continente por meio de crises. Percebe-se com isso que o germe inicial da proposta era bastante pontual, sendo restrita ao objetivo de favorecer o progresso econômico do continente dentro dos princípios das Nações Unidas justificado primordialmente pela necessidade de reconstrução pós-guerra. Santa Cruz e sua delegação viram então que as chances de aprovação de um projeto desta natureza eram remotas, pois a prioridade da ONU era recuperar as nações industrializadas (Santa Cruz (1984), p. 145). Todos os debates giravam em torno de estabilizar o centro ocidental e não se pensava muito nos problemas do subdesenvolvimento de longo prazo. Toda a atenção estava voltada à divisão inicial que parte de Berlim e se reproduz por etapas ao resto do globo e a discussão do terceiro mundo era assim circunscrita aos objetivos imediatos de reconstrução do centro. Muitas delegações de países nas Nações Unidas seriam, portanto, contra a proposta de uma comissão para cuidar em específico da América Latina, embora outras tivessem o potencial de apoiar (Santa Cruz (1984), p. 145). A construção de um grupo de apoio seria decisiva para a aprovação do projeto.

A preparação da defesa de Santa Cruz conta então com a costura política junto a delegações simpáticas à ideia, assim como com a obtenção e organização de informações e estatísticas econômicas do continente. Neste momento Santa Cruz percebe o tamanho da lacuna informacional sobre a economia Latinoamericana. Não existiam à disposição das Nações Unidas estudos ou análises sobre a situação econômica e dados elementares de desenvolvimento. Com auxílio de seu irmão economista em Harvard, Santa Cruz coletou as informações iniciais para alimentar a proposta do projeto, que: mostra o atraso da América Latina, justifica o apoio pelo esforço de guerra empreendido pelo continente e argumenta que o problema Latinoamericano é permanente ao invés de ser transitório como seria o caso europeu. A partir daí, diversos países vão começar a se integrar nos anseios expressos num projeto deste tipo e, aquilo que parecia ser apenas um pedido de ajuda pontual vai ganhar uma dimensão mais profunda devido ao padrão similar de problemas daquilo que passa a ser chamado de terceiro mundo.

Neste sentido, parece que a CEPAL iria nascer de forma “artificial”, dentro de um quadro que não tinha o propósito de resolver os problemas da periferia. A biografia de Prebisch escrita pelo historiador Dosman (2011) corrobora esta visão, pois um dos papéis mais importantes de

Prebisch foi trazer ao debate as grandes questões de desenvolvimento econômico dos países classificados como subdesenvolvidos.⁷⁷ Assim, conforme a proposta foi integrando os elementos gerais dos problemas de subdesenvolvimento, a amplitude do propósito de obter apoio das Nações Unidas foi alargada, embora o cerne de tudo que a CEPAL será sempre foi muito claro: um setor regional subordinado às Nações Unidas, responsável por regular as relações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial.

É interessante destacar que nos ajustes finais do texto, a URSS, após inicialmente ter sido contrária à proposta, assim como os EUA, tentou ser incluída como membro da CEPAL, mas tal manobra foi barrada em votação. Já os EUA, Canadá, Grã-Bretanha, França e Países Baixos foram inseridos fazendo parte como membros da comissão. Isso ilustra que, na tensão interna à Organização das Nações Unidas, a CEPAL se encontra desde a origem sob a guarda do mundo capitalista.

Pelo que se percebe das disputas políticas nas Nações Unidas, a CEPAL nasce como esforço para aproveitar a estrutura da ONU para chamar a atenção e obter ajuda na resolução dos problemas do continente. Mas a estrutura da ONU se restringe à estabilidade e paz no pós-Segunda Guerra Mundial. Não se trata de um organismo que tenha como prioridade o desenvolvimento. O desenvolvimento econômico e social só se infiltra nesta estrutura quando se percebe que o equilíbrio de forças internacionais necessita promover o desenvolvimento como um meio para se atingir a meta de estabilidade. A própria CEPAL foi justificada inicialmente pelo esforço indireto de guerra e, portanto, a concepção original não tinha o objetivo de sanar os problemas fundamentais da sociedade capitalista dependente Latinoamericana.

No entanto, conforme o incremento do desenvolvimento se tornou essencial para alinhar o continente à política de contenção comunista, a CEPAL se transformou rapidamente num centro de reflexão de economistas, sociólogos e cientistas políticos que passaram a reconhecer a urgente demanda da população Latinoamericana por avanços. Além disso, Santiago do Chile havia virado uma espécie de Meca dos pensadores radicais perseguidos em seus países de origem. Prebisch e os demais autores que são atraídos para a CEPAL depois de sua criação darão uma linha ideológica

⁷⁷ A biografia de Prebisch por Edgar J. Dosman é a mais completa de que tenho notícia. A leitura empreendida por mim se alinha com a interpretação da resenha por Barbosa (2012). Para uma resenha que aprecia a repercussão polarizada da personalidade de Prebisch ver Fonseca (2011).

para a comissão, chegando a transformá-la numa “escola” (Almeida Filho e Correa (2011)).⁷⁸

Mas a verdade é que a CEPAL foi e sempre será um órgão limitado aos quadros objetivos das Nações Unidas, cuja meta não era e não é a solução completa dos problemas gerados de forma sistemática pelas relações sociais da mercadoria e do capital. Seu objetivo é garantir uma configuração de relação estável entre economias nacionais distintas que têm funções-objetivo diferentes na hora de usar as técnicas de planejamento da produção e distribuição. O caráter reformista da CEPAL decorre necessariamente deste vínculo estrutural e todo movimento de crítica teórica a ela está fadado a retornar até o ponto em que Reforma e Revolução se expressaram como o dilema do mundo cuja decisão recai exclusivamente à classe trabalhadora (Luxemburgo ([1900] 1986) e ([1915] 1916)). Na tradição do pensamento econômico Latinoamericano, a heterodoxia inspirada por Keynes só avançará, portanto, se este embate for discutido com os autores vinculados ao arcabouço de Marx e Engels.

Para apreender a teoria e a técnica da CEPAL é necessário separar com cuidado o que é sua ideologia do o que é seu legado tecnológico. O conflito ideológico que emerge durante esta época de transição entre modos de produção torna a seleção das técnicas que concatenam fins com meios uma tarefa extremamente difícil. A ideologia cepalina está restrita ao sistema filosófico humanista que rege as Nações Unidas. Este sistema expressa a fronteira ideológica a que se chega na primeira associação efetivamente internacional dos Estados-nações após avaliação do que foram as duas Guerras Mundiais. Esta fronteira nada mais é do que a repetição em escala ampliada dos princípios dos direitos humanos proclamados na França no final do século 18, apresentados dentro da dinâmica irrefreável da revolução burguesa por Hobsbawm ([1977] 2014).

De modo similar argumenta José Moreno Colmenares, para quem a CEPAL é um instrumento usado na geopolítica de formação e definição da Guerra Fria, tendo um caráter essencialmente reformista ingênua ou conscientemente (Colmenares (1971), p. 61-71). Anos após o início de suas operações, seria correto dizer que ela teria falhado em promover o desenvolvimento, caso se admitisse que seu objetivo era este. Isto é algo que os dados estatísticos acumulados pelo próprio organismo comprovam na visão de vários analistas e não pode representar surpresa alguma.

Embora no âmbito do combate político ela esteja, portanto, “domesticada”, a técnica de

⁷⁸ É necessário enfatizar que a CEPAL foi criada antes de Prebisch sequer cogitar algo do tipo, tendo sido convidado para dirigir a comissão apenas depois de não ter conseguido um cargo no FMI.

planejamento da CEPAL, assim como todo procedimento de organização e coordenação da produção anárquica de mercadorias, é extremamente útil para controlar o processo de reprodução material das sociedades capitalistas e, portanto, da lei do valor. Quando a crítica à visão da CEPAL se inicia de forma mais segura a partir dos anos 1960 com os teóricos da dependência e se espalha em formas variadas dentro do que é a heterodoxia em economia, não se deve imaginar que ela um dia foi uma possibilidade de ruptura. Isto seria demandar muito de uma estrutura que nasceu a serviço das relações internacionais de estabilidade para o pós-Segunda Guerra Mundial. Por esta razão, o legado da CEPAL parece ser predominantemente técnico e não ideológico ou teórico. Todo o procedimento de organização de informação, análise de conjuntura e projeção de crescimento econômico deve ser absorvido e colocado a serviço do propósito do movimento de envergadura milenar: colocar a lei do valor sob controle para que as funções objetivo dos trabalhadores possam ser atingidas no processo de ajuste entre produção e uso do produto social.

De acordo com meu estudo anterior, Celso Furtado foi o economista brasileiro na CEPAL que mais se aproximou do problema do cálculo econômico socialista e do controle da lei do valor relacionados ao desenvolvimento econômico (Camarinha Lopes (2011) (p. 153)). Furtado via que o progresso econômico e social poderia ser obtido pela adequada concatenação entre meios e fins que tornassem a economia um sistema produtor das situações almejadas pelos trabalhadores. O fundamento teórico de Furtado que influenciou fortemente a profissão do economista brasileiro na segunda metade do século 20 tem uma ligação muito robusta com a CEPAL, que desenvolveu uma metodologia própria de programação. A base do planejamento, no caso brasileiro, foi a união de três elementos: (i) a filosofia de planejamento de Karl Mannheim e (ii) os princípios de administração pública popularizados pela organização do Estado norte americano (ambos elementos contidos no pensamento de Furtado) e (iii) as técnicas de mapeamento das relações entre os setores da economia e as análises de conjuntura (técnicas estruturadas na CEPAL que entraram pelas missões especiais com os norte americanos durante os anos 1940 e pelas análises de conjuntura advindas da Alemanha).

Como se vê, a base ideológica do planejamento em Furtado está muito entrelaçada com a preocupação em defender o sistema de planejamento não-nazista e não-comunista. Este alicerce é praticamente o mesmo de Prebisch e de Keynes. Apesar de Furtado ter um conhecimento relativamente seguro das ideias de Marx (provavelmente mais seguro que Keynes e certamente mais seguro que Prebisch) sobre a economia em geral e sobre a economia capitalista em particular,

a estrutura de planejamento a ser difundida no continente Latinoamericano no pós-Guerra pela CEPAL seguia a linha muito mais próxima da defesa das relações sociais de produção do capital do que daquela que objetivava superá-las. Todo o esforço é para tornar o capitalismo “menos perverso”. Isto se deve também ao contexto internacional esboçado anteriormente de problemas graves do processo de construção da URSS após a morte de Lenin e que por fim, acabaram se revelando muito profundos para dar prosseguimento à Revolução socialista. O Marxismo, adaptado e incrementado em cada uma das experiências das demais trajetórias dos componentes do Bloco Socialista (China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã entre outros movimentos revolucionários), fica então extremamente distante do linguajar econômico hegemônico do desenvolvimento insistente em associar-se ao imperialismo.

Por esta razão, o principal legado cepalino, da perspectiva teórica de Marx, não podem ser nem suas ideias sobre periferia e centro nem sua estratégia de melhora gradual da situação econômica do continente. Por outro lado, a sistematização dos procedimentos de coleta de dados a partir do sistema de preços revelado no mercado é crucial para que se construam as matrizes de insumo-produto utilizáveis para a execução da planificação. Esta parte técnica parece ser a verdadeira contribuição que deve ser retomada num momento em que o desenvolvimentismo já se tornou a corrente de política econômica mais forte do capitalismo Latinoamericano sob guarda do Brasil. A CEPAL foi e é um laboratório enorme de coleta e organização de informações que são cruciais para o direcionamento dos processos econômicos e sociais rumo a objetivos socialmente determinados. Pode, portanto, ser utilizada para atingir as metas dos trabalhadores da América Latina, desde que se tenha ciência dos limites oficiais em que nasceu.⁷⁹

A América Latina em busca do desenvolvimento: capitalismo ou socialismo?

O processo de libertação nacional na América Latina se enquadra no sistema de Revolução Burguesa atrasada, ou seja, ocorre em uma época em que a formação das relações sociais de produção do capital já se estabeleceu com vigor no centro do sistema. Por esta razão, as transformações que se operam para formar os Estados burgueses independentes replicam numa velocidade muito alta os processos de mudança que permite a região ultrapassar as regiões ditas mais desenvolvidas ou avançadas conforme a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Na

⁷⁹ Para dar continuidade a essa linha de investigação/atuação, ver Lira (2006), que resgata o debate de planificação na CEPAL diante do quadro histórico e teórico desenvolvido aqui.

América Latina a Revolução Mexicana que contém a derrubada de Porfírio Diaz (1876 - 1910) é a única do continente que se completa dentro de um quadro relativamente seguro de manutenção do processo revolucionário no estágio burguês.

De acordo com Wasserman (1992) o século 20 do continente pode ser dividido em três fases. De 1900 a 1930, onde ocorre a transição para o capitalismo nacional em conjunto com todo o debate sobre a formação dos Estados burgueses do continente e cuja expressão mais concreta é a Revolução Mexicana. De 1930 a 1960, período em que as forças nacional-populares se organizam para fazer o processo avançar além do estágio atingido na primeira fase, sendo que a Revolução Cubana sintetiza com maior propriedade tal movimento. E finalmente de 1960 a 1990, fase em que há uma radicalização das tendências socialistas de forma pontual simbolizada na Revolução Nicaraguense. Em paralelo com esta trajetória, não se pode esquecer que as grandes economias do continente sofrerão intervenções diretas e indiretas emanadas do capitalismo regulado norte americano para que o sistema capitalista permaneça como enquadramento político das relações sociais de produção.

Este enquadramento acabará tornando o imperialismo evidente, assim como seu caráter reacionário. As ações políticas exteriores fazem parte daquele processo de formação do sistema capitalista regulado que enfrentará os sistemas de planejamento ditos autoritários, na acepção de Karl Mannheim ([1943] 2005). Aqui, a recuperação do pensamento de Ruy Mauro Marini (2011) ajuda a entender a bifurcação formada para o continente. Esta encruzilhada parece desaparecer quando se tenta recuperar as raízes dos problemas básicos a partir da formação do pensamento econômico Latinoamericano apenas, ou seja, quando se desconsidera o acúmulo de análise da tradição Marxista.

Em sua reavaliação da situação da América Latina após o fracasso visível da estratégia de aliança com as forças da burguesia, Marini resgatou de forma sistemática o pensamento de Marx, Engels e Lenin conectando-o com a questão da estratégia de desenvolvimento econômico dos países da América Latina. Ele chegou à conclusão de que a união com a classe interessada em estancar o processo revolucionário na fase burguesa, ainda que seja uma fase de capitalismo regulado e, logo mais, de bem estar social, não cumprirá o objetivo de solucionar os problemas fundamentais do continente.

No limite, conforme o debate travado com Fernando Henrique Cardoso e José Serra, a economia capitalista brasileira, maior e mais dinâmica aliada do capitalismo Estadunidense após

o declínio da Argentina de Prebisch, se tornará, com base nesta aliança, um capitalismo dependente subimperialista que certamente fornece (à população nacional, ressalte-se) os benefícios gerais em larga escala do capitalismo regulado, como consumo e emprego assalariado de massa. Mas, este processo não eliminaria por completo as características essenciais de uma economia dependente, como a superexploração e a falta de determinação autônoma pelo povo da política a ser seguida. Pior (e este é o diferencial absoluto que separa Marini de todos os estrategistas filiados ao revisionismo e reformismo denunciados por Rosa Luxemburgo e Lenin): ainda que, no caso teórico admissível, mas improvável do ponto de vista histórico concreto, do Brasil se tornar um capitalismo social democrata nos moldes do que vieram a ser a Inglaterra, França, Estados Unidos (e Alemanha e Japão depois da Segunda Guerra), os problemas fundamentais do continente não seriam de forma alguma solucionados, pois eles seriam simplesmente empurrados para fora da nação brasileira sobre o resto do continente. Este é o sentido do argumento da formação do subimperialismo brasileiro e que fecha a ruptura de Marini com toda a tática de conciliação de classes. Qualquer solução dentro dos limites do nacionalismo não é aceitável para quem vislumbra o sistema econômico capitalista em sua dimensão global.

Reforma e Revolução são duas entidades contraditórias da unidade de movimento da organização social. O debate travado entre Marini e Cardoso não é uma disputa abstrata que pode ser resolvida em termos teóricos, como se o primeiro fosse pela revolução e o segundo pela reforma. Avaliar o debate nesta perspectiva é menosprezar o domínio da filosofia da práxis que ambos demonstram ter ao longo de suas trajetórias de vida política.⁸⁰ Para o analista teórico em consonância com os interesses da classe trabalhadora assalariada, Reforma e Revolução devem ser pensadas e concatenadas de modo consciente para se atingir um objeto muito concreto: a edificação da ordem comunista.

As reformas englobam tudo o que é possível ser feito com base no consenso construído pelo diálogo e troca de informações, representando um avanço dentro de um quadro estático da luta de classes que comporta uma série de transformações. Finda esta série, o passo seguinte não será obtido pela continuidade das discussões parlamentares porque se atingiu o limiar de interesses antagônicos que polarizam fortemente a sociedade. Neste instante, apenas a Revolução como manobra, como “arte”, pode dar prosseguimento ao caminhar rumo à sociedade sem classes. É

⁸⁰ Sobre este ponto, ver Camarinha Lopes e Araújo (2013). Não se pode esquecer que o domínio da filosofia da práxis não implica de modo algum a assumir determinada posição na luta de classes.

nesse sentido que se pode dizer que o golpe virá à direita ou à esquerda.

Todo o problema do revisionismo do marxismo e da estratégia de reforma ocorre porque esta meta, este fim, se perde no processo (Luxemburgo [1900] 1986). A perda deste objetivo significou a necessidade de substituir a guia tática do movimento comunista: a social democracia e suas derivações só foram superadas de fato naquele momento pelo partido bolchevique que levou, pelo menos até 1924 com a morte de Lenin, o movimento que definhou na Europa ocidental adiante na Rússia.

Certamente, o movimento teve continuidade em diversos outros pontos do globo sem relação direta com a própria URSS, como por exemplo, na China de Mao Zedong e na Cuba de Fidel Castro.⁸¹ Com isso, foi ficando nítida a potencialidade efetiva do início da Revolução mundial na periferia do sistema, diferente do que a análise inicial de Marx parecia indicar. Para o caso da América Latina, o processo da Revolução Cubana e seus efeitos em contraposição com as ditaduras militares que bloquearam o progresso dos demais países obrigam os economistas que se identificam com os interesses dos trabalhadores a reavaliar toda a cadeia de esquemas teóricos, analíticos e políticos que insistem no projeto do desenvolvimentismo. Isto é absolutamente fundamental quando se avalia a situação concreta do capitalismo brasileiro e o contexto temporal dele na transição para o socialismo.

Em relação a essa transição, nunca é demais lembrar que ela é um processo que se iniciou no final do século 18 e que vem ganhando sistematização a partir da incorporação e aprendizado pela massa trabalhadora dos princípios gerais de organização social. Assim, ao invés de se pensar a Guerra Fria como o período em que havia uma alternativa, mas que hoje já não há, é necessário perceber que a modificação constante do sistema capitalista, assim como a existência de projetos alternativos, ainda que integrados ao capital, indicam que existe uma continuidade transitória mais ampla do conflito que os historiadores capturam quando estudam as relações entre os Estados Nacionais. O fim da URSS não significa a vitória do capitalismo (e muito menos o fim da história), pois o próprio capitalismo se modifica sistematicamente criando mecanismos cada vez mais precisos de planificação econômica, cujo domínio político é o cerne de toda a questão. Caso a tese

⁸¹ A lista de países trilhando o caminho para o socialismo de acordo com suas condições próprias pode variar. Uma relação para a situação em torno de 1980 para além de URSS, China e Cuba é a seguinte: Bulgária, Polônia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Albânia, Iugoslávia, República Democrática Alemã, Mongólia, Coreia do Norte, Vietnã, Laos, Camboja, Afeganistão, Líbia, Iraque, Iêmen do Sul, Somália, Congo, Etiópia, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Benin, Guiné, Nicarágua e Granada (Saes e Saes (2013), p. 587).

de Fukuyama (1989) fosse verdadeira, então não existiriam mais classes sociais, visto que “a história de toda a sociedade até aqui é a história da luta de classes” (Marx e Engels ([1848] 2004), p. 11). Mas a reconhecida necessidade pelo próprio Fukuyama (1989) de se livrar do terrível tédio sem propósito do suposto período em que a História terminou indica que o movimento de apropriação dos instrumentos não cessa até que o comunismo exista de fato.

Ainda que os instrumentos do planejamento não sejam condição suficiente para o rompimento das relações sociais fundamentadas na mercadoria, eles são necessários e podem ser dominados pela classe que tem interesse numa organização social diferente. O período que vai de 1945 a 1989, no contexto desta pesquisa, deve ser pensado como um momento de paralelo de duas trajetórias de ação sobre a lei do valor. O desmanche da União Soviética pode ser visto como a prevalência daquele sistema de planejamento que os EUA forjaram como reação à crise dos anos 1930. Não é a derrota do plano e a vitória do mercado. Não é o fim do governo interventor e recuperação do liberalismo com o prefixo “neo”.

A configuração mundial estabelecida em Bretton Woods resulta num padrão de organização econômica para o capitalismo que o tornará “irreconhecível” (Hobsbawm (1994), p. 265) se comparado com a situação já longínqua do pré-Primeira Guerra. O sistema de Bretton Woods guiará todo o mundo capitalista pelos Anos Dourados até que os Estados Unidos adotem uma política de valorização do dólar no começo dos anos 1970 para preservar sua força no sistema. Em conjunto com isso, cria-se o bloqueio ao mundo socialista apesar das evidentes similaridades econômicas dos dois sistemas no que tange o planejamento. O desejo, já utópico no fim do *laissez-faire*, de uma economia de mercado absolutamente esvaziada de qualquer interferência política na formação dos preços se torna totalmente absurdo, com o que a Escola Austríaca cai no ostracismo e sobrevive apenas por conta das controvérsias abstratas do cálculo econômico.

Este capitalismo reformado irreconhecível engendra toda a série de mudanças na política econômica que descreve a substituição da liderança capitalista da Inglaterra pelos Estados Unidos. Isto deixa extremamente nítido que Estado e capitalismo formam uma associação muito firme, como também defende Garlipp (2006) com base em Marx, Keynes e Polanyi. Ou seja, a ligação entre Estado e a economia capitalista, desde sua origem até sua maturidade é evidente quando se considera todo o histórico de sua formação e desenvolvimento.

A perspectiva das Relações Internacionais também evidencia esta ligação. Frieden (2008) descreve o funcionamento deste capitalismo reformado cujos Estados se relacionam por meio das

regras estabelecidas em Bretton Woods chamando a atenção para a formação do mercado comum europeu. Para Frieden (2008), a integração econômica europeia combinou com sucesso liberalismo clássico e socialdemocracia ao anotar que “Bretton Woods permitiu que a liberalização arrebatadora do comércio e dos investimentos internacionais coexistisse com a expansão arrebatadora do setor público” (Frieden (2008), p. 319) e que “a união entre o Estado de bem-estar social e a ordem de Bretton Woods viria a provar que os liberais, fascistas e comunistas estavam errados; as sociedades industriais modernas podiam se comprometer simultaneamente com políticas sociais generosas, capitalismo de mercado e integração econômica global” (Frieden (2008), p. 322). Como Gilpin (1987), Frieden identifica o sucesso de Bretton Woods com a Era de Ouro do capitalismo, ou seja, vincula o padrão internacional das relações entre as nações capitalistas com o período de trajetória ascendente da economia capitalista desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970, o que simplesmente ilustra a limitação dessa perspectiva otimista.

Já no outro hemisfério, o avanço da industrialização demonstrava o resultado dos Planos Quinquenais sucessivos, embora diversos problemas conjuntos aparecessem com a produção cada vez mais robusta dos meios de produção. Nove (1972) ilustra que a produção soviética progredia, mas que os cumprimentos do plano eram frequentemente mascarados. Isto mostra a dificuldade da coordenação central da economia nacional no Leste. As extremas condições impostas aos economistas planejadores ficaram evidentes quando os problemas de abastecimento de bens de consumo se tornaram crônicos. Não existe consenso sobre as causas da queda da URSS e, portanto, da interrupção dos planos econômicos que regravam toda a produção e distribuição das economias participantes da união.

Uma das principais teses sobre o desmonte do sistema soviético é a chamada “economia da escassez” do economista húngaro Janos Kornai. Kornai (1992) argumenta que a falta de abastecimento regular para os consumidores não decorria de erros no planejamento propriamente dito, mas sim de um problema sistêmico que ele chama de “soft budget constraint” (restrição orçamentária frouxa ou budget frouxo) (Kornai (1986)). O budget frouxo faz com que a unidade (firma, domicílio, consumidor, etc..) desvirtue seu cálculo econômico de custo e retorno, tornando-a ineficiente. Nas economias de planificação mais centralizada, este fenômeno teria sido sistêmico, e seria a causa para o desmanche de toda a estrutura econômica e política erguida com a Revolução Russa. O debate teórico que segue a linha impulsionada pelo desafio de Mises em 1920 está aqui

em sua terceira rodada conforme Albuquerque (2008), pois se trata do período de crise e reforma da União Soviética.

Abstraindo das análises políticas e sociais, os economistas costumam convergir na hora de indicar os problemas de incentivo ligados ao plano centralizado como os responsáveis pelo fim da URSS. Assim, parece seguro avaliar que, enquanto o sistema de planejamento Ocidental deu conta de expandir o capital e abastecer o grosso da população trabalhadora, o planejamento do Leste fracassou no suprimento satisfatório de bens de consumo (embora tenha obtido sucesso incontestado na produção do setor produtor de meios de produção, ou seja, na industrialização e formação das forças produtivas próprias para a reprodução ilimitada de capital).

Diante deste quadro é possível ressaltar que toda a problemática da América Latina se insere na tensão entre o capitalismo e o socialismo. Isso explicita que o foco da discussão econômica sobre o objeto “desenvolvimento”, como é o caso da CEPAL, perde de vista o que é essencial: o fato de que os projetos de desenvolvimento em pauta representam classes diferentes, com interesses divergentes e objetivos opostos.

A Aliança para o Progresso alinha a CEPAL contra a Revolução Cubana

De que maneira essa tensão influenciou a formação da corrente desenvolvimentista na América Latina? Para averiguar isto é preciso lembrar como a opção cepalina funcionava como avanço social com o propósito de bloquear a influência da onda revolucionária. Apesar de ter sido criada com brevidade na estrutura das Nações Unidas, a CEPAL não possuía de imediato a infraestrutura sólida no Chile nem um cérebro que pudesse fazer uso desta estrutura. Em 1948 Raúl Prebisch se engajava para ser contratado pelo FMI, mas, de acordo com o relato de Dosman (2011), Washington tinha planos mais eficazes para um gênio do calibre dele.

O Manifesto de Havana apresentado na primeira conferência da CEPAL por Prebisch (CEPAL (1949)) foi um estrondo. Era um discurso que servia perfeitamente como padrão de diálogo entre a América Latina e seu protetor norte americano, os Estados Unidos. Na avaliação de Dosman (2011), “tratava-se de uma receita de mudança não revolucionária e não-comunista...” (p. 281) e que havia sido cuidadosamente lapidada ao longo de três dias e três noites por Prebisch. Neste instante, a CEPAL emerge com força como uma instância que contém uma ideia sólida, ou seja, que tem as chaves e sabe apontar o caminho do progresso do continente sem ser excessivamente radical. No entanto, a fase radiosa da CEPAL enquanto difusora de um grito da América Latina por igualdade, avanço e desenvolvimento iria desaparecer conforme a polarização

política avançasse no continente.

Os dez anos seguintes levariam o cabeça da CEPAL a patamares cada vez mais estreitos de equilíbrio entre forças à direita e à esquerda. Prebisch, no início, não havia dado importância maior para a criação da CEPAL, tendo aceitado o convite para dirigi-la porque não havia conseguido conquistar seus objetivos primordiais de trabalhar no FMI. Aos olhos norte-americanos, Prebisch podia ser facilmente descrito como elemento esquerdista perigoso, visto que era extremamente eclético em termos de teoria econômica e que mantinha contato com economistas e militantes sabidamente do lado comunista.

Prebisch tinha saído da Argentina devido à ascensão de Perón, governo com o qual não simpatizava integralmente. Quando Perón é substituído por Lonardi em um golpe militar, Prebisch retorna à Argentina para participar do novo governo. Mas, um golpe palaciano troca Lonardi, da ala nacionalista católica, por Aramburu, da ala liberal antiperonista. Prebisch busca sair do governo, já que era adepto de uma política mais conciliatória das forças amplas que sacudiam a Argentina. Neste período Prebisch sofre fortes críticas na imprensa, proferidas tanto por setores da esquerda quanto da direita. Seus planos tradicionais no estilo do FMI desagradam amplamente a população, que via neles o desmonte do capitalismo de Estado de Perón. É neste clima de polarização intensa no continente que eclode a ruptura em Cuba.

A Revolução Cubana de 1959 parece ter provocado uma reação política generalizada que forçou o alinhamento da CEPAL aos propósitos geopolíticos da formação do bloco capitalista defendidos pelos Estados Unidos. O efeito da Revolução Cubana sobre a CEPAL em específico demanda uma análise minuciosa que só pode ser apontada aqui em suas linhas gerais.

Com base na pesquisa aqui realizada a CEPAL aceitou ajudar a organização da economia de Cuba no começo. Mas, depois, Prebisch reavaliou a situação e foi favorável a diminuir a cooperação com o regime de Fidel Castro (Dosman (2011), p. 403). A CEPAL concentrava muitos intelectuais, analistas e economistas simpáticos e próximos aos ideais do movimento revolucionário internacional. Alguns destes funcionários foram para Cuba para contribuir com a construção do projeto socialista daquele país e acabaram entrando em conflito com a CEPAL quando perceberam que não teriam mais apoio da comissão para lidar com os problemas econômicos da ilha agora socialista. Dois exemplos foram Juan Noyola, um mexicano da divisão vermelha da CEPAL (corrente liderada por Celso Furtado na comissão) e Jorge Ahumada (Dosman (2011), p. 404). O conflito pessoal de Prebisch com alguns destes economistas ilustra a que nível

o conflito global concreto ancorado na dinâmica da luta de classes afeta as relações sociais pontuais de trabalho, pois aqueles que queriam se engajar na Revolução Cubana sofriam repressões e controle hierárquico pelo sistema da comissão atrelado às Nações Unidas.

Neste ínterim, Kennedy, defensor de uma estratégia anticomunista discreta, é eleito presidente nos Estados Unidos, vencendo o anticomunista declarado Nixon. Um dos pontos de seu programa de governo era lançar a chamada Aliança para o Progresso. O grupo de países desta aliança deveria executar propaganda positiva ao sistema capitalista de economia para o desenvolvimento social e progresso, ao mesmo tempo em que repelia toda ideologia comunista. Historiadores convergem na hora de apontar a Aliança para o Progresso como uma das reações diretas do sucesso da Revolução Cubana. Devido ao discurso firme, mas enquadrado, de crítica aos problemas genéricos do subdesenvolvimento já conhecidos pelo manifesto da CEPAL, Prebisch é envolvido nos trabalhos de articulação entre diplomatas da América Latina para estruturar a aliança e acaba redigindo a carta para Kennedy proclamar sua fundação (Dosman (2011), p. 406 e Thor (1998), p. 154). O lançamento e arranjo final é feito no Encontro da OEA (Organização dos Estados Americanos) em agosto de 1961 em Punta del Este, Uruguai.

Prebisch estava maravilhado com as possibilidades destas novas relações entre o continente Latinoamericano e os Estados Unidos (Dosman (2011), p. 409), mas sua ilusão se desmancha rapidamente. A tentativa norte americana fracassada de invadir Cuba pela Baía dos Porcos revela ao mundo a posição decidida de Kennedy sobre revoluções socialistas na área de domínio geopolítico dos Estados Unidos. Com isto, as boas intenções disfarçadas em termos de desenvolvimento e progresso ficaram repentinamente evidentes para toda a América Latina humanista crente na ideologia de Prebisch. De toda forma, o ataque norte americano a Cuba foi logo esquecido e a Aliança para o Progresso continuou a ser apoiada pelos seus países membros-fundadores: República Dominicana, Paraguai, México, Equador, Bolívia, Peru, Guatemala, Argentina, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Estados Unidos, Brasil, Costa Rica, Nicarágua, Haiti, Panamá, Chile, Honduras e El Salvador (OEA ([1961] 2011)).

Causando frisson em sua participação no encontro, Che Guevara foi o delegado representante de Cuba que não assinou o documento de fundação da Aliança. Em entrevista para a TV na época (Guevara (1961a)), ele explica os motivos disso indicando como Cuba era previamente isolada do grupo por não ter seu governo reconhecido pelos Estados Unidos. Na prática, a ocasião serviu para ilustrar como Cuba não deveria fazer parte do protetorado

Latinoamericano por parte dos Estados Unidos.⁸²

O novo regime cubano surgia então como uma alternativa que poderia interessar às economias dependentes e exploradas ao longo de séculos de formação do modo de produção capitalista e, “(...) de repente os EUA precisavam de um modelo de desenvolvimento para combater Fidel Castro” (Dosman (2011), p. 412). Com isto em vista, “a CEPAL tinha o único programa que poderia ser útil...” (Dosman (2011), p. 412). O alinhamento de classe ao qual a CEPAL terá que se submeter revela o choque de estratégias para solucionar os problemas da América Latina: as reformas são bem intencionadas e podem até produzir os resultados desejados se forem implementadas com cuidado e com esforço político dentro da democracia burguesa. Só que a população trabalhadora tem pressa e a revolução atrai a consciência coletiva da classe trabalhadora sobre sua tarefa histórica. Neste ponto, o centro das atenções do debate econômico e do desenvolvimento se desloca para Cuba, que se lança com coragem sobre a escuridão da questão do cálculo econômico e da transição para o socialismo.⁸³

Por outro lado, a tônica de avanço nos demais países do continente continua sendo o desenvolvimento econômico e social em abstrato, desvinculado de seu caráter necessário de classe. No caso do Brasil, a conciliação dos conflitos em torno do desenvolvimento será resolvida violentamente em 1964, indicando que ele só ocorrerá dentro dos marcos institucionais do capitalismo. Este é o ponto histórico em que se descobrem as fragilidades e limites do desenvolvimentismo que não atenta suficientemente para a dura realidade da luta de classes. Este é o ponto de partida para a consolidação do planejamento econômico de natureza capitalista no Brasil e do correspondente subimperialismo brasileiro, como denunciado por Ruy Mauro Marini ([1969] 2012).⁸⁴ Este é o instante de luta que retorna, sob outra forma, nos anos 2010 para nos lembrar de que o desenvolvimento capitalista é contraditório: seu sucesso implica dialeticamente em seu fracasso. Isso resume a tentativa desde meados dos anos 2000 de retomar a construção interrompida da qual Furtado (1992) fala sem alterar o projeto arquitetônico em seus alicerces mais

⁸² Sobre a participação de Che no encontro de 1961 no Uruguai, ver Nôga (2013).

⁸³ Sobre o conteúdo do Grande Debate dos anos 1960 em Cuba, ver Guevara (1982), Pericás (2004), Carcanholo e Nakatani (2007) e Salem (2011). O avanço teórico sobre a escuridão do sistema econômico a ser construído popularizou-se originalmente de Preobrajenski ([1926] 1972), onde o debate sobre a lei do valor no capitalismo e no socialismo é iniciado ainda que com uma série de limitações.

⁸⁴ Sobre a formação de uma teoria do subimperialismo no pensamento de Ruy Mauro Marini, ver Luce (2011). Sobre a trajetória recente da economia brasileira como potência capitalista imperialista, ver Zibechi (2012). Para uma contraposição entre Celso Furtado e Florestan Fernandes sobre o capitalismo brasileiro e a revolução no Brasil, ver Sampaio Jr. (2005).

profundos.

*

Em síntese, o capítulo 6 defendeu que os limites da estratégia desenvolvimentista não podem configurar como surpresa se o quadro de contribuições de Marx e Engels for levado em conta. Neste sentido, o capítulo argumentou que a retomada da perspectiva antiliberal do estilo de Celso Furtado é defensável sob a condição de que ela esteja ligada aos elos à esquerda que não se constroem em trazer ao debate as questões de mudanças profundas do modo de produção, ou seja, as questões de transição do capitalismo para o socialismo e para o comunismo.

Notas finais

De acordo com o estudo aqui empreendido, a trajetória do sistema econômico no século 20, no todo e em suas partes, pode ser vista como um caminho de diferentes tentativas de controlar a lei do valor. Apesar desta proposta de teorizar o fenômeno crescente do planejamento econômico nacional desde o colapso da ideologia do *laissez-faire* fazer sentido, a ciência econômica reluta em integrar explicitamente o conceito de lei do valor em seu rol de objetos de análise. Como observado, a relevância do paradigma crítico a um certo tipo de capitalismo estabelecido fora do sistema Marxista parece ter contribuído para que o conceito de lei do valor ficasse definitivamente esquecido.

Enquanto até a substituição da Economia Política pela tradição Marginalista na passagem do século 19 para o 20 o fenômeno da lei do valor era um objeto de investigação cuja existência era consensual entre os economistas, a partir de então essa perspectiva desapareceu. O acirramento das disputas entre os Estados Nacionais deu subsídio à emergência de um paradigma que parece ter desviado a atenção sobre a lei do valor como algo que singulariza a contradição entre a ação consciente e inconsciente que sustenta a reprodução econômica fundada no mercado e no seu promotor, o Estado capitalista. A ideia do liberalismo que contribuía para a estabilidade internacional em torno do Império Britânico passa a ser atacada por todos os lados.

A crise da teoria econômica se torna incontornável quando o capitalismo se mostra um sistema gerador da barbárie a partir de 1914. Diversas maneiras são encontradas pelos economistas para continuarem a projetar a relação social da mercadoria como a melhor forma de organização econômica, devido ao mencionado “amarre” idealizado entre valor de uso e valor. Primeiro, como já relatado, o padrão de ensino oficial adotou o caminho da Revolução Marginalista, distanciando-se cada vez mais das questões de ordem geopolítica. Marshall ([1890] 1985) simbolizou a combinação eclética das várias correntes da teoria do valor neoclássica e definiu a linha a ser seguida nas investigações teóricas da ciência econômica no Ocidente, imprimindo a possibilidade da reprodução de um socialismo idealístico, afastado das ações de organizações reais visando a transformação da sociedade e da economia. O projeto de superação de Marshall partirá de seu mais eminente aluno, Keynes, que forma uma equipe de elite em Cambridge para forjar a nova teoria econômica que o novo mundo capitalista necessita.

O triunfo do Keynesianismo expressa o novo paradigma em teoria econômica que se encaixa perfeitamente nas contradições entre plano e mercado. Por que Keynes não participou de

forma direta do debate sobre o cálculo econômico socialista? A contribuição de Keynes para esta controvérsia precisa, na verdade, ser lida com outras lentes que não a dos autores Neoclássicos, Austríacos e Marxistas. O sistema econômico de Keynes resolve de antemão o problema da planificação por não se dedicar às profundezas da contradição da forma mercadoria: a atuação de recomendação política geral para investimentos públicos já tem o efeito suficiente para indicar o que deve ser feito para que o capital continue a se reproduzir sem grandes quebras.

O sistema idealizado aqui é um onde o processo de produção e reprodução capitalista seguem um curso regular, sem grandes picos de recessão ou boom. A determinação de uso dos recursos no âmbito público e a influência sobre os investimentos na esfera privada direcionam um volume suficiente do capital total para atividades que exijam o emprego de toda mão de obra disponível. Essas atividades, por sua vez, ficam atreladas a projetos de construção compatíveis com a harmonia do conjunto de toda humanidade, ou seja, elas não podem se referir aos esforços de produção que retroalimentam as guerras e a destruição. Emerge, assim, um cenário global de ausência de guerra (que se poderia chamar de paz, dependendo da visão filosófica) mundial onde a luta de classes como um todo fica amortecida pela estabilidade do sistema, cujo ímpeto de crescimento deve ser direcionado para a absorção cada vez mais ampla das massas trabalhadores nos círculos de cultura, lazer e arte. O sistema livre de preços que empurra o capital para a expansão imperialista está, portanto, coordenado, regulado, balizado por uma estrutura política específica que abrange todas as unidades nacionais competidoras. O ímpeto de valorização, ao invés de avançar para o exterior, é “afundado” internamente pelos Estados nacionais na realização de obras de interesse do público que permanece trabalhando sob essa grande direção estabilizadora. O resultado seria o esvaziamento das crises capitalistas que fomentam o fenômeno do imperialismo em toda sua amplitude.

A lei do valor enquanto expressão teórica não aparece explicitamente porque a simbiose de mercado e plano descrita por Keynes usa outro linguajar. Em termos de teoria do valor, seria possível dizer que o sistema cumpre a função objetivo de valorização do valor sem rupturas e, o que é importante, com certo apoio da população trabalhadora assalariada *de todo o mundo*. Toda dificuldade concreta reside justamente neste arranjo internacional, como se depreende das negociações no pós-Segunda Guerra Mundial. O “amarre” entre valor e valor de uso ocorre pela condução de políticas econômicas muito bem projetadas a partir do quadro teórico da demanda efetiva e da socialização dos investimentos. Ao reconhecer as necessidades ideológicas dos

economistas defensores do sistema capitalista com preocupação social, Keynes conseguiu assim cumprir três grandes tarefas: rejeitar a lei de Say, afastar a ideia de planejamento do socialismo ou nazismo e dar ênfase no linguajar e na arte do argumento persuasivo político-econômico.

A ausência do debate sobre a lei do valor torna-se característico de toda ciência econômica distante dos problemas imediatos da planificação como era feita no Leste e, depois, nas economias alternativas como Cuba, que se dedica à questão e contribui, inclusive, com uma proposta de solução própria. Por outro lado, o corpo sólido da teoria econômica oficial no final do século 19 não pôde mais ser mantido e teve que assimilar toda uma série de elementos, tornando-a extremamente evolutiva. Todo o espectro da teoria econômica não-marxista passa assim a formar um mosaico extremamente interessante que tenta dar conta das mudanças concretas nas relações sociais de produção e distribuição evidenciadas pela emergência do planejamento econômico. Isto ocorre em nível mundial, com as particularidades de cada região ditando que elementos teóricos são mais adequados para serem usados pelos economistas. A heterodoxia em economia será, neste ponto, um campo muito fértil de ideias que irão influenciar a assimilação da teoria econômica na América Latina.

Reconsiderando a primeira hipótese de trabalho esboçada na introdução, percebe-se que Celso Furtado notou que a querela teórica sobre a ação sobre a lei do valor era incompatível com os problemas concretos de planejamento que estavam sendo levados a cabo, tanto no centro, quanto na periferia (Furtado (1985), p. 170, 194 e Furtado (1956)). Não se tratava, portanto, de demonstrar a viabilidade do sistema econômico sem mercado, como era o eixo de reflexão do debate sobre o cálculo econômico socialista, mas de dominar as técnicas de planejamento à disposição. Considerando que a geração de emprego, a industrialização e a redistribuição dos recursos (por exemplo pela reforma agrária) correspondiam minimamente aos anseios das massas é possível confirmar que a conquista política da técnica de planejamento é de fato central. No entanto, parece que essa conquista não foi a fundo o suficiente. Abriu-se assim o caminho para um planejamento econômico de natureza capitalista notadamente alheio às necessidades do povo trabalhador brasileiro. A continuação da perspectiva desenvolvimentista a partir de 1964 mostra claramente que o planejamento em si não significa muito. É determinante definir a direção política do plano. Neste sentido, o planejamento enseja a discussão de “socialismo” no lugar de “desenvolvimento”, para que fique evidente que o projeto de superação da ordem do capital não

coaduna integralmente com o planejamento de natureza capitalista, cuja contrapartida concreta, no caso brasileiro, é a formação do subimperialismo.

Neste contexto, defendo que a heterodoxia, sobretudo o estruturalismo-keynesiano, como eixo estrutural da formação do pensamento econômico Latinoamericano possui um lado positivo e outro negativo.

O positivo se refere à independência intelectual nas ciências econômicas que o continente angaria, principalmente sob a influência da adaptação do sistema Keynesiano ao continente efetuado por Raúl Prebisch em sua atuação na formação do Banco Central Argentino e depois, na consolidação da CEPAL como centro de ideias econômicas. É neste sentido que podemos apreciar a mensagem de Celso Furtado de que “na medida em que venha a pensar por conta própria, com independência, [o economista – T.C.L] reconquistará a autoconfiança, perderá a perplexidade.” (Furtado ([1962] 2013)). O socialismo pode aparecer aqui naquela forma difusa de projeção de uma sociedade ideal, que poderia ser atingida por uma sucessão de reformas implementadas concretamente pelo esforço de convencimento e de desenho adequado de políticas públicas.

O negativo se refere à existência prévia de um sistema teórico em economia que poderia ser um “atalho” para as ações políticas de efetiva solução dos problemas seculares do continente como pobreza e desigualdade. Este sistema teórico é a contribuição de Marx e Engels à ciência econômica, mas que a essa altura foi isolado do mundo capitalista e apropriado pela experiência soviética não sem certos deslizes e equívocos.

O fato do sistema de Marx e Engels parecer ser aqui um compêndio do que está estabelecido como verdade significa que tudo que é produzido fora do sistema marxista é inútil? Não. Isso seria uma abordagem dogmática que em nada contribui para aprofundar a perspectiva criativa tão necessária ao cientista econômico. A economia marxista, em todas as suas variações, precisa dialogar constantemente com a teoria econômica fora do socialismo científico e colocar suas descrições inconscientes sobre a lei do valor a serviço da construção prática do mundo dos trabalhadores. Em outras palavras, toda a linha de escolas de pensamento econômico que se reporta de alguma maneira à Economia Política Clássica de Adam Smith trata de fenômenos concretos com termos específicos que podem ser integradas ao sistema mais amplo iniciado por Marx e Engels.

O conjunto mundial que desfez os três sistemas na formação da Guerra Fria ilustra em nível histórico para as relações internacionais como o esforço pelo planejamento econômico varreu o

padrão inglês de estudo do capitalismo. O neoliberalismo, portanto, não é o retorno do padrão liberal anterior à Primeira Guerra Mundial, mas sim um momento novo do planejamento de natureza capitalista que se abre com o declínio dos anos dourados e do socialismo real.

A continuação da sistematização teórica da lei do valor permite duas coisas interessantes: ela contribui para conectar as diferentes escolas de pensamento econômico, visto que todas tratam da mesma realidade objetiva, mas com termos e metodologias distintas, e ela ajuda a perceber que os planejamentos econômicos concretos das economias nacionais são tentativas de agir sobre a lei do valor de acordo com interesses sociais específicos, e, portanto, de acordo com a estrutura da luta de classes de certo período em determinado espaço. Neste sentido, os três sistemas de planejamento da Segunda Guerra e os dois blocos da Guerra Fria aparecem como experiências paralelas e conjuntas de controle sobre a lei do valor. Em especial, a leitura histórica sobre a relação entre Estado e capital efetuada na segunda parte sobre os alicerces teóricos apresentados na primeira parte permite concluir que os três sistemas de planejamento econômico do período entre 1929 e 1945 são vertentes específicas do assim chamado planejamento econômico de natureza capitalista. O projeto de planejamento econômico para a construção de uma sociedade livre da exploração do ser humano sobre o ser humano, portanto, continua.

Dessa maneira, recuperando a segunda hipótese apresentada na introdução, o retorno de Keynes que se esboçou imediatamente após o episódio do subprime nos EUA parece não ser sólido, visto que a dinâmica de controle neoliberal se apropria apenas pontualmente de elementos soltos da receita Keynesiana conforme as necessidades do capitalismo financeiro. Diante disso, existem indícios de que a polarização ideológica em ciência econômica tende a se acirrar, o que nos leva a crer que as posições marxistas e austríacas se tornarão mais presentes no quadro de educação do cientista econômico no país nos anos vindouros. A proposta do diálogo Marx-Keynes defendida aqui parece, assim, estar justificada.

Em relação aos efeitos da crise global iniciada em 2008 sobre pensamento econômico no Brasil subimperialista, a recuperação da lei do valor como eixo teórico de auxílio do debate sobre o capital e o Estado pode facilitar a percepção de que o planejamento, sem qualificações políticas, não é um consenso entre os economistas próximos à estratégia desenvolvimentista. O planejamento econômico de natureza capitalista pode comportar abstratamente uma situação de completa contenção da tensão da luta entre capital e trabalho. Para o socialismo utópico, esta solução aparece como suficiente, pois aqui os problemas imediatos como desemprego, pobreza

material, entre outros, estariam remediados.

Para a vertente do socialismo inaugurada por Marx e Engels, no entanto, essa situação não se configura como a solução derradeira. Por quê? Porque aqui a força de trabalho ainda existe como mercadoria, o fenômeno da alienação permanece e a única coisa que respalda o apoio a tal estado de coisas é o fato de que a partir dele o processo de tomada de consciência e de controle direto sobre o processo de trabalho pode florescer. Por outro lado, e que também mostra o fio da navalha sobre o qual a planificação condizente com a lógica do capital se assenta, o fenômeno da alienação pode ser reforçado pelo arguto plano de manter a população trabalhando indefinidamente sem propósito definido, a não ser o de atender o ciclo infinito do capital. As consequências concretas disso, como se sabe, estão arquivadas nos diversos registros sobre a era da “guerra total” (Hobsbawm (1994)).

Diante do fato de que o debate sobre o planejamento sem qualificação política não é possível e de que o acirramento da luta de classes em torno das Escolas de Pensamento é uma realidade, a recuperação da lei do valor e a definição do conceito de planejamento econômico de natureza capitalista parecem possibilitar tanto uma postura aberta para o pluralismo quanto uma reafirmação da própria posição, seja ela qual for, no paradigma econômico inaugurado com a gravíssima derrota do movimento que falhou em evitar a Primeira Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS (1961). *Manual de Economia Política*. Instituto de Economia. Traduzido do russo por Jacob Gorender e Josué de Almeida, terceira edição de Moscou, 1959. Rio de Janeiro: Vitória.
- ALBUQUERQUE, E. M. (2008). Plano X mercado na história do pensamento econômico: quatro rodadas de um grande debate. *Estudos Econômicos*, vol. 38, no. 2, pp. 373-395.
- ALMEIDA FILHO, N. e CORREA, V. P. (2011). A CEPAL ainda é uma Escola de Pensamento? *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 15, pp. 92-111.
- ALMEIDA FILHO, N. e PAULANI, L. M. (2011). Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. *Economia & Sociedade*, vol. 20, no. 2 (42), pp. 243-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n2/a02v20n2> [17/09/2015].
- ANGELI, E. (2014). A agenda de pesquisa heterodoxa da mainline economics. *Economia & Sociedade*, vol. 23, no. 3, pp. 731-756. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182014000300731&script=sci_arttext [07/08/2015].
- ANTÔNIO DE PAULA, J. (1984). *Sobre a atualidade da lei do valor*. Revista de Economia

- Política, vol. 4, no. 2, pp. 111-134.
- ARAUJO, P. S. (2013). *Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI: desigualdade e padrão de reprodução*. Tese de doutorado. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 264p.
- BABEUF, G. ([1796] 2006). *Manifesto dos Iguais*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm#n1> [06/08/2015].
- BARBIERI, F. (2004). *História do Debate do Cálculo Econômico Socialista*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-15042009-165427/pt-br.php> [23/06/2015].
- _____ (2013). Utilidade cardinal, mensurabilidade e a evolução do pensamento metodológico. *Anais do 41o Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, 2013, Foz do Iguaçu. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i1-6a217c5ece27fb98ec319826fdb4775.pdf [07/08/2015].
- BARBOSA, A. F. (2012). O anti-herói desenvolvimentista. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 94. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002012000300015&script=sci_arttext [28/08/2015].
- BARREIROS, D. P. (2009). Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). *História*, São Paulo, vol. 28, no. 2, pp. 515-570. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/18.pdf> [10/08/2015].
- BELL, J. F. (1967). *A History of Economic Thought*. New York: The Ronald Press.
- BELLUZZO, L. G. (1995). O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia & Sociedade*, n.4, p.11-20.
- BELLUZZO, L. G. (2008). Keynes e o fim do laissez-faire. *Carta Capital*, 17/11/2008.
- BELLUZZO, L. G. (2008a). Não vale culpar Keynes. *O Estado de S. Paulo*, 22/11/2008. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,nao-vale-culpar-keynes,281958> [23/10/2015].
- BELLUZZO, L. G. (2015). *Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo*. Conduzida por Giuliano Conto de Oliveira. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/premiacao/97-economia/254-entrevista-com-luiz-gonzaga-belluzzo> [26/08/2015].
- BERNSTEIN, E. ([1899] 1907). *Evolutionary Socialism*. The Independent Labour Party. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1899/evsoc/index.htm> [09/08/2015]. Original em alemão: Bernstein, E. (1899). *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Stuttgart: J.H.W. Dietz Nachfolg. Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/referenz/bernstein/1899/voraus/> [09/08/2015].
- BETTELHEIM, C. ([1974] 1979). *A luta de classes na União Soviética. Primeiro período: 1917-1923*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BETTELHEIM, C. ([1977] 1983). *A luta de classes na União Soviética. Segundo período: 1923-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- BIANCHI, A. M. (1988). *Pré-História da Economia – De Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec.
- BOETTKE, P. J. (Org.) (2000). *Socialism and the Market: the socialist calculation debate revisited*. London and New York: Routledge.
- BOETTKE, P. J. (2000a). Introduction: Towards a History of the Theory of Socialist Planning. In: Boettke, P. J. (2000). *Socialism and the Market: the socialist calculation debate revisited*. London and New York: Routledge.
- BÖHM-BAWERK, E. v. ([1889] 1985). *Teoria Positiva do Capital*. Volumes I e II. São Paulo: Nova Cultural.
- BÖHM-BAWERK, E. v. ([1921] 2010). *A teoria da exploração do socialismo-comunismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. Capítulo 12 de Geschichte und Kritik der Kapitalzins-Theorien.
- BÖHM-BAWERK, E. v. ([1896] 2007). *Karl Marx and the Close of his System*. Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute.
- BOIANOVSKY, M. (2013). Friedrich List and the economic fate of tropical countries. *History of Political Economy*, vol. 45, no. 4, pp. 647-691.
- BORGES NETO, J. M. (2004). As várias dimensões da lei do valor. *Nova Economia*, vol. 14, no. 3, pp. 143-158. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/439/437> [26/10/2015].
- BRAZ, M. (2011). *Partido e Revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular.
- BRENNER, R. (1976). Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe. *Past and Present*, no. 70 (Feb. 1976), pp. 30-75.
- BUARQUE, C. (1986). Apresentação. In: List, Georg Friedrich ([1841] 1986). *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural.
- BUCHENBERG, W. (2003). *Was Marx am Sowjetsystem Kritisiert Hätte: Politische Ökonomie der Sowjetunion*. Berlin: Verlag für Wissenschaft und Forschung.
- CAMARINHA LOPES, T. (2010). Uma estratégia sugerida para a combinação de Marx com Sraffa. *Leituras de Economia Política*, vol. 17, pp. 69-95. Disponível em: <http://www.revistalep.com.br/index.php/lep/article/view/72/68> [08/08/2015].
- CAMARINHA LOPES, T. (2011). *Planejamento econômico para a industrialização e o desenvolvimento: o Brasil entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956)*. Dissertação de Mestrado em Economia. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 174p.
- CAMARINHA LOPES, T. (2011a). Mercadoria, Demanda Efetiva e Crise. *OIKOS*, vol. 10, no. 1, pp. 58-81. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/232/149> [21/08/2015].
- CAMARINHA LOPES, T. e Neder, H. D. (2011). Teoria da Programação e Economia Política: uma introdução alternativa a partir de Sraffa, Leontief e Lange. *Anais do Encontro Nacional de Economia ANPEC*, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-b63a24aa275f5c5156d906357513a62f.pdf> [21/08/2015].

- CAMARINHA LOPES, T. (2012). As fases históricas do debate sobre a transformação dos valores em preços de produção. *Revista de Economia Política*, vol. 32, no. 2, pp. 315-335. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572012000200010&script=sci_arttext [19/08/2015].
- CAMARINHA LOPES, T. (2012a). O Estado desenvolvimentista brasileiro ontem e hoje: uma análise econômica e política. *Perspectiva Econômica*, vol. 8, no. 1, pp. 43-55. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/pe.2012.81.04 [27/08/2015].
- CAMARINHA LOPES, T. e ALMEIDA FILHO, N. (2013). Condições históricas do planejamento econômico de natureza capitalista. *Ensaio FEE*, vol. 34, no. 2, pp. 299-322.
- CAMARINHA LOPES, T. e ARAÚJO, E. S. (2013). Marx and Marini on Absolute and Relative Surplus Value. *International Critical Thought*, vol. 3, no. 2, pp. 165-182.
- CAMARINHA LOPES, T. (2013). Teoria do valor trabalho: a crítica de contradição e a crítica de redundância. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no. 35, pp. 93-108. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/12> [08/08/2015].
- CAMARINHA LOPES, T. (2013a). Reviving the Cambridge Controversy by Combining Marx with Sraffa. *World Review of Political Economy*, vol. 4, no. 3, pp. 300-322.
- CAMARINHA LOPES, T. (2014). Continuidade e Ruptura em Economia Política ou quantidade e qualidade na teoria do valor. *Economia & Sociedade*, vol. 23, no. 3, pp. 697-730. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182014000300697&lng=en&nrm=iso&tlng=pt [06/08/2015].
- CANO, W. (2007). Instituto de Economia da Unicamp: Notas sobre sua Origem e Linhas Gerais de Evolução. In: Szmrecsányi, T. e Coelho, F. S. (2007). *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas.
- CARCANHOLO, M. e NAKATANI, P. (2007). A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960. *Outubro*, no. 15, pp. 195-231.
- CARR, E. H. (1947). *The soviet impact on the Western World*. New York: Macmillan.
- CARVALHO, F. C. (1992). *Mr. Keynes and the Post Keynesians*. Aldershot: Edward Algar.
- CASTELO, R. (2013). *O Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular.
- CHANG, H-J. (2004). *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp.
- CLEAVER, H. (1981). *Leitura Política de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar.
- COSTA, F. N. (2015). Qualificação do Desenvolvimentismo. *Brasil Debate*, 05/02/2015. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/qualificacao-do-desenvolvimentismo/> [25/08/2015].
- COCKSHOTT, P. e COTTRELL, A. (1989). Labour value and socialist economic calculation. *Economy & Society*, vol. 18, no. 1, pp. 71-99.
- COCKSHOTT, P. e COTTRELL, A. (1993). Calculation, Complexity and Planning: The Socialist Calculation Debate Once Again. *Review of Political Economy*, vol. 5, no. 1, pp. 73-112.

- COCKSHOTT, P. e COTTRELL, A. (1993a). *Towards a New Socialism*. Nottingham: Spokesman. Disponível em: http://ricardo.ecn.wfu.edu/~cottrell/socialism_book/new_socialism.pdf [18/08/2015].
- COCKSHOTT, P. e COTTRELL, A. (1997). Information and Economics: A Critique of Hayek. *Research in Political Economy*, vol. 16, 1997, pp. 177–202. Disponível em: http://ricardo.ecn.wfu.edu/~cottrell/socialism_book/hayek_critique.pdf [18/08/2015].
- CODATO, A. e PERISSINOTO, R. (2001). O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. *Crítica Marxista*, vol. 13, pp. 9-28.
- COLMENARES, J. M. (1971). *CEPAL, Reformismo e Imperialismo*. Caracas: Ediciones Bárbara.
- DAVIDSON, P. (2009). *The Keynes Solution: The Path to Global Economic Prosperity*. Palgrave Macmillan.
- DELFIM NETTO, A. (2008). Keynes e Marx. *Folha de S. Paulo*, 24/04/2009.
- DEMIER, F. A. (2007). *A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida*. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), 2007. Disponível em: www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio.../Felipe_Demier.pdf [18/02/2013].
- DILLARD, D. (1957), The influence of Keynesian economics on contemporary thought. *American Economic Review*, vol. 47, n. 2, p. 77-87.
- DOBB, M. ([1963] 1986). *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- DOSMAN, E. J. (2011). *Raúl Prebisch (1901 - 1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.
- ENGELS, F. ([1844] 1976). *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*. In: Marx-Engels Werke. Berlin/DDR: Dietz Verlag, p. 499-524. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me01/me01_499.htm [07/08/2015]. Versão em português: Engels, F. ([1844] 1979). Esboço de uma Crítica da Economia Política. *Revista Temas de Ciências Humanas*, no. 5, pp. 1-29. São Paulo: Editora Ciências Humanas. Disponível em http://www.cinfil.com.br/arquivos/frederich_engels.pdf [07/08/2015].
- ENGELS, F. ([1845] 1972). *Die Lage der arbeitenden Klasse in England*. Dietz Verlag, Berlin/DDR 1972. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me02/me02_225.htm [10/08/2015]. Versão em português: Engels, F. ([1845] 2010). A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo.
- ENGELS, F. ([1884] 2010). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular.
- ENGELS, F. ([1885] 1972). *Vorwort* [zur ersten deutschen Ausgabe von Karl Marx' Schrift "Das Elend der Philosophie"]. In: Marx, K. ([1847] 1972). *Das Elend der Philosophie*. In: Marx-Engels-Werke (MEW 4), p. 63-182. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me04/me04_063.htm [20/05/2012].
- ENGELS, F. ([1885a] 1985). Prefácio. In: Marx, K. ([1885] 1985). *O Capital. Livro Segundo: O Processo de Circulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural.

- ENGELS, F. ([1876] 2004). O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *Neue Zeit*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm> [22/10/2015].
- ENGELS, F. ([1877] 1962). *Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft* (anti-Dühring). In: Marx-Engels-Werke (MEW 20). Berlim: Dietz Verlag. Publicado originalmente na Vorwärts de 3 de janeiro de 1877 a 7 de julho de 1878. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me20/me20_001.htm [11/08/2015]. Disponível em português em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm> [15/09/2013].
- ENGELS, F. ([1880] 1973). *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft*. In: Marx-Engels-Werke (MEW 19,4). Berlim: Dietz Verlag. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me19/me19_177.htm [11/08/2015]. Versão em português: Do socialismo utópico ao socialismo científico. Disponível em português (partes): <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm> [15/09/2013].
- ENGELS, F. ([1886] 1975). *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie*. In: Marx-Engels-Werke (MEW 21), p. 265-273. Berlim: Dietz Verlag. Publicado originalmente em Die Neue Zeit, Vierter Jahrgang, Nr. 4 und 5, 1886. Disponível em http://www.mlwerke.de/me/me21/me21_259.htm [04/08/2015]. Versão em português disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1888/02/21.htm> [04/08/2015].
- ENGELS, F. e KAUTSKY, K. ([1887] 1975). *Juristen-Sozialismus*. Karl Marx/Friedrich Engels - Werke. (Karl) Dietz Verlag, Berlin. Band 21, 5. Auflage 1975, unveränderter Nachdruck der 1. Auflage 1962, Berlin/DDR. S. 491-509. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me21/me21_491.htm [11/08/2015]. Versão em português: Engels, F. e Kautsky, K. ([1887] 2012). O socialismo jurídico. São Paulo: Boitempo.
- ENGELS, F. ([1894] 1985). *Prefácio*. O Capital. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Nova Cultural.
- ENGELS, F. (1895-1896 [2003]). *Wertgesetz und Profitrate*. Erster Nachtrag zu Buch 3 des Kapitals in: Marx, K.; Engels, F. (1871-1895) Manuskripte und Redaktionelle Texte zum dritten Buch des "Kapitals", [MEGA, II, 14, Text, 2003], Akademie Verlag 2003. Versão em português: Engels, Friedrich ([1895-1896] 1985). Suplemento ao Livro Terceiro de "O Capital" (Lei do Valor e Taxa de Lucro). In: Marx, K. ([1894]1985). O Capital. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Nova Cultural.
- FEIJÓ, R. (2009). Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944). *Revista de Economia Política*, vol. 29, no. 2, pp. 245-266.
- FEIJÓ, R. (2007). *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas.
- FERNANDES, F. ([1978] 2010). Apresentação. In: Lenin, V. I. ([1918] 2010). *O Estado e a Revolução. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular.
- FERNANDES, S. (1991). *A libertação econômica do mundo pelo esquecido Plano Keynes*. Rio de Janeiro: Nórdica.
- FERNANDEZ, R. V. G. (2011). *A metodologia com argumento para uma economia pluralista*. Encontro Nacional de Economia Política, 16, 2011. *Anais do Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://sep.org.br/artigos/download?id=1784>

[04/08/2015].

FERRARI FILHO, F. (1991). Os “keynesianos” neoclássicos e os pós-keynesianos. *Ensaio FEE*, vol. 12, no. 2, pp. 340-348. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1452/1816> [21/08/2015].

FERRARI FILHO, F. (2006). A economia de Keynes e as proposições keynesianas de política econômica. In: Ferrari Filho, F. (Org.). *Teoria Geral, setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana*. Porto Alegre: UFRGS.

FERREIRA, C. e LUCE, M. S. (2012). Introdução. In: Ferreira, C.; Osorio, J. e Luce, M. S. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo.

FEUERBACH, L. ([1839] 1972). *Towards a Critique of Hegel's Philosophy*. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/archive/feuerbach/works/critique/index.htm> [08/08/2015].

FONSECA, P. C. D. (2010). Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia & Sociedade*, vol. 31, no. 3(40), pp. 425-447.

FONSECA, P. C. D. (2011). Os dois “Prebischs”. *Economia & Sociedade*, vol. 20, no. 3, pp. 695-700. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a10v20n3.pdf> [28/08/2015].

FOSTER, J. B. (2013). Marx, Kalecki and the Socialist Strategy. *Monthly Review*, vol. 64, no. 11. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2013/04/01/marx-kalecki-and-socialist-strategy/> [21/10/2015].

FRASER, S. e GERSTLE, G. (orgs.) (1989). *The rise and fall of the New Deal order, 1930- 1980*. Princeton: Princeton University Press.

FREIRE, P. ([1968] 2015). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

FRIEDEN, J. A. (2008). *Capitalismo Global: História Econômica e Política do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FUKUYAMA, F. (1989). *The End of History?* The National Interest, Summer 1989.

FURTADO, C. (1956). Resenha: “Manual de Economia Política”. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 1, pp. 52-54.

FURTADO, C. ([1962] 2013). Reflexões sobre a pré-revolução brasileira/A formação do economista em país subdesenvolvido. In: D’Aguiar, Rosa Freire (Org.) *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras.

FURTADO, C. ([1967] 1986). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural.

FURTADO, C. ([1974] 2013). O mito do desenvolvimento econômico. In: In: D’Aguiar, Rosa Freire (Org.) *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras.

FURTADO, C. (1977). *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, C. (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, C. ([1987] 2013). Entre inconformismo e reformismo. In: D’Aguiar, Rosa Freire (Org.) *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras. Publicado originalmente em *Pioneers in Development: Second Series*. Washington: Oxford University Press.

- FURTADO, C. (1992). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALBRAITH, J. K. ([1967] 1985). *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural.
- Ganem, A. (2012). O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. *Economia & Sociedade*, vol. 21, no.1(44), pp. 143-164. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n1/06.pdf> [30/10/2015].
- GARLIPP, J. R. D. (2001). *Economia Desregada: Marx, Keynes e Polanyi e a Riqueza no Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- GARLIPP, J. R. D. (2006). *Marx, Keynes & Polanyi e a Economia Desregada: três contribuições críticas ao mercado auto-regulado*. Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Belo Horizonte.
- GESELL, S. ([1916] 1918). *The Natural Economic Order*. Disponível em: http://wikilivres.ca/wiki/The_Natural_Economic_Order [12/02/2014].
- GILPIN, R. (1987). *The Political Economy of International Relations*. Princeton University Press.
- GONTIJO, C. (2009). O valor-trabalho como fundamento dos preços. *Economia & Sociedade*, vol. 18, no. 3, pp. 493-511. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182009000300003&script=sci_arttext [26/10/2015].
- GORENDER, J. (1985) *Apresentação*. In: Marx, K. ([1867] 1985). *O Capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Nova Cultural.
- GOSSEN, H. H. (1854). *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs und der daraus fließenden Regeln für menschliches Handeln*. 1st ed. Braunschweig. Disponível em: <http://www.sgipt.org/wirtsch/gesch/gos/1854i.htm> [18/08/2015].
- GUEVARA, E. CHE ([1964] 1982). *O sistema orçamentário de financiamento*. In: Guevara, E. Che (1982). *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*. Edições Populares.
- GUEVARA, E. CHE (1982). *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*. Volume 8 de Che Guevara Obras Completas. Edições Populares.
- GUIMARÃES AUGUSTO, A. (2014). O que está em jogo no “Mais Mises, Menos Marx”. *Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 3, pp. 418-425. Disponível em: <http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/74/66> [07/10/2015].
- HAGENDORF, K. (2014). The labor theory of value: a marginal analysis. *World Review of Political Economy*. Vol. 5, no. 2, pp. 231-257.
- HANKE, D. e WINCK, B. R. (2010). A economia solidária e a necessidade de superação da lei do valor. *Revista Espaço Acadêmico*, Novembro, no. 114, pp. 118-125. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10974/6249> [26/10/2015].
- HARCOURT, G. C. (2008). *The structure of Post Keynesian economics: the core contributions of the pioneers*. Cambridge: CUP.
- HARDT, M. e NEGRI, A. ([2000] 2003). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HARVEY, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- HAYEK, F. A. (Org.) ([1935] 1963). *Collectivist Economic Planning*. London: Routledge &

- Kegan Paul. Disponível em: https://mises.org/sites/default/files/Collectivist%20Economic%20Planning_2.pdf [02/06/2015].
- HAYEK, F. A. ([1935] 1963a). The present state of the debate. In: Hayek, F. A. (Org.). *Collectivist Economic Planning*. London: Routledge & Kegan Paul. Disponível em: https://mises.org/sites/default/files/Collectivist%20Economic%20Planning_2.pdf [02/06/2015].
- HAYEK, F. A. (1940). Socialist Calculation: The competitive “solution”. *Economica*, vol. 7, no. 26, pp. 125-149.
- HAYEK, F. A. ([1944] 2005). *The Road to Serfdom*. Londres: The Institute of Economic Affairs. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/Road%20to%20Serfdom%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/Road%20to%20Serfdom%20(1).pdf) [01/09/2015].
- HANDERSON, J.P. e DAVIS, J.B. (1991). Adam Smith’s Influence on Hegel’s Philosophical Writings. *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 13, no. 2, pp. 184-204.
- HEGEL, G. W. F. ([1821] 1986). *Philosophy of Right*. Kitchener: Batoche. Disponível em: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/hegel/right.pdf> [10/08/2015].
- HEGEL, G. W. F. ([1833] 1979). *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*. In: HEGEL, G. W. F. *Werke in zwanzig in zwanzig Bänden*. Band 18, Frankfurt am Main 1979. Disponível em: <http://www.zeno.org/Philosophie/M/Hegel,+Georg+Wilhelm+Friedrich/Vorlesungen+%C3%BCber+die+Geschichte+der+Philosophie> [07/08/2015].
- HEINRICH, M. ([1990] 2014). *Die Wissenschaft vom Wert*. Münster: Dampfboot.
- HICKS, J. R. (1937). Mr. Keynes and the “Classics”; a suggested interpretation. *Econometrica*, vol. 5, no. 2, pp. 147-159.
- HILFERDING, R. ([1910] 1985). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- HOBBSAWM, E. (1994). *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBBSAWM, E. ([1977] 2014). *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBSAWM, E. ([1977] 2014a). *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBSAWM, E. ([1988] 2014). *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBS, T. ([1646] 1918). *Grundzüge der Philosophie*. Zweiter und dritter Teil: Lehre vom Menschen und Bürger. Leipzig 1918.
- HOBBS, T. ([1651] 2003). *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret.
- HOBSON, J. A. ([1902] 1968). *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- HODGSKIN, T. ([1825] 1986). *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. (1978). Introduction: Towards a Materialist Theory of the State. In: Holloway, J. e Picciotto, S. (orgs.), *State and Capital: a marxist debate*. Londres: Edward Arnold.

- HORVAT, B. (1970). *Teoría de la planificación económica*. Barcelona: oikos-tau s.a. ediciones.
- HORWITZ, S. (1998). Monetary Calculation and Mises's Critique of Planning. *History of Political Economy*, vol. 30, no. 3, pp. 427-450. Disponível em: http://myslu.stlawu.edu/~shorwitz/Papers/Mises_HOPE_1998.pdf [18/08/2015].
- HUNT, E. K. (1981). *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.
- JEVONS, W. S. ([1871] 1983). *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- JO, TAE-HEE e TODOROVA, Z. (2016). *Advancing the frontiers of Heterodox Economics: Essays in Honour of Frederic S. Lee*. London & New York: Routledge.
- JUDT, T. (2005). *Postwar: a history of Europe since 1945*. New York: Penguin Books.
- KALECKI, M. ([1952] 1985). *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Nova Cultural.
- KAUTSKY, K. (1907). *Patriotismus und Sozialdemokratie*. Leipzig: Verlag der Leipziger Buchdruckerei Aktiengesellschaft. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/kautsky/1907/xx/patriotismus.htm> [12/02/2014].
- KAUTSKY, K. ([1914] 1970). Ultra-imperialism. *New Left Review* I/59 (1970), 41-46. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm> [11/08/2015]. Original em alemão: Kautsky, K. (1914). Der Imperialismus. *Die Neue Zeit*, 11 September 1914; 32 (1914), Vol. 2, p. 908-922.
- KEYNES, J. M. ([1919] 2002). *As Consequências Econômicas da Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília. Versão em inglês: Keynes, J. M. ([1919] 1988). The economic consequences of the peace. New York: Penguin.
- KEYNES, J. M. (1924). *A Tract on Monetary Reform*. London: Macmillan and Co. Disponível em: <http://delong.typepad.com/keynes-1923-a-tract-on-monetary-reform.pdf> [10/08/2015].
- KEYNES, J. M. ([1925] 1972). *Am I a Liberal?* In: Keynes, Essays in Persuasion, The Royal Economic Society, Cambridge.
- KEYNES, J. M. ([1925] 1972b). *A short view of Russia*. In: Keynes, Essays in Persuasion, The Royal Economic Society, Cambridge.
- KEYNES, J. M. ([1926] 1972). *The End of Laissez-Faire*. In: Keynes, Essays in Persuasion, The Royal Economic Society, Cambridge.
- KEYNES, J. M. ([1930] 1972). *Economic Possibilities for Our Grandchildren*. In: Keynes, Essays in Persuasion, The Royal Economic Society, Cambridge.
- KEYNES, J. M. ([1930a] 2012). *A Treatise on Money*. In: Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. 6, The Royal Economic Society. Disponível em: <http://universitypublishingonline.org/royaleconomicsociety/ebook.jsf?bid=CBO9781139520652> [21/08/2015].
- KEYNES, J. M. ([1936] 1992). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas.
- KING, J. E. (1983). Utopian or scientific? A reconsideration of the Ricardian Socialists. *History of Political Economy*, 15:3, pp. 345-373.
- KING, J. E. (2002). *A history of Post Keynesian economics since 1936*. Cheltenham: Edward

Elgar.

KONDER, L. (2009). *A derrota da dialética*. São Paulo: Expressão Popular.

KORNAI, J. (1986). The soft budget constraint. *Kyklos*, vol. 39, pp. 3-30.

KORNAI, J. (1992). *The Socialist System: the political economy of communism*. Oxford University Press.

KOWALIK, T. (1965). Biography of Oskar Lange. In: Comitê Organizador do 60º Aniversário de Oskar Lange (Org.) (1965). *On Political Economy and Econometrics: Essays in Honour of Oskar Lange*. Pergamon Press: Londres.

KUPFER, D. (2015). O planejamento no século XXI. *Valor Econômico*, 11/05/2015.

LANGE, O. (1935). Marxian Economics and Modern Economic Theory. *The Review of Economic Studies*, vol. 2, no. 3, pp. 189-201.

LANGE, O. (1936). On the Economic Theory of Socialism: Part One. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, no. 1, pp. 53-71.

LANGE, O. (1937). On the Economic Theory of Socialism: Part Two. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, no. 2, pp. 123-142.

LANGE, O. (1945). Marxian Economics in the Soviet Union. *The American Economic Review*, vol. 35, no. 1, pp. 127-133.

LANGE, O. (1945-46). The Scope and Method of Economics. *The Review of Economic Studies*, vol. 13, no. 1, pp. 19-32.

LANGE, O. ([1961] 1967). *Introdução à Econometria*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

LANGE, O. ([1959] 1963). *Moderna Economia Política. Princípios Gerais*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. Versão em espanhol: Lange, O. ([1959] 1966). *Economía Política I: Problemas Generales*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

LANGE, O. ([1965] 1969). *Introducción a la economía cibernética*. Madrid: Siglo veintiuno.

LENIN, V. I. ([1915] 1970). Socialism and War. The attitude of the Russian Social-Democratic Labour Party towards the war. In: *Lenin Collected Works*, Foreign Languages Press, 1970, Peking, vol. 21, pp. 295-338. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/s+w/index.htm> [10/08/2015].

LENIN, V. I. ([1916] 2003). O oportunismo e a falência da II Internacional. *Vorbote*, no. 1, janeiro. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm> [20/08/2015].

LENIN, V. I. ([1917] 2010). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro. Disponível em inglês em <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/index.htm> [12/02/2014].

LENIN, V. I. ([1918] 2010). *O Estado e a Revolução. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

LIRA, L. (2006). Revalorización de la planificación del desarrollo. *CEPAL – serie Gestión Pública*, No. 59. ILPES, Santiago de Chile, agosto 2006.

- LIST, F. ([1841] 1986). *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- LOCKE, J. ([1690] 1999). *The Second Treatise of Civil Government*. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/subject/politics/locke/index.htm> [04/08/2015].
- LÖWY, M. (Org.) (2012). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo.
- LUCE, M. S. (2011). A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1>.
- LUXEMBURG, R. ([1900] 1986). *Reform or Revolution*. London: Militant Publications. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/index.htm> [12/02/2014].
- LUXEMBURG, R. ([1912] 1985). *A Acumulação de Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- LUXEMBURG, R. ([1915] 1916). *The Junius Pamphlet. The crisis of German Social Democracy*. Zurich. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1915/junius/index.htm> [12/02/2014].
- MAQUIAVEL, N. ([1513] 2015). *O Príncipe*. Petrópolis: Vozes.
- MARIUTTI, E. B. (2004). *Balanço do Debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Hucitec.
- MATTICK, P. ([1969] 1980). *Marx and Keynes: The limits of the Mixed Economy*. Londres: Merlin Press.
- MARSHALL, A. ([1890] 1985). *Princípios de Economia*. São Paulo: Nova Cultural.
- MALLE, S. (1985). *The economic organization of War Communism: 1918-1921*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MALTHUS, T. R. ([1798] 1996). *Ensaio sobre a população*. In: Malthus, T. R. (1996). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- MALTHUS, T. R. ([1820] 1996). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- MANDEL, E. (1968). *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MANDEL, E. ([1986] 2001). *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã.
- MANDEVILLE, B. ([1705] 1988). *A colmeia murmurante ou os velhacos que se tornaram honestos*. In: Bianchi, A. M. *Pré-História da Economia – De Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec.
- MANNHEIM, K. ([1943] 2005). *Diagnóstico de nuestro tempo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MARSHALL, A. ([1890] 1985). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- MARINI, R. M. ([1969] 2012). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular.
- MARINI, R. M. ([1973] 2008). *Dialectica de la Dependencia*. In: Martins, C. E. (Org.). *América Latina, Dependencia y Globalización*, pp. 107 –149. Bogotá: Siglo del Hombre, CLACSO.

- MARINI, R. M. (2011). *Vida e obra*. Organização de Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, K. ([1843] 2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. ([1843] 1976). *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*. Kritik des Hegelschen Staatsrechts. In: Karl Marx/ Friedrich Engels - Werke. (Karl) Dietz Verlag, Berlin. Band 1. Berlin/DDR. 1976. S. 203-333. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me01/me01_203.htm [07/08/2015]. Versão em português: Marx, K. ([1843] 2010). Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. ([1844] 1976). *Einleitung*. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. In: Karl Marx/ Friedrich Engels - Werke. (Karl) Dietz Verlag, Berlin. Band 1. Berlin/DDR. 1976. S. 378-391. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me01/me01_378.htm [07/08/2015]. Disponível em português em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/02/10.htm> [07/08/2015]. Versão impressa em português: Marx, K. ([1844] 2010). Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução. Tradução de Lúcia Ehlers. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, K. ([1844] 1968). *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*. MEW 40. Berlin (DDR): Dietz Verlag, 1968. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me40/me40_465.htm. [07/08/2015]. Versão em português: Marx, K. ([1844] 2004). Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. e ENGELS, F. ([1844] 1972). *Die heilige Familie oder Kritik der kritischen Kritik gegen Bruno Bauer und Kursorten*. Dietz Verlag: Berlin/DDR. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me02/me02_003.htm [07/08/2015].
- MARX, K. ([1845] 1972). *Über F. Lists Buch „Das nationale System der politischen Ökonomie“*. In: Beiträge zur Geschichte der Arbeiterbewegung, Heft 3/1972, 14. Jg., Berlin, S. 425 – 446. Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1845/list/flist.htm#top> [10/08/2015]. Versão em inglês: Marx, K. ([1845] 1972). Draft of an Article on Friedrich List's book: Das Nationale System der Politischen Oekonomie. In: MECW Volume 4, p. 265. First published in Russian in Voprosy Istorii K.P.S.S. No. 12, 1971. Disponível em: <https://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1845/03/list.htm> [10/08/2015].
- MARX, K. ([1845] 1978). *Thesen über Feuerbach* („1. ad Feuerbach“). Escrito em 1845 e publicado pela primeira vez com alterações de Engels em 1888, republicado em Marx-Engels-Werke (MEW), vol. 3, Berlin. A versão de Marx de 1845 está disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me03/me03_005.htm [04/08/2015] e a versão levemente modificada de Engels para publicação em 1888 como anexo ao texto Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie está disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me03/me03_533.htm [04/08/2015]. Versão em português: Editorial "Avante!", Edições Progresso Lisboa, Moscovo, 1982 disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm> [04/08/2015].
- MARX, K. e ENGELS, F. ([1845-1846] 1969). *Die Deutsche Ideologie*. MEW 3. Berlin (DDR): Dietz Verlag 1969. Disponível em http://www.mlwerke.de/me/me03/me03_009.htm [07/08/2015]. Versão em português: Marx, K. e Engels, F. ([1845-1846] 2007). A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo.

- MARX, K. ([1847] 1946). *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Editora Flama. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/anexo01.htm> [06/08/2015]. Versão original em alemão: Marx, K. ([1847] 1972). Das Elend der Philosophie. In: Marx-Engels-Werke (MEW 4), p. 63-182. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me04/me04_063.htm [20/05/2012].
- MARX, K. e ENGELS, F. ([1848] 2004). *Manifest der Kommunistischen Partei*. Paderborn: Voltmedia.
- MARX, K. ([1850] 2012). *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. ([1852] 2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. ([1957-1858]). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. ([1859] 1971). *Vorwort*. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: Karl Marx/Friedrich Engels Werke (MEW), Band 13, 7. Auflage, 1971, S. 7-11. Berlin: Dietz Verlag. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm [07/08/2015]. Versão em português: Marx, K. ([1859] 1982). Prefácio. Para a Crítica da Economia Política. Edições Progresso Lisboa. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm> [07/08/2015].
- MARX, K. ([1859] 1971a). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. In: Karl Marx/Friedrich Engels Werke (MEW), Band 13, 7. Auflage, 1971. Berlin: Dietz Verlag. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_003.htm [08/08/2015].
- MARX, K. ([1862-1863] 1968). *Theories of Surplus Value*. Moscou: Progress Publishers. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1863/theories-surplus-value/> [11/02/2014].
- MARX, K. ([1865] 1946). *Proudhon julgado por Marx* [Carta a J.B. von Schweitzer]. Apêndice 1 de Miséria da Filosofia. In: Marx, K. ([1847] 1946). *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Editora Flama. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/anexo01.htm> [08/08/2015].
- MARX, K. ([1867] 1985). *O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Nova Cultural. [O Capital Livro I]
- MARX, K. ([1873] 1985). Posfácio da Segunda Edição. In: Marx, K. ([1867] 1985). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K. ([1885] 1985). *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Segundo: O Processo de Circulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural. [O Capital Livro II]
- MARX, K. ([1894] 1986). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Nova Cultural. [O Capital Livro III].
- MARX, K. ([1891] 1973). *Kritik des Gothaer Programms*. Marx-Engels-Werke (MEW 19,4). Berlin: Dietz Verlag. Publicado originalmente em Die Neue Zeit, Nr. 18, 1. Band, (1890 – 1891). Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1875/kritik/> [08/08/2015]. Disponível em português em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/> [16/09/2013]. Consultado também a versão em português Marx, K. ([1891] 2012). Crítica do Programa de Gotha. São Paulo:

Boitempo.

- MASCARO, A. L. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.
- MATTOS, L. V. (2010). Alfred Marshall, o capitalismo e sua utopia social. *Economia & Sociedade*, vol. 20, no. 3, pp. 637-659. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000300007 [17/09/2015].
- MAZZUCHELLI, F. (2009). *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras*. Campinas: Unesp-Facamp.
- MAZZUCHELLI, F. (2013). *Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra*. Campinas: Facamp.
- MELLO, P. C. (2014). Liberais, libertários e conservadores, uni-vos. *Folha de S. Paulo*, 05/10/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/10/1526258-liberais-libertarios-e-conservadores-uni-vos.shtml> [07/10/2015].
- MENEZES, G. J. (2012). Entre Marx e Keynes: nem restauração capitalista, nem endividamento público: por uma saída anticapitalista. *Revista de Políticas Públicas*, número especial, Outubro 2012, pp. 87-98. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/ENTRE%20MARX%20E%20KEYNES-%20nem%20restaura%C3%A7%C3%A3o%20capitalista,%20nem%20endividamento%20p%C3%ABalico-por%20uma%20sa%C3%ADda%20anticapita.pdf> [20/08/2015].
- MENGER, C. ([1871] 1983). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- MÉSZÁROS, I. (2002). Formas mutantes do controle do capital. In: Mézszáros, I. (2002). *Para além do capital* (capítulo 17). São Paulo: Boitempo.
- MIGLIOLI, J. (1982). *Introdução ao Planejamento Econômico*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- MISES, L. v. (1920). Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen. *Archiv für Sozialwissenschaften*, vol. 47. Versão em inglês: Mises, L. von ([1920] 1935) Economic Calculation in the Socialist Commonwealth. In: Hayek, F.A. (1935). *Collectivist Economic Planning*, London.
- MISES, L. v. ([1949] 1998). *Human Action*. Alburn: The Ludwig von Mises Institute. Disponível em: https://mises.org/sites/default/files/Human%20Action_3.pdf [01/09/2015].
- MORAES, J. Q. (Org.) (2007). *História do Marxismo no Brasil Volume 2: Os influxos teóricos*. Campinas: Unicamp.
- MORAIS, L. e SAAD-FILHO, A. (2011). Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 31, no. 4, pp. 507-527. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000400001 [25/08/2015].
- MOREIRA, C. S. (2015). Do nacional-desenvolvimentismo ao social-desenvolvimentismo: a retomada do projeto trabalhista. *Anais do XVIII Encontro de Economia da Região Sul*, ANPEC Sul, junho 2015, Porto Alegre. Disponível em: http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2015/artigo/do_nacional.pdf [25/08/2015].
- NOVE, A. (1972). *An economic history of the U.S.S.R*. Harmondsworth: Penguin.

- NÔGA, A. C. A. (2013). Um convidado indesejado: Che Guevara e atuação cubana na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social de 1961. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364605994_ARQUIVO_UmconvidadoindesejadoCheGuevaraatuacaocubanaareuniaodoConselhoInteramericanoEconomicoeSocialde1961.pdf [01/09/2015].
- OHMAE, K. (1996). *O fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus.
- OSORIO, J. (2012). *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: Ferreira, C; Osorio, J. e Luce, M. (orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo.
- OSORIO, J. (2014a). *Estado, Reproducción del Capital y Lucha de Clases: La unidad económico/política del capital*. Universidad Nacional Autónoma de México: México, D.F.
- OSORIO, J. (2014b). *O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões.
- OWEN, R. (1816). *A new view of society*. Rod Hay's McMaster University Archive for the History of Economic Thought. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/subject/economics/owen/index.htm#new-view> [11/02/2014].
- PAIVA, C. A. N. (1996). Kalecki: um antikeynesiano? *Revista de Economia Política*, vol. 15, no. 1 (61), pp. 70-78. Disponível em: http://www.territoriopaiva.com/tw5.0/contas/00074_v1/arquivos/workspaces/download/1/Kalecki_anti-keynesiano.pdf [21/10/2015].
- PARETO, V. ([1906] 1996). *Manual de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- PASINETTI, L. (2009). *Keynes and the Cambridge Keynesians*. Cambridge University Press.
- PEREIRA, H. D. L. B. (2008). *Evanescência de ilusões: a supremacia das finanças e o Estado-Nação*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/node/133> [19/08/2015].
- PERICÁS, L. B. (2004). *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã.
- PETTY, W. ([1690] 1996). *Aritmética Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- PIGOU, A. C. ([1920] 1932). *The Economics of Welfare*. Londres: Macmillan. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/NPDBooks/Pigou/pgEW.html> [18/08/2015].
- POLANYI, K. ([1844] 2012). *A grande transformação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Elsevier.
- POMAR, W. (2003). *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp.
- POSSAS, M. e BALTAR, P. E. A. (1981). Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 11, no. 1, pp. 107 a 160. Disponível em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/447/390> [21/10/2015].
- POSSAS, M. (1983). *Dinâmica e Ciclo Econômico em Oligopólio*. Campinas: DEPE/Unicamp. Tese de Doutorado.

- PRADELLA, L. (2014). New Developmentalism and the Origins of Methodological Nationalism. *Competition and Change*, vol. 18, no. 2, pp. 180-193. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/COM-54Pradella.pdf> [24/06/2015].
- PRADO, E. (2013). Da posição e da deposição histórica do valor-trabalho. *Marx e o Marxismo*, vol. 1, no. 1, pp. 108-133. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/12-96-1-PB.pdf> [28/10/2015].
- PRADO, E. (2013a). A emergência social dos preços. *Economia*, vol. 14, no. 1B, pp. 547-561. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol14/vol14n1p547_561.pdf [28/10/2015].
- PRADO, E. (2014). Do socialismo centralista ao socialismo democrático. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 39, pp. 60-77. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/61> [22/10/2015].
- PREOBRAJENSKI, I. ([1926] 1972). *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PROUDHON, P. J. ([1846] 2007). *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*. Tomos I e II. São Paulo: Escala.
- QUESNAY, F. ([1758] 1996). *Análise do Quadro Econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- RAVENSTONE, P. (1824). *Thoughts on the Funding System and its Effects*. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/subject/economics/ravenstone/index.htm> [11/02/2014].
- REIFFERSCHIEDT, M. e COCKSHOTT, P. (2014). Average and marginal labour values are: on log (n) – a reply to Hagendorf. *World Review of Political Economy*, vol. 5, no. 2, pp. 258-275.
- ROBINSON, J. (1937). *Introduction to theory of employment*. Londres: Macmillan.
- RODRIGUES ANDRADE, P. (2007). A “lei do valor” e o projeto socialista. *Anais do V Colóquio Internacional Marx Engels*, Campinas, Novembro. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessa01/Patrick_Andrade.pdf [26/10/2015].
- RODRIGUES, C. H. L. (2010). Revisitando o protecionismo de Friedrich List. *Anais do III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*, Brasília. Disponível em: <http://164.41.2.93/sandbox/ocs/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/paper/view/File/241/80> [18/08/2015].
- ROSA, E. S. T. e OLIVEIRA, T. C. A. (2015). Da “sabedoria prática” dos Mercantilistas à Economia Monetária de Keynes: A Administração da Economia Doméstica frente à atual configuração do Sistema Monetário Internacional e após a Crise Financeira Internacional de 2008. *Anais do XX Encontro Nacional de Economia Política*, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://sep.org.br/artigos/download?id=2988> [10/08/2015].
- ROSSI, M. A. e TIerno, P. (2009). A dimensão econômica da teoria política aristotélica. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, no. 77. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000200006 [21/08/2015].
- RUBIN, I. I. ([1928] 2014). *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

- RICARDO, D. ([1817] 1985). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural.
- SAAD-FILHO, A. (2015). Brazil: the débâcle of the PT. *Monthly Review*, 30/03/2015. Disponível em: <http://mrzine.monthlyreview.org/2015/sf300315.html> [17/09/2015].
- SAES, F. A. M. e SAES, A. M. (2013). *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva.
- SAMPAIO Jr., P. A. (2005). Celso Furtado: o último romântico. *Crítica Marxista*, vol. 20. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario21comentario1.pdf [30/09/2015].
- SAMPAIO Jr., P. A. (2008). Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia Ensaios*, vol. 22, no. 2, Uberlândia. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3200/2435> [30/09/2015].
- SAMPAIO Jr., P. A. (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, no. 112. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400004&script=sci_arttext [15/10/2015].
- SAINT-SIMON, H. ([1803] 1980). *Um sonho*. In: O socialismo pré-marxista. São Paulo: Global.
- SAINT-SIMON, H. ([1819] 1980). *Parábola de Saint-Simon*. In: O socialismo pré-marxista. São Paulo: Global.
- SANTA CRUZ, H. (1984). *Cooperar o perecer. El dilema de la comunidad mundial*. Tomo I: Los años de creación: 1941-1960. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- SANTOS, R. S. (2010). *Keynes e a proposta da administração política para o capitalismo*. São Paulo: Hucitec.
- SALEM, J. (2011). Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba. *Leituras de Economia Política*, no. 19, pp. 21-49.
- SAWAYA, R. R. (2014). Poder econômico, desenvolvimento e neoliberalismo no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 39, pp. 123-149. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/84> [15/10/2015].
- SCHUMPETER, J. A. ([1942] 1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/livros/jscsd.pdf> [04/06/2015].
- SEABRA, R. L. e GIMENEZ, H. M. (2015). Contra o “vazio teórico” da ALBA, uma análise propositiva a partir da lei do valor. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 9, no. 1. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/14715> [26/10/2015].
- SEN, A. (1999). *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, A. (2013a). Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 97, pp. 23-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101->

[33002013000300003&script=sci_arttext&tlng=es.%2010.1590/S0101-33002013000300003](http://www.marxists.org/reference/subject/economics/sismondi/index.htm)
[17/09/2015].

SINGER, P. (1983). *Aprender Economia*. São Paulo: Brasiliense.

SINGER, P. (1998). *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes.

SINGER, P. (2013). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

SISMONDI, J. C. L. S. (1815). *Political Economy*. Rod Hay's McMaster University Archive for the History of Economic Thought. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/subject/economics/sismondi/index.htm> [11/02/2014].

SKIDELSKY, R. (1996). *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SKIDELSKY, R. (2009). *Keynes: the return of the master*. New York: Public Affairs.

SRAFFA, P. ([1960] 1985). *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*. São Paulo: Nova Cultural.

SMITH, A. ([1759] 2002). *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes.

SMITH, A. ([1776] 1996). *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural.

SKOUSEN, M. (1997). The Perseverance of Paul Samuelson's *Economics*. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 11, no. 2, pp. 137-152. Disponível em: <http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.11.2.137> [21/08/2015].

SOMBART, W. (1916). *Der Moderne Kapitalismus*. Munchen e Leipzig: Dunckler e Humbolt.

SOUZA, N. de A. (2013). *Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e "ciclo longo"*. In: Almeida Filho (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013. p. 187-228.

STALIN, J. V. (1952). *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1952/problemas/> [09/10/2015].

STEEDMAN, I. (1977). *Marx after Sraffa*. New Left Books: London.

STEEDMAN, I. (1995). *Socialism and Marginalism in Economics: 1870-1930*. Routledge: London and New York.

STEWART, D. ([1811] 2002). *Biografia crítica*. In: Smith, A. ([1759] 2002). *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes.

STIGLITZ, J. (2008). The Triumphant Return of John Maynard Keynes. *Project Syndicate*, 05/12/2008. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-triumphant-return-of-john-maynard-keynes> [25/08/2015].

SZMRECSÁNYI, T. (1978). Apresentação. In: Szmrecsányi, Tamás (org.) *Keynes*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 6, São Paulo: Ática, 1978.

THORP, R. (1998). *Progreso, Pobreza y Exclusión: una historia economica de America Latina en el siglo XX*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo.

TROTSKY, L. ([1932] 2008). *History of the Russian Revolution*. Chicago: Haymarket Books.

- TROTSKY, L. (1928). *The Third International after Lenin*. New York: The Militant. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1928/3rd/index.htm> [12/02/2014].
- VIZENTINI, P. F. (2004). *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- WALRAS, L. ([1874] 1988). *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Nova Cultural.
- WASSERMAN, C. (1992). *História Contemporânea da América Latina: 1900 - 1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- WOODCOCK, G. (1983). *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários. Volume 1: a ideia*. São Paulo/Porto Alegre: L&PM.
- YUKI, T. (2015). Reconsiderando a crítica de Gesell sobre a teoria do capital de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no. 40, pp. 134-157. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/135> [11/08/2015].
- ZEDONG, M. ([1937] 1975). *Sobre a prática*. In: Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Pequim, 1975, Tomo I, p. 499-524. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/07/pratica.htm> [10/08/2015].
- ZIBECHI, R. (2012). *Brasil potencia. Entre la integración regional y um nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde Abajo.

Documentos

- CEPAL (1949). *El desarrollo econômico de America Latina y sus principales problemas*. United Nations and Social Concil. E/CN.12/89. O documento original digitalizado pode ser encontrado na página de busca de documentos oficiais da ONU: <http://documents.un.org/>. A versão em português encontra-se em Bielschowsky, R. (Org.) (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.
- GUEVARA, CHE (1961). Discurso em la reunión del Consejo Interamericano Económico y Social (CIES) celebrada em Punta del Este, 8 de agosto de 1961. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/guevara/08-08-1961.htm> [01/09/2015].
- GUEVARA, CHE (1961a). Entrevista realizada em agosto de 1961. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=4phDjF7uMGU> [18/02/2014].
- OEA ([1961] 2011). *Carta de Punta del Este. Establecimiento de La Alianza para el Progreso dentro del Marco de la Operación Panamericana*. Punta del Este, Uruguai, 1961. In: García, J. B. (Org.) (2011). *ILPES: Quinquaginta anni: 1962-2012. Tomo II. Documentación Oficial Acerca de seu Creación y Evolución*. Santiago, Chile: CEPAL. A compilação de documentos sobre os 50 anos do ILPES organizada por José Besa García está disponível na biblioteca da CEPAL em Santiago, Chile, e foi parcialmente digitalizada por mim com autorização da biblioteca.